



Gisele Ribeiro Martins

**“Amanhã eu quero que não tenha tiro”:
tortuosos caminhos na trilha dos direitos de crianças e
adolescentes nas favelas**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Profa. Irene Rizzini

Rio de Janeiro
junho de 2020



Gisele Ribeiro Martins

**“Amanhã eu quero que não tenha tiro”:
tortuosos caminhos na trilha dos direitos de crianças e
adolescentes nas favelas**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Irene Rizzini

Orientadora

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Profa. Miriam Krenzinger Azambuja

Escola de Serviço Social - UFRJ

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Profa. Rosana Morgado

Escola de Serviço Social - UFRJ

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Gisele Ribeiro Martins

Graduou-se em Serviço Social na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 2010. Concluiu o Mestrado em Serviço Social, em 2013, pela UFRJ. Na Redes de Desenvolvimento da Maré, trabalha no setor de Captação de Recursos e Relacionamento Institucional. Atua em organizações da sociedade civil desde 2012, nas áreas de Educação, Desenvolvimento Territorial e Violência. Tem experiência na gestão de projetos sociais, principalmente em iniciativas voltadas para crianças e adolescentes de favelas.

Ficha Catalográfica

Martins, Gisele Ribeiro

“Amanhã eu quero que não tenha tiro”: tortuosos caminhos na trilha dos direitos de crianças e adolescentes nas favelas / Gisele Ribeiro Martins; orientadora: Irene Rizzini - Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2019.

v. 218 f.: il. ; 29,7 cm

1. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social.

Inclui referências bibliográficas.

1. Serviço Social - Teses. 2. Crianças e adolescentes. 3. Favela. 4. Naturalização da violência. 5. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. I. Rizzini, Irene (Irene Rizzini). II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

Para cada criança e para cada adolescente
que moram nas favelas do Rio de Janeiro
e para todas aquelas e aqueles que os veem e,
principalmente, cuidam.

Agradecimentos

A todas as preciosas oportunidades que tive e que me trouxeram até aqui. Muitas pessoas e instituições me conduziram por esses caminhos, outras me encontrei neles e a todas elas sou profundamente grata e mencionarei algumas delas aqui:

À minha professora e orientadora Irene Rizzini. Foi um imenso privilégio tê-la comigo no processo de produção da minha tese e na experiência mais geral do Doutorado. Muito aprendi com todas as provocações e contribuições. Nesse processo, pude conhecer ainda mais seu trabalho, fundamental para os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros e de outras partes do mundo.

À PUC-Rio, em especial ao Departamento de Serviço Social e seus profissionais, que sempre me ofereceram todo o suporte quando precisei. Agradeço, ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001, pelo apoio financeiro, fundamental para o custeio de despesas do presente trabalho.

A todos os profissionais pesquisados, que dedicaram seu tempo para me receber e/ou responder ao questionário e que contribuíram para a realização da pesquisa.

Aos professores que participaram da minha Banca: Miriam Krenzinger, Rosana Morgado, Marcelo Burgos e Rafael Gonçalves. É uma honra poder contar com a contribuição de profissionais e pesquisadores de tamanha relevância em seus campos de atuação. Não poderia deixar de agradecer duplamente (pelo menos) minha querida professora Miriam, por sua amizade e importância que tem na minha vida acadêmica e profissional.

À minha turma de Doutorado, composta por mulheres incríveis, pesquisadoras, trabalhadoras, guerreiras que compartilharam esse desafio. Não tivemos contato

durante muito tempo, mas sempre pensei em vocês ao longo desse caminho, tão solitário, o que fez com que eu não me sentisse tão sozinha, muitas vezes.

À minha família, meus pais, Edilamar e Manuel, e meus irmãos, Igor e Max, que contribuíram, amorosamente, cada qual à sua maneira e de diferentes formas no curso da minha trajetória.

Ao Luan, que chegou no meio dessa caminhada, trazendo muito amor e alegrias para os meus dias, cativando e ocupando um lugar especial na minha vida, que me deu muita força e energia nessa reta final. Agradeço ao seu companheirismo e de sua família, que muito carinhosamente me acolheram. Obrigada por tudo! Te amo!

Aos meus amigos de caminhada, de trabalho, de lutas, inspiração e muito carinho: Andréia Martins, Dalcio, Fabiana, Gilmar, Isabela, Julia, Thaís, Kelly, Laís, Lidiane, Luna, Maira Gabriel, Nathália, Patrícia, Paula, Priscilla e Roberta Abreu. Cada um de vocês merece um agradecimento especial, pela importância que têm para mim. Obrigada, meus mais que queridos amigos!

Às minhas companheiras de trabalho e amigas que fiz na Cidade Escola Aprendiz: Bianca, Cíntia, Dalila, Elza, Julia e Roberta. Sinto muitas saudades de vocês nos meus dias!

Aos meus supercompanheiros da Redes da Maré, pessoas incríveis que fazem com que eu me sinta em família e onde quero estar sempre. É um privilégio viver essa experiência com vocês.

Um agradecimento especial à Eliana Sousa Silva, uma força da natureza, que muito me inspira e ensina todos os dias. Muito obrigada por tudo, pela sua presença e incentivo.

Resumo

Martins, Gisele Ribeiro; Rizzini, Irene. **“Amanhã eu quero que não tenha tiro”: tortuosos caminhos na trilha dos direitos de crianças e adolescentes nas favelas**. Rio de Janeiro, 2020. 218p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese analisou as formas e estratégias de funcionamento dos serviços públicos que atendem crianças e adolescentes que moram nas favelas da Maré, no Rio de Janeiro, campo escolhido para esta pesquisa. A partir do conceito de práticas discursivas, tendo como base teórica os estudos de Michel Foucault, pôde-se constatar que o medo, os discursos e os estigmas sobre os territórios de favela, reforçados na sociedade brasileira, acabam naturalizando a violência sofrida por crianças e adolescentes. A análise permitiu identificar que a violência produz impactos na dinâmica de operação do Conselho Tutelar e das políticas públicas de Assistência Social, Educação e Saúde, atuantes no território. A pesquisa de campo, de natureza qualitativa, ouviu profissionais de diferentes níveis da gestão municipal das políticas públicas citadas. A partir dos dados obtidos, verificou-se que o processo de naturalização da violência se dá em um contexto atravessado pelas operações policiais e a presença de grupos criminosos no maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro. Os resultados indicam que, além das desigualdades sociais, a violência armada funciona como entrave à garantia de direitos de crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, limita a oferta dos serviços públicos - o que reforça visões predominantemente negativas sobre os territórios de favela e seus moradores.

Palavras-chave

Crianças e adolescentes; favela; naturalização da violência; sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

Abstract

Martins, Gisele Ribeiro; Rizzini, Irene (Advisor). **“Tomorrow I want there to be no shots”: the tortuous paths on the road to children's and adolescents' rights in favelas.** Rio de Janeiro, 2020. 218p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis analyzed the operating strategies of public services destined to children and adolescents living in the favelas of Maré, in Rio de Janeiro, where the empirical research was conducted. Based on the concept of discursive practices, with Michel Foucault as our main theoretical reference, it was possible to see that the fear, the discourses and stigmas about the favelas, reinforced in Brazilian society, ends up naturalising the violence suffered by children and adolescents. The analysis made it possible to identify that this violence produces impacts on the dynamics of the Guardianship Council and also in the public policies destined to Social Assistance, Education and Health and how they operate in the territory. This qualitative field research involved talking with professionals working at the various social service centers, which are managed by the local government and related to the public policies mentioned above. Based on the data obtained, it was found that the violence's normalisation process takes place in a context recurrently affected by police operations and by the presence of armed civilian groups, in the largest group of favelas in Rio de Janeiro. The results indicate that, in addition to social inequalities, armed violence functions as an obstacle to guaranteeing the rights of children and adolescents, limiting, at the same time, the provision of public services - reinforcing predominantly negative views about favela territories and their residents.

Keywords

Children and adolescents; favela; normalization of violence; system for guaranteeing the rights of children and adolescents.

Sumário

INTRODUÇÃO	17
1. TESSITURA DE UM PROBLEMA DE PESQUISA	28
1.1. Juntando retalhos	28
1.2. Considerações sobre as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro	35
1.2.1. Trajetória histórica das políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro	37
1.3. Discursos, práticas e atendimento a crianças e adolescentes de favelas	43
1.4. Caminhos pelas favelas cariocas	52
1.5. Aspectos metodológicos do estudo	55
2. NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS FAVELAS	64
2.1. Conexões teóricas: reflexões sobre o tema	64
2.2. Naturalização da violência	80
2.3. Território de violência	86
3. O CAMPO DE PESQUISA	92
3.1. Território de favela como campo de pesquisa	92
3.2. MaréS	101
3.2.1. Equipamentos de Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar na Maré	107
3.3. O território e a violência	112
3.3.1. A Ação Civil Pública da Maré	113
3.4. O Movimento das Cartas da Maré	126
3.5. Acesso mais Seguro	128
4. PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA MARÉ	134
4.1. Caracterização dos profissionais pesquisados	135

4.2. A experiência de trabalhar na Maré	137
4.3. Atuação profissional, violência e segurança no território	139
4.4. O atendimento a crianças e adolescentes	155
4.5. Violência/s contra crianças e adolescentes da Maré	164
 5. OLHAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA FAVELA É PRECISO	 177
5.1. Aprendizados sobre a violência	178
5.2. Impactos da política de Segurança Pública	180
5.3. Não é normal, é estrutural	183
5.4. Aprendizados sobre crianças e adolescentes de favelas	185
 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	 192
 7. EPÍLOGO	 198
 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 201
 APÊNDICES	 213

Lista de figuras

Figura 1 - Azulejo produzido por criança da Maré	17
Figura 2 - Azulejo produzido por criança da Maré	27
Figura 3 - Atividade com crianças da Biblioteca Infantil Maria Clara Machado	28
Figura 4 - Esquema 1 - Nuvem de palavras	56
Figura 5 - Carta produzida por criança da Maré	63
Figura 6 - Atividade com crianças da Biblioteca Infantil Maria Clara Machado	64
Figura 7 - Carta produzida por criança da Maré	91
Figura 8 - Atividade com crianças da Biblioteca Infantil Maria Clara Machado	92
Figura 9 - Crianças se protegem de tiroteio em EDI no conjunto de favelas da Maré	105
Figura 10 - Unidade escolar da Maré atingida por projétil	107
Figura 11 - Mapa da Maré: equipamentos públicos	110
Figura 12 - Impacto da violência armada na Maré, entre 2016 e 2019	115
Figura 13 - Crianças na Marcha da Maré	118
Figura 14 - Marcha da Maré, passando pela Baixa do Sapateiro	119
Figura 15 - Marcha contra a violência na Maré	119
Figura 16 - Placa no Projeto Uerê	123
Figura 17 - Carta produzida por criança da Maré	123
Figura 18 - Carta produzida por criança da Maré	127
Figura 19 - Carta produzida por criança da Maré	128
Figura 20 - Carta produzida por criança da Maré	128
Figura 21 - Arte do Projeto <i>Azulejaria</i>	134
Figura 22 - Página Maré Vive	140
Figura 23 - Página da Redes da Maré	141
Figura 24 - Escolas municipais da Maré - <i>Campus I</i>	154
Figura 25 - Carta produzida por criança da Maré	176
Figura 26 - Azulejo produzido por criança da Maré	177
Figura 27 - Esquema 2	182

Figura 28 - Esquema 3

182

Figura 29 - Azulejo produzido por crianças da Maré

197

Lista de tabelas

Tabela 1 - Número de respostas ao questionário, por equipamento pesquisado	59
Tabela 2 - Total de pessoas residentes na Maré, até 19 anos de idade	93
Tabela 3 - Total de pessoas residentes na Maré, segundo o sexo, com idades até 19 anos	93
Tabela 4 - Unidades escolares na Maré	108
Tabela 5 - Unidades de saúde na Maré	108
Tabela 6 - Equipamentos públicos existentes em Taquara, Tijuca, Ilha do Governador e Maré	111
Tabela 7 - Medo e atendimento a crianças e adolescentes da Maré, segundo os sujeitos pesquisados	161
Tabela 8 - Experiências e visões sobre o atendimento a crianças e adolescentes	162
Tabela 9 - Percepções sobre a violência e o atendimento às suas manifestações contra crianças e adolescentes	168

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Local de moradia dos sujeitos pesquisados	135
Gráfico 2 - Instituições onde trabalhavam os sujeitos pesquisados	136
Gráfico 3 - Tempo de trabalho na Maré	136
Gráfico 4 - Sobre o desejo de trabalhar na Maré	137
Gráfico 5 - Sobre a satisfação em trabalhar na Maré	138
Gráfico 6 - Sobre experiências anteriores de trabalho em favelas	138
Gráfico 7 - Sobre a adoção de estratégias de comunicação antes da ida para a Maré	139
Gráfico 8 - Profissionais pesquisados que já deixaram de ir trabalhar na Maré devido à violência	141
Gráfico 9 - Sensação de segurança dos profissionais pesquisados na Maré	142
Gráfico 10 - Experiência de violência atuando profissionalmente na Maré	143
Gráfico 11 - Satisfação dos profissionais pesquisados em trabalhar na Maré	144
Gráfico 12 - Interrupção no atendimento a crianças e adolescentes	145
Gráfico 13 - Reparação dos prejuízos das interrupções de atendimento a crianças e adolescentes	146
Gráfico 14 - Ajustes na rotina de atendimento a crianças e adolescentes	147
Gráfico 15 - Ações relacionadas à violência contra crianças e adolescentes no equipamento de origem	164
Gráfico 16 - Ações sobre manifestações da violência contra crianças e adolescentes	166
Gráfico 17 - Principais expressões da violência contra crianças e adolescentes	167

Lista de siglas

ACP	Ação Civil Pública
AMS	Acesso Mais Seguro
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CDEDICA	Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEMASI	Centro Municipal de Assistência Social Integrada
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
DEGASE	Departamento Geral de Ações Sócioeducativas
DPRJ	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
ESF	Estratégia Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NUDEH	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
NUTAMS	Núcleo de Trabalho para Acesso Mais Seguro às Escolas
ONG	Organização Não Governamental
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
STF	Supremo Tribunal Federal
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

A criança é o princípio sem fim. O fim da criança é o princípio do fim. Quando uma sociedade deixa matar a criança é porque começou seu suicídio como sociedade. Quando não a ama é porque deixou de se reconhecer como humanidade.

Afinal, a criança é o que fui em mim e em meus filhos, enquanto eu em humanidade. Ela como princípio é a promessa de tudo. É minha obra livre de mim.

Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes e o que vejo é o que sobrou do que lhe foi tirado. Mas essa que vejo na rua sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto. Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o princípio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós.

Herbert de Souza. *Criança é coisa séria.*

INTRODUÇÃO



Figura 1 - Azulejo produzido por criança da Maré. 2015/2016

Fonte: Redes da Maré. Foto: Elisângela Leite.

A análise das formas de atuação dos serviços públicos de atendimento a crianças e adolescentes que residem em favelas se constitui como o desafio principal desta tese. Para isso, examina-se o território de favela e os discursos historicamente construídos sobre ele, que colaboram para justificar os modelos de políticas públicas voltadas para o público infantojuvenil. A fim de compreender como esta questão se expressa no Conjunto de favelas da Maré, onde trabalho diretamente há cerca de oito anos, realizei pesquisa por meio da qual ouvi profissionais que nele atuam e/ou gerenciam a execução das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, além do Conselho Tutelar que atende esse território.

O tema foi construído no contexto da minha trajetória profissional em espaços populares, a respeito da qual falarei no curso da tese. Desde as experiências de estágio, as populações de favela, na maioria das vezes crianças e adolescentes, constituem o público principal das minhas intervenções. Assim, são cerca de 12 anos circulando por diferentes territórios e observando múltiplas formas de ser criança e adolescente no Rio de Janeiro. Muitas dessas formas são marcadas por manifestações da violência, diversas delas. Às vezes isoladas, mas quase sempre combinadas. A presença armada na vida de crianças e adolescentes que moram em favelas é constante. Algumas vezes mais discreta, outras mais ostensiva. Mas ela

está sempre lá, nos caminhos da sua vida, ainda que nem sempre consigam enxergar ou perceber. Frequentemente, um serviço essencial não chega por causa de uma barricada montada pelos integrantes de grupos armados; às vezes, a professora tem medo de sujeitos armados na boca de fumo na esquina; muitas vezes a polícia entrou na favela “tocando o terror” e o “postinho de saúde” fechou. Nada de brincar na rua por hoje. Tomara que nenhuma bala atinja familiares e amigos. E assim são os dias que vejo e as frases que ouço durante esses anos.

A criança ou adolescente que mora no topo do morro tem dificuldade de estar distante de tudo. Nada chega até lá (ou quase nada). Para tudo tem o descer e o subir. Ninguém chega até lá (ou quase ninguém). Mas deveria. Criança que mora no morro é menos criança? E vale lembrar a quem estiver desavisado: nem toda favela é morro. Nem todas têm escadaria, nem todas têm a banquinha de drogas na esquina. Há favelas onde dá para circular “numa boa”. Em outras, é preciso explicar para onde vai e o porquê. Contudo, em todas elas há crianças e adolescentes.

Há muitas favelas no Rio de Janeiro. Há anos. Porém, muitas dificuldades persistem, ainda que sejam favelas planas, ainda que acessíveis aos transportes, ainda que movimentadas. Favelas são espaços particulares da cidade. Ser criança e adolescente nelas também. Trabalhar nelas, idem.

A compreensão de um paradigma com base em ideias negativas e que desqualificam a favela fundamentam as práticas voltadas para seus territórios e as crianças e os adolescentes que neles residem constituíram o pano de fundo das análises produzidas nesta pesquisa. Parte do resultado notável dessa dinâmica está a seguir exemplificada:

- casos de violência não atendidos pelos Conselhos Tutelares por suposta “baixa gravidade” (exemplo: crianças fora da escola e/ou em situação de trabalho infantil). Tamanho é o volume de casos registrados e as dificuldades para garantir o funcionamento com mais qualidade nos equipamentos existentes, que fazem com que se elejam aqueles considerados “prioridade” para atendimento;
- paralisia diante da interferência dos grupos armados na vida de crianças e adolescentes. Não se verifica a realização, pelo poder público, de um trabalho preventivo ao envolvimento deste segmento etário nestas redes. E, aqueles que já se envolvem, são considerados casos insolúveis, determinando ali o fim de qualquer possibilidade de intervenção profissional no sentido de reverter o quadro;
- horário diferenciado de funcionamento de algumas escolas públicas, como

no caso da Maré e em outras favelas, fato que suprime o direito das crianças e jovens ao lazer e à socialização no recreio, em função do encerramento precoce das atividades escolares;

- reduzido número de visitas domiciliares (ou não realizadas) pelos profissionais dos equipamentos competentes (Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, etc.), sob a justificativa de que as favelas são locais violentos, onde é inviável a circulação em determinadas condições e horários.

Busca-se compreender, neste trabalho, como as instituições responsáveis pelas políticas mencionadas acabam produzindo formas de naturalização da violência contra crianças e adolescentes. Construí, no curso da minha trajetória profissional, um olhar de estranhamento para práticas rotineiras que perpassam o cotidiano desses serviços, que me levou a refletir sobre a produção de uma possível invisibilidade das condições de vida de crianças e adolescentes, sob a justificativa de que o espaço onde vivem é fundamentalmente violento.

A exposição de uma análise crítica sobre o funcionamento desses serviços, no entanto, envolve riscos e polêmicas, uma vez que diz respeito à segurança dos profissionais que atuam nos equipamentos e, eventualmente, de suas lutas por melhores condições de trabalho que, de alguma maneira, defendem a preservação da vida das crianças e dos adolescentes. Todas são pautas legítimas, portanto.

Foi necessário, então, atenção redobrada, na condição de pesquisadora, para que não deixasse vir à tona, de forma enviesada, os olhares e percepções que carrego, decorrentes de minha trajetória profissional e militante nesses mesmos territórios. Por esta razão, a naturalização da violência é abordada como fenômeno presente na dinâmica de funcionamento dos serviços públicos, constituindo-se como uma armadilha e, não, necessariamente, “responsabilidade” de um único profissional ou equipamento, mas um risco a que estão submetidos todos os profissionais, ainda que sem intencionalidade.

Sabe-se que, de maneira geral, os marcos legais que garantem direitos para crianças e adolescentes ainda apresentam diversas e significativas lacunas em seu processo de implementação (Santos & Nascimento, 2011), sobretudo nesses territórios. A expressão do que Santos & Nascimento afirmam é a reduzida confiança nos equipamentos que deveriam garantir direitos às crianças e aos adolescentes que, com frequência, atuam sob uma lógica que privilegia olhares

punitivos às famílias, deixando em segundo plano as graves e históricas negligências promovidas pelo próprio Estado (Perez & Passone, 2010). Tal desconfiança contribui para o afastamento de crianças e adolescentes dos dispositivos de garantia de direitos e reduzem suas chances de melhores condições de vida e desenvolvimento. A desconfiança se manifesta, também, sobre as instituições que atendem crianças e adolescentes, verificada a partir de experiências já vividas no curso da minha trajetória profissional, não somente a partir de relatos dos usuários dos serviços, como também de profissionais de outras organizações, sobretudo da sociedade civil.¹

Um dos principais referenciais teóricos adotados para as análises aqui produzidas são as produções de Foucault sobre discurso e produção de verdades. Assim, busca-se problematizar como os discursos historicamente produzidos para as favelas influenciam na forma de lidar com esses territórios.

Foucault (1979) explica que há “discursos de verdade” e uma “política geral” de verdade, ou seja, cada sociedade adota um regime de verdade próprio, que não está deslocado de interesses e disputas políticas, econômicas e outros. Tomando por base as análises de Foucault, compreende-se que verdades e discursos são produzidos pelas escolhas, fundamentando a adoção de determinadas técnicas e procedimentos, que passam a ser valorizados (ou não), a partir do que determina o regime de verdade predominante.

Foi analisado, ainda, o “paradigma da ausência” (Fernandes *et al.*, 2018), conceito que a ser abordado nas próximas páginas, que trata-se de uma dessas verdades sobre os territórios de favela que influenciam as práticas a elas direcionadas e, conseqüentemente, o processo de defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes que residem neste espaço.

Ao examinar esse assunto, a presente tese provoca o questionamento de verdades e práticas há tempos cristalizadas e, nem por isso, pouco complexas, uma vez que são fundamentadas em ideias que se constroem a partir de visões, percepções, mas também de experiências concretas. No entanto, questionar o que

¹ Dados coletados a partir do ICJBrasil (Índice de Confiança na Justiça), produzidos pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, revelaram queda na confiança da população em praticamente todas as instituições analisadas, na comparação com o Relatório de 2016. As que sofreram as quedas mais acentuadas foram o Poder Executivo (45%). Disponível em <<https://portal.fgv.br/noticias/icjbrasil-2017-confianca-populacao-instituicoes-cai>> Acesso em 20 jun. 2019

parece óbvio, como o fechamento de uma escola num território considerado perigoso, pode ser uma oportunidade de aprendizado e diálogo sobre um problema tão desafiador como a violência armada que atinge as favelas do Rio de Janeiro.

Contudo, reconhecer a importância desses processos reflexivos e, ao mesmo tempo, os riscos que trazem, é possível somente diante a adoção de uma postura humilde e de reconhecimento do caráter aproximado e processual da produção de conhecimento (Minayo, 1994).

O intuito, portanto, não é o de indicar “culpados” pelas lacunas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) nas favelas, mas principalmente promover diálogos na direção da ampliação desses, sem a pretensão de produzir verdades absolutas, dado o caráter diverso e em constante mudança do real. Nesse sentido, é procedente a análise de Leonardo Carnut, quando afirma que a pesquisa “é uma forma de compreender o mundo em sua multidimensionalidade” (Carnut, 2019, p.171).

Apesar do reconhecimento dos limites de qualquer pesquisa, as dúvidas e angústias vividas no processo são inevitáveis, talvez mesmo como parte de um movimento de vigilância ética e de uma preocupação com o que se publica, com as análises que se produz e, ainda, com os discursos que podem decorrer desse trabalho. Há uma grande preocupação com os profissionais que atuam nas instituições mencionadas, uma vez que a presente tese se volta para a sua atuação, mais do que dos profissionais de Segurança Pública, política sobre a qual já há muitos estudos que demonstram seu caráter violador de Direitos Humanos, considerando o contexto brasileiro, em especial no Rio de Janeiro (Miranda, 2014; Silva, 2012; Adorno, 2002b). É, portanto, necessário visibilizar outras políticas atuantes nas favelas e verificar as justificativas que se baseiam em pesquisas sobre a violência armada do território estudado.

A escolha aqui expressa surgiu no contexto das minhas experiências profissionais, de uma dificuldade real em “juntar as pontas” entre crianças e adolescentes de favelas, suas famílias e as políticas públicas que deveriam lhes garantir tudo aquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece, assim como os demais marcos legais que lhes competem. Dentro desta dificuldade, destaco uma certa apatia com a qual me defrontei diversas vezes, presente entre os profissionais dessas políticas. Um imobilismo, difícil de ser questionado, presente nos profissionais, cujas vivências são diferentes e, portanto, diversificam seus

olhares sobre o espaço de favela. Essa apatia se soma e se manifesta num contexto com condições limitadas e precárias de trabalho e um significativo volume de demandas e desafios (Cavalcante & Prêdes, 2010; Tavares, 2003).

Num primeiro momento exploratório, com o objetivo de conhecer melhor o terreno no qual estava adentrando, não localizei pesquisas a respeito do tema, tampouco sobre a naturalização da violência contra crianças e adolescentes. Poucos estudos retratam a condição específica de crianças e adolescentes de favelas. Eles são analisados sem distinção, dentro de um grupo mais ampliado e diverso de crianças e adolescentes, ou estão restritos ao ambiente escolar e, portanto, muitas vezes voltados para experiências pedagógicas. Foram encontrados, ainda, estudos mais focados na adolescência e na juventude, de maneira geral, relacionados de maneira mais específica às suas relações com dinâmicas de conflitos com a lei e inserções em redes criminosas.

Diversos estudos e pesquisas sobre as favelas abordam, de maneira privilegiada, a questão da violência urbana que ali se manifesta, as ações no campo da Segurança Pública (Cardoso, 2013; Landim & Siqueira, 2013; Silva, 2010), Urbanismo (Silva, 2014; Denaldi, 2003; Jacques, 2001) ou sua relação e a de seus moradores com o conjunto da cidade (Camurça, 2017; Mendes, 2014; Cunha, 2012).

De certa maneira, algumas dessas produções, ao evidenciarem os problemas das favelas, acabam por reforçar a construção de olhares negativos sobre esses territórios, que fundamentam a execução das políticas públicas nesses espaços, operadas sem levar em consideração suas especificidades e as de seus moradores. As favelas recebem equipamentos públicos, como ocorre em outras partes da cidade (guardadas, eventualmente, algumas diferenças nesse processo). Profissionais são orientados a trabalhar nesses espaços e, em vez de receberem formação adequada ou terem a oportunidade de conhecer o território onde atuarão, acabam por reproduzirem práticas baseadas num suposto “perigo” oferecido pelas favelas. Evidente que a violência armada é real e, por isso, cotidianamente sentida pela população que reside e trabalha nas favelas, mas se o impacto da violência afeta a oferta dos serviços (Borges *et al.*, 2014), este dado precisa ser compreendido e problematizado, sobretudo quando se trata de crianças e adolescentes.

A partir das minhas experiências, como eu poderia produzir uma tese que fugisse às tendências que observadas no trato com a favela e suas crianças e seus

adolescentes, sem ao mesmo tempo, ceder ao romantismo e não reconhecimento de riscos reais possibilitados pelas dinâmicas da violência armada? Com a pesquisa realizada, foi possível ouvir os profissionais atuantes, em diferentes níveis, nos serviços públicos de Assistência Social, Educação, Saúde e no Conselho Tutelar nas favelas da Maré, campo escolhido para a pesquisa empírica. Alguns profissionais do Sistema de Justiça, como Defensoria Pública e Ministério Público, também foram ouvidos. Os instrumentos utilizados pretenderam capturar suas visões sobre o atendimento oferecido às crianças e aos adolescentes, suas experiências e estratégias adotadas no conjunto de favelas da Maré.

Portanto, para falar do trabalho desses profissionais nesses equipamentos, foi necessário ouvi-los, compreender os sentidos de suas escolhas profissionais, inclusive o de ir trabalhar em uma favela, além das estratégias, impactos sofridos e adaptações realizadas no cotidiano. Esse processo contribuiu para a revisão de alguns dos meus próprios preconceitos, ao mesmo tempo em que foram confirmadas algumas de minhas hipóteses, mas revelando um cenário muito mais complexo do que se imaginava.

Sobre territórios de favela, Larkins (2015) afirma haver uma “narrativa da violência”, que pretende justificar violações de direitos, possibilitando a reprodução e capilarização de um quadro de insegurança. O destaque dado a manifestações mais explícitas de violência, tal como os constantes conflitos armados, encobre as consequências dessa dinâmica e outras violências na vida de crianças e adolescentes.

Entende-se, contudo, que esta possível naturalização da violência não se manifesta de forma isolada, mas localizada na produção e reprodução de valores e sentidos presentes na sociedade. Está situada no contexto político e econômico da cidade e decorre do seu processo histórico de desenvolvimento. Desta forma, a naturalização da violência não seria “privilégio” das políticas públicas e de seus agentes, que, diga-se de passagem, são moradores da cidade e têm diferentes percepções sobre o fenômeno.

As múltiplas formas da violência estão permeadas não somente nas relações interpessoais, mas nas instituições sociais (escolas, família, organizações, meios de comunicação). Nesse sentido, a violência pode manifestar-se também por meio da negação do direito do outro a ser diferente, o que significa o não reconhecimento da diversidade na vida social. Ao negar a pluralidade, rejeita-se a possibilidade do

diálogo e abre-se caminho para a opressão dos sujeitos e a recusa do reconhecimento dos seus direitos.

É possível compreendo que esta seja uma temática cara à minha categoria profissional (Serviço Social) e demais, cujos trabalhadores precisam lidar com a violência contra crianças e adolescentes, a violência armada e a confluência desses e outros temas nos territórios de favela, cotidianamente. Nessa perspectiva, a Maré reúne diversas características que o tornam espaço privilegiado para o estudo proposto, uma vez que pode contribuir para a análise de políticas públicas para crianças e adolescentes em territórios de favela nas grandes cidades brasileiras.

Na Maré, coexistem três grupos armados, o que torna particular a dinâmica de trânsito e segurança no território. Apesar do grande número de escolas públicas (são 50 ao todo),² há muitas interrupções de funcionamento, além das frequentes adaptações de horário em algumas localidades, entre outras dificuldades. Já os equipamentos de Assistência Social e Conselho Tutelar não se fazem fisicamente presentes no território, a despeito de cerca de 140 mil moradores que habitam as 16 comunidades da Maré, tornando esse território mais populoso do que 96% dos municípios brasileiros (Redes da Maré, 2019).

Durante a pesquisa de campo, situa-se a análise do funcionamento dos serviços voltados para crianças e adolescentes dentro de um contexto mais amplo de discursos, sentidos e experiências sobre o espaço de favela. Esse esforço se refletiu, ainda, nas escolhas teóricas, a fim de contribuir para análises que identificassem a influência dos discursos na produção de verdades e, consequentemente, na incidência sobre práticas, ainda que estas devessem estar fundamentadas em marcos legais.

A seguinte hipótese norteia as análises desenvolvidas nessa tese:

➤ Os estigmas e as visões negativas sobre as favelas produzem consequências diversas no campo das relações que se estabelecem com esses espaços, considerando-se o contexto de violência urbana do município do Rio de Janeiro.

² O bairro de Paciência, por exemplo, com 140.527 moradores, segundo o Censo 2010 (IBGE) conta com 39 escolas municipais, já Senador Camará, com 123 mil moradores, possui 23 escolas municipais. Ambos estão localizados na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O conjunto de favelas da Maré reúne 46 escolas municipais e 4 estaduais, para cerca de 140 mil moradores.

➤ Consideradas, historicamente e por diversas razões, como locais perigosos e violentos, são territórios evitados por parcela significativa da população. Esse movimento se observa, também, em abordagens e práticas dos profissionais verificadas em diferentes equipamentos públicos que atendem crianças e adolescentes, com ênfase para as instituições de Assistência Social, Educação, Saúde e os Conselhos Tutelares.

➤ A compreensão de que as favelas são espaços caracterizados por múltiplas manifestações da violência colabora para a naturalização do fenômeno, acarretando prejuízos no funcionamento destas instituições, em contraste com o que ocorre em outras localidades.

➤ As distintas estratégias utilizadas nos referidos equipamentos para atuarem nas favelas são formas de naturalização da violência contra crianças e adolescentes moradores deste território.

No primeiro Capítulo, serão abordadas minhas experiências de atuação em diversas favelas do Rio de Janeiro, junto a crianças e adolescentes e que me levaram ao interesse pelo tema. Nele, são apresentados o movimento e o processo reflexivo que me trouxeram até aqui e que me acompanharam no curso da tese. Neste Capítulo 1, ainda, são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa realizada.

No Capítulo 2, discute-se o referencial teórico utilizado para a análise da questão da violência contra as crianças e os adolescentes e sua naturalização nos espaços de favela. Para isso, são examinados a influência do discurso sobre as práticas e o processo de produção de verdades que influenciam esses movimentos. Nesse segundo Capítulo, também são apresentados os principais aspectos metodológicos da pesquisa de campo.

No terceiro Capítulo é apresentado o território onde trabalho e no qual desenvolvi a pesquisa de campo, a fim de expressar sua dimensão e complexidade, bem como os recursos públicos que dispõe. Neste Capítulo 3, são analisados os dados sobre o funcionamento dos serviços públicos de Assistência Social, Saúde, Educação e Conselho Tutelar, além dos impactos que tais serviços sofrem no contexto de violência armada.

No Capítulo 4, discute-se os principais resultados e reflexões da pesquisa realizada, em diálogo com o referencial teórico e minhas experiências profissionais.

Fragmentos das entrevistas realizadas se somam aos resultados obtidos - por meio da aplicação dos questionários – quando se analisa diversos elementos que expressam os desafios enfrentados no atendimento a crianças e adolescentes da Maré.

No Capítulo 5, são apresentadas algumas reflexões, tomadas pela necessidade de questionar o funcionamento das políticas públicas para crianças e adolescentes de favelas.

Por meio da presente tese, pretende-se examinar se as instituições que deveriam garantir direitos de crianças e adolescentes que residem nas favelas produzem e/ou reproduzem formas de naturalização das manifestações das violências. Os discursos do senso comum sobre as favelas, que atribuem a elas valores negativos, fazem com que os desafios manifestos nesses territórios se apresentem como insolúveis. Assim, a violência com a qual convivem crianças e adolescentes nas favelas passa a ser vista como natural, existente por si só, e não como resultado de um conjunto de relações sociais, econômicas e políticas. Pode-se afirmar, portanto, que o convívio cotidiano com determinadas manifestações da violência pelas crianças e adolescentes de favelas induziria à compreensão, de determinados atores sociais, de que isso é natural para elas.

Considera-se que o fenômeno se torna armadilha que mina possibilidades e prejudica o pleno funcionamento dos equipamentos públicos, ao contrário de incentivar a produção de estratégias efetivas de proteção de seus usuários.

Na Maré, a violência é visível. As armas estão presentes na paisagem, basta circular pelas ruas e becos. Os tiroteios acontecem e limitam a vida, de forma geral. Esta situação deveria ser inaceitável. Para os profissionais? Com certeza! Para as crianças e para os adolescentes? Sem dúvida. Mas as políticas públicas disponíveis não têm garantido a proteção dessas pessoas e os profissionais do SGDCA não são preparados para atuarem nesses espaços, muitas vezes sequer os conhecem. E assim seguem tentando driblar o medo, o pânico, os traumas e os preconceitos, enquanto as crianças e os adolescentes permanecem sendo interrompidos, em sua saúde, em suas alegrias, nas brincadeiras, nos estudos, na dignidade e na própria vida.

O processo de produção da tese buscou levar todos esses pontos em consideração e situá-los no mapa simbólico que forma a Maré e as demais favelas do Rio de Janeiro. Esse mapa imaginário, a partir do qual esse material foi produzido, decorre de uma escolha radical por localizar crianças e adolescentes em

seu “centro” -, um centro que não marca necessariamente uma posição espacial, mas de relevância e prioridade claramente previstas no arcabouço legal destinado a esse público. Por isso, embora não tenham sido ouvidos de maneira direta no contexto dessa tese, suas vozes, olhares e experiências estiveram presentes e ecoaram no percurso analítico aqui realizado, graças à bagagem de experiências que carregou e que, certamente, também carrega cada um dos profissionais ouvidos na pesquisa. Nas páginas que seguem, são incluídos alguns fragmentos de seus depoimentos e outras formas de expressão que, ademais, revelam o desejo de ampliação de possibilidades de vida digna para as infâncias e adolescências dos espaços mais indesejados da cidade.



Figura 2 - Azulejo produzido por criança da Maré. 2015/2016
Fonte: Redes da Maré. Foto: Elisângela Leite.

1. TESSITURA DE UM PROBLEMA DE PESQUISA

1.1. Juntando retalhos

O processo de construção da tese, desde quando começa a ser projetada, impõe a necessidade de ajustar uma série de inquietações, dúvidas e reflexões dentro de parâmetros, que permitam a produção de conhecimentos em termos acadêmicos e científicos. Este movimento se configura em um exercício constante, sobretudo para quem transporta o tema de pesquisa de suas experiências profissionais e/ou militantes, com muitos vieses e juízos de valor determinados. Nesse sentido, esta tese representou, todo o tempo, esse desafio, que se manifestou, inclusive, nos processos mais iniciais, de delimitação do tema e da hipótese a serem analisados.



Figura 3 - Atividade com crianças da Biblioteca Infantil Maria Clara Machado. 2016
Fonte: Redes da Maré.

A convicção da importância de trabalhar o funcionamento dos serviços públicos que atendem crianças e adolescentes em favelas e o quanto isso me mobiliza fizeram com que estas definições tivessem de ser pensadas e repensadas, diversas vezes, acompanhadas de sentimentos de insegurança e dúvidas.

Essa população sempre atravessou minhas intervenções profissionais, desde as experiências de estágio em Serviço Social. À época, tive a oportunidade de integrar um programa de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), chamado Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC). O NIAC continha um escritório-modelo interdisciplinar, localizado na Cidade Universitária, vizinha ao conjunto de favelas da Maré e tinha a população desse ter-

ritório como seu público-alvo. Naquele momento, passei a ter contato com esses sujeitos de forma mais sistemática, conhecendo um pouco mais sobre sua realidade, violações sofridas e demandas. No entanto, poucas foram as vezes em que eu fui à Maré, em meio a essa experiência, especificamente. Os plantões de atendimento aconteciam no escritório e, via de regra, os usuários deveriam se deslocar até o serviço e, não, o contrário. Atualmente, conhecendo muito mais profundamente a realidade da Maré e as necessidades de seus moradores, percebo que o número de demandas que chegava ao NIAC era reduzido, diante dos problemas enfrentados por sua população, talvez por não poderem se deslocar até o escritório ou, sequer, conhecê-lo.

A população usuária de serviços públicos como os de Educação, Saúde e Assistência Social, em sua maioria, é constituída por pessoas pobres, oriundas das periferias. Nos grandes centros urbanos, a condição periférica é também daqueles que residem nas favelas, independentemente de sua localização geográfica na cidade.³

Quando fui à Maré pela primeira vez, em uma atividade de pesquisa pela UFRJ, estava em um veículo da própria universidade, guiado por um motorista que era morador da região e que, portanto, a conhecia bem. Mesmo assim, durante o trajeto, ele fazia comentários que reforçavam a ideia de que aquele era um local perigoso e violento. Nessa época, eu devia ser recém-formada ou estava em vias de me formar em Serviço Social. Apesar de ter origem popular e também residir na periferia, senti medo ao entrar numa favela pela primeira vez. Por que ter medo se eu nunca tinha tido nenhuma experiência em um espaço como aquele? Por que ter medo de uma realidade que, guardadas as devidas especificidades, se assemelhava à minha? Por que ter medo, se eu não estava sendo ameaçada ou impedida de circular? Meu medo era expressão daquilo que sempre ouvi sobre as favelas: “locais violentos, perigosos, cheios de bandidos”, entre outras características negativas.

Talvez por isso, durante a Graduação, eu jamais tenha imaginado ou desejado trabalhar em favelas. Eu planejava que, tendo concluído o Curso, prestaria um concurso público para algum equipamento situado em espaços ditos “formais” da cidade. Mas o ingresso no NIAC, em 2008, me ligou a uma rede de pessoas que me

³ Segundo Mares (2013, p. 4), “essas áreas são periféricas não só por sua localização ou condição econômica, mas também por sua posição na periferia das políticas públicas, que, a seu ‘bel-prazer’, escolhem o momento de atuar na periferia pobre.”

guiaram pelas experiências que vivi até aqui, onde me situo profissional e academicamente hoje, sem nunca ter deixado a Maré como espaço de atuação. Foi também por esta experiência de Extensão na Universidade, que comecei a realizar estudos no campo dos Direitos Humanos, que me proporcionaram importantes referenciais éticos, políticos e teóricos. Inicialmente, este contato limitava-se a um discurso sobre a importância da defesa irrestrita de direitos, sem considerar todas as implicações e as contradições presentes no processo histórico de sua construção e garantia. O contato com o pensamento complexo (Morin, 2007) foi importante para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre esse tema e outros, até mesmo para a desconstrução dos medos e visões predominantes sobre as favelas.

Esse referencial teórico conduz à prática da contextualização de diferentes acontecimentos e, portanto, à consideração de fatores distintos acerca de um fenômeno. Pressupõe a existência de múltiplas visões, opiniões e versões sobre um mesmo fato. Nessa perspectiva, diferentes pontos de vista podem ser considerados para explicar determinado evento, que é, nessa linha de pensamento, sempre multideterminado e multifacetado. Para isso, é necessário ampliar o foco para conseguir “enxergar” de maneira mais nítida, na contramão do enfoque específico nos detalhes das coisas, apartados do todo e sem considerar o contexto ao qual pertencem.

O processo constante e rígido de compartimentação e separação dos saberes, movimento histórico e progressivo, levou à dispersão dos conhecimentos. Já durante minha trajetória acadêmica e profissional, desde o princípio, fui sensibilizada por práticas e saberes interdisciplinares. Como mencionei, fiz parte do NIAC, um Núcleo de Extensão Interdisciplinar. Assim, diferentemente de outros colegas que não tiveram essa experiência, na Graduação convivi, trabalhei, pesquisei, debati e estudei com pessoas de outros cursos, realizando atendimentos e pesquisas de forma coletiva.

Bastante interessada nesse movimento, quis aprofundar conhecimentos e, por essa razão, escolhi a interdisciplinaridade para ser o principal tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Naquela oportunidade, estudei mais sobre essa prática e campo do conhecimento e tive contato também com Morin e o *Paradigma da Complexidade*, dada a sinergia de suas reflexões com a proposta inscrita no âmbito da interdisciplinaridade.

Nesse sentido, o *Pensamento Complexo* propõe-se a unir conhecimentos. Não se trata de uma sobreposição, mas de uma articulação. O pensamento mutilado, recortado, leva a decisões erradas ou ilusórias e este o ponto que conecta o referencial teórico com a tese ora apresentada. O funcionamento dos equipamentos públicos que atendem crianças e adolescentes em favelas estão submetidos, em alguma medida, às escolhas dos profissionais que neles atuam, bem como seus gestores. E essas, por sua vez, se inserem num contexto em que as visões predominantes sobre as favelas têm uma tônica negativa, sobretudo no que diz respeito à violência.

Todo conhecimento é uma tradução, uma reconstrução. Sempre existe, portanto, o risco do erro, o risco de “alucinações”, deturpações de um conhecimento ou informação. São inegáveis, por exemplo, as manifestações de violência que ocorrem nos espaços de favela, mas caracterizá-los como violentos é tomar os dados sobre violência como aquilo que neles predomina. E, mais do que isso, adotar medidas que adaptam o funcionamento desses serviços, causando maiores restrições às crianças e aos adolescentes que os acessam, sob a justificativa de que o território é violento, vulnerabilizando ainda mais sua condição, no lugar de protegê-los do fenômeno.

Retomando alguns aspectos da minha trajetória, destaco o ano de 2012 como marco de uma nova fase da minha relação com a Maré e, conseqüentemente, com as favelas, pois passei a ter esse território como espaço físico da minha atuação profissional. A Redes de Desenvolvimento da Maré,⁴ organização na qual trabalho até hoje, realizava à época, uma formação para agentes de campo de um programa da Prefeitura do Rio de Janeiro, então chamado *UPP Social*.⁵ Na minha primeira experiência na Redes da Maré, eu realizava o acompanhamento dessa formação, que acontecia no IPP e, então, comecei a ir à Maré mais frequentemente.

O programa UPP Social, que depois passou a chamar-se *Rio mais Social*, acontecia nas favelas da cidade onde havia UPPs instaladas. Essa experiência inaugurou, então, um novo momento na minha trajetória, a partir do qual comecei

⁴ A Redes de Desenvolvimento da Maré é uma instituição da sociedade civil que produz conhecimento, elabora projetos e ações para garantir políticas públicas efetivas que melhorem a vida dos 137 mil moradores das 16 favelas da Maré. Disponível em <www.redesdamare.org.br> Acesso em 10 fev 2020

⁵ O programa *UPP Social* era coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro, em parceria com a ONU-Habitat e buscava promover o avanço urbano, social e econômico das favelas que tinham Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

a conhecer e a entender um pouco mais sobre os territórios de favela do Rio de Janeiro.⁶ A formação que tive a oportunidade de acompanhar abordava conhecimentos técnicos sobre coleta de informações em campo, mas também assuntos relacionados às favelas. Apesar de não ser aluna da formação, também aproveitava a oportunidade para assistir às aulas e acessar conteúdos totalmente novos pra mim.⁷

Nesse contexto, tive a oportunidade de conhecer algumas das favelas onde atuavam os agentes de campo, como Santa Marta e Complexo do Alemão e pude constatar, a partir dessa experiência prática, o quanto as favelas são territórios plurais, complexos e diversos, conforme caracterizadas por Jailson de Souza e Silva.⁸ Apesar de todas sofrerem com estigmas e preconceitos semelhantes, alguns determinantes acabam contribuindo para que elas se situem, simbolicamente, de formas distintas na cidade, a depender de sua localização e grupos armados que dominam seu território. A implantação das UPPs, por exemplo, nos primeiros anos de sua existência, colaborou para ressignificar, naquele momento, a relação dos moradores dos espaços ditos formais da cidade com as favelas, sobretudo aquelas situadas na Zona Sul da cidade (Motta, 2019; Santana, 2017; Pereira, 2015).

Este momento coincidiu com o período no qual realizei o Mestrado em Serviço Social, na UFRJ. A dissertação produzida, no entanto, não refletiu as experiências de maior contato com as favelas. Naquele momento, abordei o tema da Educação em Direitos Humanos em relação às possibilidades de atuação no campo do Serviço Social. Somente depois do Mestrado realizei mais leituras sobre

⁶ Os agentes de campo atuavam nas seguintes favelas: Santa Marta, Batan, Cidade de Deus, Babilônia/Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Tabajaras/Cabritos, Providência, Borel/Chácara do Céu, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano, Macacos, São João, Prazeres/Escondidinho, Coroa/Fallet-Fogueteiro, São Carlos, Mangueira/Tuiuti, Vidigal/Chácara do Céu, Rocinha, Complexo do Alemão e Complexo da Penha.

⁷ A formação tratou, entre outros temas, sobre: processo de constituição e identidade das favelas; temática ambiental no contexto de favelas; ações públicas nas favelas; segurança e acesso à Justiça; violência; movimentos sociais de base comunitária; comunicação e redes sociais; e cultura.

⁸ Jailson de Souza e Silva é um dos principais autores que contribuem no processo reflexivo que gera a presente tese. De origem popular, o autor, geógrafo com vasta experiência em favelas e espaços populares, cunhou o termo “paradigma da potência”, chamando atenção para a necessidade de adoção de referenciais que se situam na contramão do pensamento hegemônico sobre as favelas. Jailson denuncia os olhares que pasteurizam, homogeneizam as favelas e não consideram seu caráter plural e diverso: “Presentes em diferentes sítios geográficos - em planícies, em morros, às margens de rios e lagoas - e reunindo algumas centenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos, sendo constituídas por casas e/ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e presença do poder público, com variadas características socioambientais, as favelas constituem-se como territórios que se exprimem em paisagens consideravelmente diversificadas. A homogeneidade, no entanto, é a tônica quando se trata de identificar esse espaço popular.” (SILVA, 2009, p. 16)

as favelas e tive novas experiências nesses espaços. Até então, mobilizavam-me as reflexões em torno da atuação da minha categoria profissional e os territórios de favela não se encontravam, necessariamente, nessas inquietações.

Mas uma das questões que me mobilizam até hoje e que me acompanham desde a Graduação se referem a uma dada, digamos, “cultura profissional”. O Serviço Social é uma profissão pouco valorizada em comparação a outras, em diversos aspectos (Cisne, 2004; Heckert, 1991). Seus conhecimentos, muitas vezes, são subalternizados em relação a outras carreiras com as quais se relaciona geralmente, como o Direito, a Medicina e a Psicologia. Essa relação, muitas vezes desigual, inviabiliza a realização de práticas interdisciplinares, intersetoriais e, conseqüentemente, a troca de conhecimentos e práticas mais complexas, do ponto de vista das demandas atendidas.

Relacionado a esses aspectos, se situa, então, uma baixa estima profissional. Ao mesmo tempo, é uma categoria com atuação profissional crítica, de maneira geral, e claro componente ideopolítico,⁹ tendo em vista o tripé que sustenta a prática profissional (dimensões teóricas, jurídico-políticas e político-organizativas). O que observo ao longo da minha trajetória profissional, é que bandeiras voltadas para a melhoria das condições de exercício profissional, contraditoriamente, comprometem a qualidade de uma atuação efetiva voltada para a garantia de direitos da população.

O exercício de um componente ideopolítico no fazer profissional não significa sempre ir ao encontro dos interesses dos grupos usuários dos serviços. Nesse sentido, Paula (2018) atribui essa compreensão a um equívoco acerca do componente ideopolítico da intervenção profissional do/a assistente social:

O fato de o Serviço Social possuir um componente ideopolítico, que lhe é inerente, não pressupõe que esteja naturalmente vinculado a um projeto societário de ruptura com a ordem do capital. Ao contrário, como vimos anteriormente, a prática profissional da maior parte da categoria profissional manteve-se atrelada ao projeto societário da classe dominante por um longo período. E, mesmo depois da conquista hegemônica de um projeto profissional articulado aos interesses do conjunto dos trabalhadores, práticas profissionais conservadoras - sejam tradicionais, tecnocráticas, neoconservadoras ou aparentemente radicais (...) não desapareceram (Paula, 2018, p. 11).

⁹ Em artigo sobre o tema, Luciana Paula fala sobre esse componente: “O componente ideopolítico que perpassa a prática profissional do/a assistente social articula convicções políticas e concepções ideológicas. Entretanto, esses elementos - o político e o ideológico - encontram-se absolutamente interligados no momento da intervenção profissional. A política e a ideologia possuem naturezas distintas e guardam uma relativa autonomia entre si, mas apresentam-se sempre de forma articulada.” (PAULA, 2018, p. 7)

Segundo a autora, os equívocos em torno desta questão se devem à contradição entre capital e trabalho, que permeia o Serviço Social e outras atividades profissionais e não profissionais, fazendo com que sua intervenção seja atravessada por interesses em disputa. Tais equívocos, evidentemente, são produzidos em função de diversos fatores, entre eles as condições de trabalho:

Na posição de um/a empregado/a assalariado/a do capital que possui uma intervenção profissional voltada para os/as trabalhadores/as, o/a assistente social, muitas vezes, encontra-se em uma posição desconfortável, debatendo-se entre os interesses institucionais e as reais necessidades dos sujeitos junto aos quais trabalha” (Paula, 2018, p. 17).

Durante a Graduação, algumas características da categoria profissional que eu identificava como formas limitadas do fazer profissional, ao longo da minha trajetória como assistente social, se expandiram para as práticas de outros segmentos profissionais, sobretudo aqueles atuantes nas políticas de Assistência Social, Educação e Saúde. Nesse caso, essas limitações observadas diziam respeito a uma maneira de atuar nos espaços de favela.

Hoje, compreendo que minha formação no campo dos Direitos Humanos e a aproximação com o pensamento complexo, conforme apresenta Edgar Morin (1991, 1996) e com novos paradigmas¹⁰ de relação com as favelas e espaços populares têm me permitido sustentar formas contra-hegemônicas de relação com esses espaços. Isso porque o simbólico é também elemento do mundo social e define investimentos em políticas públicas, bem como as iniciativas das organizações da sociedade civil, que acabam sendo influenciadas pelas concepções que carregam sobre as favelas. Assim, as iniciativas voltadas para eles acabam sendo fragmentárias; os investimentos reduzidos e a ambiência econômica fragilizada (Silva, 2009).

Assim, tenho buscado um agir profissional alinhado ao entendimento da necessidade de ocupação dos espaços de favela e periferias e da defesa irrestrita dos

¹⁰ Morin deu importantes contribuições para a compreensão do conceito de paradigma e como ele influencia nas formas de pensar e agir dos sujeitos. Morin conceitua paradigma como “um tipo de relação muito forte, que pode ser de conjunção ou de disjunção, aparentemente de natureza lógica, entre alguns conceitos mestres”. Essa relação dominadora “determina o curso de todas as teorias, de todos os discursos que o paradigma controla. O paradigma é invisível pra quem sofre os seus efeitos, mas é o que há de mais poderoso sobre as suas ideias.” (MORIN, 1996, p. 31). Para o autor, “o paradigma instituiu as relações primordiais que constituem os axiomas, determinam os conceitos, comandam os discursos e/ou teorias [...] O paradigma é inconsciente, mas irriga o pensamento consciente, controla-o, e, nesse sentido, é também sobreconsciente (MORIN, 1991, p. 190).

Direitos Humanos de seus moradores, que vivem nesses espaços todos os dias e que têm importância fundamental para toda a cidade.

Apesar de a presente tese não tratar, especificamente, da atuação do Serviço Social em espaços de favela, na condição de assistente social, pesquisadora e com experiência de atuação nesses espaços, espero que ela sirva de referência para reflexões no contexto da atuação profissional nesses/para esses territórios, que levem à construção de novas práticas questionadoras dos modelos vigentes de atuação das políticas públicas nesses espaços, marcados por experiências cotidianas de violações de direitos dos seus moradores, sobretudo das crianças e dos adolescentes.

A seguir, destaco alguns elementos importantes a respeito da atuação das políticas públicas em espaços de favelas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e que serão objeto de análise sobre as diferentes formas de atendimento a crianças e adolescentes que residem nesses espaços.

1.2.

Considerações sobre as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro

As análises aqui apresentadas abordam elementos de destaque das minhas experiências de oito anos trabalhando na gestão de projetos desenvolvidos com crianças e adolescentes.

Na Redes da Maré, já me deparei com os mais variados perfis de crianças e adolescentes e suas famílias: desde aquelas em situação de extrema vulnerabilidade, fora da escola, até adolescentes vinculados a programas de aprendizagem ou em preparação para o ingresso na universidade.

Na *Cidade Escola Aprendiz*¹¹ participei de programas para a promoção do acesso à Educação para crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão escolar, em mais de 20 municípios do estado do Rio de Janeiro, sempre junto à populações de favelas e periferias e no contato direto com as políticas públicas de Educação, Assistência Social, Saúde e Conselhos Tutelares. Enfim, pretendo abordar alguns elementos que marcam o percurso histórico dessas iniciativas.

¹¹ A *Cidade Escola Aprendiz* é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que há 22 anos contribui para o desenvolvimento dos sujeitos e suas comunidades, por meio da promoção de experiências e políticas públicas orientadas na perspectiva integral da Educação.

Desde seu surgimento, as favelas sofreram diversas formas de intervenção do poder público, marcadas por diferentes maneiras de compreendê-las. Importante destacar que estas ações, desde sua gênese, estiveram determinadas por correlações de forças que compreendiam tanto o entendimento da favela como um “problema social”, quanto o reconhecimento de seu potencial útil do ponto de vista das disputas eleitorais, face aos significativos contingentes populacionais destes territórios (Bittencourt & Rocha, 2019; Cavallieri, 2011).

Há registros de formações de favelas no Rio de Janeiro desde o século XIX. É também, na última década deste século, que a favela começou a ser considerada um problema estético, populacional e higiênico, pelos grupos dominantes e autoridades do município do Rio de Janeiro (Nóbrega Júnior *et al.*, 2012; Silva & Barbosa, 2005).

Silva & Barbosa (2005) informam que é a partir do surgimento do Morro da Favella, em 1897, que a imprensa começa a associar o termo *favela* à noção de *desordem e perigo*: “Com efeito, a favela começou a ser incorporada ao imaginário da cidade, revestindo-se de estereótipos como ‘outra cidade’ ou ‘terra sem lei’” (Nóbrega Júnior *et al.*, 2012, p. 59).

Diversas medidas oficiais são, portanto, influenciadas por essa tônica. Nessa perspectiva, foi instituído o *Código de Obras*, em 1937. O documento propunha a substituição das favelas por núcleos de habitação de tipo mínimo. Como consequência, foram criados os *parques proletários*, em 1941. Segundo Burgos (1999),

(...) a “descoberta” do problema da favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava a urbanidade da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários, que tem por finalidade, acima de tudo, resolver o problema das condições insalubres das franjas do Centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana. (Burgos, 1999, p. 27)

Os moradores de favelas eram tidos como sujeitos passivos, que precisavam de ajuda governamental (Silva & Barbosa, 2005) e de uma “pedagogia civilizatória” (Burgos, 1999). E “os agentes civilizadores”, segundo Valladares (2000), eram assistentes sociais. Para a autora, este período inaugura as ações de assistência social pelo Estado, deixando de ser realizadas, exclusivamente, pelos segmentos religiosos e privados.

Nas sessões a seguir, cada uma destinada às políticas sobre as quais tratarei ao longo da tese (Assistência Social, Saúde e Educação), reúno alguns dos principais eventos históricos, desde o final do século XIX até os dias de hoje, que marcam a atuação nos espaços de favela no município do Rio de Janeiro.

1.2.1.

Trajetória histórica das políticas públicas das favelas do Rio de Janeiro

A década de 1940 foi importante no campo das iniciativas voltadas para o trato das diversas questões sociais presentes nas favelas. A Fundação Leão XIII foi criada neste período, pelo Governo Federal, à época administrado pelo presidente Eurico Dutra.

De acordo com Santos (2007, p. 25), a instituição surgiu para o desenvolvimento de duas frentes de ação principais: primeiramente, a oferta de serviços urbanos essenciais para as condições de reprodução da força de trabalho; e, em segundo lugar, a formação de bases eleitorais e exercício de controle político, no âmbito de uma população com significativo potencial de luta.

A Fundação Leão XIII foi a primeira instituição do Governo a atuar permanente e sistematicamente nas favelas. Criada por meio de uma parceria entre a Prefeitura e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, produziu conhecimentos a partir de levantamentos estatísticos e classificação dos indivíduos e das famílias. Segundo seu Estatuto original, a Organização tinha como objetivo: “Dar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas no Rio de Janeiro”.¹² Uma de suas preocupações principais residia no ordenamento das favelas e seu controle social. A fim de realizar tal empreitada, propunha a manutenção de creches, escolas, maternidades, vilas populares e cozinhas, além de basear-se no tripé *Saúde, Educação e Habitação*.

No que tange especificamente à Educação, sua prática centrava-se em seus aspectos social e instrucional. As ações de Educação Social realizavam-se nos Centros de Ação Social (CAS), que foram instalados em diferentes favelas.

Na década de 1950, foi fundada a Cruzada São Sebastião, uma nova Organização, de viés paternalista, com abordagem semelhante a da Fundação Leão

¹² Estatuto da Fundação Leão XIII. Art. 19. Distrito Federal, 8 de fevereiro de 1947.

XIII, como instituição executora de ações governamentais para as favelas. Neste mesmo período, o Jornal *O Estado de São Paulo* encomendou um estudo denominado “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, que teve como uma de suas recomendações a formulação de uma política mais flexível para as favelas. Nesse contexto, o Governo Federal criou, em 1956, o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) que, inicialmente, atuou mediante apoio às ações da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião (Valla, 1985, p. 285).

Durante a década de 1950 e início dos anos 1960, as cidades com padrão industrial de produção caracterizavam-se pela falta de infraestrutura urbana apropriada que deveria atender as necessidades básicas da classe trabalhadora, implicando, além da habitação, uma rede de ações públicas que vão desde planejamento aos serviços urbanos em geral. As grandes cidades, para onde se convergia o processo migratório, além das carências urbanas, também não realizavam as condições sociais necessárias que pudessem promover uma maior e melhor integração dos migrantes com o meio social (Siqueira, 2008, p. 16).

Segundo Mاتيолли (2016), entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreu uma mudança de abordagem do poder público em relação às favelas, que, até então, era marcada pelos processos de remoção de seus moradores e erradicação de territórios. Nesse mesmo período, em 1979, foi criada a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), na Prefeitura do Rio de Janeiro (atualmente Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH). A criação da Secretaria se deu a partir da necessidade de lidar com a questão das favelas no município, de maneira prioritária, além da prestação dos serviços de Assistência Social.

A Secretaria tornou-se, à época, o único órgão estatal no município do Rio de Janeiro que poderia definir metas de atendimento às favelas, alinhadas às propostas definidas por organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), de acordo com Santos (2007, p. 34).

Dando um significativo salto histórico, chega-se ao ano de 2001, que marcou um processo de reconfiguração da política de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro. Este movimento se expressou no surgimento do Sistema Municipal de Assistência Social (Simas), pela Lei nº 3.343, de 28 de dezembro de 2001, ainda vigente. No âmbito deste processo de reestruturação, a então Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS) passou a ser composta por três

subsecretarias: a Subsecretaria de Proteção Social Básica, a Subsecretaria de Proteção Social Especial e Subsecretaria de Gestão.

À Subsecretaria de Proteção Social Especial cabe a promoção do acesso dos usuários - entre eles crianças, adolescentes, jovens, idosos e famílias, em situação de “vulnerabilidades” (gerada por privação, abandono, violência, exploração e/ou rompimento de vínculos) - aos serviços sociais públicos, tais como: serviços de atenção psicossocial especializados e instituições de acolhimento.

Cabe, ainda, à referida Subsecretaria, no campo das ações de média complexidade, o desenvolvimento do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti), que prevê a realização de atendimentos individualizados e acompanhamento sistemático. Às ações de alta complexidade estão previstas iniciativas voltadas para a população em situação de rua, entre elas, crianças, adolescentes, adultos, idosos e também famílias.

A proteção social básica, por sua vez, é executada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), enquanto a proteção social especial se dá nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e demais equipamentos. Na cidade do Rio de Janeiro, há 47 CRAS, distribuídos em 10 Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH). Já o universo de CREAS corresponde a 15 unidades. Entre esses equipamentos de Assistência Social, somente 14 deles estão localizados em favelas, sendo CRAS em sua totalidade, correspondendo a 29,7% do total desses equipamentos.

Para a política de Saúde, ainda no final do século XIX, ao mesmo tempo em que se registra o surgimento de favelas no Rio de Janeiro, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, instituição filantrópica que buscava proteger e amparar a “infância necessitada”. O Instituto foi criado por Moncorvo Filho, que difundiu a Puericultura no Brasil. Ainda na primeira metade do século XX, foi instituído o Departamento Nacional da Criança, que inaugurou diversas maternidades, serviços de Pré-natal e postos de Puericultura. (Otenio *et al*, 2008, pp. 10-11)

No início do século XX, as favelas surgem acompanhadas de uma visão negativa. E a Saúde, como campo do conhecimento, teve papel fundamental na produção e disseminação de informações sobre as favelas. Assim, na década de 1920, foi realizada uma grande campanha contra essa “lepra da esthetica” (Valladares, 2000, p. 12). Da mesma maneira, suas habitações eram consideradas

anti-higiênicas. Ainda segundo Valladares (2000, p. 14), “seguiu-se, naturalmente, a leitura da favela como doença, moléstia contagiosa, uma patologia social que precisava ser combatida”.

Em 1942, foi criada, pelo comandante Amaral Peixoto, então interventor do Estado do Rio de Janeiro, a Fundação Lar Operário Fluminense, pelo Decreto nº 666/42, cujo objetivo era “desenvolver ação social **contra** as favelas”, por meio da construção de casas “higiênicas”. A organização filantrópica construía um centro social para oferecer alimentação e assistência médica para idosos, crianças e doentes; ofertava atendimento de pediatria, clínica geral, farmácia, entre outras atividades.

Na década de 1990, por força do Decreto 14.332, de 7 de janeiro de 1995, foi criado, no município do Rio de Janeiro, o programa *Favela-Bairro*, para urbanização das favelas. A iniciativa, que perdurou de 1995 a 2000, tinha como perspectiva a integração da favela à cidade, demonstrando, como pressuposto, que se configurava como território apartado do conjunto do município. Entre as ações desenvolvidas, compreendeu a ampliação da oferta de determinados serviços para as favelas, entre eles a instalação de postos de saúde.

Atualmente, no campo da oferta de serviços, predominam as ações da atenção básica, que privilegiam as iniciativas de nível preventivo. A porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) é a Estratégia de Saúde da Família, operada nas Clínicas da Família e Centros Comunitários de Saúde. Segundo Machado *et al.* (2016, p. 3), houve predominância de instalação desses serviços em regiões consideradas de “risco social”. As ações voltadas para crianças e adolescentes se iniciam ainda durante a gravidez, em relação ao aleitamento materno, nascimento saudável, vigilância à mortalidade fetal, entre outras.

Quanto à política de Educação, a trajetória da escola pública no Rio de Janeiro tem suas bases ainda no período colonial, passando por diversas fases até alcançar o modelo atual. Somente em 1961 são definidos os parâmetros comuns da política em território nacional, presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Entre as décadas de 1980 e 1990, Leonel de Moura Brizola governou o estado do Rio de Janeiro por duas vezes. Nas suas duas gestões, implementou o projeto coordenado pelo antropólogo Darcy Ribeiro - os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) - que têm destaque no campo da Educação pública. Foram mais de

500 unidades de ensino integral construídas, voltadas sobretudo para crianças e adolescentes pobres e moradores de favelas. O intuito era que eles tivessem oportunidades educacionais semelhantes as da classe média, que frequentavam os melhores colégios privados (Bandera, 2013, p. 20).

Mas foi nos anos 1990, com a expressiva expansão da população de favelas, que as unidades escolares começaram a ser construídas nesses territórios ou próximo a eles. Já a proposta original do CIEP, no entanto, teria fracassado, entre outros fatores, devido aos estigmas sofridos por seus alunos, de origem popular (Paiva, 2011, p. 44). Assim, anos depois foram integrados ao Sistema de Ensino e passaram a operar como o restante das escolas públicas. Ou seja, da proposta original restou apenas a estrutura arquitetônica.¹³

Este período entre as décadas de 1980 e 1990 marca, também, segundo Paiva (2011, p. 45), a influência da “cultura da rua” nas instituições escolares. A ampliação da oferta, de maneira geral, com maior número de escolas e unidades maiores, com centenas de alunos, alterou o panorama da oferta da Educação.

Contudo, o aumento da violência urbana nesta mesma época trouxe impactos para o funcionamento das escolas. É de amplo conhecimento casos de interferência de grupos armados no funcionamento das unidades, por exemplo, além do envolvimento dos próprios alunos nestas redes.

Mais recentemente, em 2016, houve expressiva ampliação do número de escolas municipais construídas a partir da iniciativa denominada *Fábrica de Escolas*. Foram 116 novas unidades escolares construídas, sendo 110 delas chamadas *Escolas do Amanhã*, projeto criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 31.022, de 24 de agosto de 2009. Em 17 de novembro de 2010, a Secretaria Municipal de Educação (SME) assinou Termo de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para sua implementação. O Acordo perdurou até o final de 2016. A iniciativa abrangeu 155 unidades, localizadas em áreas consideradas “conflagradas” da cidade.

¹³ Transitando pelas unidades escolares públicas do Rio de Janeiro é possível verificar a subutilização de determinados espaços dos CIEPs ou seu uso para fins distintos daqueles originalmente previstos, além de adaptações, inclusive na estrutura arquitetônica original, como o fechamento total das salas que, a princípio, não tinham paredes fechadas por completo. De maneira geral, os equipamentos estão sucateados.

O Programa visou à implementação do horário integral das unidades (turno único de sete horas),¹⁴ além de diversas medidas que buscavam a redução das desigualdades escolares, dos índices de evasão e da infrequência entre os alunos da rede, que hoje é a mais ampla de toda a América Latina. São 1.540 unidades públicas entre creches, Unidades de Desenvolvimento Infantil (EDIs) e escolas, conforme dados da SME/RJ.

Levando-se em consideração minha trajetória de trabalho nos últimos anos em favelas, e em contato direto com as três áreas mencionadas, algumas questões são cabíveis de registro: estas políticas, seus equipamentos e os profissionais que nelas atuam realmente têm como foco o direito das crianças e dos adolescentes? Esses equipamentos funcionam da mesma maneira que em toda a cidade? Como as visões e percepções dos profissionais sobre as favelas podem alterar a dinâmica de funcionamento desses serviços?

Consideradas como populações “carentes de medidas civilizatórias”, as ações voltadas para crianças e adolescentes têm a marca dessa tendência, no sentido de configurarem-se como ações “preventivas à violência” e, não, garantidoras de direitos ou de oportunidades de acesso a bens educativos, culturais, esportivos, de lazer, entre outros. Assim, apesar de, legalmente, serem consequência do processo de garantia de direitos fundamentais, na prática, os serviços “fundamentais” sofrem frequentemente a interrupção de seu funcionamento, pelas diversas razões já expostas, com destaque para a violência armada nas favelas, e cuja análise será aqui aprofundada.

É nesse contexto, relacionado a algo tão sensível quanto à exposição dos sujeitos à violência, que se abre espaço para a invisibilidade de crianças e adolescentes de favelas e as manifestações da violência por elas sofridas, em diferentes modalidades e níveis de gravidade. Fica claro, portanto, que essa forma de funcionamento dos serviços deve ser problematizada e não somente aceita, por mais que soem contundentes os argumentos utilizados, historicamente, para justificá-la.

As iniciativas junto a crianças e adolescentes moradores de favelas deveriam ser contínuas, diversas e de qualidade, na direção do seu pleno desenvolvimento e redução das desigualdades às quais estão submetidos. Mas o que ocorre é um processo duplo de vulnerabilização, que se inicia na exposição à violência no

¹⁴ Atualmente, segundo informações divulgadas pela própria SME, somente 35,11% das unidades escolares operam em tempo integral.

espaço público do seu território, no convívio frequente com armas e drogas, e continua no precário funcionamento dos serviços que poderiam lhes garantir direitos, prevenir essa e demais manifestações da violência e promover a redução de seus danos.

Nessa perspectiva, as formas de funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, nos espaços de favela, deveriam ser examinadas, dando visibilidade aos danos sofridos por aqueles que são seus principais beneficiários, a fim de se produzir reflexões éticas, que questionem paradigmas estabelecidos no campo das políticas públicas em espaços de favela.

Estas reflexões e questões observadas sobre a dinâmica de garantia de direitos de crianças e adolescentes de favelas colaboraram para a construção do problema central da presente tese. A busca principal é contribuir para a criação de novas formas de atuação que, realmente, considerem crianças e adolescentes, seus direitos e segurança como foco principal das políticas, conforme previsto nos marcos legais. Para isso, é fundamental rever práticas historicamente cristalizadas e com justificativas aparentemente óbvias e autoexplicativas, que caracterizam a favela como espaço marcado ininterrupta e irremediavelmente pela violência.

Somente a partir da análise dessas práticas e da produção de novas formas de atuação é possível sair da inércia que imobiliza o SGDCA nas favelas do Rio de Janeiro. Afinal de contas, não basta somente construir novos equipamentos e constituir equipes, se não forem criadas as condições para que, no contexto de vida dessas crianças e adolescentes, seus direitos sejam efetivados, conforme legalmente previsto.

1.3.

Discursos, práticas e atendimento a crianças e adolescentes de favelas

As análises produzidas sobre o funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) em favelas no Rio de Janeiro me conduziram aos estudos sobre práticas discursivas, que passaram a orientar o objeto de pesquisa dessa tese. Segundo Spink & Medrado (2013) as práticas discursivas podem ser definidas como:

(...) linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas. As práticas discursivas têm

como elementos constitutivos: a dinâmica, ou seja, os enunciados orientados por vozes; as formas, que são os *speech genres*;¹⁵ e os conteúdos, que são os repertórios interpretativos. (Spink & Medrado, 2013, p. 26)

O estudo das práticas discursivas está situado no campo do movimento construcionista, e tem como proposta a compreensão dos processos de institucionalização que fazem com que determinados acontecimentos sejam essencializados. Dois autores considerados clássicos no âmbito do construcionismo, Thomas Luckmann e Peter Berger (2004), produziram uma crítica à compreensão intelectualista do conhecimento, alegando que este não deveria restringir-se somente aos saberes teóricos, mas também ao que conhecem da realidade, a que chamam de conhecimento do senso comum.

Exagerar a importância do pensamento teórico na sociedade é um natural engano dos teorizadores. Isto torna por conseguinte ainda mais necessário corrigir esta compreensão intelectualista. As formulações teóricas da realidade, quer sejam científicas ou filosóficas, quer sejam até mitológicas, não esgotam o que é “real” para os membros de uma sociedade. Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens “conhecem” como “realidade” em sua vida cotidiana, vida não-teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o “conhecimento” do senso comum, e não as “ideias”, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente este “conhecimento” que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. (Berger & Luckmann, 2004, pp. 33-34)

Ou seja, os autores partem do pressuposto de que a “realidade” é socialmente construída. Partindo desta compreensão, é possível perceber a influência dos discursos e verdades cristalizadas sobre as práticas e a dificuldade de separação entre elas. Buscando, por meio da Sociologia do Conhecimento, compreender como ocorre esse movimento, os referidos autores desenvolviam suas reflexões a partir do seguinte questionamento: “Como é possível que os significados subjetivos se tornem facilidades objetivas?”

Berger e Luckmann (2004) constroem a resposta para essa pergunta a partir de três conceitos principais: (i) tipificação; (ii) institucionalização e (iii) socialização. Vejamos cada um deles:

¹⁵ Segundo Bakhtin (1995), os *speech genres*, ou gêneros de fala, são as formas mais ou menos estáveis de enunciados, que buscam coerência com o contexto, o tempo e o(s) interlocutor(es). Por exemplo, ao se encontrarem, duas pessoas com frequência empregam enunciados típicos, como: 1. Oi, tudo bem? 2. Tudo bem, e você?; ou, num primeiro encontro: 1. Muito prazer! 2. O prazer é todo meu! Num enterro, é comum o enunciado Meus pêsames! E, raríssimas vezes, alguém dirá Meus parabéns!, embora, apesar da baixa probabilidade, isso não seja completamente improvável.” (SPINK & MEDRADO, 2013, p. 24)

Tipificação: O outro é apreendido a partir de esquemas tipificadores, como, por exemplo, os preconceitos. Segundo os autores, essas tipificações do pensamento do senso comum constituem elementos integrais do concreto, sendo admitidas como certas, socialmente aprovadas. Dessa maneira, as interações cotidianas são diretamente influenciadas por esquemas padronizadores, tipificadores. Trazendo o conceito para as formas pelas quais os espaços de favelas são vistos pelo senso comum, identificamos, de maneira recorrente, esses territórios associados a adjetivos como “perigosos”, “violentos” e “precários”.

Institucionalização: Os autores, partindo da suposição de que a sociedade é uma realidade objetiva, utilizam o conceito de institucionalização para demonstrar como a objetividade é um processo de construção. Eles argumentam que os esquemas tipificadores, por meio dos quais o outro é apreendido, vão se tornando comuns com o passar do tempo e, assim como hábitos, ganham autonomia e se institucionalizam. Dessa forma, as formas de funcionamento dos serviços públicos nos espaços da favela, por se tornarem corriqueiras, acabam por justificar a violência, que ganha legitimidade, produzindo modos institucionalizados de operação das políticas públicas nesses espaços.

Socialização: O movimento de institucionalização produz a objetividade percebida. A objetividade instituída se internaliza pelos processos de socialização primária e secundária. Contudo, este é um movimento dinâmico, passível, portanto, de mudanças. Enfrentar as formas cristalizadas de funcionamento, fundamentadas em estereótipos historicamente construídos sobre as favelas é fundamental para a institucionalização de novas práticas.

Ainda segundo Spink & Gimenes (1994, p. 150), a produção de sentido “é um processo de negociação continuada de identidades sociais”, o que articula três diferentes aspectos, quais sejam:

1. Dar sentido é sempre uma ação cognitiva, o que implica uma forma de pensar definida por diversos vieses, que passam por nossos repertórios no campo do conhecimento, experiências e contextos socioculturais nos quais estamos inseridos. A articulação entre estes contextos pressupõe a conexão entre dois diferentes tempos: o tempo histórico, onde se situam conteúdos imaginários decorrentes dos discursos de épocas distintas; e o tempo vivido, nos quais se localizam conteúdos resultantes dos processos de socialização primária e secundária. Pensar sob este prisma implica percorrer as diversas narrativas com as quais

entramos em contato e que se relacionam com nossas práticas. De acordo com Davies & Harré (1990, p. 46), “as histórias estão localizadas em um número de discursos distintos e, portanto, variam dramaticamente em termos da linguagem utilizada, dos conceitos, das questões e dos julgamentos morais aí revelados e das posições possíveis aí dentro.”

2. Dar sentido ao mundo exige posicionamento em uma rede de relações, pertencendo, assim, à ordem da intersubjetividade, o que soma à essa dinâmica o tempo presente. Segundo Varela (1991), o tempo presente é uma microescala de interação social em que é possível a dissolução entre o instituído e o instituinte, possibilitando a atividade criativa e a produção de novos sentidos.

3. Por fim, dar sentido implica também se posicionar no fluxo dos acontecimentos. Ou seja, estabelecer continuidade e coerência de maneira suficiente, de modo a se reconhecer como sujeito histórico (ou que tem uma história) num mundo definido pela polissemia. Assim, a atividade de dar sentido está atrelada à produção de narrativas que constroem elos (sempre sujeitos à ressignificação) entre sentidos e situações vividas, ou seja, trocas entre o futuro e o passado. Diz respeito às mutações mais globais na subjetividade moderna, uma metamorfose histórica da memória e sua conversão definitiva à psicologia individual. De acordo com Pierre Nora (1993, p. 18), “a atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade.”

Os processos sociocognitivos que produzem o conhecimento não são autônomos, pois dependem necessariamente da história, tanto no nível individual, como dos discursos característicos de uma cultura nos quais se inserem. Do ponto de vista do indivíduo, esta história é determinada pela memória afetiva e se inscreve no movimento de produção de versões plausíveis de um *eu* intersubjetivamente produzido. No campo biológico, esta memória encontra raízes na repetição de padrões neurais onde repousam atividades corriqueiras. Não se tratam de determinismos biológicos, pois tais padrões estão submetidos às variações provocadas pela vivência de novas experiências. A “história”, aqui, não é somente retorno ao passado, mas o entendimento do caráter processual do *ser-no-mundo*. Já do ponto de vista cultural, esta história traduz-se em diferentes narrativas a respeito dos objetos do mundo vivido que têm por função definir identidades relacionadas à versão oficial do que deve ser a relação entre os sujeitos e a sociedade.

Na análise foucaultiana, “as palavras estão deliberadamente ausentes quanto as próprias coisas” (Foucault, 1972, pp. 63-64) e, acrescenta-se:

(...) “discursos”, (...) não são, como poderia se esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras. (...) analisando discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes das palavras e das coisas e separar um conjunto de regras próprias à prática discursiva. (...) tarefa que consiste em tratar os discursos não mais como um conjunto de signos (de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações) mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (Foucault, 1972, p. 64).

O conceito de práticas discursivas, portanto, torna possível compreender o que revela a dinâmica de funcionamento dos equipamentos do SGDCA na Maré. Parto do pressuposto de que a violência armada que afeta este território e as demais favelas do Rio de Janeiro justifica e/ou é utilizada para justificar práticas no contexto da operação destes serviços, que acabam por tornar mais vulneráveis às diferentes manifestações da violência as crianças e os adolescentes que neles residem.

A violência contra crianças e adolescentes de favelas são, por vezes, consideradas inexoráveis. Cria-se, então, simbolicamente, uma classificação dessas manifestações, em que o combate a algumas são priorizadas em detrimento de outras, a depender do nível de gravidade considerado. Tal lógica pode levar à compreensão de que a violência é parte integrante do cotidiano dessas crianças e adolescentes e que elas estariam acostumadas com essa condição.

A naturalização da violência é uma questão abordada em pesquisas e produções acadêmicas sobre infância e juventude (Lira & Hanna, 2016; Minayo, 2001), porém com reduzido aprofundamento teórico. Nas diferentes bibliografias que mencionam a naturalização das diferentes formas de violência, é comum vê-la acompanhada com o termo *banalização*. Em muitas situações, os termos são mencionados juntos: “naturalização/banalização da violência” (Cocco *et al.*, 2010). Na presente tese, contudo, a escolha do termo “naturalização” decorre da compreensão de que ele se aproxima mais das manifestações a serem investigadas.

Embora possam ser tratadas como sinônimos em algumas situações, as definições de *naturalização* e *banalização* guardam distinções importantes no âmbito do estudo que se pretende desenvolver. A definição de *banal* remete a algo sem importância, enquanto a definição de *natural* vai além desta descrição, remetendo ao que é característico de determinado lugar ou à força incontrolável a que estão supostamente sujeitos determinados indivíduos. Ambos os termos são, frequentemente, tratados como sinônimos, sendo, de fato, difícil distinguí-los. No curso da

tese, veremos que os próprios sujeitos pesquisados, muitas vezes, assim os tratam/mencionam. De fato, em alguns momentos podem ser compreendidos de forma semelhante, como o são para algumas pessoas. Foi um desafio, inclusive, localizar nas referências bibliográficas utilizadas uma distinção de maneira precisa.

A esse respeito, vale mencionar, brevemente, a filósofa Hannah Arendt (2007) que, apesar de não ser aqui utilizada de maneira central como referência teórica para o estudo, foi considerada entre as muitas leituras realizadas, contribuindo, evidentemente, para as análises produzidas. Impossível, portanto, não mencioná-la, sobretudo ao tratar da questão da banalização, já que o termo *banalidade do mal*¹⁶ foi cunhado pela autora e disseminado entre diversos estudos sobre violência em todo o mundo. Nas diversas ocasiões em que tratou do assunto, Arendt refletiu a respeito da distinção que observava entre “banal” e “lugar-comum” (*commonplace*): este último seria algo trivial, que ocorre com frequência, constantemente. Já o banal não é, necessariamente, algo comum, mas que pode tomar essa forma (Arendt, 2007. p. 479).

Na perspectiva aqui adotada, a compreensão de naturalização da violência contra crianças e adolescentes de favelas remete, exatamente, a um suposto entendimento de que a violência vivenciada nesses territórios é algo intrínseco àquele espaço, que o caracteriza de maneira determinante, devido a um suposto caráter imutável de sua manifestação, sendo algo com o que crianças e adolescentes que neles nasceram e vivem terão de conviver.

Nesse sentido, a compreensão de naturalização, aqui adotada, é a que “surge sob a forma de ideias que afirmam que as coisas são como são porque é natural que assim sejam” (Chauí, 2000, p. 216). A violência com a qual convivem crianças e adolescentes nas favelas passa, então, a ser vista como natural, existente por si só, e não como resultado de um conjunto de relações sociais, econômicas e políticas. A naturalização é “a maneira pela qual as ideias produzem alienação social” (Chauí, 2000, p. 216). Assim, essa violência surge como algo natural e poderoso, passando a ser usada para caracterizar o espaço da favela, em detrimento de quaisquer outras

¹⁶ O termo foi utilizado por ela em um texto que produziu a respeito de um julgamento de um funcionário alemão do governo nazista, sobre o qual afirmou: “Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade.” (ARENDT, 1993, p. 145)

características, alternativas possíveis à violência, mecanismos de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Cabe, aqui, elencar algumas das expressões da violência que se manifestam contra crianças e adolescentes nas favelas, de forma muito característica, como não acontecem nos espaços considerados “formais” da cidade e que, ocorrendo rotineiramente, sem que sejam apresentadas estratégias para seu enfrentamento, identifico-as no campo da naturalização da violência:

- a.** A exposição constante aos integrantes de grupos armados, suas armas de fogo de diversos tipos e à venda de drogas no espaço público.
- b.** Confrontos armados e, conseqüentemente, “balas perdidas”.
- c.** A interrupção e, em algumas situações, como no caso das escolas, a adoção de formas diferenciadas/adaptadas no funcionamento dos equipamentos públicos, em função da violência. No caso da Maré, há predominância nos equipamentos de Educação e Saúde: crianças ficam dias sem poder ter atendimento médico e/ou ir às aulas e não há qualquer iniciativa sistemática para reparação destes danos.
- d.** A precariedade de funcionamento de alguns equipamentos públicos onde faltam, por exemplo, determinados profissionais. Há períodos em que é difícil conseguir profissionais que se disponham a trabalhar na Maré, como é o caso daqueles da área de Saúde e de alguns professores especialistas.
- e.** A inércia da ação de agentes nos equipamentos da Assistência Social e Conselhos Tutelares frente aos casos de violação de direitos de crianças e adolescentes. Caracterizadas como locais muito violentos, há regiões nas quais os profissionais não transitam. São raras as visitas domiciliares, o que impede o atendimento de casos em que a criança é vítima de violência, por exemplo, uma vez que ela não buscará atendimento diretamente no equipamento que, no caso da Maré, localiza-se fora dos limites geográficos do conjunto de favelas. Ou seja, a violência armada contribui para o agravamento de outros problemas, que se manifestam no campo privado.
- f.** A truculência das polícias, sobretudo de agentes da Polícia Militar que, não raro, violam domicílios e escolas sem autorização, entre outras arbitrariedades que desrespeitam direitos de crianças e adolescentes e ampliam sua exposição ao risco ao contrário de garantir-lhes segurança. Registra-se, também, a ocorrência de casos, na Maré, de violência

praticada diretamente contra crianças e adolescentes, na forma de humilhações, xingamentos, agressões físicas e homicídios. O processo de naturalização desses casos é potencializado quando as vítimas estariam, supostamente, envolvidas com os grupos armados.

- g. O trabalho infantil ainda está presente, com ênfase para o trabalho doméstico, sobretudo no cuidado e responsabilidade de crianças por seus irmãos menores; e o envolvimento com grupos armados, em diversos níveis, para o que não se identifica uma ação sistemática de enfrentamento pelas políticas e órgãos competentes.

Nesse sentido, e para fins de análise, apresenta-se uma pergunta central: É possível afirmar que a violência que afeta a vida de crianças e adolescentes desses espaços é naturalizada pelas políticas públicas que deveriam protegê-las?

Entende-se, contudo, que esta possível naturalização não se manifesta de forma isolada, mas está localizada no conjunto da produção e reprodução de valores e sentidos presentes na sociedade. Está, portanto, situada no contexto político e econômico da cidade e decorre do seu processo histórico de desenvolvimento. Desta forma, a naturalização da violência não seria “privilégio” das políticas públicas e seus agentes que, diga-se de passagem, são também moradores da cidade e têm diferentes percepções sobre o fenômeno.

O contraste entre os *paradigmas da ausência* e *da potência* sobre as favelas conforma a lente principal que leva a enxergar o funcionamento das políticas públicas nesses territórios como objeto central desta tese, na perspectiva do acesso das crianças e dos adolescentes a seus direitos. Segundo Fernandes *et al* (2018):

É aceito quase como consenso o fato de que ocupações urbanas com limitado acesso à infraestrutura e serviços públicos, e com baixo perfil de *status* social (em detrimento dos baixos níveis educacionais, alto índice de desemprego, precariedade no trabalho, prevalência de indicadores precários relacionados à saúde, e assim sucessivamente), sejam basicamente classificadas como territórios “desprovidos”, “desfavorecidos”, “esprivilegiados”, “pauperizados” ou “carentes”. Essas adjetivações contribuem para a conformação de uma doxa urbana, na qual a depreciação simbólica, a partir dos discursos elaborados e disseminados pela mídia de massa, torna-se senso comum; o mesmo ocorre com narrativas distorcidas (conversas informais, piadas) – fazendo com que políticas públicas reproduzam conformações à referida narrativa. (Fernandes *et al.*, 2018, pp. 2-3)

A partir de algumas dessas constatações, os autores definem o *paradigma da ausência*, da seguinte maneira:

O paradigma da ausência não reconhece estratégias resultantes de formas autênticas de “resiliência”, tampouco admite formas e estilos de vida deslegitimados por referências sociais, culturais, políticas e estéticas hegemônicas. São, fundamentalmente, *habitus* sociais desenvolvidos sob as condições específicas de vida, simbolicamente depreciadas como parte integrante do processo de distinção corpóreo-territorial - recorrentes no espaço urbano. (Fernandes *et al.*, 2018, p. 3)

Sobre o *paradigma da potência*, segundo Fernandes *et al.* (2018), está assim conceituado:

Trata-se do reconhecimento do poder inventivo dos grupos marcados pela desigualdade social e estigmatizados pela violência – e ainda mais ampliado, das periferias urbanas – que precisa ser tomado como referência para a construção do “paradigma da potência”, a partir do qual o estilo de vida (em vez das condições de vida) é reconhecido pelos termos que lhes são próprios (e não comparado aos padrões hegemônicos presentes na cidade). Em outras palavras, os territórios populares e seus sujeitos devem ser valorizados pelas inventividades que contribuem para a vida urbana plena, não sendo depreciados como expressões da ausência e da privação, entre outras representações negativas, as quais operam como forças simbólicas na esfera pública para desvalorizar existências, reputações e demandas de direitos para esses territórios. (Fernandes *et al.*, 2018, pp. 10-11)

Diante das reflexões produzidas pelos autores, trabalhadores e pesquisadores **no e sobre** os espaços de favelas e periferias, nota-se que predomina, no contexto da cidade, o *paradigma da ausência*, em diferentes campos. Nesse sentido, as possibilidades de qualificação das condições de vida de crianças e adolescentes de favela passam pela necessidade de romper com o *paradigma da ausência*, que parece predominar no *modus operandi* dos equipamentos e políticas do SGDCA nesses territórios.

O *paradigma da potência*, por sua vez, se relaciona com o entendimento de que esses espaços devem ser ocupados e novas estratégias criadas para combater a violência, indo além de uma estratégia e, em alguma medida, compreensivelmente, evitá-la (nos serviços públicos e por seus profissionais) como “solução” última para o funcionamento dos serviços.¹⁷

Apesar de não ter como foco uma abordagem sobre a política de Segurança Pública, a tese a abordará como fator preponderante na dinâmica da violência armada que afeta a vida de crianças e adolescentes de favelas e o percurso até seus

¹⁷ (...) A partir do momento em que retiramos os equipamentos públicos das favelas, atestamos que é preciso garantir a nossa segurança enquanto trabalhador/a, mas o/a nosso/a usuário/a pode permanecer lá.” (SANTOS, 2011, p. 156). Afirmação da assistente social Francine Helfreich Coutinho dos Santos, atualmente docente na Universidade Federal Fluminense (UFF), sobre sua experiência no CRAS Nelson Mandela, unidade de referência para o conjunto de favelas da Maré. A reflexão foi realizada em Seminário Nacional sobre o trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social.

direitos nesse contexto, buscando verificar se as práticas que deveriam voltar-se para sua a proteção colaboram para a naturalização das diversas manifestações das violências a que são submetidas nosso público.

1.4.

Caminhos pelas favelas cariocas

Com o trabalho realizado na gestão de campo do Projeto *Aluno Presente*, da Cidade Escola Aprendiz, pude compreender o caráter estrutural do problema de funcionamento dos serviços públicos para crianças e adolescentes de favelas. Ou seja, não era “privilégio” da Maré os dias sem aulas nas escolas e os diferentes empecilhos que afastam os profissionais de diversos equipamentos das crianças e dos adolescentes que precisam de atendimento.

No período de novembro de 2013 a janeiro de 2017, pude conhecer, pessoalmente, a quase totalidade das favelas do Rio de Janeiro, da Zona Sul à Zona Oeste e observar determinados padrões de funcionamento dos serviços públicos nesses espaços e como esses padrões e formas de operar de seus profissionais alteram, de maneira decisiva, a dinâmica de acesso a direitos de crianças e adolescentes.

O Projeto *Aluno Presente* atuava na busca ativa de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que estavam fora da escola na cidade do Rio de Janeiro, procurando impactar nos fenômenos de infrequência e evasão escolares, a partir da reinserção e retenção desses alunos na Rede Municipal de Ensino.

Dada a magnitude do Projeto, a questão das crianças e adolescentes fora da escola na cidade do Rio de Janeiro tornou-se o tema principal do meu projeto de pesquisa para ingresso no Doutorado, como apresentado. O encerramento do Projeto, contudo, me levou a analisar questões mais profundas que também têm relação direta com os fenômenos da infrequência e da evasão escolar.

O último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2010, identificou 24.445 casos de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade fora da escola no município. A experiência do *Aluno Presente* foi reveladora das desigualdades existentes no acesso à Educação na cidade e a relação profunda deste direito com os demais, uma vez que, não raro, quando localizada uma criança

fora da escola, esta se encontrava também desassistida por um conjunto maior de políticas públicas e mesmo por ações de iniciativas da sociedade civil.

Com o acesso quase universal das crianças e adolescentes à Educação Básica pública no Rio de Janeiro, ficou evidente o nível de complexidade do desafio em mantê-los matriculados e com frequência regular. A Rede Municipal de Ensino, que atende à quase totalidade das matrículas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos no município do Rio de Janeiro, é composta por 1.542 unidades, entre creches, Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs), escolas de Ensino Fundamental e CIEPs, além de 641.564 alunos e 39.815 professores.¹⁸

Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, o Brasil continua apresentando índices elevados de desigualdades (sociais, econômicas, de gênero, raça, escolaridade, entre outras). Esta é uma realidade verificada no Rio de Janeiro, uma cidade que revela décadas de desigualdades entre seus espaços populares, favelas e suas áreas mais nobres. Crianças e adolescentes moradores de favelas do Rio de Janeiro enfrentam inúmeras vulnerabilidades – em casos mais extremos, as escolas representam a única presença do Estado nas suas comunidades e os grupos armados, seus confrontos entre si e com as forças públicas de Segurança, os expõem a diversas manifestações de violência. Como já poderíamos supor, no início do *Aluno Presente*, quando contávamos somente com os números divulgados pelo Censo 2010 (IBGE), a maior parte dessas crianças e adolescentes fora da escola estava concentrada em favelas. Partindo desse pressuposto, nossa estratégia metodológica foi a de privilegiar esses espaços no processo cotidiano de realização da busca ativa. Assim, contávamos com o trabalho da equipe de campo percorrendo absolutamente todas as 1.018 favelas da cidade.¹⁹

Inicialmente, solicitamos que o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro elaborasse um estudo que, mediante o cruzamento de diversos dados e informações oficiais, pudesse indicar tendências e regiões da cidade com maior potencial de localização de crianças e adolescentes fora da escola. A partir da análise desse material, elegemos a região de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de

¹⁸Cf. Secretaria Municipal de Educação (SME) do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>>. Acesso em 19 abr. 2019

¹⁹ Número divulgado pelo IPP; dados de 2016.

Educação (CRE),²⁰ na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, para a realização da etapa-piloto do Projeto, que durou cerca de seis meses.

O primeiro desafio foi de fazer o trabalho acontecer junto à política de Educação no nível local. Práticas autoritárias, moralistas e preconceituosas representavam limites no acesso à escola pelas famílias. Considero, nesse caso, as famílias e não somente as crianças e os adolescentes, pois seus responsáveis são atores fundamentais nesse campo, para a criação das condições de acesso à escola e à Educação, de maneira geral, devido à dependência característica da infância e adolescência, além do fato como se estabelece a relação da família com a política de Educação e seus agentes, que determina as condições da trajetória escolar do/a aluno/a.

Desde o início dessa experiência, nota-se a dificuldade das instituições escolares na administração das diferenças e vulnerabilidades de seu público, recorrendo à classificação dos sujeitos a depender de suas características. Eram frequentes, por exemplo, comentários a respeito das vestimentas e aparência física das mães dos alunos, críticas em relação a um possível “aproveitamento” do Programa Bolsa Família, além de julgamentos a respeito dos diferentes e “novos” modelos de família. Talvez esta seja uma das razões que contribuam para a existência de escolas de diferentes padrões na mesma rede, hierarquizadas de acordo com sua qualidade, sendo, inclusive, seletivas (Brooke & Soares, 2008).

No âmbito do Projeto, observou-se claramente este processo de seleção de suas escolas que, com a gestão voltada para o cumprimento das metas relacionadas à qualidade do ensino, em vez de voltar-se ao aprimoramento do trabalho e práticas pedagógicas para o alcance efetivo desses objetivos, cumpriam um papel de seleção e manutenção dos “melhores” alunos, furtando-se do compromisso de lidar com as complexidades das famílias mais vulneráveis que, consequentemente, apresentam maiores dificuldades para manter os filhos nas unidades escolares.

Este foi o início de um processo de análise e inquietações que, alimentadas e complexificadas ao longo dos últimos anos, culminaram na construção dessa tese. Os demais elementos desta experiência serão abordados e aprofundados no decorrer dos próximos capítulos. O trânsito entre diferentes territórios da cidade, os

²⁰ O referido território abrange os seguintes bairros: Santíssimo, Senador Camará, Jardim Sulacap, Padre Miguel, Bangu, Campo dos Afonsos, Magalhães Bastos, Realengo, Deodoro, Vila Militar, Guadalupe e Vila Kennedy.

equipamentos públicos, as equipes, a dinâmica e lógica de funcionamentos dos serviços contribuíram para a identificação de discursos e práticas que afetam o funcionamento do SGDCA, articulando-o às dinâmicas de violência, que atingem esse público nas regiões mais sensíveis da cidade. Por isso, faz-se necessário trazer, aqui, a sistematização do pressuposto teórico sobre a produção de práticas discursivas.

1.5.

Aspectos metodológicos do estudo

Todo o conteúdo e reflexões até aqui apresentados atravessam diversos temas complexos e percorrem diferentes caminhos que dizem respeito às condições de vida de crianças e adolescentes que moram em favelas, os serviços públicos que acessam, as diferentes visões sobre esses territórios, entre outros aspectos.

Quando elaborei o projeto inicial de pesquisa sobre crianças e adolescentes fora da escola, sabia que a política educacional teria ênfase na tese, mas que não somente ela deveria ser tratada, diante da complexidade do fenômeno. Ao pesquisar mais sobre o assunto, constatei que a dinâmica do funcionamento de serviços públicos para crianças e adolescentes nos espaços de favela é uma questão central que afeta, de maneira decisiva, seu acesso ao SGDCA. E, mais que isso, a necessidade de um olhar crítico sobre formas de operação das políticas públicas nos espaços de favela, desnaturalizando práticas profundamente enraizadas em seus serviços, camufladas em meio a justificativas aparentemente legítimas, como a violência, o medo e um eventual sentimento de impotência de seus agentes, em produzir interferências efetivas na dinâmica de violência armada que afeta a vida das crianças e dos adolescentes.

O conceito de práticas discursivas contribuiu para a construção de um esquema mental que serve de orientação para minhas escolhas teóricas e metodológicas, bem como para a análise das informações obtidas durante a pesquisa empírica. Esse esquema revela os conceitos-chave a serem trabalhados ao longo da tese.

A partir desse esquema, busquei sintetizar a problemática da tese, desde o contexto mais geral como ponto de partida, até o elemento central de sua hipótese. Este esquema se inicia em uma nuvem de palavras produzida a partir do portal *Rio*

On Watch, em 2017, sobre construções sociais da favela. A referida nuvem, apesar de produzida por grupos de estrangeiros antes de conhecer o território de favelas, pode ser adaptada ao contexto da pesquisa aqui proposta, uma vez que a figura do estrangeiro se compara a daqueles que desconhecem ou se relacionam de maneira restrita com dado território, nesse caso as favelas. Entende-se que as palavras preponderantes na nuvem, que veremos na página a seguir, se relacionam ao contexto mais geral de violência urbana no Rio de Janeiro, que atinge de maneira específica suas favelas e que fazem delas, conforme já exposto até aqui, locais marcados predominantemente, no imaginário popular, por essa característica, passando a definir suas formas de relação.



Figura 4 - Esquema 1. Nuvem de palavras
Fonte: Elaboração própria. 2017

Compreende-se que a **violência armada**, fenômeno histórico e objetivo presente no cenário e na dinâmica do Rio de Janeiro e suas favelas, colabora para a produção de discursos, percepções e estigmas que constituem elemento fundamental no processo de construção de uma dada **verdade** acerca desses territórios. Caracterizados, então, como predominantemente violentos, revela-se um terreno fértil para a disseminação do **medo**, inclusive nos profissionais destinados a atuarem nesses espaços e garantirem direitos de crianças e adolescentes que neles vivem. Nesse contexto, se **produziriam as práticas** que resultam na **naturalização da violência** contra crianças e adolescentes que moram em favelas.

A metodologia escolhida buscou considerar o contexto, o problema, o debate teórico e a hipótese apresentados e, assim, capturar elementos que contribuam para a análise sobre a naturalização da violência contra criança e adolescentes moradores de favelas, a partir do funcionamento dos serviços públicos voltados para seu atendimento, em especial nas favelas da Maré. O desenho metodológico também considerou, evidentemente, as especificidades do campo e as condições objetivas para a realização da pesquisa.

Nessa perspectiva, o conceito de práticas discursivas de Foucault mostra-se oportuno para a análise do funcionamento dos equipamentos públicos de Educação, Assistência Social, Saúde e Conselho Tutelar presentes na Maré. A partir desta perspectiva teórica, serão observados os argumentos que baseiam as estratégias dos profissionais que atuam nesse território: eventuais estratégias de comunicação para acessar as favelas; características que marcam distinções em relação ao funcionamento dos equipamentos em outras regiões da cidade; justificativas para adaptações no funcionamento dos equipamentos na Maré, entre outros aspectos.

Os estudos que levaram à produção dos conceitos de *paradigma da ausência* e *paradigma da potência* (Fernandes *et al*, 2018) fundamentarão, também, as análises acerca dos discursos que baseiam as práticas profissionais nas favelas junto a crianças e adolescentes, em diálogo com a noção de práticas discursivas.

Além disso, a hipótese sobre a naturalização da violência contra crianças e adolescentes que moram em favelas se configurará como o fio-condutor dos capítulos a seguir. Por ser um conceito sobre o qual não se localizou qualquer fundamentação teórica ou debate mais aprofundado, serão utilizados autores que, em algum momento, mencionam o fenômeno ou que utilizam noções que deste se aproximam. Pretende-se, assim, colaborar com a construção teórica desta noção e, consequentemente, com a análise dos dados obtidos na pesquisa empírica e na hipótese inicialmente apresentada.

Dessa forma, procura-se identificar as diferentes percepções sobre a violência sofridas por crianças e adolescentes da Maré, a partir das seguintes estratégias:

a. Entrevistas: Para produção da análise pretendida, foram realizadas entrevistas com os diferentes sujeitos que cuidam do funcionamento das políticas intersetoriais nas favelas da Maré. Num primeiro momento, procurou-se entrevistar profissionais atuantes no nível local da gestão das políticas e equipamentos de interesse da pesquisa. Além disso, optou-se por entrevistar também profissionais

do sistema de Justiça, que já tinham tido contato com as favelas da Maré, principalmente a respeito de pautas sobre violência policial e impacto na oferta dos serviços no território.

Assim, foram entrevistados profissionais das seguintes instituições: 4ª Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH), CRAS Nelson Mandela, CREAS Stella Maris, Conselho Tutelar de Bonsucesso, Coordenadoria de Saúde da Área de Planejamento 3.1 (CAP 3.1), 4ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GAESP) e Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUDEDH). Ao todo, foram realizadas 12 entrevistas. Trechos destas entrevistas serão utilizados ao longo da pesquisa, em diálogo com as análises produzidas, colaborando para o exame sobre a naturalização da violência contra as crianças e os adolescentes da Maré. Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados. Na transcrição, optamos por manter a forma dos relatos, sem nos preocuparmos com a adequação gramatical dos participantes, para sermos mais fiéis ao modo como se manifestaram. O roteiro principal utilizado encontra-se anexo. Apesar da questão da Segurança Pública se fazer presente, de maneira inevitável, na pesquisa, não foi seu principal objetivo. Por essa razão e também dado o contexto de desmonte dessa política pública no estado do Rio de Janeiro, não foram ouvidos, de maneira direta, os profissionais envolvidos nas instituições que a compõem.

b. Questionários: Os questionários foram enviados para todas as instituições de Assistência Social, Educação, Saúde e Conselho Tutelar que têm a Maré como local de atuação (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, escolas e unidades de saúde). Foi produzido um questionário *on-line*, enviado por *e-mail* e aplicativo de mensagem de celular para todos os equipamentos. Esta foi a estratégia mais acessível, considerando-se os recursos, tempo disponível e a quantidade de equipamentos e profissionais atuantes no território.

Apesar de enfrentar todos os processos para obtenção das autorizações para a pesquisa, diferentes em cada uma das instituições abordadas, foi necessário investir num processo de sensibilização dos sujeitos pesquisados, a fim de obter o maior número de respostas possível. No caso das entrevistas, a maior dificuldade foi a disponibilidade dos profissionais que, devido aos cargos de gestão ocupados, costumam ter agenda bastante disputada. Da mesma maneira, os profissionais para

os quais foi enviado o questionário têm sua rotina tomada pela necessidade de realizar tarefas específicas em seus equipamentos, tendo sido necessário insistir a respeito da importância da pesquisa realizada.

O questionário buscou identificar como se manifesta a violência contra crianças e adolescentes na Maré, a partir das percepções dos profissionais atuantes nas unidades escolares municipais, unidades básicas de saúde, equipamentos de assistência social (CRAS e CREAS) e Conselho Tutelar. Foram 77 questionários preenchidos e o perfil dos respondentes garantiu a variedade de respostas, de trabalhadores de todas as políticas intersetoriais pesquisadas, em função do equipamento de origem.

Equipamento	Nº de respostas
Unidade escolar	65
Unidade de saúde	06
Equipamento de Assistência Social	05
Conselho Tutelar	01
Total	77

Tabela 1 - Número de respostas ao questionário, por equipamento pesquisado
Fonte: Elaboração própria. 2020

O número mais elevado de respostas oriundas das unidades escolares se deve ao fato de serem, por óbvio, maioria na Maré. Já o número de respostas das unidades de saúde foi considerado baixo, principalmente em comparação ao número de respostas das equipes da Assistência Social, que contam somente com dois equipamentos. Foram menos de uma resposta por equipamento, o que pode estar relacionado à instabilidade política atravessada no período de envio do questionário. Com um processo mais rigoroso para obtenção da autorização para a abordagem, só foi possível pesquisar os agentes da saúde no final do processo de realização dos trabalhos de campo, o que além de ter representado menos tempo para a obtenção dos resultados, coincidiu com uma crise no campo da gestão municipal, com diversas unidades com atendimento interrompido. Entre o final de 2020 e o início de 2021, funcionários realizaram paralisação devido ao atraso nos

pagamentos, o que interferiu no processo de realização da pesquisa.²¹ O fato de ter sido respondido por telefone, facilitou o movimento de retorno dos questionários, mas não foi o suficiente para aumentar o número de respondentes da área da Saúde.

c. Monitoramento do funcionamento dos equipamentos que atendem crianças e adolescentes: Foi utilizado o levantamento produzido pela Redes da Maré, no projeto *De Olho na Maré* e publicado nos Boletins sobre Segurança Pública da Maré, em que se apresentam dados de 2016, 2017, 2018 e 2019, indicando a quantidade de dias de interrupção dos serviços em decorrência de eventos violentos, a fim de demonstrar e examinar os prejuízos sofridos pelas crianças e pelos adolescentes.

d. Levantamento de fontes secundárias de informação: Além do recurso a outros estudos sobre violência contra crianças e adolescentes, foram obtidos dados e pesquisas com abordagem específica nos espaços de favela, e de plataformas que monitoram a ocorrência de tiroteio nessas regiões e próximo às unidades escolares.

Foram observados, ainda, alguns indicadores que podem contribuir para a identificar e analisar possíveis formas de naturalização da violência:

- (i) As diferentes compreensões sobre a violência contra crianças e adolescentes de favelas: os instrumentos utilizados buscaram identificar a abrangência da compreensão dos agentes sobre o fenômeno. Nesse sentido, a presença dos grupos armados, as abordagens policiais, a interrupção do funcionamento dos serviços públicos, entre outras questões, foram consideradas.
- (ii) As experiências concretas com a violência na favela: a partir do contato com agentes pesquisados, buscou-se identificar episódios de violência vividos pelas crianças e pelos adolescentes, danos sofridos e seus desdobramentos (buscas por reparação, canais acionados e eventuais respostas/soluções obtidas).
- (iii) As percepções sobre eventuais diferenças entre as manifestações da violência sofridas por crianças e adolescentes moradores de favelas e dos espaços ditos “formais” da cidade: a fim de compreender se e como os agentes estudados percebem contrastes e distinções nesse sentido.

²¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/11/crise-na-saude-do-rio-entenda-o-que-levou-a-greve-e-a-restricao-no-atendimento.ghtml>> Acesso em 21 fev. de 2020

Ademais, com o intuito de analisar o funcionamento dos serviços públicos mencionados, foram levados em consideração os seguintes aspectos:

- As dimensões territorial e populacional, bem como a complexidade simbólica das favelas da Maré em relação ao conjunto de serviços disponíveis para atendimento de suas crianças e adolescentes (quantidade de equipamentos e sua localização).
- A dinâmica de funcionamento dos serviços públicos em contraste com a cidade: dias, horários, eventuais interrupções e estratégias de funcionamento devido à violência. Nesse sentido, foram problematizadas e analisadas as possíveis consequências dessas formas de operação.
- As condições de vida das crianças e adolescentes da Maré, a partir das principais características territoriais, a fim de reconhecer suas demandas, do ponto de vista dos direitos e garantias, que seriam objeto de intervenção desses equipamentos.

Ao material coletado nesse processo, soma-se toda a realidade observada e vivenciada ao longo dos anos de atuação na Maré e em outras favelas.

Além de todo o material considerado para as análises, foram utilizadas, ainda, produções das próprias crianças e adolescentes. As imagens dessas produções foram inseridas ao longo da tese, a fim de ilustrar as condições de vida desses sujeitos e suas percepções sobre o território onde vivem e as manifestações que nele se apresentam. São desenhos, frases e pinturas elaboradas no contexto de atividades artísticas e educativas propostas pela Redes da Maré. Também foram aproveitadas, de maneira específica, as cartas produzidas no âmbito da mobilização pela retomada da validade da Ação Civil Pública da Maré, sobre a qual falarei de forma mais detalhada a seguir. Nenhuma delas identifica a criança ou adolescente autor/a do material, a fim de lhes preservar a identidade.

Ao longo do período de duração deste Doutorado, houve mudanças no campo da gestão das políticas públicas pesquisadas, mas tal fato não afetou o processo de elaboração da pesquisa. Somente no caso específico das políticas de Assistência Social e Saúde, foram entrevistados sujeitos que haviam ocupado seus cargos há pouco tempo, mas que já tinham longa experiência de atuação na política. Sendo assim, não houve comprometimento na coleta das informações demandadas. De maneira geral, os sujeitos pesquisados mostraram-se solícitos e, ao mesmo tempo, interessados no tema da pesquisa, o que colaborou para a riqueza do conteúdo. Os

diálogos travados também foram importantes, uma vez que potencializaram a verificação da hipótese construída.

As temáticas tratadas nos instrumentos de pesquisa elaborados, assim como a escolha dos formatos, resultaram, por vezes, numa postura aparentemente “defensiva” dos sujeitos pesquisados, observada, sobretudo, durante o processo de realização das entrevistas. Sendo atores com dado nível de responsabilidade na aplicação da política e com entrevistas gravadas, ainda que lhes tenha sido assegurado o sigilo, foi possível perceber algumas posturas reativas diante dos questionamentos feitos. Ao mesmo tempo, observou-se o desencadeamento de reflexões, como a abertura de um canal, ainda que passageiro, para a exposição de limitações e desafios do trabalho em territórios de favela junto a crianças e adolescentes. A todo tempo, os entrevistados foram lembrados sobre a liberdade de negar-se a responder qualquer pergunta, o que aconteceu somente com uma entrevistada.

Na maioria das vezes, as entrevistas transcorreram de forma tranquila, assim como também não foram encontradas dificuldades no processo de preenchimento do questionário *on-line*. Diversos foram os comentários adicionais incluídos pelos pesquisados quando do preenchimento do instrumento, revelando o desejo de ampliar os canais de discussão sobre o assunto. O fato de o questionário incluir somente questões de múltipla escolha pode ter contribuído para o número significativo de respostas. Penso, ainda, que não houve, de maneira geral, respostas que não expressassem a opinião legítima dos entrevistados, pois corresponderam às reflexões mais gerais produzidas. Ao mesmo tempo, algumas informações obtidas por esse meio podem ser confrontadas com as entrevistas, nas quais os sujeitos pesquisados estavam em uma situação mais exposta e de responsabilidade com as informações prestadas, de caráter mais institucional.

Assim, embora as entrevistas tenham revelado diversos aspectos que demonstram fragilidades das políticas públicas em território de favela no atendimento a crianças e adolescentes, certas considerações não foram mencionadas, provavelmente por receio de expor medidas irregulares adotadas pelos equipamentos públicos, tal como o eventual cumprimento de horário diferenciado de funcionamento nas favelas da Maré, dado o contexto local.

Ainda que todos os cuidados éticos e metodológicos possíveis tenham sido adotados no curso da pesquisa, a própria delimitação do objeto e as questões que

me mobilizaram a elegê-lo indicam o tom do debate que se gostaria de provocar a partir da presente tese. Ao mesmo tempo, os referenciais teóricos, éticos e políticos adotados, levam a afirmar que não há verdades absolutas acerca de nenhum fenômeno. Portanto, a pesquisa proposta jamais intentou encontrar respostas rígidas ou responsáveis isolados sobre as violências que atingem as crianças e adolescentes de favelas, mas lançar luz para problemas que precisam ser discutidos e enfrentados. Dessa forma, procurou-se encontrar coerência no processo reflexivo percorrido, considerando os diferentes determinantes que atravessam o contexto da favela e tudo o mais que envolve o funcionamento das políticas públicas para crianças e adolescentes nesse território. Igualmente, também não poderia me permitir cair nas armadilhas da naturalização da violência, contribuindo para a produção de argumentos que reiteram a inércia diante das violações de direitos manifestadas nas favelas.



Figura 5 - Carta produzida por criança da Maré. 2019
Fonte: Redes da Maré.

2. NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS FAVELAS

2.1. Conexões teóricas: reflexões sobre o tema

No contexto da presente tese, a naturalização da violência contra crianças e adolescentes é compreendida como um fenômeno que atinge e se manifesta em diversas camadas e setores da sociedade, em diferentes níveis. Han (2017), filósofo sul-coreano, aborda, entre outras questões, o que ele chama de “expulsão da diferença”. Nessa perspectiva, defende a tese de que, na atualidade, os indivíduos se autoexploram e temem o outro, o diferente. Seu livro *Topologia da Violência* contribui para a análise da violência em suas diferentes faces.

A naturalização da violência deve ser considerada uma das dimensões possíveis do fenômeno, que é aqui entendido na perspectiva apontada por Han (2017) como algo cada vez mais complexo:

Hoje ela se retira para espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais, adotando uma forma microfísica, que pode ser exercida até mesmo sem a negatividade do domínio ou da inimizade. Ela se desloca do caráter visível para o invisível, do frontal para o viral, da força bruta para a medial, do real para o virtual, do físico para o psíquico, do negativo para o positivo, e volta a se recolher para espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais, de modo que surge a falsa impressão de que ela teria desaparecido (Han, 2017, p.7).



Figura 6 - Atividade com crianças da Biblioteca Infantil Maria Clara Machado. 2016
Fonte: Redes da Maré

É justamente essa uma das características que constata a possibilidade de sua naturalização. A violência contra crianças e adolescentes de favelas camufla-se em meio à invisibilidade social desses sujeitos, à falta de sensibilidade da população para suas condições de vida e perda de direitos, aos preconceitos e estigmas direcionados às favelas e periferias e àqueles que nelas residem, entre outros elementos.

A violência contra crianças e adolescentes não se resume a fatos que atentam contra seus corpos e dignidade, tampouco restringe-se às agressões físicas e verbais. Essa violência se expressa também por meio da omissão (Minayo, 2001, p. 92)²² e do silenciamento sobre essas manifestações citadas e também outras.

Contudo, como afirma Han (2017), a violência não se configura, necessariamente, como um ato intencionalmente negativo, dotado do desejo de prejudicar ou impor castigo ao outro. A naturalização da violência contra crianças e adolescentes se insere numa trama, num contexto, que a produz e a torna possível, sem que seus agentes percebam.

Uma dimensão relevante da violência contra crianças e adolescentes é sua forma institucional. Faleiros & Faleiros (2007) afirmam que as diferentes formas de maus-tratos foram incorporadas às instituições sociais no decorrer da História. Burgos (2007) afirma, por exemplo, com base em pesquisas empíricas, que as escolas e as instituições de direitos, em cidades como o Rio de Janeiro, se constituem como um dos espaços de disputa entre diferentes projetos de cidade. A mesma lógica se aplica a instituições que integram o SGDCA.

A hipótese, aqui, analisada sugere que os discursos historicamente construídos sobre as favelas resultam na produção de práticas, pelas instituições do SGDCA que nelas atuam, que naturalizam a violência contra aqueles que residem nesses territórios. Segundo Fernandes (2005), o cerne das tensões entre os espaços ditos formais da cidade e as favelas repousa na reprodução de políticas públicas incapazes de promover alterações no processo de discriminação dos moradores de favelas e a segregação dos espaços urbanos.

²² Maria Cecília de Souza Minayo é socióloga e especialista no tema violência, produzindo estudos e abordagens que relacionam, grande parte das vezes, o fenômeno com o campo da saúde. É pesquisadora emérita da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde. Trata-se de uma instituição de destaque na área de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Cabe acrescentar, ainda, que a sede da Fiocruz é vizinha da Maré, sendo parceira importante no desenvolvimento de iniciativas que visam ampliar a qualidade de vida de sua população.

Além disso, a violência armada se encontra presente nessa dinâmica, pois a forma como é enfrentada no campo das políticas públicas e do senso comum, colabora para a criminalização dos espaços de favela, uma vez que o fenômeno é popularmente associado a esses locais na cidade. Como consequência, temos como prática corriqueira, a abordagem truculenta de agentes da Segurança Pública nestes territórios, sendo o pano de fundo principal do processo de vulnerabilização de crianças e adolescentes que residem nas favelas, marcadas também pela pobreza, o que potencializa processos de estigmatização sobre esses espaços e seus moradores.

A essa dinâmica se soma o medo da população carioca, afetada pela violência urbana cotidiana que, de maneira geral, evita os espaços de favela como estratégia de distanciamento segurança.²³ Mesmo aqueles que, por alguma razão, não a evitam, muitas vezes adotam estratégias de segurança para circular nesses territórios, o que se aplica aos profissionais que atuam nos equipamentos públicos localizados nas favelas ou a eles direcionados. Vera Malaguti Batista (2003) afirma que o medo se expressa, inclusive, em instrumentos institucionais, tais como projetos de lei e políticas sanitárias, mas também em fragmentos discursivos.

Assim, o discurso que sugere que a favela é um território violento e perigoso, sendo, portanto, um desafio promover nesse espaço ações e políticas que deveriam vigorar em toda a cidade, torna-se quase inquestionável, por si mesmo explicado e justificado. É como se o discurso, a palavra, ganhasse estatuto de verdade, de expressão incontestada do real, tamanha é a convicção daqueles que recorrem a essa suposta verdade, que não se permitem perceber seu potencial de interferir em práticas e de não reproduzir formas de violência contra crianças e adolescentes, que se veem com seus direitos limitados. A violência é um fenômeno comumente visualizado no “outro”, sendo intolerável a ideia de que o “mal” também pode residir em nós (Soares, 1996).

Bauman, em *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), reflete sobre a busca da pureza pela humanidade e, em função disso, a perseguição a determinados perfis considerados inadequados para esse ideal. É sabido o quanto esse movimento ainda gera graves consequências, mas, segundo o autor, alguns aspectos adquirem obviedade e passam a não serem conscientemente perceptíveis. Nessa guerra contra

²³ A presença de grupos civis armados nesses territórios tem sido considerada a principal responsável pela violência urbana (BURGOS *et al.* 2011, p. 51).

o “outro”, os estranhos, Vera Malaguti Batista (2003) considera haver duas estratégias: “uma é antropofágica, que ao devorar assimila; a outra é antropeômica, que ao vomitar exclui.” Ainda segundo a autora,

(...) o Estado moderno produziu uma destruição criativa ao empreender a aniquilação cultural e física dos estranhos, demolindo e construindo ao mesmo tempo. Este processo de ordem foi constitutivo da nação, da estruturação do Estado onde os estranhos viveram sempre num estado de extinção contida. (Batista, 2003, p. 80)

Pode-se inferir, então, que da mesma maneira como há fissuras no dispositivo da violência, que geram movimentos “antiviolença” (Maffessoli *apud* Guindani, 2002), há também fissuras nas medidas pretensamente protetivas e garantidoras de direitos para crianças e adolescentes que, imbuídas do papel de prevenir violências, podem contribuir para sua naturalização. Essas fissuras se entrelaçam a um contexto em que a política de Segurança Pública corresponde a um modelo bélico que, tendo elegido o mercado varejista de drogas ilícitas como responsável principal pela criminalidade na cidade, fragiliza todo um território onde habitam, crescem e se desenvolvem milhares de crianças e adolescentes. Essa abordagem recorrente e pouco questionada por aqueles que não vivem nas favelas constitui-se poderoso fermento para o medo e o silenciamento, não apenas da própria população, mas dos profissionais que atuam nas favelas. Como educadores podem encarar fuzis expostos nas esquinas? Como assistentes sociais e psicólogos podem promover vínculos e garantir direitos em meio a trocas de tiros? Como profissionais de saúde podem acompanhar crianças e adolescentes, lidar com seus medos e adoecimentos enquanto são eles mesmos vítimas destas dinâmicas e suas consequências?

O cotidiano nas favelas está impregnado de medo, um medo sincronizado à produção de discursos, teorias fundamentadas no senso comum, mas também nas vivências concretas daqueles que circulam por esses territórios. Vera Malaguti Batista, em sua pesquisa de Mestrado (1997), observou que os operadores do Sistema Penal tinham uma visão sobre as favelas que revelaram estruturas inconscientes de um *apartheid* social que só se consolida. Dinâmica semelhante observa-se entre os profissionais das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde e Conselhos Tutelares que atuam **nas** e **para** as favelas. Com algumas atualizações e adaptações a essas instituições, as visões negativas ainda são perceptíveis. A autora destaca a justificativa de um oficial de Justiça para a não entrega de uma intimação: “Área de difícil acesso e que, por certo, porá em risco tantos quantos ali penetrarem, povoada

de malfeitores, todos altamente temidos pelos moradores da localidade” (Batista, 2003, p. 115).

Casos ajuizados que envolvam direitos de crianças e adolescentes de favelas costumam ter, por esta razão, sua resolução dificultada, uma vez que é prática recorrente a recusa à entrega de intimações nestes territórios, pelos oficiais de Justiça. Diversos casos de demanda por pensão alimentícia, por exemplo, defrontaram-se com tal dificuldade. O mesmo se aplica a outros casos de violência e violações de direitos de crianças e adolescentes que, muitas vezes, não veem respostas para suas necessidades e não se observa qualquer medida institucional dessas agências, a fim de reverter esta situação recorrente. É como se os supostos perigos presentes nas favelas prevalecessem sobre qualquer questão que nelas se manifestem, incluindo as violações de direitos dos cidadãos. Nos Capítulos a seguir, a partir da pesquisa empírica realizada na presente tese, serão analisadas como justificativas desse tipo permanecem sendo acionadas para se evitar os espaços de favelas, acarretando prejuízos para o segmento infantojuvenil que deveria ser prioridade no campo das políticas públicas.

É possível presumir, que numa escala hipotética de valores, a segurança individual dos profissionais que atuam nos territórios de favelas seria mais importante que a infância e a adolescência nesses espaços. Batista (2003, pp. 193-194) considera o medo como responsável por hierarquizações e classificações, que imprimem rituais e ritmos nas movimentações pela cidade e credita qualidades positivas a alguns em detrimento de outros, direcionando também a condução de políticas, como a de Segurança Pública, por exemplo. Nesta mesma esteira e reforçando o argumento aqui apresentado, na perspectiva da influência do discurso sobre a atuação do SGDCA em favelas, Fernandes (2005, p. 10) afirma que o discurso construído sobre os setores populares sustenta a “destruição da urbanidade” e assume caráter definidor das ações e relações do poder público nas favelas.

Segundo o autor, mesmo depois de décadas desde o processo de gênese desses territórios, a permanência das caracterizações negativas a seu respeito se devem a dois fatores fundamentais: (i) grande parte dos discursos sobre as favelas funda-se de um lugar distanciado, por meio de referências propagadas pela mídia, que denotam um olhar enviesado sobre esses espaços; (ii) certas representações são sustentadas e tomadas como verdade por uma parte dos setores dominantes,

legitimando medidas adotadas pelo poder público, que tem por fim último o exercício do controle sobre as camadas populares. E, ainda, completa:

A construção e perpetuação de uma imagem negativa das favelas e de seus moradores tiveram e ainda têm um papel cerceador da vida urbana para esses sujeitos da cidade. O recente acirramento da violência urbana e a sua direta associação com os espaços favelizados da cidade, por outro lado, têm reforçado a histórica caracterização das favelas como lugares marcados pela criminalidade. Esse cenário, por sua vez, tem alimentado um conjunto de ações do Poder Público centradas no discurso da violência. (Fernandes, 2005, p. 21)

Michel Foucault é um autor central nos debates sobre o poder dos discursos em diferentes esferas. Em sua produção teórica, uniu poder, direito e verdade num esquema triangular, no qual cada um desses elementos ocupa um vértice da forma geométrica. Nessa perspectiva, os sujeitos na sociedade estariam determinados, influenciados, pelas ideias dos grupos ideologicamente dominantes.

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault aborda a produção do discurso, indicando que a ela é selecionada, regulada, redistribuída e organizada em todas as sociedades. Assim, há discursos proferidos em determinadas esferas e não em outras, circunscritos a determinados grupos a depender de sua viabilidade, pertinência, entre outros fatores contextuais e/ou políticos. Anos antes, em *As Palavras e As Coisas*, Foucault analisa os saberes a partir do que os constitui, a episteme que, segundo ele, trata do surgimento de uma ordem em dado momento histórico, pela qual surgem saberes, manifestos em discursos e que são tomados como verdadeiros graças à sua influência.

Essa dinâmica favorece tipos de interditos, ou seja, limitações para a manifestação de determinadas reflexões. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 2000, p. 10). O medo pode ser um dos fatores, por exemplo, que impedem a ampliação do debate acerca das condições de vida de crianças e adolescentes em favelas, uma vez que, tocar nesse assunto implica falar a respeito da violência urbana e dos principais agentes a ela relacionados nesses territórios, um tabu, portanto.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos. (Foucault, 1988, p. 30)

Desta forma, prevalece o discurso de que a favela é um território violento de se atuar, justificando adaptações nos horários de funcionamento de escolas, a não realização de visitas domiciliares em determinados dias e horários, enfim, uma inércia, um silenciamento diante das demandas que se manifestam, favorecendo “ações pautadas por uma lógica punitiva, que criminaliza a pobreza e policia o social” (Rizzini, 2016, p. 35).

Foucault (2000) manifesta que o discurso não traduz somente os sistemas de dominação ou as lutas, mas pelo que se luta. A respeito da validade do discurso, daquilo que é verdade, Foucault afirma o seguinte:

(...) ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro – no sentido forte e valorizado do termo –, pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; (...) Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência. (Foucault, 2000, pp.14-15)

O autor examina a transição da verdade, como efeito do discurso, para a verdade como resultado de regras internas ao discurso, se cristalizando no enunciado mesmo. Assim, por meio da enunciação de discursos que operam entre diferentes práticas, é possível produzir uma justificativa racional da verdade, como se esses discursos fossem verdadeiros. Ou seja, a verdade não é algo natural, mas construída a partir de práticas históricas específicas. “A verdade é produzida pela articulação entre práticas heterogêneas, ou melhor, entre práticas discursivas (o efetivamente dito, a materialidade do discurso, o acontecimento de dizer é uma prática, uma prática discursiva) e práticas não discursivas” (Candiotto, 2006, p. 69). Por práticas discursivas, Spink (2013, p. 45) compreende “(...) a linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas.”

Como objeto de análise de Foucault, o discurso é estudado a partir de dois métodos: a Arqueologia e a Genealogia. Na Arqueologia, é a regularidade do discurso que permite que alcance *status* de verdade. Já na Genealogia, a análise do discurso ganha um caráter político, sendo capaz de manifestar e produzir formas de poder. Nesse sentido, o discurso pode ser tanto instrumento de poder, permitindo seu exercício, quanto seu efeito, quando é produzido por ele (Vandresen, 2010).

Nas palavras do filósofo: “Enquanto a Arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a Genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (Foucault, 1979, p. 172).

Um discurso é provido historicamente de um teor verdadeiro, pois produz efeitos de poder, estabelecendo regras para o governo das pessoas, examinando-as, dividindo-as, sujeitando-as e adestrando-as. Isso não quer dizer, contudo, que os jogos de verdade tratem-se somente de relações de poder que precisam ser camufladas. Ao mesmo tempo, uma forma vislumbrada por Foucault para resistir aos efeitos de verdade é uma atitude crítica para a não aceitação dos efeitos de poder contidos nos discursos considerados verdadeiros (Candiotto, 2006).

Para Foucault (1972), o que chamamos de verdade não apresenta uma definição única, constituindo uma enunciação dramática, um jogo histórico. Pode ser o instrumento que utilizamos para lidar com as limitações do nosso pensamento, a justificação racional que produzimos para entender e dar sentido às nossas práticas cotidianas ou um recurso protetivo para enfrentar os obstáculos que nos são impostos. A tese sustentada pelo filósofo é a de que todo saber (que não se trata necessariamente de um discurso científico) só é possível em dado momento histórico, pois há um contexto de ordem que o viabiliza.

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (Foucault, 1972, p. 28)

Ou seja, é necessário tratar o discurso dentro de suas condições de possibilidade e de prevalência em relação a outros discursos possíveis. Por que determinado discurso emerge e prevalece em um dado momento? Segundo Foucault, é necessário levar em conta o discurso submetido a mecanismos de delimitação e controle, que se manifestam de modo externo (como exclusão) e interno (como classificação, ordenação e distribuição).

Para o filósofo, são três os grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Esta última, “apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de

pressão e como um poder de coerção” (Foucault, 2000, p. 18). É, ainda, institucionalmente constringedora (*op.cit*, p. 14), o que pode nos levar a compreender a dinâmica das instituições que atuam em favelas. Os discursos negativos são tão poderosos que torna difícil qualquer argumento que busque questionar estratégias cercadas de “cuidado”, para atuar em terreno tão “perigoso”. Da mesma maneira, são considerados “loucos”, de maneira geral, aqueles que “ousam” ocupar os territórios de favelas. Assim, possíveis estratégias criativas para atender crianças e adolescentes em favelas podem ser desencorajadas e constringidas por “verdades” que afirmam que estão fadadas ao fracasso.

Mais tarde, em *Microfísica do Poder*, Foucault trabalha a relação entre discurso e poder. O autor afirma que o poder não se encontra situado em nenhum ponto específico da estrutura social. Nesse sentido, ninguém detém o monopólio do poder ou sua titularidade. Aborda, portanto, as relações de poder e analisa como produzem discursos de verdade.

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. (Foucault, 1979, pp. 179-180)

Portanto, há um determinado “regime de verdade” que informa se um discurso é verdadeiro. É necessário, então, compreender qual poder rege uma dada verdade (Foucault, 1979). No caso do campo e da temática sobre os quais versam a presente tese, identificam-se como os poderes centrais estabelecem verdades sobre os territórios de favela: o medo; as diferentes manifestações da violência, sobretudo a violência armada e a violência urbana; e o tratamento historicamente discriminatório conferido às favelas pelo Estado.

Foucault integra um grupo de outros filósofos que se debruçaram sobre o debate acerca do discurso e da verdade. Os filósofos pragmáticos James e Bergson (1989) sugeriram um itinerário a respeito da busca de possíveis verdades que estão no campo mais prático do mundo: a significação das coisas é sua consequência prática e não um conteúdo, uma verdade, tratando-se de uma operação discursiva. No âmbito do universo discursivo, tudo é humano, encenado e artificial. O discurso não corresponde de maneira exata ao objeto de que trata.

Dominique Maingueneau (1997) é outro autor francês que tem o discurso como objeto de estudo e propõe a noção de prática discursiva. Ele destaca, no cenário contextual do qual emergem os discursos, alguns elementos relevantes para sua emergência e manutenção:

(...) o próprio espaço de enunciação, longe de ser um simples suporte contingente, um “quadro” exterior ao discurso, supõe a presença de um grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é um grupamento fortuito de “portavozes”. Não basta dizer que “entre” as informações brutas e os jornais existe o mundo da imprensa, “entre” os escritores e os textos literários, as instituições literárias, “entre” os cidadãos e os enunciados políticos, os meios políticos, e assim por diante. De fato, não se dispõe, inicialmente, das informações, dos escritores ou dos cidadãos; a seguir das instituições mediadoras e, por fim, dos enunciados em circulação, mas tudo emerge ao mesmo tempo. A instituição “mediadora” não é secundária em relação a uma “realidade” que ela se contentaria em formular de acordo com certos códigos. (Maingueneau, 1997, pp. 54-55)

Segundo o autor, a prática discursiva pressupõe o discurso não somente como materialidade textual, mas também como operador de (re)configurações sociais. Trata-se de uma ação sobre o mundo, sendo o dizer também um fazer, que determina uma organização social (Moura & Pessoa, 2017). Nessa perspectiva, Maingueneau trabalha a noção de comunidades discursivas, que se trata de “grupo ou organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos, que dependem da formação discursiva” (Maingueneau, 1997, p. 56). Uma comunidade discursiva não se refere somente às relações entre agentes, aos grupos ou às instituições, mas também à sua organização material e dinâmicas, de maneira geral. Ou seja, nessa perspectiva, os discursos são capazes de influenciar não somente as relações, mas também práticas concretas, estratégias e políticas.

A produção de novas práticas discursivas, segundo Maingueneau (1997), pressupõe a realização de mudanças no funcionamento e na dinâmica de suas comunidades discursivas. Outra prática discursiva demanda a reconfiguração de uma disposição social e, assim, uma nova comunidade discursiva se organiza substituindo a pregressa, ainda que formada pelos mesmos sujeitos.

A ideia de prática discursiva define uma conexão entre comunidade discursiva e superfície discursiva, de acordo com uma formação discursiva (Moura & Pessoa, 2017). Assim, a prática discursiva diz respeito à ação de uma comunidade discursiva e a materialização do discurso em atos de enunciação por um grupo de indivíduos condiciona sua estrutura, segundo Maingueneau (1997).

Alguns autores abordam a influência dos discursos sobre as práticas profissionais e institucionais, debate bastante relevante para a reflexão sobre as formas de funcionamento das instituições do SGDCA em contextos de favela. Pessoa (2016, p. 63) destaca o discurso nos contextos de trabalho, afirmando que a tomada da palavra nas instituições implica adesão de seus enunciadore s a uma ordem política constitutiva das identidades e das relações sociais, sendo as possibilidades de produção de sentidos, nesses contextos, determinadas por essa ordem. Nessa perspectiva, afirma:

(...) o pesquisador precisa compreender o contexto da ação institucional em que os sujeitos se inserem no tempo e no espaço da enunciação e, ao mesmo tempo, passa a reconhecer que, para a compreensão dos fenômenos laborais, é necessário também considerar o exercício enunciativo, cuja observação orienta o reconhecimento dos investimentos situados do trabalhador em confrontação com essa ordem antecedente. (Pessoa, 2016, p. 63)

De acordo com Pessoa (2016), as disciplinas do discurso e da enunciação constituem domínios do conhecimento que convergem, ao se debruçarem sobre atividades humanas dinâmicas, plásticas e complexas, incluindo atividades de trabalho, como é o caso das políticas públicas aqui abordadas. Os espaços institucionais são considerados contextos de produções textuais, de constituição, manutenção e transformação de discursos e, conseqüentemente, de produção discursiva de relações sociais e identidades. A autora defende a ideia de que o trabalho com as palavras no âmbito das instituições é revelador de renormalizações intrínsecas às atividades realizadas.

Os sentidos sobre os diversos modos de agir se estabelecem no confronto entre o que vem do exterior, sob a forma de saberes instituídos, e o que é reatualizado por experiências pessoais e intransferíveis, na forma de saberes investidos (Pessoa, 2016). Schwartz (2010) afirma que a atividade humana está sempre, em um dado contexto, em negociação de normas. São normas anteriores à atividade mesma, que negocia essas normas em função das suas próprias. Assim, em qualquer situação, sempre se estabelece uma negociação (Schwartz, 2010).

Maingueneau (1997) trabalha, ainda, com o conceito de cena de enunciação, por meio do qual compreende uma complexa relação entre a situação pressuposta e, ao mesmo tempo, validada pelo discurso, a fim de instituir uma prática discursiva.

O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la para sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu

próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente. (Maingueneau, 1997, p. 75)

Além disso, tomar a palavra é se situar em relação aos demais indivíduos, definindo um lugar para si e para os outros, no qual os efeitos de sentido se (re)configuram de maneira permanente. É possível identificar, no movimento de relações interdiscursivas, os jogos de distanciamento e aproximação das normas instituídas, ou seja, as renormalizações que resultam de um investimento particular do enunciador em condições possíveis de enunciabilidade (Pessoa, 2016).

É possível constatar que movimentos como estes são facilmente identificáveis na dinâmica de funcionamento dos serviços públicos atuantes na Maré, presentes nas escolhas profissionais e institucionais no atendimento a crianças e adolescentes. No Capítulo 4, ao apresentar os resultados da pesquisa de campo, demonstro como tais medidas se expressam nas favelas da Maré. O depoimento, a seguir, mostra o processo de construção de estratégias para atuação no território, a partir da compreensão acerca de sua dinâmica, e de algumas “verdades” produzidas:

Embora a gente não fique fixo, a gente sabe como é que funciona um pouco a dinâmica das comunidades. Então, a gente evita, por exemplo, ir na Maré sexta-feira à tarde, porque a gente sabe que começa a movimentação para o final de semana, o clima fica mais agitado. Então, a gente evita de ir na parte da tarde, por exemplo, às sextas-feiras. Segunda-feira de manhã a gente vai, se precisar ir. A gente tem uma agenda, como eu falei, como a gente tem um carro só, a gente se organiza, então, segunda-feira de manhã, do ponto de vista da questão da violência, é um ponto de interrogação, porque pode ter tiroteio qualquer hora do dia e da noite, e dia de semana, mas segunda-feira, baile da noite, às vezes a gente chega e as famílias não estão muito disponíveis para nos atender. Então, não adianta nada a gente organizar toda uma logística, para chegar lá e não conseguir acessar a família, porque às vezes as mães estão dormindo. Então, a nossa organização não é de ir na Maré na segunda-feira, a gente vai se organizando de acordo com a leitura que a gente já tem do território. (F.F., CREAS Stella Maris)

Segundo Lysardo-Dias (1998), os discursos estão condicionados por práticas sociais previamente definidas, denominadas “regularidades sociocomunicativas” que, segundo a autora, estariam determinadas por três fatores fundamentais: os universos comuns de referência dos sujeitos, a intenção de comunicação e o *status* dos interlocutores, conforme detalhados a seguir:

a. Universos comuns de referência dos sujeitos: dizem respeito ao domínio de saber compartilhado pelos interlocutores. Se referem tanto aos conhecimentos considerados “enciclopédicos”, quanto à adequação sociocultural do saber sobre o qual o discurso é coconstruído. Esses saberes desencadeiam a interação, pois se configuram no “denominador comum”, fundamental e gerador de

uma aproximação entre os interlocutores. Dessa forma, o lugar comum constitui-se como condição elementar para a construção do discurso. Cognitiva e pragmaticamente, esses pressupostos culturais garantem um contexto de entendimento entre os interlocutores, requisito fundamental no movimento de produção e recepção do discurso.

Este fator nos ajuda a compreender a respeito da diferença cultural entre universos distintos. Adotar, por exemplo, estratégias de comunicação cotidianas antes de ir para o trabalho, conforme veremos no Capítulo 4, pode parecer adequado quando se atua no território de favela, porém, certamente não o seria num bairro dito “formal” da cidade, onde não se manifesta, da mesma forma, o medo da violência.

Sistematizados ou intuitivos, esses saberes socioculturais fundamentam tanto o aspecto referencial quanto informacional da linguagem e poderiam ser chamados de “ideologia”, se tomarmos esse termo em seu sentido mais amplo, ou seja, como conjunto de valores, ideias e concepções que expressam uma visão de mundo social. (Lysardo-Dias, 1998, p. 20)

b. Intenção da comunicação: qualquer ato de linguagem inclui uma finalidade, porque pretende influenciar o outro. Charaudeau (1997) elenca as finalidades comunicativas a seguir:

* Fazer-saber: busca transmitir um saber a princípio desconhecido. O discurso estaria organizado, então, em torno do conteúdo informacional.

* Fazer-fazer: pretende induzir o outro a agir de acordo com o desejo daquele que fala, não sendo, necessariamente, por meio de um discurso imperativo.

* Fazer-crer: tem por finalidade a persuasão por meio do rigor lógico. Nessa perspectiva, o discurso nunca é neutro, sendo a capacidade de influenciar o outro inerente a esta prática.

* Fazer-prazer: voltado para despertar sentimentos positivos, atingir a sensibilidade dos sujeitos.

Cada discurso pode ter uma finalidade predominante. No âmbito das instituições analisadas nesta tese, sobretudo as escolas públicas, os aparelhos de Assistência Social, unidades de Saúde e Conselho Tutelar, mas também as instituições da política de Segurança Pública, avalio haver um predomínio das três primeiras finalidades nos discursos que operam sobre o território de favela, nesse caso específico, a Maré, e que orientam as ações de seus profissionais nesses espaços.

c. Status dos interlocutores: compreende que a posição social dos sujeitos define e legitima seu fazer discursivo. Este fator contempla a dinâmica de intercâmbio entre os interlocutores, considerando a reciprocidade que predispõe para a interação comunicativa.

Há diferentes formas de organização/produção de um dado discurso. Aqueles que o disseminam, portanto, realizam uma escolha que determina qual será o conteúdo, sua finalidade e a forma como se organiza, bem como em quais contextos. Seus efeitos, contudo, são incontroláveis (Lysardo-Dias, 1998).

Considerando os diversos sentidos conferidos ao longo da História aos espaços de favela e seus moradores, incluindo crianças e adolescentes, e, partindo do entendimento de que estes sentidos estão inseridos em práticas instituídas histórica e socialmente, os profissionais que atuam nos aparelhos do SGDCA adotam uma dada posição nessa teia discursiva. Tal posição, considerando o exposto até aqui, é capaz de manter e transformar as relações de poder, além de constituir, naturalizar e transformar determinadas condições, eventos e fenômenos.

Os profissionais, nas relações sociais cotidianas, produzem (ou reproduzem) discursos a fim de imprimir sentido à realidade na qual estão inseridos. Neste processo, se manifestam discursos de caráter ideológico, que marcam uma dada visão, uma posição no contexto de trabalho, bem como seu público e suas demandas.

Os discursos sobre a favela e a violência armada passam a fundamentar a forma de operação dos serviços do SGDCA nesses espaços e a definir as estratégias de ação para atendimento das crianças e dos adolescentes. Ao definir e determinar que a favela é um espaço perigoso e violento, instituem-se práticas concretas, adotadas de maneira mais ou menos absoluta. Assim, a suposta “falta de condições” para atender crianças e adolescentes em determinados dias e horários ganha *status* de “verdade”.

O conceito de práticas discursivas parte do pressuposto de que os discursos não são representações, apenas. Eles podem produzir verdades e fatos. Quando se realizam operações policiais no horário de entrada e saída das escolas, quando se naturaliza o fato de que crianças e adolescentes de favelas convivem com a presença ostensiva de armas e drogas, quando as aulas não são repostas ou a escola se mantém fechada durante todo o dia diante de um evento violento ocorrido na madrugada ou quando não se realiza uma visita domiciliar sob a justificativa da

violência, tais decisões não são tomadas com base somente em dados formais, legais ou mesmo científicos (quando são considerados). Além disso, as decisões podem produzir consequências que reverberam na vida dessas crianças e adolescentes. São medidas em “verdades” não necessariamente comprovadas ou bem-fundamentadas e repercutem de forma particular nas suas vidas. Os discursos se articulam, portanto, às relações de poder e com suas condições de possibilidade, manifestando-se nos hábitos, discursos, gestos, entre outras formas.

As práticas discursivas de atenção dedicadas a crianças e adolescentes de favelas demonstram as tendências, as noções mais comuns e as contradições formadas nesse processo, que coloca os profissionais das políticas públicas designados a atendê-los no limite entre os direitos e a sua proteção pessoal, num tensionamento contínuo que repercute em suas decisões e modos de agir. Nessa perspectiva, compreende-se, aqui, que discursos são práticas capazes de fabricar realidades e fatos.

O discurso é tido como o conjunto de padrões linguísticos utilizados para esclarecer determinados domínios da vida social ou organizacional, como, por exemplo, o discurso de sustentabilidade ambiental, o discurso midiático, o discurso corporativista, o discurso do consumo responsável, entre outros (Brito, 2013). No caso da presente tese, o foco está voltado para os discursos sobre as favelas que, pelo simples fato de existirem, já sugerem uma distinção em comparação aos demais espaços da cidade. Assim, são comuns discursos que enfatizam as precariedades das favelas, ainda que, muitas vezes, tenham contornos, elementos e intenções, digamos, progressistas.

É possível afirmar, portanto, que o discurso remete a uma forma específica de entender e dizer algo a respeito do mundo ou de parte dele. Compreender um discurso, dessa maneira, busca interpretar, desvendar e compreender seus padrões (Brito, 2013). Um discurso carrega sempre vieses, ressalta características próprias, sendo fruto de escolhas, conscientes ou não, e que impactam práticas. Nesse sentido, afirmar que o território de favela apresenta perigos, carrega em si uma verdade, mas que, ao enfatizar tal aspecto, esconde outros e limita práticas concorrentes de ver e viver tais espaços.

A história da Filosofia criou diferentes explicações sobre a linguagem e os sujeitos. Nesse campo, há divergências e convergências que produziram diversos olhares acadêmicos, a partir de pressupostos epistemológicos e ontológicos

distintos, oriundos de diferentes matrizes, tal como a fenomenologia, os estudos realistas críticos, o estruturalismo, o pós-estruturalismo e outros. Observamos, assim, qual seja a orientação, um consenso relativo de que o acesso à “realidade” ocorre pela linguagem. Por seu intermédio produzimos, reproduzimos e alteramos o real socialmente produzido (Brito, 2013).

Cederström & Spicer (2013) apresentam três perspectivas que chamam de “estudos de discursos paradigmáticos” aqueles que focam nos efeitos construtivos de metadiscursos. Nessa ótica, os discursos podem construir a realidade organizacional.

Verifica-se, portanto, a existência de diversos estudos e reflexões que convergem para o entendimento de que discursos influenciam práticas que, por sua vez, os produzem, constituído um campo diversificado de compreensões acerca da realidade, nos mais variados campos. Segundo Foucault (1972), o estudo das práticas discursivas constitui-se como:

(...) uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 1972, p. 56)

Automatizar as regras e desconsiderar que elas são invenções que produzimos pode ser uma amarra, pois banaliza condutas e reproduz padrões sem problematizá-los e contextualizá-los. Esta se mostram uma discussão relevante, na medida em que permite questionar as práticas discursivas que naturalizam as manifestações da violência sofridas por crianças e adolescentes que moram em favelas. Esse processo de naturalização se dá por meio do entendimento de que o território de favela oferece perigos aos profissionais que nele atuam, fundamentado no *paradigma da ausência* (Fernandes *et al.*, 2018), como já destacamos.

A noção de práticas discursivas, portanto, configura-se como ferramenta escolhida na presente tese, para analisar as implicações do funcionamento dos serviços públicos de Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar na vida de crianças e adolescentes que residem em favelas no Rio de Janeiro. Tais práticas surgem como elemento no qual os sentidos ganham materialidade, se objetivam no mundo concreto, com consequências no campo das vivências e na forma de atuar no mundo.

Desse modo, a linguagem é tomada como prática social, face à sua capacidade de produzir questionamentos, justificativas e críticas, resultando um dado posicionamento. Spink (2013) afirma que linguagens sociais são discursos próprios de um grupo. Assim, identifica-se que os profissionais que atuam no atendimento a crianças e adolescentes nos espaços de favela compõem um grupo que, apesar de diverso, em função das especificidades de cada equipamento e também do território, adotam dado discurso sobre os espaços de favela que interfere no processo de condução de suas práticas.

2.2.

Naturalização da violência

A violência contra crianças e adolescentes diz respeito a qualquer ação ou omissão que provoque lesões, danos e transtornos ao seu desenvolvimento integral. Se manifesta, também, de maneira estrutural, na aplicação de políticas públicas que preservam condições de desigualdades e não promovem seu desenvolvimento e crescimento (Deslandes *et al.*, 2005). Analisar a questão da naturalização da violência passa pela necessidade de considerar a questão da Segurança Pública como tema transversal e que produz influência direta nas condições de vida, bem como nas possibilidades de atuação dos profissionais designados a atuar em favelas. É um fenômeno que se manifesta, por meio de ações diretas, e que se estabelece em espaços de ausência, nas lacunas ocupadas pelo distanciamento, no caso específico aqui abordado, nas brechas (históricas) presentes na relação do Estado com as favelas, como é possível compreender a partir da reflexão de Orlandi (2011):

(...) a violência é produzida, ela é causada pela falta de sociabilidade, pelo distanciamento produzido por relações sociais de segregação e distanciamento. (...) Há uma geografia da violência, há uma lógica da violência, há uma economia da violência, própria do sistema capitalista e que está presente no modo como o espaço urbano se organiza, é gerido pelo Estado. (Orlandi, 2011, p. 702)

Violência e segurança possuem diferentes significados a depender do grupo sobre o qual se fala (Lysardo-Dias, 1998). Sobre tudo desde a década de 1990, o noticiário a respeito de assassinatos, assaltos e demais eventos violentos, com ênfase para os centros urbanos, tornaram-se recorrentes na mídia, em diferentes meios de comunicação. Esse movimento contribuiu para acentuar o imaginário da

violência nas cidades, “na medida em que investe nesse processo de significação ao invés de procurar rompê-lo” (Orlandi, 2011, p. 5).

Há tipos de violência que perduram ao longo da História, como a violência de gênero, a violência contra crianças, adolescentes e idosos, a violência racial e a contra as populações mais pobres, sobretudo promovidas pelo próprio Estado. Essas formas de violência seguem “naturalizadas”, como se fossem algo “normal”. Segundo Minayo (2007), configuram uma modalidade cultural, pois revelam formas típicas de agir, pensar e sentir.

Ribeiro (2018), partindo de diferentes linhas epistemológicas, formula algumas considerações sobre o fenômeno da violência que dialogam com as reflexões aqui elaboradas. Nessa perspectiva, a violência (i) é um fenômeno que se manifesta nas diferentes sociedades e culturas; (ii) se relaciona com a possibilidade de ação de um indivíduo sobre outros e sobre o coletivo, resultando positiva ou negativamente; (iii) o meio produz influência na naturalização de atos e fatos de violência, podendo ou não justificá-los; (iv) se manifesta a partir de uma força motriz da evolução histórico-social e movimenta os indivíduos.

As diferentes manifestações da violência podem ser toleradas ou condenadas, de acordo com normas sociais sustentadas por costumes e usos naturalizados ou mesmo por aparatos legais. Ou seja, é um fenômeno que não se aparece sempre de forma óbvia e evidente. A esse respeito, Minayo e Souza (2005) mencionam a omissão e a negligência como formas de violência, sendo fundamental reconhecê-las para a desnaturalização de manifestações de poder que se manifestam pela ausência de cuidados e de proteção, que reduzem possibilidades de desenvolvimento e crescimento de suas vítimas. As autoras denominam como *estrutural* o tipo de violência que remete aos processos econômicos, sociais e políticos que cronificam e reproduzem as desigualdades sociais e que mantêm o domínio adultocêntrico sobre crianças e adolescentes.

A violência estrutural camufla-se, pois parece se conformar às regras. É também naturalizada, devido à sua manifestação permanente na rede de relações sociais. Ao mesmo tempo, é invisibilizada, uma vez que, diferente da violência mais explícita, não demonstra romper com a realidade. Esse tipo de violência tem vítimas, mas as identidades de seus perpetradores não são necessariamente claras (Miguel, 2015).

Ainda conforme Minayo e Souza (2005), todas as formas violência encontram suas bases nessa violência estrutural, social, difusa e ampla e dela se alimentam, sendo “responsável por privilégios e formas de dominação” (*op cit.*, p. 24). É possível, afirmar, assim, que a natureza da violência sofrida pela população se relaciona com a violência social que se verifica na sociedade brasileira, estando presente em suas relações e cultura. Em análise produzida por Minayo e Souza (2005), a violência se manifesta como: (i) violência estrutural, que se dá pela desigualdade social e é naturalizada nas manifestações de discriminação, pobreza e miséria; (ii) violência interpessoal,²⁴ nos tipos de interação e comunicação no cotidiano; e (iii) violência institucional, uma forma de reprodução desigual do poder, de discriminação, menosprezo e domínio. As diferentes formas de burocracia de práticas institucionais alimentam-se da cultura do poder de uma maneira impessoal, reproduzindo estereótipos e discriminações que mantêm a violência. No caso das crianças e adolescentes de favelas, por tratar-se de um grupo dependente, verificam-se poucas formas de resistência, tendo seus responsáveis também poucos recursos para lidar com o enfrentamento às instituições, sobretudo aquelas do campo da Segurança Pública.

Os dados e notícias sobre mortes violentas de crianças e adolescentes em favelas no Rio de Janeiro em contextos de confrontos armados configuram-se somente como aproximações das situações de violência que as atingem. Estes são os eventos mais visíveis, óbvios, mas que são o mais brutal de um conjunto mais amplo de prejuízos causados pela violência estrutural, naturalizada e cotidianamente reproduzida.

Deslandes, Assis e Santos (2005) inventariam uma série de manifestações da violência que acomete a infância no Brasil. As mais pobres, segundo os autores, já experimentam tais eventos mesmo antes do nascimento, no processo de atendimento pré-natal e no parto. Mesmo que em menor proporção em relação às décadas anteriores, ainda ocorrem casos de mortalidade infantil. Além disso, muitas crianças sofrem com restrições de acesso ao Registro Civil de Nascimento, o que dificulta o acesso a outras políticas públicas fundamentais para o seu desenvolvimento.

²⁴ Nos âmbitos intrafamiliar e comunitário.

A pobreza impõe diversas dificuldades ao processo de desenvolvimento infantil. Esta condição afeta o acesso a uma alimentação de qualidade, moradia, saneamento básico, além de interferir no acesso à educação, conforme sugerem os estudos sobre a relação entre condição econômica e escolarização, sendo a desigualdade potencializada no caso de crianças negras. Para contribuir com o sustento familiar ou com as tarefas domésticas, muitas crianças são submetidas a jornadas de trabalho, o que também se caracteriza como uma forma de violência (Moreschi, 2018; Faleiros & Faleiros, 2007; Leal & Leal, 2002).

Ademais, são frequentes os casos de violência física, castigos, que inclusive podem tomar a forma de abusos sexuais. Soma-se a essas manifestações, a violência armada, com a presença cotidiana de grupos criminosos e de uma abordagem bélica das forças policiais, que ocorre sem que se produza comoção pública à altura, pois é acompanhada de ideias deterministas e pré-construídas a respeito de uma infância e uma adolescência incorrigíveis e de menor valor, associadas a um discurso discriminatório de que crianças e adolescentes pobres (e muitas vezes negros) convivem de maneira natural com o crime (Baalbaki & D'olivo, 2016, p. 254). De acordo com as autoras, tais ideias pré-construídas correspondem “ao *sempre-já* da interpelação ideológica, que impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade, naturalizando, desse modo, um discurso violento sobre atos de violência cometidos contra uma criança (...)” (*op.cit.*, p. 254).

No processo de naturalização da violência, o que se afirma não soa estranho e não rompe, portanto, com o que é aceitável. Afirmar, por exemplo, que trabalhar numa favela é desafiador e perigoso remete a um comentário inscrito num local já autorizado socialmente, sendo uma compreensão acomodada dentro de uma normalidade, num conhecimento comum e aceito. Essa compreensão produz sentidos de violência, alimentando um ciclo que exclui direitos de crianças e adolescentes que vivem nesses territórios, reforçando a própria violência. Nesse sentido, admitimos ser a violência armada um desafio tão complexo nas favelas, problema de tão difícil solução que, em vez de cobrarmos e buscarmos soluções para evitar que crianças e adolescentes estejam a ela submetidas, aceitamos ser um fenômeno que integra seu cotidiano, cabendo, a nós, lidar com ele e proteger-nos.

Crianças e adolescentes de favelas recebem as marcas e os estigmas que comumente caracterizam seu território de origem. Estas marcas conferem maior complexidade a um perfil determinado, historicamente, por desafios relacionados à

sua condição econômica e social. Diversos autores (Pinheiro, 2006; Rizzini, 1997; Ariès, 1981) resgatam a trajetória histórica das diferentes concepções sobre infância e adolescência e os tratamentos dedicados a essas etapas da vida.

Tais concepções, evidentemente, guardam profundas relações com cada contexto histórico nos quais se estabelecem, acompanhando suas mudanças. Além disso, em cada tempo histórico verificam-se modos distintos do ser criança e adolescente, demonstrando a heterogeneidade dessas experiências e entendimentos sobre o que são ou o que deveriam ser (Dahlberg; Moss; Pence, 2003). Os diferentes olhares sobre a infância e a adolescência não são, portanto, neutros, mas fundamentados em discursos, vivências, noções preestabelecidas, influenciados pela mídia e que, obviamente, influenciam e fundamentam as políticas públicas.

Os sentidos que se constroem e são conferidos à infância e adolescência vão além de uma visão naturalizada do que acontece dentro de uma faixa etária, de maneira universal. Os diferentes discursos lançados para tratar de características típicas desta faixa etária remetem a uma “natureza” ingênua, frágil e delicada, que se restringe a um segmento social específico. Crianças e adolescentes pobres, geralmente, não são considerados nessas classificações, principalmente os adolescentes, uma vez que acabam correspondendo, numa visão do senso comum, ao risco de serem violentos e potencialmente criminosos.

Na década de 1920, no Brasil, surgiu o termo *menor*, utilizado, a princípio, para referir-se à faixa etária associada ao Código de Menores de 1927 e que correspondia a crianças e adolescentes pobres. Este termo passou, então, por força dessa relação e de visões negativas sobre a pobreza, a ter igualmente uma conotação pejorativa.

Menores eram aquelas crianças e adolescentes pobres, pertencentes às famílias com uma estrutura diferente da convencional (patriarcal, com pai e mãe presentes, com pais trabalhadores, com uma boa estrutura financeira e emocional, dentre outros). Aquelas crianças caracterizaram-se como “menores” em situação de risco social, passíveis de tornarem-se marginais e como marginais, colocarem em risco a si mesmas e à sociedade. Deste modo, tornou-se uma norma social atender à infância abandonada, pobre e desvalida, mas a partir de um olhar de superioridade, na tentativa de salvamento ou de “adestramento”. (Frota, 2007, p. 150)

Assim, mesmo com a promulgação do ECA, em 1990, um marco legal que apresenta novos paradigmas, nomenclaturas e conceitos para tratar da infância e da adolescência, persiste a adoção do termo *menor* sendo utilizado para designar o pobre, situando-o no lugar do risco (Fontenele & Miranda, 2017; Rizzini, 1997).

Este dado evidencia a distinção contida na experiência de eventos violentos entre crianças e adolescentes a depender do seu local de origem. Quando se afirma, por exemplo, que uma criança foi vítima de “bala perdida”, já é possível supor que o fato tenha ocorrido em uma favela, o que gera um silenciamento em termos de comoção e repercussão públicas e do Estado, o que denota mecanismos que produzem relações entre favela, tráfico de drogas, determinismo social e violência (Baalbaki & D’olivo, 2016). Nesta perspectiva, em 2015, a jornalista Eliane Brum, publicou artigo intitulado *ECA do B*, no qual, recorrendo à ironia, sugere que o ECA, na prática, não se refere ao universo de crianças e adolescentes brasileiros, negligenciando aquelas de origem popular.²⁵

Segundo Silva (2009):

A representação dominante naturaliza as formas tradicionais de relações na cidade e a partir daí define um determinado lugar para a favela e assim, consequentemente, um determinado tipo de política. Nesse sentido, o *caveirão* (equipamento móvel blindado utilizado pela polícia militar em ações nas favelas) se torna absolutamente natural. Assim como se naturalizou que o principal crime a ser combatido é o tráfico do varejo e seu lugar de repressão é a favela. (Silva, 2009, pp. 91-92)

Naturalizadas as formas pelas quais se faz a política de Segurança Pública nas favelas, as demais políticas acabam a ela submetidas, uma vez que esta deveria garantir as condições mínimas de circulação e acesso a serviços. De acordo com Paiva *et al.* (2015), a ausência de equipamentos sociais básicos, a exposição à presença de grupos civis armados e a intervenção truculenta das polícias são exemplares da violência produzida ou consentida pelo próprio Estado. Trata-se de uma cultura da violência, que desqualifica, subjetiva e moralmente, os moradores de favelas.

Por estas razões, as crianças e os adolescentes vivem na pele um processo de exclusão por residirem nesse território e por serem quem são, constituindo uma fonte de sofrimento. Eles convivem com a ameaça cotidiana, concreta e real de serem feridos ou mesmo mortos em meio a tiroteios, serem negativamente surpreendidos pela polícia, confundidos com bandidos e vítimas de outros tipos de

²⁵ Eliane Brum afirma que o Estado “(...) age acima da Lei, ao criminalizar pobres e negros, naturalizando suas mortes e a violação de seus direitos pelas forças de Segurança Pública que também deveriam protegê-los. Enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente é a legislação criticada por setores da sociedade e nunca implementada por completo, o ECA do B é a lei não escrita, mas entranhada no sistema e assumida pelas polícias e por parte da população, a lei fora da lei que rege a prática cotidiana no país.” Disponível em < <https://www.geledes.org.br/eca-do-b-por-eliane-brum/> > Acesso em 22 jan. 2020

maus-tratos (Vilhena *et al.*, 2011). As marcas da violência são inexoráveis, pois impõem o medo dos confrontos armados iminentes, a falta de aulas, a ameaça da perda de algum parente ou amigo, as privações de circulação e, conseqüentemente, das brincadeiras no espaço público. Dessa forma, a naturalização da violência encontra seus alicerces num conjunto de estigmas e preconceitos produzidos e reproduzidos na sociedade brasileira acerca do território onde vivem.

2.3. Território de violência

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é formada por territórios segregados historicamente, considerados ameaçadores, perigosos e ilegais, contra os quais são permitidas práticas excludentes e autoritárias. Ações, olhares e discursos manifestam essa visão e produzem impactos no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes que neles residem (Vilhena *et al.*, 2011).

De acordo com estes autores, a exclusão social e a desconfiança produzem mapas de segregação socioespacial, dentro dos quais se manifestam estratégias de sobrevivência definidas pelos sujeitos. Esta segregação é expressão dos processos de desigualdade social, que definem a organização de grupos que se diferenciam por confluência de modos de vida e valores partilhados e por estratégias de enfrentamento da vida semelhantes, que se articulam com o ambiente urbano mais geral.

Nesse sentido, o medo tem orientado estas “cartas de navegação social” (Vilhena *et al.* 2011) ou seja, encontros entre sujeitos apartados, marcados, em algumas situações pela hostilidade. Os encontros marcados pelo medo contribuem para maior distanciamento de possibilidades de relação e interação. Estes aspectos influenciam não somente o processo de pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, como evidentemente, a rotina de funcionamento dos serviços inscritos no SGDCA nesses territórios, uma vez que também estão submetidos à lógica do medo que marca a relação com esses espaços. Segundo os autores mencionados,

(...) entre os medos a que são habituados os indivíduos humanos estão aqueles associados aos temores de colocar a vida em risco. O medo liga-se a determinadas formas de exercício de poder (humanos, sociais, sobrenaturais, sagrados), que devem ser obedecidas e respeitadas. O medo é, portanto, responsável pela criação e existência de uma forma particular de mundo na qual somos socializados, que funciona como mecanismo de controle social e assume um importante papel na socialização dos indivíduos. (Vilhena *et al.*, 2011, p.174)

A cidade teme a favela, um medo que reflete uma construção histórica que prevalece nos olhares sobre esse território. A conhece pouco, mas a compreende como parte significativa dos problemas da cidade, privando seus moradores do acesso a direitos cívicos (Vilhena, 2003). Este medo, portanto, não se limita a um sentimento individual, mas socialmente partilhado, que manipula o senso comum. Assim, ao abordar o imaginário do medo, lidamos com o simbólico expresso em discursos que “atribuem características e lançam pontos de mediação entre ações e significações sociais” (Correa, 2008. p. 17).

Os profissionais destinados a atuarem em território de favela, em equipamentos situados no campo dos SGDCA, estão também submetidos a esse medo, que acaba por restringir sua atuação, limitando a realização de determinados procedimentos ou tornando rotineiras algumas medidas, sob a justificativa da violência, num ciclo que parece contínuo.

É difícil compreender onde esse ciclo encontra início, dentro de uma lógica de causa/efeito. Nessa perspectiva, se impõe a necessidade de um olhar complexo, uma compreensão “espiralada” de processos que se retroalimentam indefinidamente (França, 2015).

O relato a seguir, extraído de um artigo que descreve a experiência de atendimento a crianças por um grupo de psicanalistas numa favela do Rio de Janeiro, traz elementos exemplares da relação entre os profissionais e o território:

Irmos para a favela nos leva a uma parte da cidade que desconhecemos. (...) Entre uma criança da favela e um psicólogo do asfalto existe, no imaginário carioca, uma impossibilidade de fala. A desconfiança entre os socialmente excluídos e os incluídos é comum aos dois; a violência e o medo circulam, ainda que com pesos diferentes, entre todos nós.

(...) estamos em terra estrangeira, apesar de estarmos em nossa própria cidade. Mais que no estrangeiro, estamos em território dominado pelo inimigo. A proposta é acolher crianças em um lugar que não acolhe ninguém, de onde podemos ser expulsos pelos tiros a qualquer momento. Quando isso acontece, nós saímos, cheios de alívio, mas as crianças que vivem ali, ali continuam. Os moradores das favelas cariocas são mistificados, desprezados e temidos, intensamente confundidos e fundidos pelos do asfalto com o poder armado que os domina. Há entre nós e eles aproximações básicas - a nacionalidade, a língua comum, a exposição à mídia -, vivemos na mesma cidade.

Mas, além disso, desse elementar, o que temos a ver com eles, o que, com tanta distância, silêncio, desconfiança, preconceito, nos possibilita estar ali? (Milman, 2009, p. 253)

São muitas questões em jogo, cada uma delas afeta os profissionais que atuam nas favelas de diferentes formas, a depender de como se deu a inserção profissional,

quais são seus referenciais teóricos, políticos, éticos, suas experiências anteriores e olhares sobre este espaço.

Elias & Scotson (2000, p. 24) afirmam que “o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo.” Experiências negativas concretas vividas pelos grupos que disseminam o discurso estigmatizante, enfraquece o grupo daqueles que são estigmatizados (Fernandes, 2009). Os discursos estigmatizantes podem, ainda, decorrer do distanciamento ou falta de conhecimento acerca dos territórios de favela. Paulo Freire (1997), na carta *Escola Pública e Educação Popular*, identifica a parcialidade por meio da qual conhecemos pessoas e lugares:

Atravessamos o nosso curso todo sem que jamais se tivesse falado a nós do que é uma favela, dos meninos e meninas faveladas. O que sabemos dessas áreas da cidade, pela televisão e pelos jornais, é que elas são palco de absoluta violência e que as crianças cedo, se tornam marginais. (Freire, 1997, pp. 70-71)

Este relato demonstra, ainda, como pode ter se dado o processo de formação dos profissionais designados a atuarem no campo da promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes que não se municiam de elementos que colaborem para o processo de elaboração e execução das políticas públicas voltadas para diferentes contextos. Além disso, profissionais de políticas como Educação e Saúde, muitas vezes, não se reconhecem como peças-chave no campo da garantia dos Direitos Humanos, restringindo-se à execução de suas atividades-fim, o que impõe limites a formas criativas e resistentes de abordagem, potencialidades que, como já visto aqui, se mantêm obstaculizadas pelo sentimento de medo e impotência frente às diversidades manifestas no território de favela.

Compreende-se que intervenções estatais em favelas, tais como operações policiais violentas, retirada de equipamentos do território, adoção de estratégias alternativas que evitem a entrada de instituições do sistema de Justiça, dos Conselhos Tutelares e da Assistência Social ou das unidades de saúde, além da execução de dezenas de dias a menos de aulas sem reposição, configuram-se como um processo que naturaliza a violência contra as crianças e adolescentes.

Retomando as reflexões de Foucault, em *Microfísica do Poder*, o filósofo afirma que, quando não se tratam mais de exceções, as ações violentas são gradativamente normalizadas. Este processo de normalização incorpora de forma distorcida a violência no campo das instituições sociais como uma abordagem aceitável e corriqueira.

No caso das instituições sociais de interesse desta tese, são relevantes as ideias de Leite (2012), quando avalia que o Estado não está ausente das favelas, mas que, na realidade, se faz presente de forma insuficiente, por meio da prestação de serviços de baixa qualidade. Essa presença tem sido marcada, segundo a autora:

(...) pelo clientelismo e ineficiência das instituições estatais, brutalidade policial e desrespeito aos direitos civis de seus habitantes que não têm reconhecido e garantido seu estatuto de cidadania [...]. Neste sentido, essas modalidades de identificação terminam por reforçar os dispositivos segregatórios que produzem, e reproduzem, as favelas como o outro da cidade. (Leite, 2012, p. 2012)

A favela é vista como o avesso do urbano, uma antítese do ideal de cidade (Burgos, 2012) e aos seus moradores se nega o direito à cidadania, o direito a terem direitos, mantendo esse território à margem da cidade e do Estado (Feltran, 2011). Este fato se manifesta não somente pelo menor número de equipamentos públicos situados no território (Carvalho *et al.*, 2019), como por meio da menor qualidade dos serviços ofertados, com o predomínio de uma abordagem apática e pessimista (Cavallieri, 2011).

A compreensão de que a cidade está partida em dois polos reforça antinomias, denotando características particulares às favelas, naturalizando desigualdades, como se fossem inerentes às pessoas, conforme afirma Barbosa (2012):

Essas leituras foram – e ainda são – resultantes de uma espécie de naturalização da violência material e simbólica que se reproduz na forma pela qual a cidade foi construída e organizada. A diferença é tratada como atraso e desigualdade, como incapacidade. Na verdade, estamos diante de um não reconhecimento da pluralidade da cidade, sobretudo com a desqualificação de pessoas e de lugares e, de modo menos explícito, com a atribuição aos próprios habitantes das moradas populares a responsabilidade pela situação de pobreza material em que vivem. (Barbosa, 2012)

Os discursos geradores dessas visões, leituras, do senso comum, produzem significados para os eventos, para os fenômenos e são disseminados por comunidades, onde a autoria fica difusa. “A polifonia, provocada pela multiplicidade de vozes e sua orquestração, produz significados *para* e *com* a violência não identificáveis ao longo do tempo e sem a adequação aos espaços em que são tratados” (Oliveira, 2018, p. 93).

Desse modo, Oliveira (2018) afirma que buscamos identificar o espaço da violência para dele nos afastarmos, nos protegendo de sua ação. Estes espaços, por sua vez, estão associados às periferias, às favelas e outros territórios e grupos, qualificados por um discurso que produz hierarquias a partir de condições econômicas e sociais. Segundo a autora, o senso comum, nesse sentido, opera como

um refúgio, transmissor inerte e prático de uma verdade, pela qual seria possível evitar a violência.

Farias (2018) identifica, em relação à violência, três categorias de atores: (i) aqueles que sentem a necessidade de narrar a experiência violenta sofrida; (ii) aqueles que se silenciam, evitando a dor de reviver o evento por meio da narrativa; e (iii) aqueles que perpetram ações violentas. Este último perfil procura justificar o ato violento por meio da naturalização da situação; da adoção de postura defensiva, manutenção do silêncio ou adoção de postura cínica de negação; e da desqualificação das vítimas da violência.

Considerando estas diferentes justificativas, compreende-se que as múltiplas manifestações da violência contra crianças e adolescentes que moram em favelas são cotidianamente naturalizadas e invisibilizadas, das mais diversas formas. Nesse cenário, esse público está distante da “precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública”, bem como das demais garantias prioritárias previstas no artigo 4º²⁶ e demais do ECA. À infância e à adolescência dada à sua condição econômica e social, de maneira geral desigual, deveriam ser garantidas políticas e medidas efetivas para o exercício de direitos, que considerem de maneira concreta o contexto de suas vidas. O que se observa, no entanto, é que o contexto territorial onde vivem é considerado de modo a justificar obstáculos ao acesso a direitos, considerando, de algum modo, como inevitável à insegurança a que estão submetidos.

²⁶ Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

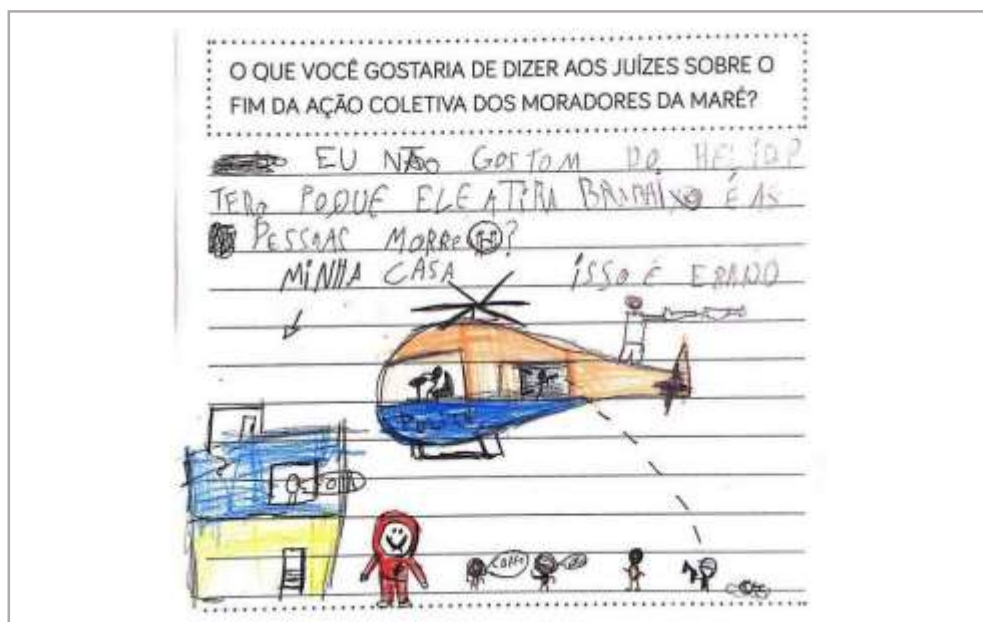


Figura 7 - Carta produzida por criança da Maré. 2019
 Fonte: Redes da Maré.

3. O CAMPO DE PESQUISA

3.1. Território de favela como campo de pesquisa

Longe de conseguir retratar a complexidade do território da pesquisa, serão bordados, nesta sessão, elementos de 16 favelas da Maré, a fim de tornar mais compreensíveis as reflexões e análises produzidas neste trabalho.

A trajetória de consolidação do da Maré como o conhecemos, hoje, geograficamente, levou cerca de 60 anos, tendo se iniciado em 1940, por processos de ocupação popular ou do próprio poder público, por meio de programas habitacionais (Redes da Maré, 2019).

Assim, cada favela que compõe a Maré tem um processo de constituição particular. As 16 favelas surgiram a

partir da ordem cronológica que segue: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila dos Pinheiros (1983), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000) (*op.cit*, 2019).

A Maré é um bairro criado pela Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994. A única favela do conjunto que não pertence ao Bairro Maré é Marcílio Dias.

Neste território, se reproduz um contexto de violações de direitos e violências que trazem impactos decisivos à vida das crianças e dos adolescentes.



Figura 8. Atividades com crianças da Biblioteca Infantil Maria Clara Machado. 2016

Fonte: Redes da Maré.

A presença de grupos ligados à venda de drogas ilícitas no varejo e de redes paramilitares que exploram, de forma precária, serviços básicos que o próprio Estado deveria regular, produzem interferências negativas na vida de sua população.

As Tabelas 2 e 3 apresentam dados sobre o número total de moradores da Maré, e segundo a faixa etária que nos interessa neste trabalho, que constitui percentual significativo de habitantes da Maré:

Total/ Faixa etária	População			
	Habitantes	%	Habitantes (acumulado)	% acumulado
Total Geral (Maré)	139.073	100%	-	-
0-4	10.244	7,4%	10.244	7,4%
5-9	11.404	8,2%	21.648	15,6%
10-14	12.386	8,9%	34.034	24,5%
15-19	11.961	8,6%	45.995	33,1%

Tabela 2. Total de pessoas residentes na Maré, até 19 anos de idade

Fonte: Censo Maré 2013

Quanto ao sexo, não se manifestou predominância acentuada de meninas ou meninos, conforme pode ser verificado na Tabela 3, a seguir:

Faixa Etária	Total	Sexo					
		Mulheres		Homens		sem resposta	
		hab	%	hab	%	hab	%
Total Geral	139.073	70.878	51,0%	67.948	48,9%	248	0,2%
0-4 anos	10.244	5.096	49,7%	5.129	50,1%	18	0,2%
5-9 anos	11.404	5.582	49,0%	5.809	50,9%	13	0,1%
10-14 anos	12.386	6.175	49,9%	6.197	50,0%	13	0,1%
15-19 anos	11.961	6.042	50,5%	5.911	49,4%	8	0,1%

Tabela 3. Total de pessoas residentes na Maré, segundo o sexo, com idades até 19 anos

Fonte: Censo Maré 2013

Apesar de a Maré ser constituída por 16 favelas, como já afirmado, é possível perceber a existência de subconjuntos compostos por grupos de favelas limítrofes que têm, entre si, semelhanças socioespaciais. Essas semelhanças decorrem das histórias de sua conformação, marcadas, por exemplo, por diferentes contextos e políticas públicas, já que foram surgindo no período entre a década de 1940 e o ano 2000.²⁷ Assim, determinadas favelas adjacentes configuram subconjuntos com contornos razoavelmente definidos.

Com isso, existem, pelo menos, quatro áreas bem visíveis na Maré: (i) o núcleo em torno do Parque Maré, contendo o Parque União, o Parque Rubens Vaz e a Nova Holanda; (ii) O núcleo em torno do Morro do Timbau, complementado pela Nova Maré, a Baixa do Sapateiro e o Conjunto Bento Ribeiro Dantas; (iii) o núcleo em torno da Vila dos Pinheiros, que inclui o Conjunto Pinheiros, a Vila do João, o Conjunto Esperança e Salsa e Merengue; e (iv) o núcleo formado pela Praia de Ramos e Parque Roquete Pinto.²⁸

Na Maré, coexistem três grupos armados que serão aqui brevemente mencionados, devido às interações que produzem nas dinâmicas abordadas, do ponto de vista da violência armada. Por motivos estratégicos e logísticos, o domínio de cada grupo armado se estende pela área de uma ou mais favelas semelhantes, até bem próximo de seus acessos e limites, evitando somente a linha de contato com as regiões dominadas por rivais. Assim, percebe-se que, na lógica de ocupação territorial, os grupos armados se firmam na Maré segundo a espacialidade de suas favelas.

Portanto, considerando os quatro subconjuntos mencionados, se observa a seguinte territorialidade dos grupos armados:

- Parque Rubens Vaz, Parque Maré, Nova Holanda e Parque União – domínio do Comando Vermelho
- Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Conjunto Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré – domínio do Terceiro Comando
- Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Esperança e Salsa e Merengue – domínio do Terceiro Comando
- Praia de Ramos e Parque Roquete Pinto (e Marcílio Dias) – Milícia (agentes e/ou ex-agentes da Segurança Pública e/ou privada)

²⁷ A primeira favela foi o Morro do Timbau e, a última, Salsa e Merengue.

²⁸ A favela Marcílio Dias não foi considerada neste núcleo, devido à distância de mais de dois quilômetros da Praia de Ramos.

Além disso, há mais de 30 anos, a Maré sofre com a abordagem da política de Segurança Pública que não reconhece seus direitos nesse e em outros campos. Pelo contrário, a população é, de maneira geral, criminalizada, estando submetida à insegurança e ao medo relacionados à própria atuação estatal, que deveria garantir sua proteção. A imprevisibilidade e iminência desses confrontos, entre os grupos criminosos e as forças policiais ou mesmo entre os grupos armados entre si produzem impactos de difícil mensuração para a saúde mental e física de crianças e adolescentes que moram na Maré e dos demais moradores. Este quadro torna complexo o acesso a serviços básicos, como de Educação e Saúde, além de atividades características da infância, como brincar ao ar livre ou na própria casa, ir e vir e viver em comunidade.

Nos dias em que ocorrem confrontos armados, a população que vive e trabalha na Maré é levada a avaliar e definir entre as opções de deslocamento que ofereçam menos riscos, se é que isso seja possível. A recorrência de situações como esta nas favelas induz a uma percepção geral de que este é um quadro inerente à vida neste território.

No Brasil, a população de até 17 anos de idade que reside em favelas é de quase 4 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2010 do IBGE (Brasil, 2010). Crianças e adolescentes representam 34,4% dos habitantes desses territórios em âmbito nacional. A maior concentração é na Região Sudeste, com quase 2 milhões de crianças e adolescentes. Nas grandes cidades, esta população está ainda mais vulnerável à dinâmica de violência urbana e policial que se manifesta nesses espaços. Segundo dados do portal *Rio on Watch*, entre 2011 e 2017, o número de crianças e adolescentes mortos pela polícia no estado do Rio de Janeiro mais que triplicou, de 55 para 193.²⁹

Os territórios de favela, no entanto, são diversos e plurais do ponto de vista econômico, social e cultural. Um mesmo espaço de favela possui diferentes características e compreende “realidades” distintas, diferenças populacionais, sociais e outras, como é o caso da Maré. Compreende-se, portanto, ser impossível produzir afirmações genéricas a respeito dos espaços de favela, a despeito das visões homogeneizantes e, em sua maioria, negativas, produzidas sobre esses territórios no âmbito do senso comum. As políticas públicas e medidas estatais e

²⁹ Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p43419>> Acesso em: 21 fev. 2020

governamentais, de maneira geral, possuem a marca dessas visões, uma vez que as favelas têm sido tratadas, no curso da História, como espaços transitórios, temporários, informais ou mesmo “subnormais”, tal como se refere o mais importante órgão estatístico do País, o IBGE.³⁰

Essas visões, evidentemente, influenciam na qualidade dos serviços públicos oferecidos nesses espaços. Historicamente, a abordagem estatal tem sido marcada por características higienistas e policiaescas. Estas últimas, nas recentes décadas, acirradas por conflitos bélicos no contexto de combate ao tráfico de drogas no varejo.

Vale destacar que esse período veio acompanhado de significativa produção acadêmica sobre os espaços de favela, sobretudo no que se refere às dinâmicas de violência e à atuação das políticas de Segurança Pública. Diversas teses sobre os espaços de favela foram concluídas a partir da década de 1970, com ênfase em estudos de Antropologia Social (Valladares, 2005).

Apesar do volume de conhecimento produzido sobre as favelas, ainda predominam as visões negativas e a tônica conservadora e precária das políticas públicas, especialmente violenta, quando se trata da política de Segurança Pública. Este quadro contribui para restrições no reconhecimento da legitimidade da presença das favelas e de seus moradores na cidade, limitando relações democráticas em relação a esses territórios. De acordo com Silva (2009):

(...) como o simbólico também é um componente de instituição do mundo social, as políticas públicas e os investimentos privados, assim como as ações de organizações sociais, terminam sendo orientadas por essas concepções. Nesse caso, muitas vezes, as ações nas favelas são mais vistas como formas de prevenção da violência do que direitos de exercício da cidadania; as iniciativas são fragmentárias; os investimentos são precários e a ambiência econômica é frágil. (Silva, 2009, p. 17)

Essa tônica compromete, da mesma forma, as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes que residem nesses espaços. Sendo prioridade no campo das políticas públicas, conforme prevê o ECA, compreende-se que o prejuízo desta lógica é ainda maior, dado o comprometimento que pode causar em seu processo

³⁰ O IBGE trata as favelas como “aglomerados subnormais”. Segundo Silva (2009, p. 81), “a definição do IBGE sobre o que é a favela, por exemplo, não tem rigor epistemológico, visto que a define a partir da negação, designa a favela como um aglomerado subnormal, sem que se discuta o que é o normal. Assim, enquanto a favela continuar a ser explicada sempre a partir do pressuposto da carência teremos uma maior dificuldade de agir, sobretudo no sentido de permitir maior reconhecimento da favela na cidade.”

de desenvolvimento o nível elevado de violações e restrições de acesso a direitos às quais crianças e adolescentes estão submetidos.

Tal como as favelas da Maré, outros territórios de favela no Rio de Janeiro e demais estados brasileiros sofrem com uma presença precarizada do Estado, manifestada sob a forma da ostensividade dos grupos armados, da violência policial, da ausência de determinados serviços públicos e/ou da baixa qualidade de outros.

As violações de direitos de crianças e adolescentes, que deveriam ser garantidos pelo SGDCA, ocorrem por diversos fatores que influenciam na forma como esses serviços são ofertados. Além disso, a negligência das autoridades competentes, a abordagem truculenta das polícias e a baixa credibilidade estatal junto aos moradores de favelas contribui para um cenário pouco frutífero para a consolidação de políticas públicas que reconheçam, genuinamente, a importância das crianças e adolescentes das favelas para a cidade.

Consequentemente, estas violações (exposição aos grupos armados, violência policial e restrição de acesso a serviços básicos) manifestam-se rotineiramente, evidenciando o trato do Estado com esses territórios, a falta de preparo dos profissionais para lidar com suas crianças e adolescentes e, somado a isso, a reduzida estrutura das políticas públicas para operarem.

O ECA garante o direito à vida, à saúde, à liberdade e o respeito à dignidade, considerando-se que neles estão presentes os direitos básicos sem os quais as crianças e os adolescentes dificilmente desfrutarão de um desenvolvimento humano e um convívio familiar e social adequados. No entanto, as condições de vida nas favelas limitam esses direitos para a maioria de seus moradores.

A oferta dos serviços intersetoriais (Assistência Social, Educação e Saúde), além da atuação do Conselho Tutelar são afetados de maneira direta pela política de Segurança Pública, voltada de modo predominante ao combate ao tráfico de drogas no varejo. A situação das favelas da Maré, nesse aspecto, não se diferencia muito das demais favelas existentes no estado, com o agravante de comportar mais de um grupo armado, o que amplia as chances de ocorrência de conflitos bélicos, devido à disputa territorial protagonizada por seus integrantes.

Contudo, outros elementos se somam às restrições objetivas para o funcionamento dos serviços mencionados. As favelas são constituídas por múltiplas redes sociais, onde se manifestam diferentes representações e práticas. É o nível de interesse e de pertencimento em prover ou ampliar seu espaço nas redes sociais que

conduzirá as ações dos distintos atores e agentes. Tal definição é apropriada para os grupos sociais populares, mas também para os médios e dominantes existentes na cidade (Silva, 2009).

Assim se consolida uma contradição no movimento de apreensão, manifestada em uma crise de representação no que se refere à associação entre o objeto representado e a imagem predominante que se tem sobre ele. A percepção, a respeito do objeto, acaba não revelando os determinantes materiais que o significam. Dessa forma, a representação conceitual foi, progressivamente, dando lugar a uma representação estereotipada. Nesta, os preconceitos e juízos generalizantes, sem relação direta com o núcleo do fenômeno, caracterizam o processo de apreensão dos moradores de favela e dos locais onde vivem (Silva, 2009).

O ECA prevê, ainda, a garantia de todas as oportunidades e facilidades a todas as crianças e adolescentes, sem qualquer tipo de distinção, para lhes assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Seus direitos devem ser garantidos, com prioridade, pela família, pela comunidade, pela sociedade em geral e pelo poder público. Nesse sentido, não deve ser tolerada qualquer manifestação de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra eles. Da mesma forma, devem ser condenados qualquer atentado, na forma de ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. As crianças e os adolescentes que residem em favelas, portanto, deveriam estar amparadas por esse conjunto de garantias. No entanto, o que se observa é a violação cotidiana desses direitos e garantias, sem que sejam articuladas medidas de reparação aos danos, submetendo-os a uma série de riscos e prejuízos no seu processo de desenvolvimento.

A despeito dessa e de outras legislações que garantem direitos às crianças e aos adolescentes, ainda há muitas lacunas para sua garantia. O ECA não é garantido em sua totalidade, tampouco o SGDCA opera a contento, resultando em condições de vida adversas às crianças e aos adolescentes, sobretudo nas favelas. O SGDCA busca promover, defender e controlar a efetivação integral de todos os direitos do público em tela (direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos). É um sistema estratégico, não só um sistema de atendimento, pois é complexo em sua forma de estruturação e deve produzir iniciativas que garantam a prioridade de atendimento a crianças e adolescentes, qualquer que seja a situação.

Baptista (2012, p. 187) afirma que “a garantia de direitos no contexto da sociedade brasileira é de responsabilidade de diferentes instituições que atuam conforme suas competências,” contudo, com ações que são, historicamente, localizadas e fragmentadas, não compõem um projeto comum. Em seu estudo, Baptista (2012) aborda elementos fundamentais na elaboração de um sistema de direitos: a ação que busca a garantia de direitos, pelo caráter incompleto das instituições, para enfrentar isoladamente dificuldades e demandas, requer a ação conjunta de diferentes setores, em diversas instâncias da sociedade e do poder público. A eficácia e efetividade das iniciativas dependem de processos de articulação interinstitucional, intersetorial, intersecretarial e, às vezes, intermunicipal, resultando em um todo organizado e relativamente estável, cercado por finalidades. Baptista define essa organização como um sistema que gera subsistemas relacionados às suas especificidades.

Ou seja, a concretização do SGDCA segue como um desafio numa sociedade em que a violência e suas manifestações produzem consequências complexas para crianças e adolescentes. São comuns a falta de vagas em creches, a precariedade do sistema público de saúde e a falta de políticas de atendimento, de maneira geral, o que leva à compreensão de que as mudanças previstas pelo ECA e o SGDCA ainda seguem em processo de desenvolvimento (Sierra & Mesquita, 2006).

Rizzini *et al.* (2015) afirmam que vivemos em um período de conflitos sociais em escala global. Nesse contexto, as violações de direitos em processos de reordenamento urbano reeditam iniciativas de cunho higienista, repressoras e militarizadas. Segundo os autores, esse processo se acentua na América Latina, devido aos processos democráticos frágeis vividos pós ditaduras civil-militares que se estabeleceram no Continente.

Como já afirmado, a precariedade do funcionamento das políticas públicas nos espaços de favela são sempre “justificadas” pela violência armada que neles se manifesta: o suposto perigo e ameaça que representam a presença dos grupos civis armados, as regras que impõem, os confrontos que protagonizam, além das operações policiais que realizam.

Percebe-se que, ainda que os diferentes governos e a sociedade civil busquem, por meio de determinadas ações isoladas, efetivar políticas alternativas de garantia de direitos, os discursos fatalistas produzem inércia entre gestores e operadores das

políticas públicas, fazendo com que as iniciativas acabem não alcançando os determinantes que produzem as manifestações de violências.

Silva (2012) afirma que a soberania estatal reduzida nos espaços de favela, decorrente da baixa capacidade de responder às demandas da população independentemente das possibilidades econômicas e sociais, possibilita que a intermediação das relações sociais nesses territórios seja realizada pelos grupos armados, que, no caso da Maré, têm relação com o tráfico de drogas e/ou a milícia. Ou seja, a intermediação das relações sociais se manifesta por meio da lógica do medo, da coação, da violência e do controle.

A violência criminal e as determinações locais estabelecidas pelos integrantes dos grupos armados, na Maré, se manifestam de maneira combinada aos desafios e limites para a efetivação do potencial trabalho das políticas intersetoriais diante dos casos de violência contra crianças e adolescentes. A soberania do Estado nas favelas, que deveria se manifestar na garantia efetiva de direitos, inexistente, produzindo a sensação de que estes territórios são ingovernáveis. Quer dizer, o próprio Estado possibilita a intermediação das relações sociais dos grupos armados nas favelas.

Compreende-se, assim, que as supostas regras definidas pelos grupos armados devem ser respeitadas por todos que frequentam o território, do contrário, é possível sofrer sanções. Essa lógica pode ser reforçada pelos diferentes meios de comunicação, que propagam notícias sobre a restrição de oferta de serviços nesses territórios.

A violência e o medo são instrumentos historicamente utilizados para doutrinação, manipulação, controle e opressão de indivíduos ou grupos. Nas favelas, é possível afirmar que, muitas vezes, a população que nela habita e trabalha escolhe alterar a própria rotina, interferindo em seu direito de ir e vir, suas próprias relações sociais, em vez de “pagar pra ver”. Nas palavras de Lima (2018, p. 117), “preferem não ficar indignadas com determinadas situações e acabam aceitando o inaceitável, fingem não ver, reconstróem territórios, criam muros, grades, buscam formas de defesa (...).”

Essa dinâmica de intermediação das relações sociais, com base no medo e nas definições de regras específicas em função do território, alimenta a visão de que

existe uma “cidade partida”,³¹ na da qual predomina o entendimento de que a favela é um território dominado pela carência, onde a lei não tem valor, a ordem não se estabelece, reforçando visões negativas sobre seus moradores que, nessa perspectiva, seriam sujeitos de menor valor, que convivem com regras e leis próprias. Tal visão, difundida pelo senso comum, mostra-se alinhada ao processo de desresponsabilização estatal sobre as favelas, por meio da prestação de serviços de baixa qualidade, devido à “transitoriedade” e “informalidade” desses territórios.

Tanto os integrantes dos grupos armados quanto os próprios agentes da Segurança Pública se valem da lógica do medo, que legitima suas ações, que, por essa razão, jamais deve ser enfrentado. Assim, não dependem de qualquer empatia ou apoio para empreenderem suas iniciativas. Essa lógica impera no inconsciente que transita nas favelas e não é diferente entre os profissionais e serviços que atendem crianças e adolescentes. Apesar de todos os avanços observados no que diz respeito à garantia de direitos, da existência de marcos legais específicos, bem como equipamentos e redes de apoio que buscam garantir a atenção necessária e merecida ao seu desenvolvimento, a conquista de todos esses avanços para a sociedade ainda não parece concretizada nas favelas.

3.2. MaréS

Como mencionado anteriormente, a definição da Maré como campo para realização da pesquisa se deu por diversas razões: é o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, onde habitam cerca de 140 mil pessoas em 16 comunidades; é classificada como um bairro desde 1994 e tem porte de cidade, sendo mais populosa que 96% dos municípios do País (IBGE, Censo Demográfico 2010). Ou seja, um território complexo e de porte significativo, situado numa grande metrópole e que reúne diversos desafios às políticas públicas, com ênfase àquelas voltadas para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade. Por isso, usamos aqui a expressão “MaréS”.

Outros motivos, contudo, nortearam tal opção, já mencionadas, que envolvem minha experiência profissional.

³¹ Termo cunhado por Zuenir Ventura, em livro homônimo, de 1994, que remete a uma divisão da cidade entre as favelas e as zonas urbanizadas de classes média e alta.

Foi possível observar que, apesar das particularidades de cada favela, havia formas mais ou menos “padronizadas” de atuação nos espaços onde se fazem presentes os grupos armados, carregadas de referenciais teóricos e políticos que reconhecem de forma efetiva a importância da ocupação e, conseqüentemente, aproximação com os territórios de favela e que são determinantes para a garantia de atendimento a crianças e adolescentes.

A Maré tem 4,3 km² e se situa entre as principais vias de circulação da cidade: a Avenida Brasil e as Linhas Amarela e Vermelha. São milhares de veículos³² margeando o conjunto de favelas diariamente, este mesmo que se localiza próximo ao *campus* de uma das maiores universidades do País, a UFRJ, além do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, para onde e de onde se direciona um intenso fluxo de pessoas de diversas regiões do País e do mundo.

O Bairro Maré é o 9º mais populoso entre os 161 existentes na cidade e possui 47.758 domicílios (Censo Maré, 2013). Os dados nos mostram que a posição geográfica e simbólica da Maré para a cidade é estratégica e, ainda assim, nesse espaço, onde residem mais de 40 mil crianças e adolescentes com até 17 anos de idade (*op.cit.*, 2013), não há sequer um Conselho Tutelar³³ ou mesmo um CRAS.³⁴

As unidades mais próximas encontram-se fora dos limites das favelas, sendo necessário atravessar uma das passarelas para o outro lado da Avenida Brasil, sem falar no deslocamento interno à Maré, onde mal circulam poucas linhas de ônibus e somente durante a semana. É muito comum que os moradores, inclusive crianças, façam uso de transporte alternativo, como os mototáxis,³⁵ o que costuma ser bas-

³² Segundo reportagens publicadas pelo Jornal *O Globo*, circulam, diariamente, na Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha, respectivamente: 250 mil, 122 mil e 136 mil veículos. Se supusermos que, em cada veículo há, ao menos, dois passageiros, é ultrapassada a marca de um milhão de pessoas circulando nessas vias, todos os dias. Estima-se, portanto, que o número seja ainda maior, dado o número de coletivos que transitam na região. Disponível em: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/as-vias-mais-extensas-do-rio.html>> e <<https://oglobo.globo.com/rio/pm-acionada-pelo-menos-uma-vez-por-dia-na-linha-vermelha-23362905>> Acesso em: 21 fev. 2020

³³ Publicada em março de 2011, a Resolução 139 do CONANDA estabelece parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil. Entre as recomendações da Resolução, está o estabelecimento de um Conselho Tutelar para cada grupo de 100 mil habitantes.

³⁴ O CRAS é uma unidade pública estatal que presta serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social, para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. O CRAS Nelson Mandela, que atende a população da Maré, era nela situado. Mas, em novembro de 2005, esse equipamento foi retirado do território pela administração central, sob a alegação de ser este espaço uma área de risco, sendo transferido para fora das comunidades da Maré.

³⁵ Serviço de transporte por meio de motocicletas, muito comum nas regiões mais populares do Rio de Janeiro, sendo um dos principais meios de circulação em favelas. Pesquisa sobre mobilidade realizada pelo Observatório de Favelas e Redes da Maré revelou que 53,1% dos moradores da Maré utilizam mototáxi.

tante dispendioso, já que uma corrida não sai por menos de R\$ 5,00, a depender do destino desejado.

Apesar de tudo, a Maré, atualmente, conta com um número bastante significativo de unidades escolares públicas. São 46 unidades municipais, entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. A oferta de Ensino Médio é realizada em quatro unidades escolares.

O Censo Maré 2013 (Redes da Maré, 2019) identificou que somente 36,2% dos domicílios da Maré recebem visitas de agentes de saúde das Clínicas da Família locais. Quanto aos programas socioassistenciais, apenas 11% dos moradores estão inscritos em programas sociais do governo.³⁶ As informações obtidas no âmbito da pesquisa a ser mais detalhadamente apresentada no próximo Capítulo, indicam que algumas escolas, por exemplo, promovem adaptações ao horários regular da Rede Municipal de Ensino, sem mencionar a falta de professores de algumas disciplinas em determinadas escolas.³⁷ Os candidatos mais bem selecionados nos concursos, supostamente profissionais mais qualificados, também não costumam escolher a Maré como o espaço prioritário de trabalho, restando este território para aqueles que não conseguem outra opção, relato já ouvido algumas vezes no cotidiano de trabalho na Maré e reforçado pelos resultados da pesquisa.

Eles passam no concurso, depois são encaminhados para a CRE, e aqui você abre a relação de escolas, para que eles façam a opção. Muitos chegam dizendo que não querem, principalmente se tiver uma escolha na semana que teve uma operação, porque então a mídia mostra a operação e as pessoas ficam com receio, claro. Então eles já chegam dizendo que não querem.

Quem escolhe primeiro é quem fez maior número de pontos no concurso, entendeu? Isso não significa que esse que fez o maior número não vai escolher a Maré, muito pelo contrário, até porque a Maré, vamos botar aí: 80, 90% de nossas unidades têm um difícil acesso, ele ganha a mais por trabalhar na Maré. Assim como temos outras unidades também, está bem? Outros locais que você ganha a mais para trabalhar ali. Então eles já optam. (F.B., 4ª CRE)

A dificuldade de ter profissionais que desejem trabalhar na Maré é ainda maior em determinadas carreiras na área da Saúde:

³⁶ Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Benefício de Prestação Continuada ou outro auxílio de programa social.

³⁷ Em entrevista para o jornal Maré de Notícias, da Redes da Maré, a Coordenadora da 4ª CRE, responsável pelas unidades escolares da Maré, afirmou que a região praticamente não sofre com a falta de professores. Contudo, informou que são concedidas, “diariamente, licenças temporárias, especialmente após confrontos, quando profissionais ficam abalados e doentes”. Disponível em: <<http://mareonline.com.br/educacao/com-44-escolas-mare-ganha-uma-subgerencia-municipal-de-educacao>> Acesso em: 21 fev. 2020

É claro que toda unidade dentro de comunidade, a gente tem dificuldade. Os profissionais ainda não se formam, principalmente na carreira médica, para atuar com pobres. Ponto. (M., CAP 3.1)

O distanciamento de certos serviços das favelas é aspecto sensível também no sistema de Justiça:

Para a gente isso é um fator que também prejudica. A Defensoria, por exemplo, o sistema de Justiça de modo geral tem um distanciamento das favelas, das comunidades, das pessoas não procurarem um sistema de Justiça ou o sistema de Justiça não chegar até elas. A gente saber identificar, por exemplo, oficial que precisa cumprir algum mandado em alguma favela, isso não acontece. Então fala sobre as questões alimentícias, questões de família, extensíveis, isso é uma barreira dos processos de Justiça pela população. (D.L., DPERJ)

Sobre a interferência dos conflitos bélicos na região no funcionamento das escolas, especificamente, é de prerrogativa dos diretores das unidades escolares decidirem sobre as condições para a abertura das escolas e manutenção das atividades.³⁸ De fato, é inegável que tais confrontos armados, muitas vezes, impedem a garantia das aulas.

Por outro lado, é comum vermos estes conflitos serem usados como argumento para o fechamento das escolas, sem mesmo o profissional tentar deslocar-se para a região onde a unidade está localizada.

A rápida comunicação entre as diferentes redes sociais virtuais também contribui para a proliferação de notícias sobre confrontos e, eventualmente, boatos. Resultado desses fatores relacionados à sensação de insegurança, é que as escolas da Maré tiveram menos 24 dias de aulas somente no ano de 2019 (Redes da Maré, 2020), prejuízo não reparado pelas secretarias diretamente envolvidas, como a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Caso esse quadro não se altere, teremos uma perspectiva de menos um ano letivo de aulas, ao final do Ensino Médio. Não é à toa que muitas famílias busquem vagas em escolas fora da Maré para matricularem seus filhos, a fim de que tenham o direito à Educação assegurado, a despeito das dificuldades e despesas adicionais com deslocamento para outras áreas da cidade.

A recorrência desta escolha tem resultado num crescente esvaziamento das escolas da Maré, segundo dados da 4ª CRE e do Instituto Nacional de Estudos e

³⁸ Conforme previsto na Resolução SME nº 63, de 11 de abril de 2018.

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).³⁹ A violência frequente no entorno das escolas e as interrupções constantes de funcionamento contribuem, ainda, para a evasão escolar e pedidos de transferência frequentes para outras escolas.

No dia 31 de março de 2017, o portal de notícias do Jornal *O Globo* divulgou a seguinte imagem, de um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI),⁴⁰ localizado na Maré:



Figura 9 - Crianças se protegem de tiroteio em EDI no conjunto de favelas da Maré. 2017
Fonte: Jornal *O Globo*⁴¹

A foto acima, publicada nas redes sociais, mostra crianças se protegendo de tiros na Maré, durante confronto armado. Parte significativa das novas escolas construídas na Maré nos últimos dois anos, incorporadas ao programa denominado *Escolas do Amanhã*, situa-se exatamente na área que divide territórios ocupados por dois dos três grupos armados presentes na Maré. Em 2017, foram frequentes os confrontos entre estes dois grupos, afetando diretamente a vida dos moradores daquela região e o funcionamento de escolas e de outras, que já existiam no entorno,

³⁹ Em 2016, a taxa de abandono do CIEP Samora Machel, na favela Nova Holanda, na Maré, foi de 19,5%, quase dez vezes maior que a média verificada o Ensino Fundamental na cidade o Rio naquele ano - 2,1%. Das 30 escolas com os piores resultados, nove ficam na área da 4ª CRE, que abrange a Maré. (*O Globo*). Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/escolas-da-mare-onde-confrontos-fazem-parte-da-rotina-tem-altas-taxas-de-evasao-de-alunos-22809399>> Acesso em: 21 fev. 2020

⁴⁰ O equipamento atende crianças de seis meses a 5 anos e 11 meses de idade.

⁴¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/foto-de-criancas-deitadas-em-escola-se-protegem-do-de-tiros-gera-revolta-na-web-21143968>> Acesso em: 21 nov. 2019

além das unidades de saúde. Tamanho o prejuízo, que foi analisada a possibilidade, pela gestão municipal, de “blindar” essas escolas, construídas em *drywall*, material frágil, do ponto de vista da resistência a projéteis.⁴² Tal vulnerabilidade a que estão submetidas algumas unidades escolares da Maré confirma a evasão escolar, conforme avalia uma das entrevistadas na pesquisa:

Então, você tem vaga, é o que eu te disse: construíram muitas escolas lá na Maré, esqueceram, a gente não sabe a cabeça de quem faz essas coisas, não é? Porque se tivesse tido respeito com a comunidade realmente, com cuidado, porque é para isso que votamos neles, não é? É como eu disse para você: se nós colocarmos todos os alunos nas escolas, lotar, como é a quantidade, sem colocar 10%, não estou falando aqui de você abarrotar a sala não, colocar o que manda o mínimo, você fica com praticamente quase quatro escolas vazias. Essas quatro escolas, se tivessem sido construídas aqui em Manguinhos, você teria Manguinhos toda em turno único, entendeu? Então você acaba tendo a evasão por conta da violência e você tem a escola vazia porque também não tem clientela para isso, e isso é um outro desafio que nós temos: como encher essas unidades? Como você vai encher? Vamos botar aí, 240 vezes dois, não tem, são 12 salas, 24 salas de aula. (F.B., 4ª CRE)

A imagem na página a seguir, registrada pela equipe da Redes da Maré no dia 29/11/2017, mostra o dano causado em uma dessas escolas durante operação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) na Maré.

Neste dia, mais de 6 mil crianças ficaram sem aulas e quatro unidades de saúde não funcionaram. Segundo moradores, o BOPE invadiu algumas unidades escolares usando touca “ninja”. A equipe comprovou, por meio das imagens, que houve danos estruturais no teto, grades, paredes e encanamento de algumas escolas.

No dia anterior, outra operação policial havia deixado duas unidades de saúde e 39 escolas sem funcionamento e mais de 15 mil alunos sem aulas.

⁴² Disponível em <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/secretario-de-educacao-diz-que-blindar-escolas-em-areas-de-conflito-do-rio-e-necessario.ghtml>> Acesso em: 21 fev. 2020



Figura 10 - Unidade escolar da Maré atingida por projétil. 2017
Fonte: Redes da Maré

As diferentes formas de violência são graves obstáculos ao pleno desenvolvimento de milhões de crianças e adolescentes no País, e é justamente nesse grupo que tais manifestações provocam mais impacto. O Relatório da pesquisa *O que dizem as crianças?*, publicado em 2016, pelo Instituto Igarapé, afirma que é crítica a situação de insegurança das crianças e adolescentes no Brasil, principalmente para aquela parcela mais vulnerável que vive em regiões periféricas nas quais equipamentos públicos de Segurança e o acesso à rede protetiva são escassos ou inexistentes.

3.2.1. Equipamentos de Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar na Maré

A instituição mais antiga existente na Maré é uma escola, inaugurada na década de 1930, antes mesmo do surgimento do Conjunto de favelas. Desde então, entre as décadas de 1930 e 1990, foram construídas 17 unidades escolares municipais. A ampliação que levou ao número atual de 46 escolas municipais é recente, tendo se iniciado em 2016, no contexto do programa então existente

Fábrica de Escola”, criado durante a gestão do prefeito Eduardo Paes. As Tabelas 4 e 5, a seguir, revelam os tipos de unidade existentes e o atendimento oferecido:

UNIDADES ESCOLARES			
Unidade	Tipo de atendimento		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Creches municipais	7		
EDIs	13		
Escolas municipais		19	
CIEPs		6	1
Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)		1	
Escolas estaduais			3
Total	20	26	4
TOTAL GERAL		50	

Tabela 4. Unidades escolares na Maré
Fonte: Elaboração própria. 2020

UNIDADES DE SAÚDE			
Unidade	Tipo de atendimento		
	Atenção primária em saúde	Atendimento de urgência e emergência	Atendimento especializado em saúde mental
Clínicas da Família	4		
Centros Municipais de Saúde	3		
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)		1	
Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi)			1
Total	7	1	1
TOTAL GERAL		9	

Tabela 5. Unidades de saúde na Maré
Fonte: Elaboração própria. 2020

Em relação às unidades de Saúde, a instituição mais antiga ainda hoje existente é o Centro Municipal de Saúde Américo Veloso, inaugurado na década de 1970 e localizado na comunidade de Ramos. Todas as unidades, atualmente, são

geridas por uma organização social que mantém contrato com a Prefeitura do Rio de Janeiro, para a gestão das unidades. A única unidade estadual de saúde presente na Maré, sendo também a única que presta atendimento de urgência e emergência, é a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), localizada na Vila do João, que foi inaugurada em 2007, durante o governo de Sérgio Cabral.

As unidades de Assistência Social, por sua vez, estão localizadas fora do conjunto de favelas. Trata-se de um CRAS,⁴³ instalado do lado oposto da Avenida Brasil em relação à Maré. Porém, antes da implementação da Política Nacional de Assistência Social, as estruturas existentes chamavam-se Centros Municipais de Assistência Social Integrada (CEMASIs). Na Maré, havia dois: um em Nova Holanda e outro em Roquete Pinto. O CREAS⁴⁴ que atende à região está localizado na Ilha do Governador.

Os limites são as facções e as milícias, então quem está em Nova Holanda dificilmente vai na Vila do João; quem está na Vila do João dificilmente iria na Roquete Pinto ser atendido, mesmo hoje a Roquete Pinto sendo milícia. Sendo milícia hoje, dificilmente alguém iria para lá. Então, é ótimo que nós estamos aqui, porque está todo mundo junto e misturado, todo mundo se respeita. Não existe Vila do João aqui, não existe Roquete Pinto, P.U.⁴⁵ ou Nova Holanda. Existem as pessoas que estão procurando o serviço da Assistência, porque a Assistência é de quem necessitar, então ótimo o CRAS estar aqui. Acredito que se o CRAS fosse dentro da Maré, a gente teria que ter polos descentralizados de atendimento. E aí, polos descentralizados de atendimento requerem o quê? Equipes. Já tem um déficit, como é que seria? Seria muito pior, então eu acho que aqui é excelente. (V.F., CRAS Nelson Mandela)

O Conselho Tutelar de Bonsucesso,⁴⁶ que atende à Maré, também é recente, tendo sido inaugurado em 2012. Até então, a unidade de referência para esse território era o equipamento localizado na Ilha do Governador. O Estatuto da Criança e do Adolescente determina a existência de, no mínimo, um Conselho Tutelar por município. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no entanto, recomenda a garantia de um equipamento para cada 100 mil habitantes, como menciona, a seguir, uma profissional do Conselho Tutelar entrevistada:

Dentro da Maré, seria um sonho. A Maré, pelo menos em 2010, tinha 140 mil habitantes. Nove anos depois a Maré cresceu na vertical, eu digo até no espaço que eu moro, que é um espaço “novo” ali no Sem Terra,⁴⁷ novo entre aspas, o quanto

⁴³ A unidade atende ao conjunto de favelas da Maré e parte do bairro de Ramos.

⁴⁴ Atende ao conjunto de favelas da Maré, à comunidade da Ilha do Fundão e à Ilha do Governador.

⁴⁵ Parque União, uma das 16 favelas da Maré.

⁴⁶ Compreende o bairro de Bonsucesso, Maré, Ilha do Fundão e parte da Ilha do Governador.

⁴⁷ Na Maré, há algumas localidades que podem ser consideradas “subcomunidades” dentro de suas

eu tenho visto aquilo crescer. Eu acredito que a Maré deva ter, hoje, uns 170 mil habitantes. A lei determina que, a cada 100 mil habitantes, deveria ter um conselho. Ali dentro seria ideal. É óbvio que, agora, a gente ainda corre o risco de ter, nessa eleição que vai vir, essa área de abrangência fora da Maré, ter conselheiros que não sejam da nossa área. Pode vir conselheiros de Manguinhos, daqui de Bonsucesso mesmo, vão atuar dentro da Maré. O ideal seria todo mundo dentro do território. (E.V., CT Bonsucesso)

A imagem a seguir revela como esses diferentes equipamentos estão dispostos no território da Maré (ou fora dele).

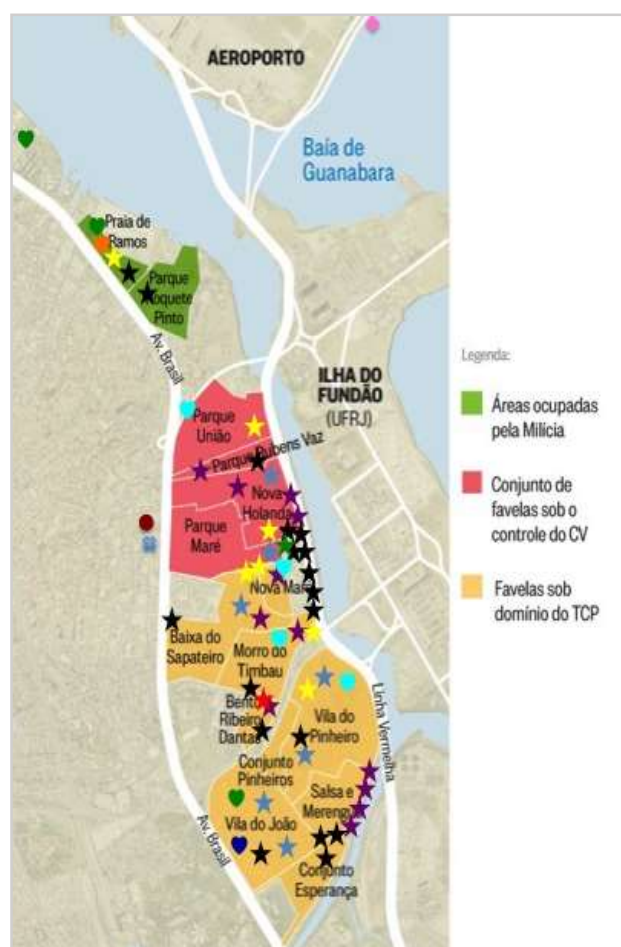


Figura 11 - Mapa da Maré: equipamentos públicos⁴⁸
Fonte: Jornal *O Globo*. 24/05/2017

Verifica-se, portanto, a partir dos dados apresentados, que a Maré dispõe de um número significativo de equipamentos públicos de atendimento a crianças e

favelas. À algumas delas foram atribuídos nomes, pelos próprios moradores, como é o caso da comunidade denominada “Sem Terra” e outras, como Favela do Sabão e McLaren.

⁴⁸ Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/violencia-o-complexo-da-mare-em-5-graficos.html>> Acesso em 25 fev. 2020. Os ícones gráficos presentes na imagem representam as unidades escolares (estrelas), as unidades de saúde (corações), o CRAS (círculo), o CREAS (triângulo) e o Conselho Tutelar (quadrado).

adolescentes, a despeito da ausência física das instituições de Assistência Social e Conselho Tutelar no território. O número de escolas na Maré, por exemplo, supera o de alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro.⁴⁹ Contudo, como vem sendo tratado aqui, o número de equipamentos não garante o exercício efetivo de direitos de crianças e adolescentes, face a constantes interrupções no funcionamento dos serviços, como é possível perceber a partir da afirmação de um entrevistado:

É difícil quando você tem uma unidade que fecha numa semana, duas vezes, por conta da violência. Qual é a continuidade que você dá? Quando você tem a falta de profissionais, você dá conta da continuidade, você acaba atendendo à demanda aguda que apareça; mas você não consegue fazer o acompanhamento, que é o ideal que a gente quer. Quando você tem falta de emergências, essa unidade vai ter que lidar com essas emergências, que seriam para tratar na UPA ou nos hospitais. (M., CAP 3.1)

A título de ilustração, são apresentados três outros locais do Rio de Janeiro com população significativa, tal como a Maré. Dois deles são bairros Taquara, na Zona Oeste, e Tijuca, na Zona Norte. Já a Ilha do Governador é um conjunto formado por 14 bairros, localizado próximo à Maré.

Local	Taquara	Tijuca	Ilha do Governador	Maré
Nº de habitantes	102.126	163.805	211.000	140.000
Unidades escolares municipais	28	27	43	45
Unidades escolares estaduais	8	13	23	4
Unidades de Saúde	8	9	9	9
CRAS	1	1	1	0
CREAS	1	1	1	0
Conselho Tutelar	1	1	1	0

Tabela 6. Equipamentos públicos existentes em Taquara, Tijuca, Ilha do Governador e Maré
Fonte: Elaboração própria. 2020

Pode-se presumir, então, que na Maré há um número significativo de unidades escolares e que não há deficiência na oferta de vagas. Contudo, a violência

⁴⁹ Os municípios de Rio Bonito, Tanguá e Rio Claro, por exemplo, têm, respectivamente, 47, 19 e 18 escolas públicas, segundo o Censo Escolar (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP).

interfere a dinâmica de acesso e permanência na escola e no funcionamento dos equipamentos.

Parte significativa das novas escolas, por exemplo, foi construída na exata região que marca a divisão entre dois grupos civis armados distintos (veja Mapa na Figura 11), o que torna aquele um ambiente tenso e constantemente vulnerável a conflitos armados. Usando como exemplo esta experiência no campo da educação, pode-se questionar a construção de novos equipamentos como garantia para acesso a direitos.

3.3. O território e a violência

O processo histórico de constituição da Maré, marcado por intensos movimentos de organização popular, conquistou muitas melhorias, serviços e direitos para os moradores das 16 favelas que a compõem. A marca política, apesar dos diversos avanços conquistados, ainda não foi suficiente para fazer retroceder o agravamento da violência na região (Silva, 2012).

Ter acesso à informação sobre as violências sofridas por crianças e adolescentes na Maré não é tarefa fácil. Primeiramente, em decorrência de todos os fatores já apresentados, como o medo dos profissionais, por exemplo, acredita-se haver subnotificação dos casos de violência. Além disso, o próprio processo de naturalização da violência respalda a invisibilidade de muitas situações, dado que são consideradas “normais” naquele território. Não há um sistema único no qual essas informações se concentram, podendo estar pulverizadas entre as diferentes instituições com potencial de atender a casos do tipo, uma vez que nem todos passam pelo Conselho Tutelar ou pelo CREAS. De acordo com os profissionais entrevistados, muitas ocorrências são feitas pelo Disque 100,⁵⁰ um recurso mais seguro do ponto de vista da garantia do sigilo das informações e, principalmente, da preservação da identidade da/o informante. Essas informações, contudo, são divulgadas publicamente somente por Unidade Federativa, não sendo possível

⁵⁰ Também conhecido como Disque Direitos Humanos, trata-se de serviço telefônico de atendimento a violações de direitos. O Disque 100 atende não somente a casos de violência contra crianças e adolescentes, mas contra idosos, pessoas com deficiência, pessoas em restrição de liberdade, entre outros. O sistema é público e gratuito, mantido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Os casos registrados são encaminhados aos órgãos competentes para atendimento.

extrair informações específicas sobre o território da Maré. Apesar de as informações reduzidas sobre esses casos de violência, as situações mais graves tornam-se mais conhecidas por aqueles que atuam no território, como nos casos de crianças mortas durante os confrontos armados. De 2017 até os dias atuais, pelo menos quatro casos de crianças vítimas das chamadas “balas perdidas” foram registrados:

- janeiro/2017: Davison da Silva, 15 anos – a caminho da padaria, morto por arma de fogo.
- fevereiro/2017: Fernanda Adriana Caparica Pinheiro, 7 anos - na laje da casa de uma amiga no Parque União, baleada no ombro. Foi socorrida, mas não resistiu aos ferimentos.
- março/2018: Jeremias Moraes, 13 anos - morto tiroteio na Nova Holanda.
- junho/2018: Marcos Vinícius da Silva, 14 anos - a caminho do CIEP Operário Vicente Mariano, por volta das 8 horas da manhã, atingido na barriga durante uma operação da Polícia Civil e do Exército. A necrópsia concluiu que a bala entrou pelas costas do menino e saiu pelo abdômen. Marcos Vinícius chegou a ser levado, em estado grave, para o Hospital Getúlio Vargas, na Penha, onde passou por uma cirurgia para retirar o baço. Ele seria submetido a uma nova operação dois dias depois, mas não resistiu e morreu no mesmo dia.

Além desses, diversos outros casos de adolescentes ocorreram durante operações policiais, mas o possível envolvimento dos jovens citados com grupos armados contribui para a quase nula visibilidade dessas mortes.

3.3.1. A Ação Civil Pública da Maré

Em junho de 2016, uma operação do BOPE na Maré, já com cerca de 12 horas de duração, prosseguiu mesmo após o anoitecer e provocou diversas violações de direitos dos moradores. A fim de demandar sua interrupção e denunciar os abusos cometidos, representantes das Associações de Moradores da Maré, de algumas organizações do território, inclusive a Redes da Maré e da DPRJ, recorreram ao plantão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A Justiça, então, por meio de uma medida inédita, determinou, em liminar, o fim da operação policial e

convocou representantes das polícias para prestar esclarecimentos, proibindo a realização das operações policiais no período noturno.

A partir dessa liminar, a Defensoria moveu, no primeiro semestre de 2017, uma Ação Civil Pública (ACP)⁵¹ que resultou na decisão do juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública determinando que, a ainda existente, Secretaria de Segurança do Estado (SESEG), à época, apresentasse, dentro do prazo máximo de 180 dias, um plano de redução de riscos e danos para o enfrentamento a violações de Direitos Humanos decorrentes de intervenções policiais na Maré. A ACP exigiu, ainda:

- A instalação de aparelhos de GPS nas viaturas;
- A presença de uma ambulância em dias de operação;
- A garantia de que os mandados de busca e apreensão só poderiam ocorrer no período diurno;
- A fiscalização, em tempo real, por meio do monitoramento das câmeras nas viaturas, da atuação dos policiais durante operações;
- A apresentação de um plano de redução de danos, no prazo de 180 dias, que levasse em consideração as características das favelas da Maré.

Até o momento, a ACP nunca foi cumprida de maneira integral e ainda possui caráter liminar, ou seja, provisório. Apesar disso, até o mês de julho de 2019, ainda se fazia válida. Em 2018, de acordo com a Redes da Maré, houve redução significativa do número de operações policiais e, conseqüentemente, de interrupção dos serviços, de confrontos armados e de vítimas da violência urbana, conforme demonstrado na Figura 12, na próxima página:

⁵¹ Uma Ação Civil Pública é um recurso jurídico e processual, previsto pela Constituição Federal, para tratar de direitos coletivos e difusos. Busca pleitear direitos para um grupo, um coletivo, categoria ou classe de pessoas que se enquadram em uma situação comum. A Ação Civil Pública da Maré (como ficou popularmente conhecida) foi a primeira ação judicial sobre Segurança Pública para favelas no País que exigiu o respeito a medidas que buscam a redução de riscos e danos no contexto das operações policiais.

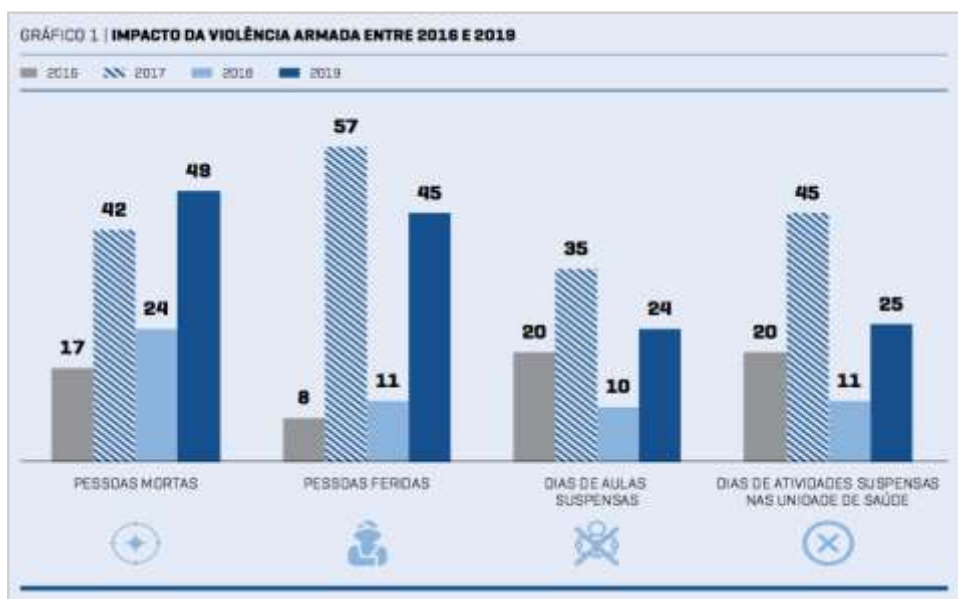


Figura 12 - Impacto da violência armada na Maré, entre 2016 e 2019
 Fonte: Boletim Direito à Segurança Pública. Redes da Maré, 2020

Os dados do Boletim Direito à Segurança Pública, da Redes da Maré, foram obtidos no âmbito do *Projeto de Acompanhamento Permanente* das violações decorrentes dos confrontos armados na Maré e teve início no ano de 2016. Por meio desta iniciativa, são coletados dados *in loco* e também de órgãos oficiais (assessorias de comunicação das Polícias Militar e Civil e Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Rio de Janeiro).

A suspensão da oferta de serviços públicos por força das operações policiais é uma forma de violação dos direitos de crianças e adolescentes da Maré, bem como dos demais moradores. De acordo com o Boletim, devido aos conflitos entre policiais e grupos armados, muitos professores acabam não permanecendo nas escolas. Além disso, é expressivo o número de licenças médicas dos profissionais das unidades escolares, devido aos danos psicológicos causados por estes eventos. Da mesma forma, crianças e adolescentes sofrem com estes prejuízos, de difícil mensuração, conforme indica o depoimento a seguir:

Graças aos levantamentos que a gente faz de funcionamento de equipamentos, a gente percebe que o prejuízo, dá até para mensurar a questão de dias fechados, de aulas, de postos de saúde, de pessoas que não podem sair de casa para trabalhar, então isso é uma coisa que é mensurável, diferente dos danos psicológicos que são mais difíceis de mensurar. Mas isso é um impacto relevante que a gente constatou que depende muito do trabalho de organizações da rede de fazer esse levantamento, fazer esse acompanhamento, porque isso é uma coisa que, por exemplo, a parte de Secretaria de Segurança que não existe mais, mas pelo menos não tinha essa atenção despertada e na Secretaria Municipal de Educação eu acho que depende muito das pessoas que estão lá começarem a pautar isso, chamar a atenção para

esse... tinha um secretário que tinha uma posição mais firme que era o César e dava declarações públicas críticas, mas depois da saída dele isso até se desmobilizou. Então entra nessa questão política das pessoas quererem levantar isso, visibilizar isso, enfim. E a importância da sociedade civil de fazer esses levantamentos. (D.L., DPERJ)

Dos casos de crianças e adolescentes acolhidos pelos plantões de atendimento e equipe social da Redes da Maré, de 2016 até março de 2020, a demanda mais recorrente é por acesso aos serviços públicos, sobretudo atendimento psicológico. Entre os 28 casos de crianças e adolescentes atendidos e analisados no âmbito da pesquisa,⁵² cerca de 15 tratavam-se de demandas por esse tipo de atendimento. Esta demanda, muito frequentemente está relacionada e/ou é identificada na relação com o processo de educação formal, sendo feita uma conexão direta com as dificuldades de aprendizagem, o que é possível identificar a partir de relato de profissional da política municipal de Saúde entrevistado:

O que a gente ouve do diretor para os nossos gerentes das unidades e tal, o feedback é muito parecido em todas as comunidades, que é a dificuldade de aprendizado. E isso gera abandono da escola - a criança que vai lá, tenta aprender e não consegue, vai abandonar a escola. E aí tem as crianças que não são diagnosticadas da forma correta, que aí, se você não tem o diagnóstico, como que você trata, como você muda essa realidade? Você vai ter criança que a família vai falar: “e esse aí é meio mongolzinho”, e o que é mongolzinho? A criança é autista? Ela tem Down? Ela tem algum deficit cognitivo como sequela de alguma doença da infância? Por subnutrição? Essa criança não está aprendendo porque não está comendo, porque está sendo agredida, porque está sendo abusada. E quem não aprende, abandona a escola. Para a criança, basicamente, essas questões de saúde mental - é claro, tem a violência, tudo isso você vai identificar, mas se identifica em escala muito menor, porque se parar para pensar, não precisa nem pensar muito estatística, essas questões de saúde mental vão surgir na fase adulta. O jovem vai estar sofrendo tudo isso sem demonstrar muito - vai demonstrar dessa forma: rendimento escolar baixo, agressividade com a sua família. (M., CAP 3.1)

Verifica-se, portanto, na Maré, a partir dos dados até aqui apresentados e dos que ainda serão abordados no Capítulo a seguir, a capacidade reduzida de o Estado

⁵² A análise desses casos teve caráter complementar à pesquisa de campo realizada. Foi feita leitura do banco de atendimentos da Redes da Maré, buscando identificar os casos de crianças e adolescentes e as principais questões atendidas, de forma a compreender a relação com a violência armada e a oferta de serviços no território. Compreende-se, a partir da análise realizada, que é frequente a demanda por intermediação de terceiros (nesse caso, uma organização da sociedade civil como a Redes da Maré), para garantir o acesso de crianças e adolescentes aos seus direitos. O resultado obtido não foi preciso e por isso o emprego do advérbio “aproximadamente”, pois a leitura foi feita a partir de registros feitos por diversos profissionais, dos quais foi necessário extrair informações sobre as demandas trabalhadas, que nem sempre eram claras nesses relatos. Apesar de não poder afirmar assertivamente o número de casos, verificou-se a predominância da demanda por atendimento psicológico face às demais. Cabe mencionar, ainda, que, de diversas maneiras, demandas de crianças e adolescentes são trabalhadas no cotidiano de atuação da Redes da Maré, por diversos profissionais, muito embora não sejam compreendidas como “atendimentos” propriamente dito, o que, certamente, colabora para que muitas situações não sejam sistematizadas.

proteger as crianças e adolescentes desse território. Compreende-se, nesse sentido, que a abordagem estatal está alinhada a uma compreensão também compartilhada pela sociedade, no sentido de ter esses territórios como espaços que não correspondem ao conjunto da cidade, nos quais o reconhecimento de direitos básicos e as garantias legais ficam suspensos, inclusive o direito à vida e à segurança. Tal avaliação foi recorrente entre os entrevistados:

Você vê quando uma criança foi espancada na Vieira Souto muito mais comoção do que a espancada na favela. Pelo contrário, o argumento vai ser: “devia ser ladrãozinho, deve ter roubado alguma coisa”, e o da Vieira Souto, branco, loiro, de olhos azuis, com nome Hoffmann da vida, esse aí vão falar assim: “coitadinho, que violência, que absurdo. Deve ser alguém da favela que veio, que também a violência lá... tanto marginal ali”. Não tem jeito. O termo marginalizado e marginal, é claro que a gente usa para bandido, mas é marginalizado, está à margem - e essas crianças estão à margem do olhar público. Tanto estão à margem, que as escolas de qualidade não estão dentro da comunidade, a segurança não está dentro da comunidade. Tem o Maré Presente? Tem o Copacabana Presente, tem o Zona Sul Presente, tem o Lagoa Presente - tem até o Ilha Presente⁵³ agora. (M., CAP 3.1)

As crianças e adolescentes da Maré são, assim, com base em visões preconceituosas e estereotipadas sobre os territórios de favelas, representadas, meramente, como parte de um ambiente conflagrado, tomado por práticas ilícitas, em que podem ser descartadas estratégias e formas potenciais para a garantia de direitos básicos, tais como saúde, educação, assistência social e outros. Tal fato concorre com o medo e as experiências negativas vivenciadas, relatados por diversos profissionais, entre eles uma funcionária da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro:

Vamos colocar assim: eu acho que a pior coisa que existe em quem trabalha em área conflagrada é: eu começo um trabalho hoje e não sei se dou continuidade nele amanhã. Quantas unidades que nós temos que trocou a festa junina de data? Que estava com a festa junina pronta? Quem está com a culminância de um projeto pronto e tem de trocar? Temos história do Hélio Smidt, há um tempo atrás, que para comemorar o aniversário, eles congelaram e descongelaram o bolo três vezes, porque não teve como acontecer. Eu acho que a maior demanda que você tem nessas áreas é o dia seguinte, também, porque volta o funcionário, então o funcionário coloca o diretor, de diretor até o servente, a trabalhar num lugar que um dia antes, menos de 24 horas, foi um terror para eles, e volta a criança, não é? São duas realidades diferentes, é uma via paralela, não é? A criança que, infelizmente, mora, vive aquilo, tem até uma, como toda criança, já tem uma proteção psicológica, eles se protegem, e o funcionário que já é um adulto que não está habituado a isso, entendeu? Para mim, eu acho que o maior desafio é fazer esse funcionário voltar no

⁵³ Menção ao programa *Segurança Presente*, do governo do Estado do Rio de Janeiro que amplia o número de agentes públicos em determinados locais, reforçando o patrulhamento dessas regiões. Até fevereiro de 2020, o programa vinha atuando na Lapa, Centro, Aterro do Flamengo, Lagoa, Ipanema, Leblon, Tijuca, Méier, Laranjeiras, Bangu, Botafogo, Niterói, Nova Iguaçu, Austin, Duque de Caxias, Barra da Tijuca, Recreio, Grajaú/Vila Isabel, Copacabana, Bonsucesso, São Gonçalo, Madureira e Jacarepaguá.

dia seguinte com gás; “apagou, vire a página, guarde o livro, vamos começar tudo hoje de novo”, entendeu? E é o que eu te falei, você começa um trabalho sem saber se vai continuar, você começa sem saber, por isso que você tem, às vezes, muitas unidades que as mães tiram da escola, não é nem por conta da escola, é porque do lado de fora elas sabem que as crianças vão estudar, lá dentro não. Dias atrás, mês passado, nós passamos uma semana inteira sem poder funcionar de um lado. De um lado, do lado da Nova Holanda foi a semana inteira, do outro lado do Salsa e Merengue foram três dias sem funcionar. E aí como fica? Isso é muito complicado em um processo de aprendizagem, que você tem todo um aparato, tem todo um andar, um caminhar. Isso é brabo. (F.B., 4ª CRE)

As favelas são reconhecidas, por alguns segmentos da sociedade, como espaços de ausência de civilidade, onde predominam carências de diversas ordens. O território, no entanto, produz respostas que demonstram sua potência e indignação face às manifestações da violência. Exemplo disso foi uma ampla mobilização de moradoras e moradores da Maré e instituições, que se organizaram coletivamente em um ato público denominado *Marcha da Maré*, ocorrido em 24 de maio de 2017, com a participação de cerca de 5 mil pessoas, de diferentes partes da cidade.



Figura 13 - Crianças na Marcha da Maré. 2017
Foto: Rosilene Millioti (ONG Fase)



Figura 14 - Marcha da Maré, passando pela favela Baixa do Sapateiro. 2017
Foto: Josenstein. Fonte: Maré Vive



Figura 15 - Marcha contra a violência na Maré. 2017
Fonte: Redes da Maré

Os confrontos armados impactam de maneira direta a vida das crianças e adolescentes da Maré. Além das mortes, tais conflitos alteram o funcionamento das instituições presentes e que atendem ao território da Maré. De 2016 a 2019 foram, ao todo, 87 dias sem aulas, o que corresponde a uma média de 10% a menos de

aulas, considerando os 200 dias letivos previstos em cada ano. Tais dados revelam que, se mantida essa dinâmica, ao final dos 14 anos do ciclo escolar da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), os estudantes da Maré terão perdido cerca de 304 dias letivos, o que corresponde a mais de um ano de escolarização.⁵⁴ Cabe acrescentar que algumas unidades escolares da Maré praticam um horário diferenciado de funcionamento em relação ao conjunto da rede, conforme poderá ser verificado no Capítulo a seguir. Já as profissionais da política municipal de Educação entrevistadas negaram que a redução de horário nas escolas ocorra cotidianamente e informaram que ela se dá somente quando necessário, conforme indica o relato a seguir:

Ela tem um horário diferenciado quando um dia depois daquela confusão, às vezes o diretor coloca meio expediente, ou quando, por exemplo, ontem, a diretora ligou para mim, uma unidade que metralharam a caixa d'água dela. E aí? Ela não tem como dar aula, entendeu? Ela vai botar meio período para consertarmos, para voltarmos ao turno, entendeu? Nós fazemos questão que ele seja atendido com o que é direito dele: turno único. Você só tem um horário diferenciado quando há um problema da rede física, ou muitos deles perdem às vezes, no dia seguinte, profissionais de meio expediente que ficam com receio, porque fica aquele murmurinho na comunidade, entende? (F.B., 4ª CRE)

Conforme dados da SME, em média, nos dias de confrontos armados, 8.500 estudantes ficam sem aulas, o que representa um acesso desigual à Educação pública, em comparação a crianças e adolescentes que não estão submetidos a essas situações.

E qual é a diferença de você estar aqui dentro de uma comunidade conflagrada e a de fora? É o que eu falei anteriormente: você começa um trabalho hoje, você não sabe se continua amanhã. E então, eu me lembro que na época da Cláudia,⁵⁵ eu nem era diretora e falava para ela. Ela era do conselho de diretores da Secretária, eu dizia para ela assim: “você não pode ter a mesma visão da Maré, dar uma média para essas meninas igual a uma João de Deus⁵⁶ da vida, que é fora, uma Anibal Freire⁵⁷ que é aqui fora, uma Eurico Dutra⁵⁸ que é aqui fora... Você não pode dar a mesma. Sabe por quê? A disputa é injusta para esse pessoal. Elas não trabalham o dia inteiro, elas não trabalham todos os dias porque não querem, elas são impossibilitadas, entendeu? É diferente. Eu costumo dizer: nós passamos uma semana em casa, não porque quisemos; nós não tínhamos como entrar. (F.B., 4ª CRE)

⁵⁴ A realização deste cálculo baseou-se em média produzida pelo Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, referente ao ano de 2017, mas utilizando dados dos boletins de 2016 a 2019.

⁵⁵ Cláudia Costin, Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro, entre os anos de 2009 e 2014.

⁵⁶ Escola Municipal João de Deus, localizada no Bairro Penha Circular, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁷ Escola Municipal Anibal Freire, localizada no Bairro Olaria, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁸ Escola Municipal Presidente Eurico Dutra, localizada no Bairro Penha, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Além dos prejuízos na educação escolar, que podem afetar diversas gerações de moradores da Maré, há outros impactos verificados, resultantes dos confrontos armados. Conforme observado na Tabela 5, as unidades de Saúde também têm seu funcionamento afetado (entre 2016 e 2019, foram 60 dias a menos de atendimento). Profissionais de educação e saúde já foram atingidos por disparos enquanto trabalhavam.⁵⁹ O Capítulo 4 apresenta dados da pesquisa que revelam quantos profissionais pesquisados já sofreram com manifestações da violência na Maré, enquanto trabalhavam.

Em junho de 2017, na favela Parque Maré, o episódio de um incêndio, ocorrido no mesmo dia no qual a professora do EDI Azoilda Trindade foi baleada, envolveu o CIEP Samora Machel, próximo a uma unidade de saúde, deixando usuários e profissionais encurralados entre o fogo e a troca de tiros. O incêndio foi controlado com a ajuda de moradores, antes mesmo de a chegada dos Bombeiros. Moradores relataram que os agentes dos Bombeiros exigiram escolta de veículos blindados da PMERJ para acessar o local. A assessoria do Corpo de Bombeiros informou, à época, que há um protocolo que permite que agentes que não se sintam seguros em algum lugar possam pedir escolta à Polícia. Uma entrevistada relatou o ocorrido durante a entrevista:

Então eu estava aqui, quando a diretora: “está pegando fogo”, eu saí; eu cheguei primeiro que a diretora, porque a diretora estava fazendo compras da SDP para a escola. Eu cheguei primeiro que a diretora. Quando eu cheguei, de cara, na rua, eu vi o caveirão vindo de lá de frente. O motorista entrou, nós entramos; o que foi que eu assisti: os meninos do tráfico com as motos correndo para cima e para baixo, pegando extintor, pegando baldes d'água, subindo e descendo para apagar o fogo. Do outro lado estava o bombeiro que não queria entrar, não podia entrar, diziam que eles não poderiam entrar, até que alguém lá da comunidade foi lá e falou para entrar e os bombeiros disseram que não podiam entrar. A ordem era eles aguardarem. E aí você vê, depois de minutinhos entra o bombeiro sendo escoltado pelo caveirão, que se aproveitou, vamos botar assim, que os meninos do tráfico estavam com o objetivo de apagar um incêndio para atirar neles. Então eu te pergunto: para essa criança, quem é o salvador da pátria? Quem foi o cara legal para eles? Quem é o cara que eu tenho que admirar? Entendeu? Isso me marcou. Como você vai falar para uma criança dessa o que é o certo, o caminho que ele tem que trilhar; que ele vive numa comunidade complicada, vive, se junta, mas não se mistura, porque o cara que está ali cresceu com ele, ele conhece desde pequeno, é

⁵⁹ Em junho de 2017, uma professora foi baleada enquanto tentava proteger os alunos durante tiroteio intenso. A profissional atuava no Espaço de Educação Infantil (EDI) Azoilda Trindade, uma das novas unidades escolares da Maré, construída na região que divide dois grupos armados rivais. Já em maio de 2016, uma troca de tiros atingiu uma funcionária de uma unidade de saúde. Carmem dos Santos Sales, de 29 anos à época, foi atingida por uma bala perdida, pouco depois de deixar o Centro Municipal de Saúde no qual estava trabalhando. Ambas as vítimas sobreviveram aos ferimentos.

cumprimentar, “oi”, parar para conversar, mas seguir reto. Como você vai falar isso para uma criança dessa? Se para ele, pequenininho, porque a clientela vai até o 6º ano, quem é o cara? Entendeu? Isso marcou muito para mim. Como que eu vou falar com essa criança? Que professor é doido de abrir a boca para falar isso? Enquanto isso, você vê o tráfico correndo para apagar o incêndio enquanto o bombeiro disse que não podia entrar e, na realidade, eles só entraram escoltados pelo caveirão para fazer o que fizeram. E então foi troca de tiro. (F.B., 4ª CRE)

O impacto dos confrontos armados no funcionamento dos serviços amplia a precarização da vida das crianças e dos adolescentes da Maré e comprometem o desenvolvimento da região. Além disso, as alterações no cotidiano das instituições e das pessoas provoca diversas consequências notáveis somente em longo prazo, mas que já se manifestam nos depoimentos dos moradores, que expressam a descrença nas forças de Segurança Pública do Estado e na Justiça brasileira; a sensação de abandono desse espaço na cidade e reiteram o entendimento de que o planejamento urbano é deficiente no atendimento às necessidades dos moradores da Maré e no reconhecimento de suas potencialidades (Redes da Maré, 2019).

Na Maré, o uso de helicóptero blindado como plataforma de tiro pela Polícia Civil tem se intensificado desde o final de 2017. Estes foram, inclusive, apelidados de “caveirões voadores”. Segundo o Boletim pelo Direito à Segurança Pública na Maré de 2018, ao longo daquele ano, foram registradas quatro operações policiais com o uso de helicóptero e, em todas elas, a aeronave disparou de cima para baixo. No mês de junho do mesmo ano, durante uma operação policial, o helicóptero blindado deu voos rasantes pelas ruas da Maré, disparando tiros do alto e com o veículo em movimento. Na ocasião, a equipe da Redes da Maré identificou mais de 100 disparos de armas de fogo pelas ruas da Vila do Pinheiro, nas proximidades de de outras sete escolas municipais. Na ocasião, o menino Marcus Vinícius também foi morto.

Devido à recorrência deste tipo de operação policial, o projeto social *Uerê*, presente na Maré há cerca de 20 anos, instalou em seu teto uma placa com a inscrição “Escola. Não atire”, a fim de que possa ser observada pelos agentes ocupantes deste tipo de aeronave. O uso do helicóptero também gera mais medo nas crianças e adolescentes, que passaram a incluir o veículo em seus desenhos. Segundo dados do Boletim pelo Direito à Segurança Pública na Maré, ao longo de 2019, ocorreram mais operações policiais na Maré com uso da aeronave do que nos

dois anos anteriores juntos.⁶⁰ Estas situações podem ser verificadas nas imagens na próxima página.



Figura 16 - Placa no Projeto Uerê. 2019
Fonte: Portal de notícias R7



Figura 17 - Carta produzida por criança da Maré. 2019
Fonte: Redes da Maré

⁶⁰ Nos anos de 2017 e 2018, foram seis operações policiais com uso de helicóptero, totalizando oito mortes. Já em 2019, aconteceram 13 operações, que ocasionaram 21 mortes, ou seja, 62% das mortes por intervenção de agentes do Estado aconteceram em operações policiais com uso do helicóptero (REDES DA MARÉ, 2020).

Aos traumas causados pelas operações policiais, adiciona-se a morte de crianças e adolescentes, no contexto dos confrontos armados. Como verificado anteriormente, elas são vitimadas enquanto brincam na rua, em casa ou mesmo a caminho da escola. Ou seja, nos momentos em que realizam atividades características da própria infância. Estes casos repercutem de diversas maneiras nas famílias envolvidas e no próprio território. Segundo o Boletim pelo Direito à Segurança Pública, da Redes da Maré, as famílias das vítimas não receberam suporte do Estado. Tais situações reduzem a confiança dos moradores no sistema de Justiça, que impõe diversos entraves, nesses casos, para acesso a medidas de reparação, pelo Estado, aos danos causados para as famílias, como pode ser verificado no seguinte depoimento:

Quando a criança morre, seja situação de bala perdida ou mesmo uma situação de tortura ou agressão, no sistema DEGASE⁶¹ os assistidos são os pais, seus familiares. A gente que atua. Então, a gente tem vários casos desses, como o caso da Fernanda, uma menina de 7 anos que foi morta por bala perdida no terraço, esse é um caso mais difícil também porque não tinha uma operação policial no momento quando ela foi atingida. Tem uma jurisprudência já no Rio de Janeiro, de tão recorrente que são esses casos de bala perdida, que se um terceiro é atingido num confronto armado numa operação policial, esse terceiro que foi atingido e não estava envolvido nesse suposto confronto tem direito à reparação do Estado independentemente se o disparo tenha partido de um policial, mesmo que provavelmente não tenha partido, mas se havia uma operação policial, o Estado gerou aquele risco. Isso traz a responsabilidade para o Estado, independentemente de culpa, só pela situação gerada. Mas quando não tem essa operação policial, esses direitos de reparação, hoje pela jurisprudência, não são reconhecidos, são casos mais difusos. (D.L., DPERJ)

Os danos causados de maneira mais específica no acesso à Educação tampouco são reparados a contento. Não há, nesse sentido, um reflexão permanente, da parte das autoridades competentes, sobre como criar alternativas que possam reduzir, concretamente, os danos das perdas causadas. Dada a gravidade dos casos resultantes das operações policiais, a questão do acesso à Educação nem sempre é encarada como prioridade, pela Justiça, revelando um longo caminho para que esse quadro possa ser revertido.

A gente ainda está trabalhando na lógica de tentar reduzir os danos, tentar evitar que essas situações sejam tão frequentes. A gente está trabalhando ainda com o nosso principal parâmetro, por exemplo, a redução de letalidade. A questão de reduzir os dias de aulas suspensos também é muito importante e a gente depende muito de trabalhos da Redes, né, de fazer contabilização no território. A Secretaria também nos fornece dados e é um critério importante, mas a gente, quando fez a comparação de um ano antes da liminar e um ano depois da liminar, onde a Justiça

⁶¹ Departamento Geral de Ações Socioeducativas

determinou a apresentação do Plano, e também passou a exercer uma forma de controle mais próxima, a gente teve uma redução expressiva da letalidade, 44% e isso vem muito também pela redução das operações policiais e da taxa de letalidade das operações policiais. Mas isso está relacionado a outros fatores também. Tem menos mortes, provavelmente, porque tem menos operações. E menos operação tem menos violações outras, interrupção de aulas, bala perdida, uma série de outras coisas, mas o número de demandas de assuntos que você pode aprofundar são vários outros. (D.L., DPERJ)

O Capítulo 4 apresenta os resultados da aplicação dos questionários aos profissionais atuantes na Maré e revela que não há um padrão institucionalizado sobre a forma de reparar danos, ficando a cargo de cada unidade escolar, por exemplo, conduzir a maneira pela qual o conteúdo previsto será garantido aos alunos.

Então, a reposição é de conteúdos, de replanejar, de atividades extras, em algumas situações, de reforço. São várias estratégias que cada unidade pensa também como vai organizar isso para poder repor esse conteúdo. Por exemplo, se for uma situação da escola fazer um centro de estudos,⁶² era uma data fora do que estava planejado. O dia que estava planejado o centro de estudos, ela já fez antes, naquele dia, ela não vai fazer, porque ela já fez no dia que ela não conseguiu estar funcionando lá na sua própria unidade, então, naquele dia, ela vai alterar. (R., 4ª CRE)

Padrão semelhante é seguido pelas unidades de Saúde da região, que de acordo com o Boletim pelo Direito à Segurança na Maré, deixaram de realizar 15 mil atendimentos diretos ao longo de 2019.

É difícil quando você tem unidade que fecha numa semana, duas vezes, por conta da violência. Qual é continuidade que você dá? Quando você tem a falta de profissionais, você dá conta com a continuidade, acaba atendendo à demanda aguda que apareça; mas você não consegue fazer o acompanhamento, que é o ideal que a gente quer. Quando você tem falta de emergências, essa unidade vai ter de lidar com essas emergências, que seriam tratar na UPA ou nos hospitais. (M., CAP 3.1)

É possível observar, face a esses dados, que a naturalização da violência contra a criança e o adolescente da Maré é reproduzida, ano após ano. Se o antigo Código de Menores assim considerava as crianças e adolescentes, indicando a necessidade de preservação da ordem social, além de sua “reeducação” e “recuperação”, atualmente, o ECA não é implantado da mesma maneira em todos os territórios, mantendo as antigas discriminações com base em características raciais, socioeconômicas e outras. Historicamente, é possível identificar, nas práticas estatais, como esses preconceitos se manifestam.

⁶² Centros de estudos consistem nos momentos de planejamento do corpo docente e compõem sua carga horária de trabalho.

3.4.

O Movimento das Cartas da Maré

Como foi possível observar, entre 2016 e 2019, o ano de 2018 foi o que apresentou os menores índices de violência urbana e policial na Maré. Um dos fatores que podem ter contribuído para isso foi a ACP, que tem o potencial de garantir o controle social sobre a política de Segurança Pública no território. No início de 2019, no entanto, houve significativo aumento do número de operações policiais, inclusive com uso de helicóptero como plataforma de tiro, o que determinou o aumento da letalidade violenta na região.

Um marco importante para tal retrocesso foi a mudança dos representantes governamentais, nos níveis federal e estadual, cujas propostas eleitorais e gestão são marcadas pelo enfrentamento bélico e letal às redes criminosas. Além disso, mudanças na estrutura organizativa das políticas de Segurança Pública reduziram as possibilidades de diálogo e controle social pela sociedade civil. Nessa perspectiva, foram extintos o Conselho Estadual de Segurança Pública, a Ouvidoria de Polícia e a Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Dentro dessa nova lógica de gestão, a ACP foi considerada por alguns agentes de Segurança Pública como um entrave à realização de suas ações, tendo, inclusive, o próprio governador se manifestado publicamente, afirmando o desejo de “sepultar” a ACP.⁶³ Em junho de 2019, então, os efeitos da Ação Civil Pública foram suspensos pela juíza natural do caso.

Em resposta, a Redes da Maré iniciou diversas mobilizações nas favelas, como forma de tentar reverter a medida. Nesse contexto, uma das ações propostas foi para que crianças e adolescentes redigissem e/ou desenhassem cartas endereçadas às autoridades competentes, manifestando como sentem e vivenciam os confrontos armados no território. Assim, foram reunidas, num período de dois meses, 1.509 cartas que expressaram, de diferentes formas, as percepções daquelas e daqueles que vivem no contexto de confronto armado na Maré. Em paralelo, a

⁶³ A mensagem completa do governador Wilson Witzel dizia o seguinte: “Dali partem ordens, orientações, para tentar intimidar o poder público. Vamos desmascarar todas essas manifestações, que são manipuladas, porque a Maré, na verdade, quer ser uma área de livre comércio da droga e isso nós não vamos permitir. Vamos levar os argumentos necessários para que o desembargador Jessé Torres reconsidere. E se isso não for possível, vamos tomar providências para recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, definitivamente, sepultar essa ação”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/liminar-impoe-regras-para-policia-agir-em-operacoes-na-mare-de-fensor-diz-necessario-mais-23878218>>. Acesso em: 22 mar. 2020

DPRJ determinou, de maneira formal, o restabelecimento da ACP. No mês de agosto, um grupo de representantes de instituições da sociedade civil e moradores da Maré manifestaram-se em frente ao TJRJ e entregaram as cartas ao desembargador Claudio de Mello Tavares, então presidente da Instituição, mas o grupo não foi recebido pelos representantes do Judiciário.

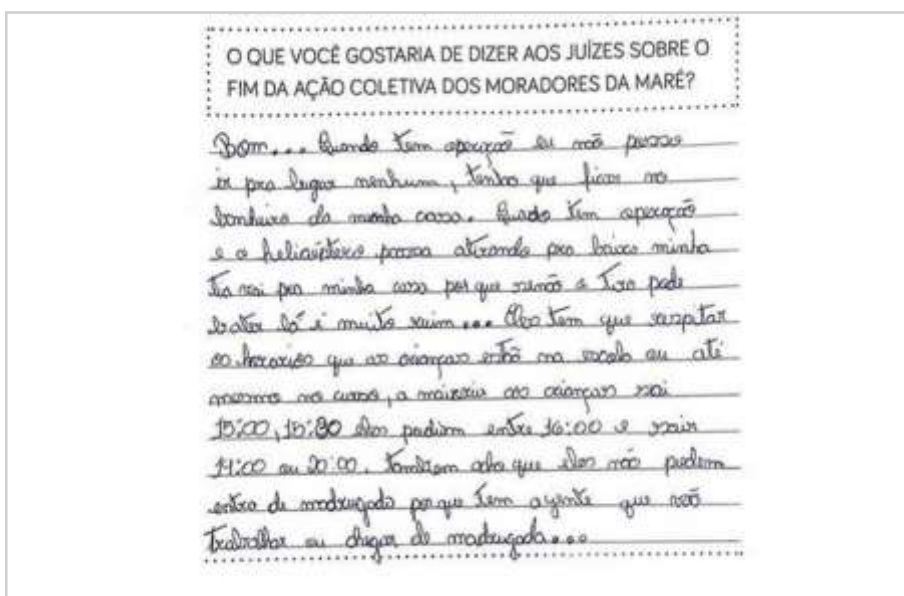
Apesar disso, a veracidade das cartas chegou a ser questionada, publicamente, pelo próprio presidente do TJRJ, juntamente com o governador Wilson Witzel. Contudo, dada a repercussão do movimento, o desembargador José Torres decidiu, naquele mês, pela retomada da ACP, até que o caso fosse julgado em definitivo. Algumas das cartas confeccionadas pelas crianças e adolescentes da Maré são a seguir apresentadas:



Figuras 18 - Carta produzida por criança da Maré. 2019
Fonte: Redes da Maré



Figuras 19 - Carta produzida por criança da Maré. 2019
Fonte: Redes da Maré



Figuras 20 - Cartas produzida por criança da Maré. 2019
Fonte: Redes da Maré

3.5. Acesso mais Seguro

O *Acesso Mais Seguro para Serviços Públicos Essenciais* é uma metodologia criada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).⁶⁴ Seu intuito é reduzir

⁶⁴ O CICV é uma organização fundada, em 1863, e leva assistência humanitária às pessoas afetadas por conflitos e pela violência armada. Atuam também na promoção de leis que protegem vítimas de guerra.

riscos de incidentes de segurança em equipamentos públicos, tais como unidades escolares, de Saúde e CRAS. Em 2018, o CICV publicou um relatório sobre a iniciativa,⁶⁵ o qual indica que, de acordo com dados da SME, em janeiro de 2017, as interrupções de serviço e jornadas incompletas tiveram um impacto econômico na ordem dos 6 milhões de reais. O relatório aborda, ainda, a dificuldade em alocar profissionais em áreas vulneráveis à violência armada, além da alta rotatividade de vítimas diretas ou indiretas de eventos violentos.

Após oferecer seus serviços ao Governo Federal, em 2009, o CICV iniciou o *Projeto Rio*, por meio do qual desenvolveu iniciativas voltadas para as populações localizadas em territórios afetados pela violência armada no Rio de Janeiro. Nesse contexto, elaborou a metodologia de *Acesso Mais Seguro para Serviços Públicos Essenciais*. Segundo o relatório:

A experiência nas comunidades do Rio de Janeiro, entre 2009 e 2013, resultou em ações integradas nos campos da promoção da Saúde e Educação que buscam proteger a população e desenvolver a capacidade de resiliência⁶⁶ das pessoas que moram ou trabalham nessas comunidades. (CICV, 2018, p. 9)

O *Acesso Mais Seguro* (AMS) foi criado com base em protocolos de segurança do CICV, a partir de suas experiências em contextos de violência armada e conflito. Seus objetivos são:

- Proteger vidas, promover ambientes seguros e fortalecer a resiliência de profissionais de instituições públicas e estruturas de serviços públicos essenciais que trabalham em áreas afetadas pela violência armada.
- Desenvolver junto às secretarias responsáveis pela prestação de serviços públicos essenciais estratégias integrais de gestão de riscos, gestão de crises, tratamento de riscos e gestão do estresse, tudo por meio de ações concretas que sistematizam a autoproteção dos profissionais.
- Promover mudanças no conhecimento, no comportamento e na postura dos profissionais e gestores frente à convivência com riscos relacionados à violência armada, permitindo que sejam gerenciados de forma eficaz, eficiente e coerente.
- Melhorar a eficiência geral dos serviços e otimizar a utilização de recursos humanos e financeiros.
- Ampliar o acesso a serviços públicos essenciais, tanto por meio do livre acesso dos profissionais às comunidades, quanto da população aos locais de atendimento. (CICV, 2018, p. 10)

⁶⁵ Disponível em < <https://www.icrc.org/pt/publication/acesso-mais-seguro-para-servicos-publicos-essenciais-brasil> > Acesso em 22 mar. 2020

⁶⁶ Diversos estudos indicam definições de resiliência relacionada à capacidade criada pelos indivíduos para reagir e responder às situações tidas como violentas, traumáticas e adversas, sem sucumbir a elas. (FLACH, 1991; TAVARES, 2001; ANTUNES, 2003; DESLANDES & JUNQUEIRA, 2003; ASSIS, 2006; POLETTI; DOBBS, 2007)

O programa *Acesso Mais Seguro às Escolas*, criado a partir da metodologia do AMS, do CICV, foi instituído no âmbito da SME, em maio de 2018, por meio da Resolução SME nº 71, com o objetivo de planejar e executar ações de apoio à segurança nas unidades escolares, subsidiando as equipes gestoras. Pela mesma medida, foi estabelecido também a implementação do Núcleo de Trabalho para Acesso Mais Seguro às Escolas (NUTAMSE). A referida Resolução foi criada durante a gestão do então secretário da pasta, César Benjamin, figura que teve seu trabalho reconhecido, à época, pela abordagem do tema da violência armada e sua relação com as unidades escolares municipais. Uma das entrevistadas explicou como o programa opera no âmbito da SME:

O que as unidades fazem: nós temos acesso mais seguro onde existe um protocolo, que em um dia de violência existe um ponto focal, as unidades vão para esse ponto, fazem a ata, o diretor junto com os professores e funcionários da escola, entregam no gabinete, e o professor fica liberado para fazer o seu planejamento em casa. Às vezes, a gente se reúne numa escola quando tem centro de estudos, para fazer o centro de estudos lá. Mas é muito ruim você ir para a escola do colega fazer o teu centro de estudos. Você não está na sua casa. Falta todo o seu material, falta tudo. Por mais que você seja bem recebido, mas falta, na maioria das vezes. Nós temos o Olimpíadas;⁶⁷ eles fizeram uma plataforma onde o aluno faz o trabalho pelo celular, cada disciplina tem ali os exercícios que eles fazem pelo celular. Você tem outras unidades que eles montam estudo dirigido, para fazer em casa, para poder não perder o encadeamento, porque existe uma prova da Prefeitura, e essa prova tem de ser aplicada no dia correto, e muitas vezes a gente coloca a prova mais para a frente, por perceber, por entender, que não dá para o pessoal que fica uma semana inteira em casa, não é porque queira, fazer a prova no mesmo dia, ou fazer assim, muito pelo contrário. Na maioria das unidades essas são... o Olimpíadas, que tem uma plataforma que é a base de internet, aquela coisa mais ligada ao aluno, que ele faz isso, mas as outras unidades, eles se planejam mais a nível de estudo dirigido, entendeu? Fazem programinha, entregam para o aluno e eles fazem em casa. (F.B., 4ª CRE)

A respeito da reposição dos conteúdos, o artigo 4º da Resolução SME nº 63, de 11 de abril de 2018 prevê:

Em situações emergenciais, em que a vida ou a integridade física da comunidade escolar possam ficar em perigo, a equipe gestora pode adotar medidas excepcionais, incluindo o fechamento da unidade, sem ser necessária a aprovação prévia da respectiva E/CRE. São obrigatórios, porém, o uso imediato do aplicativo de comunicação administrativa, com um aviso sintético sobre a situação, e o envio de um relatório à E/CRE e ao Gabinete da SME, justificando a decisão, no prazo de 48 horas. Normalizada a situação, deve a equipe gestora apresentar à E/CRE, imediatamente, estratégias para repor as aulas perdidas. (SME, 2018)

O programa *Acesso mais Seguro às Escolas* ofereceu, inicialmente, treinamento específico do CICV para 41 profissionais da SME, que assumiram o

⁶⁷ Referência ao Ginásio Olimpíadas Rio 2016, unidade escolar municipal localizada na Maré.

papel de multiplicadores, passando a apresentar a metodologia aos demais profissionais da rede. Estes profissionais constituem o NUTAMSE.

A meta da SME, à época, era ter o programa operando em todas as unidades escolares da rede até o ano de 2020 e, assim, capacitar profissionais para avaliar riscos no entorno da unidade escolar, bem como fazer uso de estratégias para proteção pessoal e também dos alunos. De maneira geral, a formação pode ser dividida em três momentos: 1. Avaliação do nível de vulnerabilidade do equipamento; 2. Construção de um plano de ação para redução dos riscos da violência e; 3. Definição de grupo responsável pela tomada de decisão nas situações críticas. Assim, o programa não define um protocolo, mas diretrizes gerais que orientam a construção de um plano por unidade, a depender de suas especificidades. Cada plano é sigiloso e restrito ao acesso de cada unidade escolar.

O portal *Nova Escola* produziu reportagem sobre o assunto, na qual consta uma descrição que reflete bem o contexto como o das favelas da Maré:

Um bom exemplo de que os protocolos de segurança não são receita de bolo ou fórmula matemática são os sinais a que todos os membros da comunidade escolar – de funcionários a diretores – precisam estar atentos. Em uma determinada área, esse alerta pode partir de uma movimentação estranha. Em outra, do esvaziamento das ruas. Numa terceira comunidade, a explosão de fogos de artifício. Outros indícios de que algo está por acontecer: a reclusão de moradores, o barulho de helicópteros e até mesmo o sumiço de *motoboy*s que costumam fazer o serviço de transporte em algumas comunidades. “Depois que fiz o curso, passei a ter um olhar mais atento ao que acontece no entorno da escola. Se desconfio que vai ter operação ou confronto, transfiro a aula de Educação Física do pátio para sala de aula. Não espero acontecer nada de grave para tomar a decisão. Se necessário, mudo a rotina escolar em função do que está acontecendo no entorno da escola”, explica Aura. (Nova Escola, 2018)

Protocolo semelhante também é seguido pelas unidades da rede de Atenção Primária em Saúde (clínicas da família e centros municipais de saúde). O mesmo também foi desenvolvido com o CICV e, fundamentadas em características do território, as unidades notificam a situação local como verde, amarela ou vermelha, assumindo para cada situação uma abordagem diferente. Desta forma, quando o alerta está em verde, resulta de uma avaliação de risco leve, o que deveria permitir as visitas domiciliares. Em amarelo, o alerta indica risco moderado, mantendo somente o trabalho interno da unidade. Já o alerta vermelho, de risco grave, sugere o fechamento da unidade.

Como os agentes comunitários de saúde são, obrigatoriamente, moradores do local onde atuam profissionalmente, eles colaboram no processo de avaliação do risco que envolve o funcionamento da unidade, conforme afirma o entrevistado:

A gente tem os ACSs, que estão nesses grupos⁶⁸ e se comunicam, e a gente tem um articulador social, que é um rapaz que mora lá e que, por questões de conhecimento do território, de vivência ali dentro, consegue circular nas duas facções, nos dois territórios, e aí ele faz essa articulação de entrada e de saída, e também de falar: “hoje está complicado, acabou de entrar caveirão, está tendo ação aqui.” (M., CAP 3.1)

Diferentemente das unidades escolares, as unidades de saúde podem abrir após a ocorrência do conflito considerado de risco, conforme afirma o mesmo entrevistado:

“Hoje está tudo ok”, ou então ele liga e fala: “a gente está tendo incursão. Hoje, vamos botar em vermelho, não tem como entrar”, e aí eles vão monitorando - oito horas, nove horas - “dez horas, acabou, pode entrar”. Isso é feito com os agentes comunitários e com esse articulador. Ou a gente abre e fecha depois - a gente monitora a cada instante. Não é que ele está vermelho hoje, ele está vermelho às 7 horas da manhã. Às 8, ele pode estar amarelo; às 9, ele pode estar verde, para abrir a unidade. A gente vai monitorando o tempo todo quais as equipes e falando: “agora, podemos ir para a unidade, abrir a unidade”. (M., CAP 3.1)

A política de Assistência Social, no período de realização da pesquisa de campo para a presente tese, ainda estava em fase de planejamento para adesão ao programa:

Hoje, a gente está fechando uma parceria com a Cruz Vermelha com o Acesso Mais Seguro, porque a gente lida com a questão da violência urbana igual o morador, igual a organização da sociedade civil que está ali, como todo mundo que está ali. Então, se há uma ocorrência de um tiroteio, de uma incursão policial, os serviços públicos são tão afetados quanto todo mundo, a gente tem de fechar a unidade, a gente não tem como manter porta aberta com o risco de uma invasão, vamos dizer assim, seja de um lado ou de outro. Eu fui diretora de unidade que funcionava lá na Zona Oeste, na Vila Kennedy, estava ocorrendo uma incursão quando a gente viu um grupo de homens armados pedindo para se esconder dentro da unidade, e a gente faz o quê? É a mesma situação que um morador vive. Então, em determinados momentos, a violência urbana interfere, quando há situações de crise, quando acontecem os eventos de sinistros e a gente é tão afetado quanto qualquer um. Agora, é claro: o impacto disso para a população é de que, naquele momento, a oferta de serviço não vai acontecer, mas, por sua vez, também não vai conseguir sair de casa. (A.C., 4ª CASDH)

⁶⁸ Grupos de trocas de mensagens pelo celular.

No Capítulo a seguir, são apresentados os resultados da pesquisa empírica realizada, que possibilitam maior compreensão sobre o funcionamento dos serviços de atendimento a crianças e adolescentes da Maré.

4. PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA MARÉ



Figura 21 - Arte do projeto *Azulejaria*⁶⁹
Foto: Laura Taves. 2019

No presente Capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada, fundamentalmente, pelas entrevistas e aplicação de questionário a profissionais que atuam em políticas públicas na Maré, em atendimento a crianças e adolescentes. Foram ouvidos, ao todo, 89 profissionais. Embora o contingente profissional que atua neste atendimento seja bem maior, é possível, a partir das informações obtidas, fazer aproximações e produzir análises significativas e de relevância diante do tema aqui estudado.

A partir da pesquisa, foi possível compreender as particularidades do trabalho com foco nas políticas de Assistência Social, Educação, Saúde e o Conselho Tutelar, uma vez que são percebidas diferenças em relação aos espaços ditos formais da cidade, como sugere o próximo depoimento:

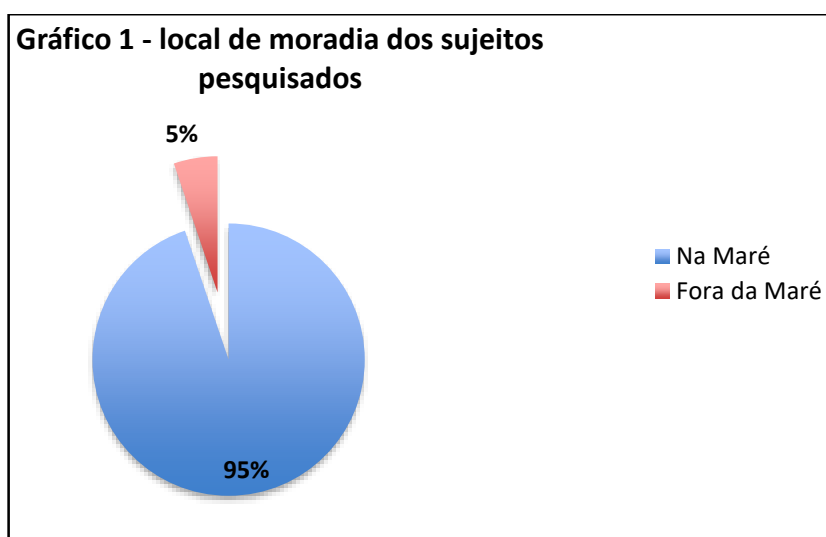
⁶⁹ Tratam-se de oficinas artísticas com crianças da Maré, que se expressam sobre diversas questões, com desenhos em azulejos. O azulejo da foto é parte da exposição chamada *Maré a Céu Aberto*, que propõe contar a história do conjunto de favelas, por meio dessa arte.

Tem diferença, especialmente as escolas. Total! Muito diferente. Até mesmo na provocação do Conselho. Aqui fora eles não têm problema nenhum de comunicar (casos de violência contra crianças e adolescentes). Nenhum, nenhum, nenhum. Mesmo sabendo que quem está lá é o filho do fulano da Nova Holanda. Pouco importa. Não têm o menor contato com nada aqui, assim como o hospital, entendeu? O que a UPA⁷⁰ não faz, o hospital faz brincando, a todo tempo. (E.V., CT Bonsucesso)

4.1.

Caracterização dos profissionais pesquisados

Entre os profissionais que responderam ao questionário proposto, 95% moravam fora da Maré, enquanto os demais residiam no próprio território. A maior parte dos profissionais que atuavam nas políticas de Assistência Social, Educação, Saúde e no Conselho Tutelar eram moradores das mais diversas localidades, com uma pequena maioria da Ilha do Governador, conjunto de bairros vizinho à Maré. Mas alguns respondentes indicaram residir em outros municípios, como Duque de Caxias, Niterói e São Gonçalo.

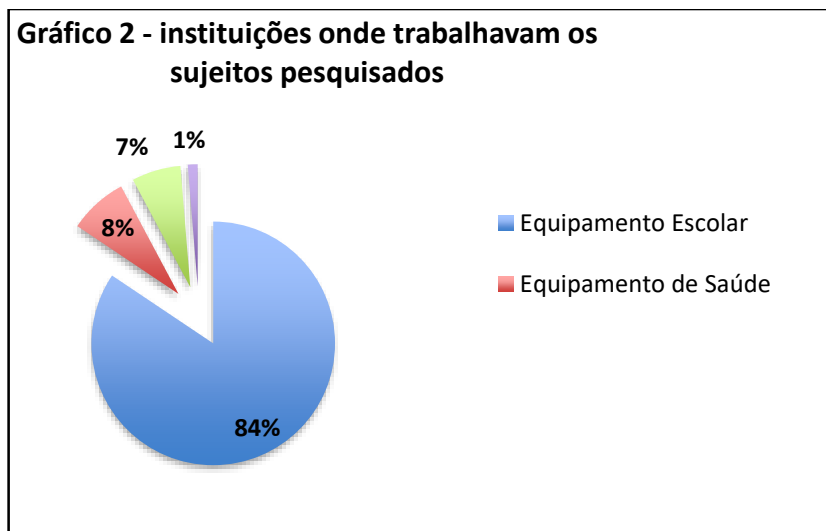


Fonte: Elaboração própria. 2020

Sobre a favela onde atuavam, cerca de um terço dos respondentes afirmou trabalhar na Nova Holanda (32,5%), uma das maiores favelas da Maré, seguida de Salsa e Merengue (24,7%) e Baixa do Sapateiro (20,8%).

⁷⁰ Unidade de Pronto Atendimento, localizada na Vila do João, uma das favelas da Maré.

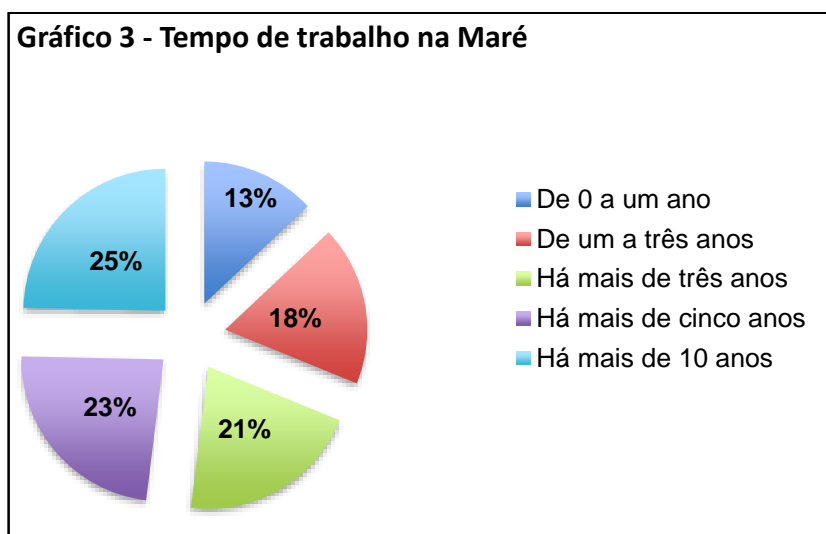
As unidades escolares são maioria na Maré e, por essa razão, houve maior número de respondentes oriundos dessas instituições, conforme demonstra o Gráfico a seguir:



Fonte: Elaboração própria. 2020

Sobre a ocupação desempenhada na Maré, 42,8% dos respondentes eram professoras/es, os demais eram de diretoras/es de escolas (38,9%), enfermeiras, gerentes de unidades de saúde, psicólogas, entre outras ocupações.

O tempo de trabalho na Maré mostrou-se variado, mas a maioria dos respondentes já atuava há anos nas favelas, como é possível verificar no Gráfico que segue:



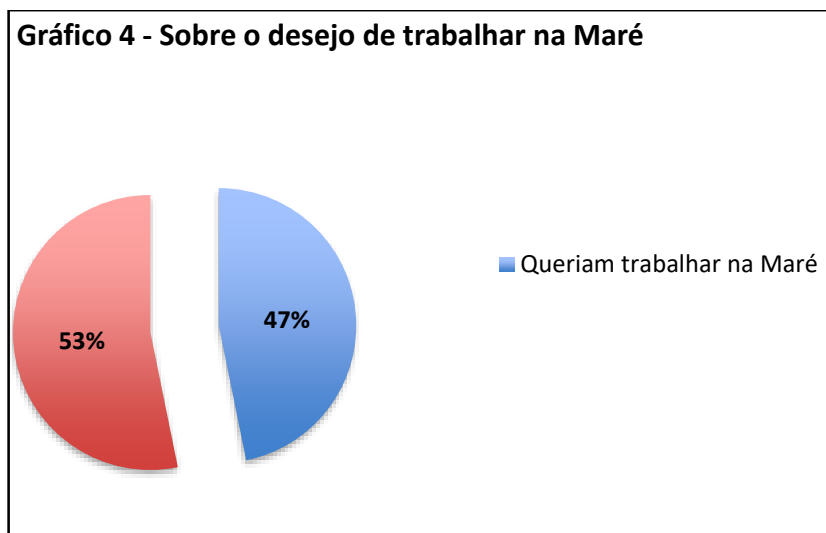
Fonte: Elaboração própria. 2020

O longo tempo de permanência pode decorrer de diversos fatores. Como veremos adiante, a maior parte dos profissionais pesquisados afirmou gostar de trabalhar na Maré. Muitos ainda residem próximos ao conjunto de favelas, o que facilita o deslocamento. Além desses motivos, outros podem ser considerados, como uma eventual “vantagem” em atuar no território, já que, devido aos eventos violentos e, em alguns casos, adaptações no horário, se trabalharia menos do que em equipamentos localizados fora do território. Dificilmente algum profissional assumiria esse motivo, mas chegou a ser reconhecido por uma profissional de Educação, conforme depoimento a seguir:

Se aproveitar? Mas é claro... O termo certo é esse. Tem. Eu já escutei pessoas dizerem que querem trabalhar na Maré porque lá não se trabalha, você fica em casa e ganha. Tem. Isso você tem em todo lugar. (F.B., 4ª CRE)

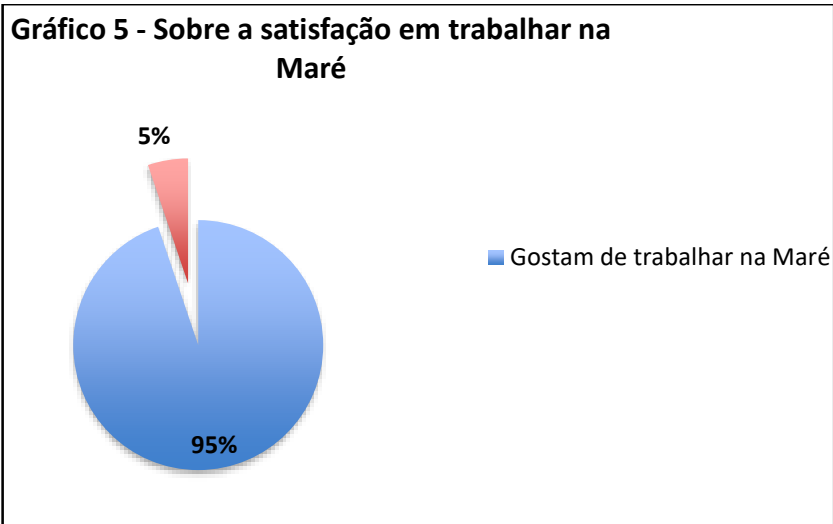
4.2. A experiência de trabalhar na Maré

Mais da metade dos respondentes (53%) informou que ter a Maré como local de trabalho não foi seu desejo inicial, conforme demonstra o Gráfico 4:



Fonte: Elaboração própria. 2020

Esse dado expressa que, após aprovação em concurso público, a alocação dos profissionais é feita a partir de diversos fatores que, não necessariamente, coincidem com seu desejo pessoal e/ou expectativas. Apesar disso, 95% informaram gostar de trabalhar na Maré.



Fonte: Elaboração própria. 2020

Essa mudança sobre o desejo de atuar e estar nesse território pode se relacionar à superação de preconceitos iniciais, ao estabelecimento de vínculos no território, entre outros motivos. Pelos resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários, é possível identificar, ainda, que a inexperiência ou a reduzida experiência de trabalho em favelas pode ser uma das possíveis razões para a falta de desejo inicial em atuar nesses territórios, revelando se tratar de local e experiência desconhecidos para muitos profissionais.



Fonte: Elaboração própria. 2020

Apesar de serem a maioria aqueles que nunca tinham trabalhado em favelas antes, é expressivo o número de profissionais que indicaram possuir tal experiência,

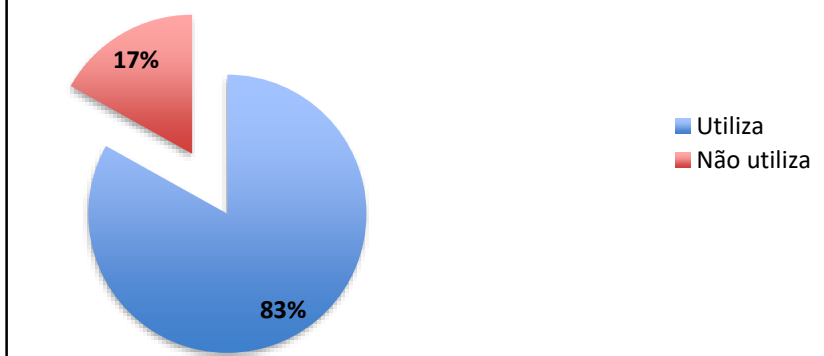
o que revela que vivências anteriores nesses territórios podem ter contribuído para que a Maré não tenha sido, inicialmente, o campo de trabalho escolhido. Ao mesmo tempo, este dado demonstra o caráter heterogêneo desses territórios, permitindo compreender que a experiência profissional em uma favela pode ser distinta de outra, o que colabora para a superação de argumentos comuns que tendem a homogeneizar esses territórios, reforçando ainda mais a necessidade de promoção de práticas criativas, que considerem as especificidades de crianças e adolescentes. Esta questão é ainda mais sensível na Maré, um território composto por 16 favelas distintas, cada qual com suas características e história próprias, como foi possível compreender a partir do Capítulo 2.

4.3.

Atuação profissional, violência e segurança no território

Entre os pesquisados, 83% informaram sempre adotar alguma estratégia de comunicação antes de se deslocar até a Maré, para verificar as condições de segurança.

Gráfico 7 - Sobre a adoção de estratégias de comunicação antes da ida para a Maré



Fonte: Elaboração própria. 2020

Tal estratégia não necessariamente pode ter relação com o protocolo adotado em cada equipamento, em função da execução da metodologia *Acesso Mais Seguro* do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, podendo referir-se também a uma medida tomada a partir da vontade pessoal da/o profissional. É bastante comum que

os profissionais utilizem-se de grupos em aplicativos de mensagens no celular para trocarem informações. Esta prática pode, ainda, estar associada ao contato direto com moradores da Maré ou acesso a páginas sobre a Maré nas redes sociais, onde também costumam circular tais informações.

Todo mundo já sabe. O Acesso Mais Seguro já é uma coisa implantada, entendeu? Normalmente, os diretores já sabem por conta dos grupos, que já falam para eles que “está assim”, que “tem caveirão não sei onde”, e eles começam a se comunicar. Então, antes mesmo de chegar na Maré já se sabe como está. O próprio presidente da Associação⁷¹ informa aos diretores, entendeu? E eles já marcam com os profissionais o ponto seguro deles. (F.B., 4ª CRE)

Algumas páginas na rede social Facebook são bastante conhecidas por moradores e trabalhadores da Maré, onde são divulgadas informações, as quais nem sempre são confirmadas, podendo levar a decisões precipitadas sobre o funcionamento de determinados equipamentos. A Redes da Maré realiza trabalho semelhante, com publicações mediante checagem, sobretudo nos casos de operações policiais, como demonstrado a seguir.



Figura 22 - Página Maré Vive.
Fonte: Facebook. 2020.

⁷¹ Associação de Moradores. A Maré conta com 16 delas, uma para cada favela que a compõe.



Figura 23 - Página da Redes da Maré
Fonte: Facebook. 2020.

Quando perguntados, 88% dos respondentes indicaram já ter deixado de ir trabalhar devido à violência na Maré.

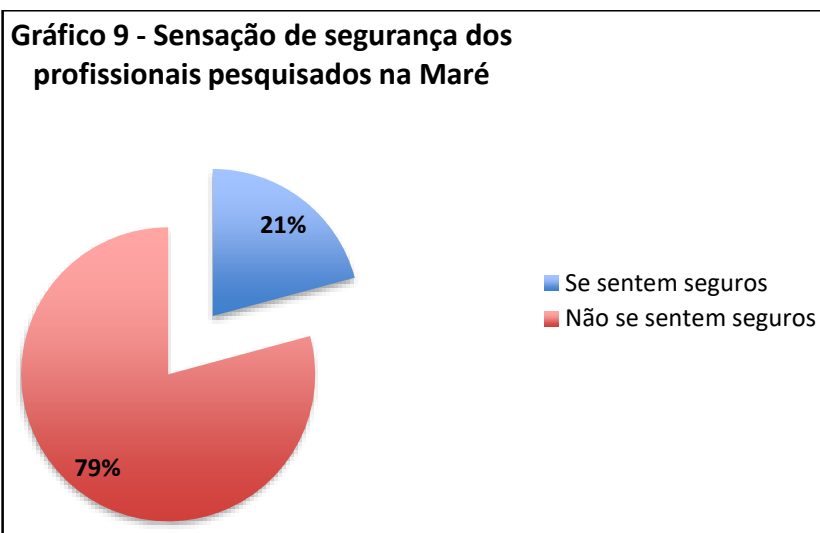


Fonte: Elaboração própria. 2020

Como já explicitado ao longo da tese, a violência armada se apresenta como um dos limites principais para o acesso de crianças e adolescentes na Maré aos serviços públicos.

As pessoas não param de trabalhar na Maré não é porque não querem, as pessoas não param de trabalhar na Vila Cruzeiro não é porque não querem, Manguinhos hoje está parado. Não permitem que a gente faça o nosso trabalho. Assim fica difícil. (F.B., 4ª CRE).

Talvez por essa razão, 78,9% dos profissionais afirmaram que não se sentem seguros no conjunto de favelas. Tal dado parece se confrontar com a informação de que a maior parte dos profissionais afirma gostar de atuar neste território. No entanto, é possível presumir, a partir da aparente contradição, que, ainda num contexto de sensação de insegurança, se estabelecem vínculos de afeto e de reconhecimento de virtudes, a despeito dos aspectos negativos sentidos.



Fonte: Elaboração própria. 2020

A maior parte dos profissionais entrevistados também falou a respeito do medo que domina parcela significativa daqueles que devem prestar serviços na Maré:

Se eu disser também que não há, por parte da equipe, um receio, um medo, eu vou estar mentindo, porque ninguém é louco de entrar na Maré e não sentir medo, por conta que ali é muito ostensivo, alguns locais, até quando não tem conflito, eu falo ali porque a Ilha⁷² tem uma outra característica, tem comunidades aqui na Ilha que você transita, que você não vê, você sabe que tem, mas você não vê armado, eles

⁷² Ilha do Governador.

são mais discretos. O Dendê⁷³ não, o Dendê, eles são muito ostensivos. Você entra na principal, lá de cima você já vê brilhar a pistola deles prateada. A Maré tem muito essa coisa dessa ostensividade, eles estão em todas as ruas, várias ruas e o comércio rolando ali. Então, se eu disser para você que a equipe não tem receio, preocupação, eu vou estar mentindo. Tem, todos nós temos, mas a gente vai criando essas estratégias de trabalhar, de enfrentamento, e quando a situação, realmente, está complicada demais, a gente não vai. (F.F., CREAS Stella Maris)

Outro fator que pode ter colaborado para a sensação de insegurança se deve a alguma experiência de violência vivida durante o exercício profissional, indicada por 88% dos pesquisados. Estes dados revelam que a quase totalidade dos profissionais que atuam presencialmente no território da Maré convive com o medo e a insegurança, já que parte dos respondentes (4,9%), apesar de atender o território, atua em equipamento situado forada Maré.



Fonte: Elaboração própria. 2020

Diversas foram as situações desse tipo relatadas pelos entrevistados ao longo do processo de realização da pesquisa:

Teve uma situação uma vez que a gente estava lá, em uma visita, e começou um tiroteio, a gente não tinha como sair, e a equipe teve que entrar, o motorista ficou dentro da Van, não tinha como sair da Van, a técnica entrou na casa que estava fazendo a visita. E qual era o pavor? Em cima da casa é que tinha gente atirando e a gente não sabia até que ponto a pessoa que estava atirando lá em cima era da família, tinha uma relação. Então, foi muito ruim aquela situação, a técnica que foi ficou muito mexida na época também, mas a gente elabora isso aqui, vamos dar uma segurada, vamos ver como é que fica e depois consegue caminhar. Eu sei que, por exemplo, tem outros locais, outros territórios, que isso gera afastamento de profissional, afastamento médico, mas por exemplo, eu tenho uma técnica aqui da

⁷³ Favela localizada na Ilha do Governador.

minha equipe que tem síndrome do pânico. Então, se eu já sei que ela tem síndrome do pânico, porque eu vou botar ela para trabalhar na Maré? Tem uma questão da gestão, como que é que faz a gestão da equipe. Eu tento ver o que é melhor para todo mundo, então, essa profissional não atua na Maré, ela atua na Ilha, por ela ter síndrome do pânico qualquer situação que acontece, não são nem situações como acontece na Maré, ela fica bem mexida. Depois ela consegue recuperar bem e caminha. A gente já viveu algumas situações, sim, lá. Por incrível que pareça, apesar disso, nunca aconteceu de eu precisar, das meninas falarem: “não quero, não vou, estou saindo, me troca”. Nunca aconteceu. Mas, certamente, toda vez que a gente vai para Maré, a gente vai com o coração na mão. (F.F., CREAS Stella Maris)

Por outro lado, 79% dos respondentes afirmaram que não gostariam de trabalhar fora da Maré, na ocasião da resposta ao questionário. Com esse dado, é possível confirmar que o contato com a Maré, apesar de não ter diluído o medo do território, produziu laços que vinculam os profissionais ao local. Ao mesmo tempo, é expressivo o percentual de profissionais (21%) que assumiu o desejo de trabalhar em outro local.



Fonte: Elaboração própria. 2020

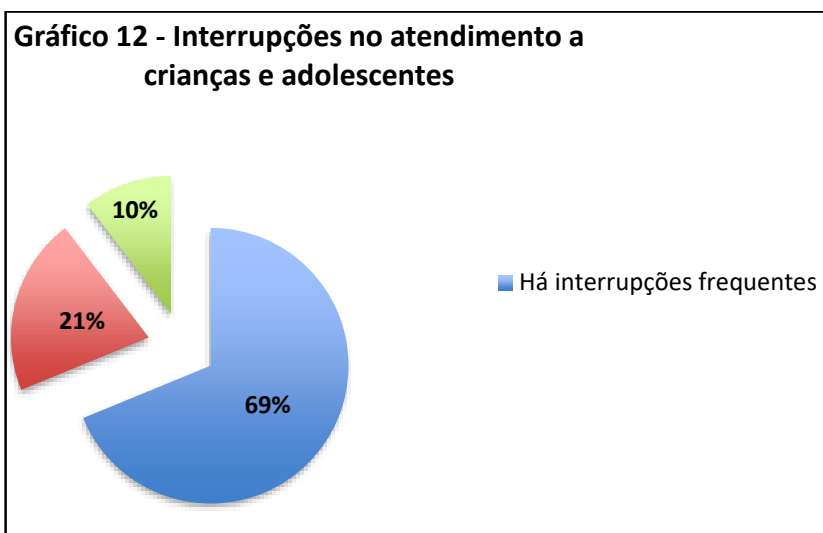
O relato sobre pedidos de mudança de local de trabalho mostra-se mais frequentes no âmbito da política de Saúde:

Por isso, essa vacância. Muitas vezes, a pessoa sai e fala: “eu não quero mais isso”, como muitas vezes: “por favor, quero sair daqui, quero um território mais próximo da minha casa, quero um local menos complicado, um local que eu possa entrar o tempo todo”.

A gente tem muita rotatividade e, nesse momento, por exemplo, a gente está com grandes vacâncias. Tem unidades com oito equipes, que eu estou com três médicos. Eu tenho unidades com cinco, que eu estou com três médicos. A rotatividade é muito

grande.⁷⁴ Agora, também, a gente tem profissionais que se acham e que ficam por muito tempo, e que vão conseguir lidar bem. Tem outros que querem estar, mas é difícil lidar com a pobreza, com a miséria, com a violência. E aí, muitas vezes, ele fica um tempo e não consegue, ele sai por esse motivo. Não é nem só pelas questões, ele começa também a precisar de apoio. Não é fácil lidar e trabalhar dentro de uma comunidade - que ele passa a ter que trabalhar com medo de “estou atendendo aqui, a qualquer momento tenho que me jogar no chão, porque vai vir um tiro. E aí sem nenhum juízo de valor, de preconceito - porque, realmente, não tenho, e pelo contrário, acho que a gente não tem que mudar a favela como está, a gente tem que dar recursos para ela se organizar da melhor forma, que ela entender ideal - mas a gente tem essa violência. Hoje, a violência é real. Não dá para a gente ficar falando assim: “não, isso é preconceito”. Não, a violência é real, a gente sabe, e é por isso que a gente trabalha de forma diferente. Eu quero que os meus profissionais que estão lá dentro, entendam que a gente tem que trabalhar diferente do consultório de Copacabana. Eu quero que eles entendam isso. Então, essa rotatividade é grande, não só pela formação - é claro que a maior parte é pela formação - mas tem um tempo de vida útil de lidar com aquela dificuldade, não é fácil. A maior parte de quem sai é a questão da violência, porque é muito difícil você trabalhar com medo o tempo todo. Você está ali dentro, você não sabe que horas vai entrar alguém com uma pessoa baleada e falar: “Você atenda. Se ele morrer, você morre também” - já aconteceu. (M., CAP. 3.1)

Entre os profissionais pesquisados, 69% confirmaram que há interrupções frequentes no atendimento devido às manifestações de violência. Outros 21% informaram que a interrupção existe, mas raramente, perfazendo um total de 90% de profissionais que confirmam as interrupções.



Fonte: Elaboração própria. 2020

⁷⁴ “A Estratégia Saúde da Família (ESF) é composta por equipe multiprofissional que possui, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS).” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/artigos/772-aco-es-e-programas/saude-da-familia/41285-saude-dafamilia>>. Acesso em: 23 abr. 2020

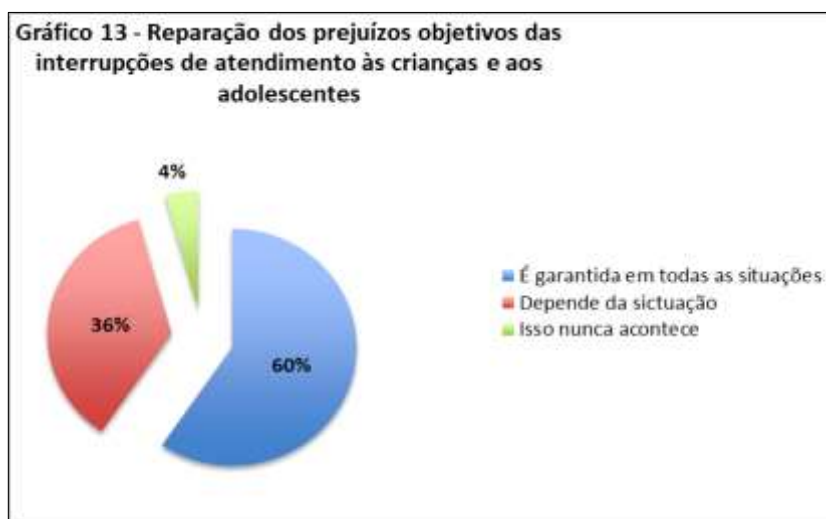
A maioria dos profissionais que afirmou não ter o atendimento a crianças e adolescentes interrompido trabalhava na Praia de Ramos, localidade que, assim como Roquete Pinto, vive sob o domínio de grupos paramilitares, o que acarreta menos interferência no funcionamento dos equipamentos públicos, uma vez que não se manifestam confrontos ou operações policiais na região.⁷⁵ Alguns deles, inclusive, adicionaram comentários ao final do questionário, que possuía um campo aberto para tal. Vale trazê-los aqui:

A unidade escolar que represento fica numa área “light” da Maré. Me sinto mais segura aqui do que no asfalto. Não existe tráfico aqui, no momento (área de milícia, com atuação aparentemente “light” também).

Quero somente ressaltar que mesmo a Praia de Ramos fazendo parte da Maré, nós não vivenciamos o mesmo tipo de violência. A comunidade à qual pertence a nossa escola é “comandada” por milicianos e nossas crianças não convivem com tiroteio, tráfico, incursão da polícia ou fechamento da escola por tiroteio na comunidade.

Já os demais respondentes informaram trabalhar em equipamento localizado fora dos limites do conjunto de favelas, o que justifica o fato de não interromperem o atendimento a crianças e adolescentes.

Apesar das frequentes interrupções dos serviços, a reparação de danos objetivos, por meio de reposição de aulas, reagendamento de atendimento ou outras medidas, nem sempre é garantido, conforme Gráfico 13, abaixo:



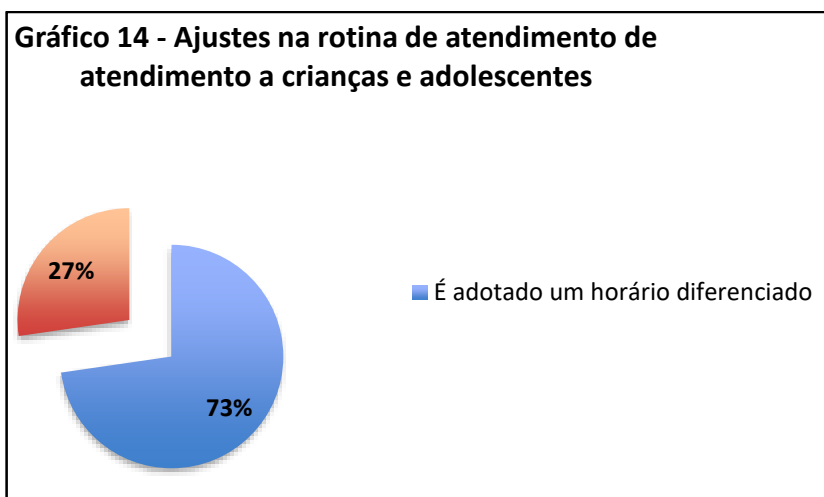
Fonte: Elaboração própria

⁷⁵ Desde 2016, quando iniciamos esta pesquisa de monitoramento dos impactos dos confrontos armados nas 16 favelas da Maré, com foco na atuação dos profissionais de Segurança Pública, não registramos qualquer ação policial nas áreas de Ramos e Roquete Pinto. Chama a atenção que não haja nenhuma forma de trabalho das polícias no cotidiano desses dois territórios; justamente os que são ocupados por grupos paramilitares, e onde, também, está localizada uma base física, bem precária, na realidade, da Polícia Militar. (REDES DA MARÉ, 2020, p. 11).

A variedade de respostas revela que a preocupação com a reparação de danos não está institucionalizada, em termos práticos, no campo das políticas públicas, ficando a cargo de cada equipamento e/ou profissional conduzir esse processo da forma mais “conveniente”.

A responsável pela 4ª CRE, que atende à região da Maré, afirmou durante a entrevista que a reposição de conteúdos sempre acontece por meio da proposição de tarefas e estudos dirigidos a serem realizados em casa, pelos alunos. Há, ainda, uma experiência de reposição de conteúdos por aplicativo no celular, desenvolvida em uma das escolas da Maré. Segundo ela, o uso da tecnologia não é um impedimento, pois todos os alunos têm celulares. Não há, portanto, a reposição de aulas em horários ou dias extras e a divergência de respostas obtidas nas diferentes fontes de pesquisa indica que não acontece de forma sistemática e dentro de padrões institucionalizados, revelando a desvantagem das crianças e dos adolescentes da Maré no que diz respeito ao acesso à Educação, em comparação aos que residem em regiões da cidade onde esse tipo de confronto não se manifesta.

Nos demais dias do ano, entretanto, as diferentes formas de organização e operação dos serviços não foge à justificativa da violência e, nesse caso, mais uma vez foram obtidas respostas diferentes para a pergunta sobre o funcionamento cotidiano dos serviços na Maré. Quando perguntada a respeito, a entrevistada da 4ª CRE respondeu que, na Maré, todas as unidades escolares operam dentro do horário regular, estabelecido para toda a rede, em toda a cidade. Em resposta ao questionário, no entanto, 73% dos respondentes afirmaram que, na Maré, é adotado um horário de atendimento diferenciado, conforme Gráfico 14, a seguir.



Fonte: Elaboração própria. 2020

Além dos danos objetivos causados pela violência, tal como a perda de aulas e demais restrições ao acesso a diferentes serviços, há outros prejuízos decorrentes dessa dinâmica, tal como o estresse, a dispersão do trabalho, depressão e sofrimento, de maneira geral, tanto pelos profissionais, como das crianças, adolescentes e seus familiares.

Por esta razão, é relevante conferir destaque a algumas estratégias e medidas adotadas pelos equipamentos públicos e seus profissionais atuantes na Maré no atendimento a crianças e adolescentes, para reafirmarmos as condições:

a. Os equipamentos de Assistência Social não estão situados fisicamente no conjunto de favelas da Maré. O CREAS fica localizado na Ilha do Governador, atendendo a este território, além da Maré. Já o CRAS era situado na Maré. Contudo, em novembro de 2005, o equipamento foi retirado de lá por ordem da administração central, sob a alegação de estar em área de risco, sendo transferido do local (Santos & Nascimento, 2011). Atualmente, o CRAS funciona em Bonsucesso, bairro vizinho à Maré. Atende a todo o conjunto de favelas e parte do bairro de Ramos. Segundo as responsáveis pelos equipamentos, ouvidas no contexto da presente pesquisa, são raras as ações realizadas no próprio território e, quando acontecem, observam-se determinados critérios que sugerem, por exemplo, dias e horários mais “seguros” para o desenvolvimento das atividades. Dentro dessa lógica, os finais de tarde e as sextas-feiras são, geralmente, evitados. As equipes também dependem da disponibilidade de veículo institucional para a realização das atividades, além das estratégias de comunicação já mencionadas. O CRAS mantém o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em instituições localizadas fora dos limites das favelas que compõem a Maré. Da mesma maneira, o CREAS não realiza ações de rua na localidade, como indica o depoimento a seguir:

O CREAS não deixa de funcionar por conta da violência, mas a violência atrapalha o acompanhamento. Por exemplo, as famílias, às vezes, não conseguem sair das suas casas para vir aqui, por conta da violência. A gente, muitas vezes, não consegue entrar na Maré para fazer visita, articulação. Se eu disser que não atrapalha, não tem como negar que a violência urbana é um complicador. Esses dias mesmo, tive que cancelar reuniões, a gente não pôde fazer nenhum tipo de atendimento lá dentro. Com certeza, sim, infelizmente. A gente vai criando estratégias, por exemplo, não estamos conseguindo entrar na Nova Holanda. Chegaram vários casos, Nova Holanda, o que a gente faz? Vamos nos articular com a rede, para a partir da rede, minimamente, ter uma ideia se de fato aquela família está vivenciando aquela situação, para poder dizer: “caramba, não, vamos ficar tranquilos, não dá para ir lá, mas não procede, a Saúde tem uma outra leitura, então, vamos fazer um estudo de caso antes. Se já está sendo acompanhado pela Saúde e ela não sinaliza nenhuma questão, é sinal que as coisas não estão tão ruins assim com essa família”. Então, a

gente vai criando estratégias para conseguir garantir o atendimento e o acompanhamento dessas famílias, mas certamente que a violência é um aspecto dificultador, tanto para a gente quanto para as famílias. Por exemplo, a Maré são várias comunidades, a gente tem os meninos do Medidas,⁷⁶ quando eles chegam para prestar serviço comunitário, a gente tem que fazer o quê? A gente tem que alocar em algum espaço para que eles prestem esse serviço. A gente está com uma situação aqui, que a gente tem 14 meninos que chegaram para a gente com PSC,⁷⁷ para a gente encaminhar para cumprir essa determinação judicial, e a gente não consegue. Por quê? Todos eles são da Nova Holanda, as instituições que estão ofertando, eles não podem transitar. Então, eles estão nesse momento sem prestar serviço que a Justiça determinou, porque a questão da violência urbana, eles não conseguem circular facilmente pelo território. Qual foi a estratégia? Existe uma determinação judicial, a Justiça determinou e eles têm de cumprir, a gente não pode comprometer a vida e a história desses meninos, nosso papel é criar alguma alternativa. Qual foi a alternativa? Colocar todos eles para prestar serviço aqui no CREAS, está aí em grupo fazendo atividade hoje, prestando serviço. Para quê? Para não atrapalhar a vida do menino. Mas beleza, eu tenho 14, e quem tem 50? 14 eu consigo manejar, e quem tem 50 meninos? A gente vai, às vezes, criando estratégias institucionais para não inviabilizar o atendimento, o acompanhamento e não trazer prejuízos para a família, mas há limites que estão claros para a gente. A violência urbana é um limite, claro. (F.F., CREAS Stella Maris)

b. Apesar do expressivo número de unidades escolares existente na Maré, o funcionamento não se dá de maneira plena, se comparado aos equipamentos da rede localizados fora dos territórios de favela. Além das estratégias de comunicação já mencionadas, que podem determinar, sob o risco da precipitação, o fechamento de uma unidade escolar durante todo o dia (ainda que um evento violento ocorra somente durante parte da manhã, por exemplo), observam-se adaptações no horário regular de funcionamento, muito embora este fato não tenha sido, em entrevista, assumido pela gestão local das unidades. Entretanto, há registros na mídia que revelam que a demanda e/ou efetiva alteração do horário regular de funcionamento das escolas é elemento presente na realidade da oferta educacional nesse território.⁷⁸

Contudo, considerando-se as respostas ao questionário aplicado aos profissionais, 73% deles disseram que há ajustes na rotina de atendimento do

⁷⁶ Medidas socioeducativas.

⁷⁷ Prestação de Serviços à Comunidade.

⁷⁸ Matéria do Jornal *O Globo* publicada em 10 de agosto de 2015 informa que, mediante pedido de profissionais de educação que atuam na Maré, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro estabeleceu o horário de funcionamento reduzido na região. A proposta foi a redução de duas horas por dia, levando as unidades a funcionarem das 8h às 15h30, quando o horário regular seria das 7h20 às 16h30 (considerando os turnos da manhã e tarde ainda existentes antes da adoção do turno único), sem detalhamento a respeito de medidas de reposição do horário e/ou conteúdo. Este horário representa um prejuízo de 75 minutos de aulas por dia. Ainda segundo a matéria, a alteração aconteceria somente no mês de agosto daquele ano. No entanto, outras matérias publicadas meses após, em dezembro do mesmo ano, indicaram que a alteração perdurou ao menos até o fim daquele ano letivo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/tiroteios-fazem-professores-pedirem-reducao-de-horario-na-mare-no-rio.html>> Acesso em: 9 fev. 2020

equipamento, tal como a adoção de um horário diferenciado em relação ao praticado pelo restante da rede.

c. Atualmente, as unidades de saúde situadas na Maré não estão submetidas a horários distintos em relação às demais unidades da rede pública de Saúde municipal. Contudo, esta já foi estratégia praticada em outros momentos no território, de acordo com informações obtidas na CAP 3.1. Sob orientação das diretrizes do Programa *Acesso Mais Seguro*, as unidades avaliam o nível de segurança local, podendo funcionar somente internamente, sem visitas domiciliares das equipes da Estratégia Saúde da Família ou mesmo suspender o funcionamento da unidade durante a ocorrência de confrontos armados, estando tão vulneráveis quanto às escolas. Dados do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, da Redes da Maré, indicam que ambos os tipos de equipamento sofrem impactos muito semelhantes em relação aos números de dias de funcionamento.

d. O Conselho Tutelar de referência para o território da Maré também fica localizado no Bairro de Bonsucesso, complexo integrado ao CRAS, que atende à região. Cobre a Maré, além da Ilha do Governador e, ainda, a Cidade Universitária. Fora do território da Maré, o equipamento sofre menos com interrupções, embora os confrontos e a própria presença dos grupos armados também justifique o impacto no processo de acompanhamento presencial dos casos. Assim, da mesma forma que os profissionais dos equipamentos da Assistência Social, os conselheiros tutelares evitam realizar visitas domiciliares em determinados dias e horários na Maré.

O depoimento a seguir revela como as estratégias adotadas nos equipamentos e por seus profissionais, na Maré, estão muitas vezes marcadas pelo medo:

A equipe técnica tem que ir para o território, participar das reuniões, mapear o que tem ali dentro daquela área de opção para, no atendimento, fazer o encaminhamento. Mas não fazem. Têm medo. O técnico não vai. Morrem de medo de entrar na Maré. (E.V., CT Bonsucesso)

Foi possível, portanto, constatar, na pesquisa, que o medo e a sensação de insegurança integram a rotina de atendimento das políticas públicas a crianças e adolescentes que residem na Maré. Tal constatação se confirma por análises sobre experiências semelhantes de atuação das políticas públicas em contextos de violência. Pesce *et al.* (2013) afirmam que profissionais dos setores de Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública que atuam no atendimento direto a crianças e adolescentes e suas famílias estão, constantemente, submetidos ao sentimento de impotência e imobilismo nessas situações.

Porém, muitos profissionais manifestam gostar de trabalhar na Maré, o que revela também as potencialidades do território e do público em tela. O que ocorre é que as políticas públicas parecem não oferecer, aos profissionais, mecanismos reais de oferta do serviço em um contexto de confrontos armados constantes, cabendo aos profissionais o desenvolvimento de estratégias para a manutenção do atendimento, as quais, muitas vezes, repetem padrões historicamente estabelecidos, calcados em noções predominantemente negativas sobre as favelas, como já afirmado.

A diversidade de respostas a respeito das “reparações” de danos causados pelas interrupções dos serviços é exemplar desta questão, revelando que não há medidas institucionais, no nível de execução das políticas públicas que enfrentem o *deficit* real das crianças e dos adolescentes da Maré e de outras favelas do Rio de Janeiro aos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social e outros.

A despeito de muitas famílias terem acesso a programas de transferência de renda, tal como o Programa Bolsa Família e o Cartão Família Carioca, o território de favelas guarda especificidades que acentuam as desigualdades. Assim, ainda que o acesso regular às políticas de Educação e Saúde sejam condicionalidades para que as famílias continuem tendo direito a tais benefícios, a violência armada se torna empecilho real, não previsto no âmbito destas políticas.

Da mesma forma, políticas e programas voltados para a identificação e notificação de casos de violência sofrem com a subnotificação, devido ao medo vivenciado pelos profissionais que deveriam reportar os casos aos canais devidos. Tal fato fica evidenciado, não somente na pesquisa aqui apresentada, como em outras, entre elas estudos realizados na própria Maré.⁷⁹

Foi identificado que, num primeiro momento, a maioria dos profissionais pesquisados não gostaria de ter ido trabalhar na Maré, o que pode revelar muitas questões, desde preconceitos sobre o território, até uma possível falta de cuidado daqueles que designam profissionais a atuarem nessas áreas, submetendo-os à própria sorte e induzindo-os à reprodução das estratégias estabelecidas que, em sua maioria, pressupõem a iminência da violência e do conflito nas favelas.

⁷⁹ A título de exemplo, consultar Dissertação de Mestrado (2019) de Laís Araujo: *Violência e Saúde: limites e desafios para atendimento a casos de violência doméstica na Maré por profissionais da Atenção Básica à Saúde*.

Ao analisar o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) na Maré, a partir da perspectiva teórico-metodológica das práticas discursivas, é possível compreender os processos de formação, legitimação e naturalização da adoção de determinadas estratégias para funcionamento dos serviços como práticas sociodiscursivas. Os equipamentos públicos atuantes *na e para* a Maré, bem como seus profissionais, têm suas rotinas e práticas ancoradas em movimentos macrossociais, sócio-históricos, ou seja, seguem uma tendência histórica que define a relação do Estado com as favelas, a partir de uma lógica excludente, marcada pelo autoritarismo e a inobservância de um ideal republicano de cidadania (Silva, 2016; Silva, 2012; Fernandes, 2009).

Esses padrões de atuação reproduzem elementos históricos (relações de poder) e ideológicos, cuja gênese está atrelada a uma ordem de discurso específica. As estratégias adotadas conformam práticas sociais e discursivas. Assim, as diferentes adaptações no funcionamento dos serviços, o distanciamento de alguns profissionais do território de favela, evitando-o e o processo decisório que perpassa a manutenção, ou não, da operação do equipamento em um dado dia, entre outras medidas, configuram escolhas, com base em experiências concretas, mas também uma forma de olhar e perceber esses territórios.

As escolhas institucionais e profissionais realizadas no atendimento a crianças e adolescentes da Maré e de outras favelas do Rio de Janeiro acabam, de alguma forma, contribuindo para reforçar as privações a direitos, por causa da violência armada que se manifesta no território, como um movimento de “punição” duplo. Assim, em vez de serem alvo de medidas que reforcem canais e possibilidades de proteção, o distanciamento das políticas públicas do território de favela produz ainda mais violações. As crianças e os adolescentes da Maré são invisibilizados simbolicamente, pelos estigmas que carregam, relacionados à sua condição financeira, territorial, social e racial, quando unidades de saúde e escolas fecham, equipes técnicas da Assistência Social, conselheiros tutelares e técnicos evitam o território em determinados dias e horários fixos, entre outras ocorrências. Essa invisibilidade leva à naturalização das violências, como se natural fosse o convívio com armas, com o comércio de drogas, com a falta de aulas, de atendimento à saúde, entre outras ausências, riscos e perigos, sem qualquer medida compensatória que, de fato, corresponda às suas necessidades. Como tenho tratado aqui, os estigmas negativos sobre as favelas reforçam essa dinâmica, expressa na

invisibilidade das violações de direitos de crianças e adolescentes. Os estigmas negativos, historicamente construídos e reproduzidos, então, se sobrepõem às explicações estruturais e mais complexas acerca dos fenômenos que se manifestam nas favelas que exigem soluções igualmente complexas.

Hancock & Mooney (2012, p. 53) produzem uma análise que contribui para a compreensão de que a estigmatização “ofusca diferenças estruturais e funcionais subjacentes à distribuição espacial desigual de pobreza e desvantagem, assim como desvincula, questões de culpabilidade do Estado e dos setores privados.”

As estratégias adotadas nos equipamentos, sob a justificativa de garantir a segurança dos profissionais e das próprias crianças e adolescentes, recorrentes não apenas na Maré, como na maioria das favelas tidas como “conflagradas”, seguem sendo reproduzidas cotidianamente sem qualquer reflexão sobre sua pertinência, efetividade e, principalmente, consequências. Nesse sentido, é importante considerar que a sociedade civil tem protagonizado e capitaneado iniciativas de produção, sistematização, análise e publicização de dados sobre as interrupções do funcionamento dos serviços, bem como suas consequências para a população local, conforme experiências da Redes da Maré, descritas nos portais *Onde Tem Tiroteio*, *Voz das Comunidades*, entre outros.

Por outro lado, esse processo revela o caráter “teatral” da oferta de serviços públicos nos territórios de favela. Instalar dezenas de novos equipamentos em um curto espaço de tempo, a exemplo da rápida expansão da rede escolar da Maré, sem observar cuidados mínimos que garantam seu bom uso pela população interessada segue uma antiga tendência do oportunismo político-eleitoral. O território da Maré mostra-se favorável a esse tipo de prática, uma vez que é bastante populoso e situado entre as principais vias de circulação da cidade, como já descrevemos, ampliando a visibilidade de qualquer ação. Parte significativa dessas novas unidades escolares, por exemplo, foi construída às vistas para a Linha Vermelha, onde passam milhares de cariocas, diariamente. Contudo, esta região coincide com a fronteira simbólica que separa dois grupos armados distintos, tornando a região ainda mais vulnerável e sujeita a conflitos armados que impedem o funcionamento das escolas. Além disso, a estrutura de *drywall* com a qual foram construídos os equipamentos se mostra mais frágil do que a tradicional estrutura de alvenaria e

concreto.⁸⁰ Mas aquela “vitrine” expõe somente as belas construções para a população externa à Maré, sem deixar margem para outras percepções sobre a dinâmica daquela região.



Figura 24 - Escolas municipais da Maré - *Campus I*
Fonte: Êxito Rio. 2020.

Pode-se observar, então, que a existência dos equipamentos e a oferta dos serviços, estritamente, não garantem que a população das favelas da Maré alcancem seus direitos, pois há muitos elementos no repertório que marcam a relação entre poder público e favela e que atravessam os caminhos da chamada *Proteção Integral* no território.

Constituir, então, um olhar que possa questionar as práticas estabelecidas entre as políticas públicas que atendem crianças e adolescentes das favelas do Rio de Janeiro, sob a ótica das práticas discursivas, significa trazer à tona as diferentes influências simbólicas, afetivas, políticas e históricas que marcam as posições dos

⁸⁰ Em 2017, a SME chegou a anunciar a “blindagem” das escolas, conforme nota divulgada à época: “O Grupo de Trabalho criado pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer apontou a necessidade urgente de ‘blindar’ oito escolas que ficam na área de fronteira (a chamada faixa de Gaza), substituindo as paredes chamadas de ‘peneiras’ por um tipo especial de argamassa resistente a projéteis.” A assessoria do então Secretário de Educação explicou que “as oito novas escolas ficam na linha de tiro e foram construídas em *drywall* (tecnologia que substitui paredes, tetos e revestimentos por chapas de gesso parafusadas em estruturas de aço). Resultado: viraram peneiras com os tiros.”

profissionais e das próprias políticas públicas. Em contextos onde a violência é considerada comum, os sujeitos tendem a naturalizá-la, desde que submetida a determinadas regras e absorvem valores que as possibilitam.⁸¹ Por isso foi importante captar as compreensões sobre o fenômeno pelos sujeitos pesquisados. Com frequência, consideraram que as manifestações contra crianças e adolescentes de favelas são naturalizadas por seus próprios familiares:

Eu não sei se é essa coisa do dia a dia, a necessidade de guerrear para se manter no dia a dia de alguma forma, que o olhar para a criança e o adolescente não é que se fechou, mas teve uma curva, que você não sabe que caminho é esse e o porquê disso. São essas complexidades. Mas chega muito aqui pra gente, a gente percebe que é uma violência, é uma negligência, mas que algumas famílias acabam naturalizando algumas situações. É natural que isso fique; não tenha oportunidade, vai para o tráfico. É natural ter o filho que não sai do 5º ano com 19 anos, ele não ter perspectiva. A gente tem um jovem que falou: “Ou eu vou ser jogador de futebol ou eu vou tomar conta aqui de uma comunidade. Se eu não conseguir ser jogador de futebol, eu vou tomar conta da comunidade, porque a minha família toda é.” (V.F., CRAS Nelson Mandela)

O entendimento de que a população de favela naturaliza a violência, na perspectiva de, alguma maneira, aceitá-la, acaba tornando-se armadilha que impõe aos profissionais dos equipamentos públicos a adoção de uma lógica que se aproxima dos juízos feitos por suas reflexões, alimentando o imobilismo e a inércia diante das manifestações da violência.

A partir dos dados obtidos na pesquisa empírica, alguns aspectos referentes ao atendimento a crianças e adolescentes da Maré pelos serviços públicos de Assistência Social, Educação, Saúde e o Conselho Tutelar serão abordados a seguir. Os resultados demonstram possíveis formas de naturalização da violência contra crianças e adolescentes.

4.4. O atendimento a crianças e adolescentes

Todo equipamento público deveria oferecer as mesmas condições de acesso aos serviços, independentemente do local da cidade onde esteja localizado. Contudo, considerando a especificidade de cada contexto e o público atendido, é

⁸¹ No âmbito da presente tese, a privação de direitos de crianças e adolescentes sob a forma de interrupção dos serviços públicos constitui uma manifestação da violência. Segundo Cano (2007), determinadas manifestações da violência têm legitimidade social, operando de forma independente dos códigos formais.

natural que sejam feitas adequações, mas que deveriam ser realizadas na perspectiva de ampliar o acesso a direitos. Nesse sentido, compreende-se que, se no território da Maré há a presença de grupos armados, que constroem e causam medo à população, que podem constituir ameaça, promover assédio, além de outros danos objetivos e, junto desse cenário, a abordagem truculenta e violenta das forças de Segurança Pública, este quadro deveria ser motivo suficiente para produzir ações de potencialização da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, por meio do desenvolvimento de estratégias concretas de acesso aos serviços.

Como abordado, apesar de ser um bairro desde 1994 e de possuir a dimensão de uma cidade de médio porte brasileira, a Maré não conta, por exemplo, com equipamentos de Assistência Social em seu território (apesar de já ter tido no passado), tampouco Conselho Tutelar, como já afirmado. E, a despeito de possuir equipamentos de Educação e Saúde, sua existência por si só não garante a qualidade no acesso ao serviço (Moretti & Denaldi, 2018). Como já foi possível perceber até aqui, os equipamentos públicos na Maré sofrem frequentemente com a interrupção de seu funcionamento. Mesmo os equipamentos situados fora do conjunto de favelas não conseguem garantir o pleno atendimento em dias de confrontos armados, uma vez que a população usuária não consegue acessar o serviço devido às limitações de trânsito.

Quanto às estratégias adotadas pelos equipamentos, apesar de todos sofrerem impactos decorrentes da violência no território, verificam-se múltiplas possibilidades para lidar com ela, conforme percebe-se nos depoimentos a seguir, de profissionais do Sistema de Justiça, Educação, Saúde e Conselho Tutelar:

a. Conselho Tutelar: a partir das entrevistas realizadas, foi possível verificar que cada conselheira ou conselheiro adota estratégias próprias, a partir das relações que estabelece com o território. O relato de uma profissional do Conselho Tutelar de Bonsucesso, a seguir, ilustra como a violência armada que se manifesta na Maré afeta sua dinâmica de atendimento. Ela opta por realizar visitas domiciliares no período da manhã, pois acredita que, no período da tarde, se estabelece uma dinâmica entre os integrantes dos grupos armados que afeta sua circulação no território:

Operação policial, principalmente, a briga entre eles, as facções, acho que no geral é isso. Impede da gente ir lá. Tem essa questão da hora, tem gente que não se sente confortável, está dentro da comunidade, daqui três horas começa todo mundo a sair. Os traficantes. A hora que está todo mundo saindo, muita gente armada na rua, o

Conselho já não vai. Não se sente confortável. Em cada esquina que a gente passa, alguém pergunta: “Você está indo aonde? Pegar quem”? Às vezes também a gente é parado. Passou das 3, 4 horas, está escurecendo. Se é visita, normalmente, quem conhece, vai de manhã. (E.V., CT Bonsucesso)

b. Assistência Social: também pode alterar a dinâmica de funcionamento em razão da condição de segurança do território, o que restringe dias e horários para realização de abordagens na rua, visitas domiciliares, entre outras atividades, como pode ser verificado a partir do depoimento de profissional da 4ª CASDH. A mesma lógica é apresentada por profissional atuante no CRAS Nelson Mandela. Já no caso do CREAS, que tem uma área de abrangência de atendimento maior, houve uma escolha institucional por não se priorizar o território da Maré nos serviços de abordagem de rua. Assim, crianças e adolescentes que estejam em situação de rua ou de trabalho infantil no espaço público são identificadas somente fora desse território.

Se a gente compreende que, em razão da violência, sexta-feira à tarde é um dia complicado e perigoso para que essas crianças estejam em um espaço articulado para acontecer uma atividade, a gente não vai organizar a atividade naquele horário. É um exemplo, não estou dizendo que é isso. (A.C., 4ª CASDH)

Sexta-feira é melhor fazer visita pela manhã nas áreas. Se a gente está em alguma situação na Vila do João e você ia sair para a Vila do João, você vai para Marcílio Dias, vai para Roquete, que você sabe que não vai ter problemas ali. Então, a questão da reorganização das visitas. Não se deixa de fazer, ela impacta porque você iria fazer numa determinada área que está em conflito, aí você vai para outra. Tem que se reorganizar para poder fazer. Agora, a Prefeitura – quando eu falo Prefeitura, é nível central – chamou a gente para apresentar um sistema de acesso mais seguro. (V.F., CRAS Nelson Mandela)

Dentro da Maré a gente não tem atuado com o serviço de abordagem. O que a gente tem feito, em relação ao serviço de abordagem na Maré, é atender essa demanda do Fundão,⁸² porque a gente sabe que apesar de não ser na Maré, mas a garotada que está lá é da Maré, a sua grande maioria. E a gente também faz o trabalho com a população adulta em situação de uso de drogas, ali da Avenida Brasil. Então, o serviço de abordagem não faz o trabalho dentro da comunidade. (F.F., CREAS Stella Maris)

c. Educação: segundo a 4ª CRE, responsável pela gestão das unidades escolares da Maré, não há alterações na rotina dos equipamentos no cotidiano, em comparação aos demais equipamentos da rede, mas mudanças podem ocorrer em dias que ocorrem conflitos armados, conforme depoimento a seguir:

Então, quando, por exemplo, o território está com uma crise instaurada, a gente não vai conseguir entrar, então, eles têm um ponto de encontro que é elencado por eles,

⁸² Referência à Cidade Universitária, campus da UFRJ, localizado próximo ao conjunto de favelas da Maré.

previamente, esse ponto de encontro já está definido, então, cada unidade escolar já sabe para onde vai e é sempre indicado para eles outra unidade escolar, mas não é uma regra, pode ser outro local, mas a gente orienta que seja outra unidade escolar até para poder ser acolhido, para ter um espaço para sentar, para se acalmar e, às vezes, até um próprio deslocamento, a pessoa fica agitada, fica nervosa, fica tensa, então, eles se reúnem nesse ponto de encontro, avaliam, se, de fato, não é possível entrar, porque se for uma crise instaurada, sabe que não vai conseguir entrar, mas se for alguma situação pontual, por exemplo, está acontecendo uma situação na comunidade vizinha, a escola está para cá. É possível a gente acessar o território? É possível abrir a escola? Se for possível, eles vão se encontrar, vão avaliar e vão entrar. Se não for possível, eles vão se reunir, mas não vão entrar. E aí nesse local eles, de fato, registram em ata o motivo pelo qual não puderam entrar. É tudo registrado. Se eles, por exemplo, discutirem alguma coisa, alguma coisa pertinente à escola. Se eles, nesse dia, fizerem os centros de estudos, porque se for uma data próxima ao centro de estudos, eles podem aproveitar o dia, se usaram para fazer um planejamento ou para discutir alguma coisa pertinente à escola, vai ter festa, vai ter uma culminância, a gente precisa de tempo para organizar. Vamos aproveitar aqui?”, então é usado esse espaço também, para essas atividades e aí fica tudo registrado em ata até para respaldo. Por que eles não conseguiram acessar a escola? (R., 4ª CRE)

E para pessoas, os servidores, os professores, diretores, merendeiras, as pessoas que moram no território, elas não saem. Se as pessoas que estão fora não podem entrar, quem está dentro não vai poder sair. Isso também é orientado que eles registrem em ata, porque fulano de tal ou algumas pessoas que compõem o grupo daquela escola não estiveram presentes naquele determinado ponto de encontro. Isso também é registrado. A gente tem caso de uma diretora que mora (na Maré) e, recentemente, ela não conseguiu sair e aí a outra diretora, que mora fora, reuniu o grupo e ficou registrado. (R., 4ª CRE)

Foram ouvidos, ainda, profissionais da Defensoria Pública e Ministério Público, por força de sua aproximação com demandas coletivas da população da Maré no campo da Segurança Pública. No Ministério Público, foi entrevistada representante do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP), que realiza o controle externo da atividade policial. Já na Defensoria Pública, o contato se deu com o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH). Este último teve importante papel junto a organizações da sociedade civil, como a Redes da Maré, na ACP da Maré. A atuação dos órgãos de Justiça no campo das ações de Segurança Pública na Maré resulta de intensa pressão de militantes desse campo, oriundos de organizações da sociedade civil.

Tanto a Defensoria Pública quanto o Ministério Público contam com núcleos especializados no que se refere aos direitos de crianças e adolescentes. A Defensoria Pública do Rio de Janeiro possui uma Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cdedica), enquanto o Ministério Público tem um módulo de atuação específico voltado para esse público. Ambos os núcleos não envolveram-

se na pauta referente à ACP, tampouco têm atuação observada no conjunto de favelas. Apesar de a ACP tratar a respeito da realização das operações policiais no horário escolar, o que demonstra o reconhecimento da interrupção das aulas como um prejuízo significativo e o risco ampliado para crianças e adolescentes que circulam pelo território, não se verificam ações sistemáticas, considerando suas especificidades e os prejuízos sofridos no acesso a serviços básicos, entre outras violações de direitos (pensão alimentícia, abusos, etc.)

Estas e outras situações análogas, referentes à restrição de acesso ao território de favela pelo poder público, a tornam terreno nebuloso no campo da proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes (Couto 2018; Cabral & Chioquetta, 2017).

A fim de ilustrar esta situação, o fragmento de entrevista realizada com um profissional da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, demonstra como se dá a relação do Sistema de Justiça com o território de favela:

Para a gente isso é um fator que também prejudica, a Defensoria, por exemplo, o sistema de Justiça, de modo geral, tem um distanciamento das favelas, das comunidades, das pessoas não procurarem um sistema de Justiça ou o sistema de Justiça não chegar até elas. A gente saber identificar, por exemplo, Oficial que precisa cumprir algum mandado em alguma favela, isso não acontece. Então fala sobre as questões alimentícias, questões de família, extensíveis, isso é uma barreira dos processos de Justiça pela população.

(...) Porque não dá para judicializar, como acontece em núcleos de bairros, que chega aquelas demandas jurídicas, por exemplo de família, e fala que quer entrar com uma ação de guarda, vamos entrar com uma ação, isso na Maré é mais complicado, porque os processos judiciais, as chances de não ter efetividade, de não ter seguimento, porque o oficial de Justiça não vai chegar lá. Se uma das partes não quiser ser encontrada, o processo não vai acontecer. Se você precisar realizar alguma coisa na favela isso não vai rolar, porque o Oficial de Justiça não vai lá. E o que acontece quando a polícia quer cumprir um mandato de prisão daquelas operações gera todo esse problema, para mandar um mandado, por exemplo, uma citação, uma audiência, enfim? ...

(...) Isso é muito comum nas Varas de Família, território em locais que os Oficiais de Justiça já têm até um modelo de Certidão, que diz que é um local conflagrado e já falou com o batalhão que para ir lá tem que ter uma megaoperação e não pode fazer nada. O que os Oficiais fazem é mandar uma cartinha para a associação de moradores para convocar pessoas e elas acabam achando que aquilo já é uma convocação judicial e algumas pessoas vão, outras pessoas não, mas enfim, o processo não anda. Se a pessoa não for, o processo não vai andar, vai ter que passar por edital e não vai ter Oficial de Justiça que vá até lá e, se precisar cumprir alguma medida, por exemplo, o Oficial também não vai. (D.L., DPERJ)

Não somente a Defensoria Pública vê sua atuação comprometida por este fato nesses territórios, como o próprio Conselho Tutelar é convocado a cumprir funções que não correspondem às suas atribuições, conforme pode ser verificado a seguir:

Às vezes, a Vara da Infância costuma fazer isso demais. Não consegue officiar uma família, aí envia o ofício que a audiência é amanhã, por exemplo. Você tem que ir lá entregar o ofício, fazer o trabalho do Oficial de Justiça. Ele não vem. A gente tem que ir lá fazer isso e é muito ruim, porque aí você confunde as atribuições. Você está vindo entregar um documento da Vara da Infância? Você é Conselheiro mesmo ou é Oficial de Justiça, que aí é encarado como órgão de segurança judicial? Porque a gente, de alguma forma, já acaba passando um pouco disso. Eu já me recusei duas vezes. Eu falei: Não vou fazer isso, eu moro na Maré, circulo na Maré a semana inteira, não vou me comprometer dessa forma. (E.V., CT Bonsucesso)

Apesar da abordagem dos profissionais do Sistema de Justiça ser, de fato, mais “delicada”, do ponto de vista de sua segurança, em função da natureza do seu trabalho, diretamente ligado a processos de julgamento, condenação, tendo até uma “associação”, pode-se assim dizer, com as instituições de Segurança Pública, não se verificam medidas para reverter eventuais equívocos acerca dessa visão, na perspectiva de garantir a realização do trabalho e o acesso à Justiça por crianças e adolescentes. Muitos profissionais dessas instituições sequer tiveram experiência em territórios de favela e, ainda assim, seguem reproduzindo uma lógica que os afasta desses espaços e sua população. Uma profissional do Ministério Público mencionou essa questão em sua entrevista, reforçando o quanto este distanciamento gera invisibilidade para as condições de vida de crianças e adolescentes de favelas:

(...) você está sempre com uma certa blindagem para determinados locais e as pessoas e as autoridades que poderiam estar frequentando, vendo, eu acho a questão de ver ela cria empatia e ela cria a mobilidade e o sentimento de ação, o passo inicial para ação que tem que ser feita. Então acho que existe uma certa redoma que vai sendo criada ali, muros que vão sendo criados, invisíveis, é uma retroalimentação da invisibilidade. Então, assim, a criança que mora na Maré ou uma criança que mora numa comunidade, ela está muito escondida, os olhos não chegam, os braços não chegam, as pernas não chegam. Então e o que acontece ali é que quem vai cobrar? Então é tudo bastante, não sei se é difícil, mas é um esforço muito grande para que os olhos cheguem até esses locais. (C.T., GAESP/MP)

Os discursos e visões hegemônicos sobre a favela, de caráter negativo, provocam medo nos profissionais que buscam estratégias para se protegerem, o que, muitas vezes, compromete a rotina e a qualidade do serviço e do equipamento aos quais estão vinculados. Uma medida comumente adotada, como evidenciou o resultado da presente pesquisa, opera pela via da comunicação entre os profissionais e entre esses e moradores e/ou pessoas que já estejam localizadas no território de favela ou dela próximo, a fim de saber das condições para funcionamento naquele dia, como já mencionado.

Ou seja, às vezes, a decisão pelo fechamento do serviço em um dado dia pode se dar a distância. Essa medida é amplamente difundida, sobretudo entre os

profissionais que atuam nas unidades escolares, mas sendo adotada, de maneira geral, por aqueles que residem fora do conjunto de favelas ou pelos demais que, mesmo morando no território, atuam em favela distinta. Assim, se algum profissional reside em favela dominada, por exemplo, pelo Comando Vermelho, pode buscar informações antes de se deslocar para o equipamento localizado em região de domínio do Terceiro Comando e vice-versa.

Fica claro, contudo, que não é comum o medo dos profissionais com relação às crianças e aos adolescentes diretamente, já que 67,5% afirmaram não temer agressões por eles, embora os demais tenham optado pelas outras alternativas de respostas, sugerindo que esse sentimento de medo é possível para parte significativa dos respondentes, como pode ser observado na Tabela 7, a seguir.

Frase	Discordo totalmente	Discordo em parte	Não discordo, mas também não concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
1.Tenho medo de ser agredido/a por alguma CeA da Maré.	50,6%	16,9%	10,4%	18,2%	3,9%
	67,5%		10,4%	22,1%	
2. Evito realizar ações de rua, tal como visitas às CeA.	37,6%	11,7%	9,1%	23,4%	18,2%
	49,3%		9,1%	41,6%	
3.Tenho medo de circular na Maré.	37,6%	22,1%	10,4%	14,3%	15,6%
	59,7%		10,4%	29,9%	

Tabela 7. Medo e atendimento a crianças e adolescentes da Maré, segundo os sujeitos pesquisados. Fonte: Elaboração própria. 2020

Já ao se posicionarem a respeito da afirmação 2 constante na Tabela 7, houve maior diversidade de respostas, revelando a variedade de abordagens num mesmo território e a ausência de padrões mais gerais de atuação quanto ao atendimento de determinados casos. Isso pode ser possível devido a um certo grau de “legitimidade”, conferido pelo medo e pela violência armada, ao assumirem que iniciativas como essa sejam facultativas a cada profissional e equipamento, a depender do nível de confiança para circular no território, sentimento de segurança, visões sobre as favelas, entre outras questões. O medo de circular na Maré, como é

possível observar nas respostas sobre a afirmação 3, revela que esta é uma questão sensível, que ainda atinge parte significativa dos profissionais e que pode variar devido a determinantes diversos que afetam o cotidiano das favelas.

Como é possível verificar até aqui, a despeito de também sofrerem interrupções no funcionamento, os equipamentos públicos de Educação, Saúde, Assistência Social e o Conselho Tutelar não registram, em sua maioria, ocorrências de constrangimento em sua atuação ou qualquer outro tipo de impedimento por aqueles que habitam o território. Importante considerar, nesse caso, a presença dos integrantes de grupos armados. A forma como sua presença se manifesta é variável. No caso específico da Maré, essa presença é ostensiva na maior parte das favelas que compõem o território. Em uma caminhada de curta distância, é possível ver jovens armados e comercializando drogas. A despeito disso, 57,8% dos profissionais pesquisados discordaram totalmente da afirmação “Integrantes de grupos armados já interferiram no meu trabalho e/ou tentaram me constranger”, ao passo que 13,2% discordaram em parte, 7,9% não concordaram nem discordaram, 13,2% concordaram em parte e 7,9% concordaram totalmente.

Frase	Discordo totalmente	Discordo em parte	Não discordo, mas também não concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
4. Integrantes de grupos armados já interferiram no meu trabalho e/ou tentaram me constranger.	57,1%	13%	7,8%	14,3%	7,8%
	70,1%		7,8%	22,1%	
5. As CeA da Maré têm dificuldades para acessar serviços básicos.	5,2%	14,2%	7,8%	36,4%	36,4%
	19,4%		7,8%	72,8%	
6. Os serviços públicos para CeA da Maré são de boa qualidade.	22,1%	20,8%	13%	38,9%	5,2%
	42,9%		13%	44,1%	

Tabela 8. Experiências e visões sobre o atendimento a crianças e adolescentes

Fonte: Elaboração própria. 2020

Os dados evidenciaram que, apesar de haver predominância de profissionais que nunca tiveram uma experiência negativa direta com integrantes de grupos armados na Maré, a soma dos respondentes que não concordaram nem discordaram com aqueles que concordaram em parte ou completamente é de 29,9%, o que é bastante significativo. As unidades que mais pareceram impactadas por abordagens de integrantes de grupos armados foram as unidades de Saúde, conforme demonstra o seguinte fragmento de entrevista realizada com profissional da CAP 3.1:

Eu não posso dizer se o território vai complicar, e daqui a um mês, isso vai ser possível. Vai entrar uma ordem do tráfico: “ninguém entra e ninguém sai nesse horário”, e a gente tem de mudar nossa realidade de funcionamento. (M., CAP 3.1)

As entrevistas com profissionais de outras políticas não trouxeram elementos que possibilitem afirmar interferências semelhantes. No caso da política de Saúde, entretanto, há relatos de caso de assédio, sobretudo para a prestação de socorros para integrantes de grupos armados, desrespeitando os limites de cuidado da Unidade (unidades de atenção básica, em sua maioria) e a fila de espera de pacientes.⁸³

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, composta, entre outras linhas: por políticas sociais básicas - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de diferentes manifestações de violência; proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Pelos critérios legais, o município do Rio de Janeiro atende às exigências. Contudo, a estrutura disponível não se mostra suficiente para atendimento ao conjunto de crianças, adolescentes, suas famílias e demandas. A Maré, por exemplo, não dispõe, em seu território, ou sequer tem acesso facilitado a essa oferta de serviços. Então, nesse espaço, o exercício de direitos fica comprometido não somente pela dinâmica da violência armada, como pela deficiência na oferta de

⁸³ Relatos a respeito de situações como essas são comuns no cotidiano de quem vive e trabalha no conjunto de favelas da Maré. A seguinte reportagem, que trata de um caso de sequestro a um médico que trabalhava em unidade de saúde no território ilustra a situação: Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/19/medico-sequestrado-na-mare-diz-que-traficante-precisava-amputar-o-braco-apos-ser-baleado.htm>> Acesso em 10 nov. 2019. Há, ainda, relatos de motoristas que, circulando pela Maré, são coagidos a transportarem feridos para unidades de saúde e, eventualmente, tratam-se de profissionais que atuam na Maré e se deslocam para o território em veículo próprio.

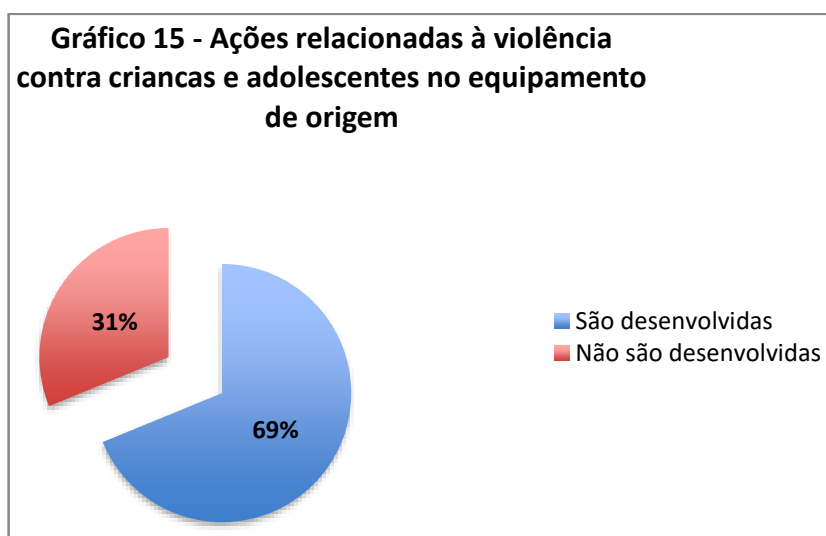
serviços considerados elementares no campo da proteção integral às crianças e aos adolescentes.

As respostas para as afirmativas de número 5 e 6 da Tabela 8 demonstram que, apesar de haver percepções diversas sobre a qualidade dos serviços públicos ofertados na Maré, foi opinião da maioria dos entrevistados que as crianças e adolescentes do território têm dificuldades para acessar os serviços básicos.

4.5.

Violência/s contra crianças e adolescentes da Maré

Todas as políticas que vêm sendo aqui consideradas têm, guardadas suas especificidades e funções, papel fundamental no processo de prevenção às diferentes manifestações de violência, bem como o atendimento dos casos nos quais a violência é suspeita ou constatada. Nesse sentido, os sujeitos pesquisados avaliaram se, no equipamento onde atuavam, eram desenvolvidas ações relacionadas à violência contra crianças e adolescentes.



Fonte: Elaboração própria. 2020

Apesar de a maioria dos profissionais pesquisados afirmarem que eram desenvolvidas ações relacionadas à violência contra crianças e adolescentes em seu local de trabalho, foi expressiva a quantidade de respondentes que informaram o contrário. Este dado pode revelar diferentes compreensões sobre o que seriam tais ações. De todo modo, a resposta negativa revela que o fenômeno é pouco debatido nestas instituições, ao menos nesses termos.

Este pode ser um dos fatores que, somado ao medo, leve à subnotificação de casos de violência contra crianças e adolescentes, como demonstrou pesquisa recente realizada por Araújo (2019) no conjunto de favelas da Maré. Outro depoimento é revelador deste aspecto:

(...) a gente não consegue fazer, não tem pernas para fazer um trabalho, que a gente poderia fazer, de diálogo com esse território, um diálogo mais intenso e maior, para que essas demandas aparecessem. Porque, por exemplo, certamente, se eu for a uma reunião de diretores da escola e começar a falar do CREAS, todo mundo vai ter um caso para falar. Mas não chega para a gente, oficialmente isso não aparece, não vem por e-mail. Por exemplo, recentemente, eu soube que tem um setor, um grupo, esqueci o termo, dentro da CAP que é voltada para atender, identificar casos de violência que acontecem, que chegam na saúde. Eles estão lá, agora, como eles manejam essas situações, eu não sei, porque não chegam para a gente.

Abuso sexual é uma violação que muito me incomoda, porque, não estou especulando, dizendo que existem um milhão de casos, mas o dado concreto é que existem dados da saúde, por conta da notificação compulsória que eles têm que fazer, absolutamente díspar dos dados da Assistência. Saúde passa da casa de mil e a gente tem, no município do Rio de Janeiro, não chega nem a 100 casos referenciados para acompanhamento pelo CREAS.

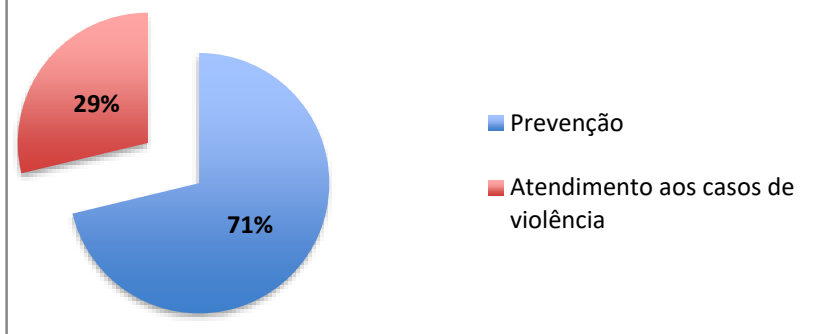
Esse fluxo não está funcionando como deveria, esses casos não estão chegando para a gente como devem chegar. Então, se o CREAS faz um trabalho no território, a gente consegue fazer, atender essas famílias, mas é claro que se a gente tivesse outro CREAS, a gente conseguiria uma capilaridade maior. Não a do CRAS, até pelo que está posto da tipificação, o CREAS tem uma capilaridade diferente, enquanto a gente tem 80 famílias referenciadas por dupla de profissional, o CRAS vai trabalhar com uma dimensão muito maior. Mas se a gente tivesse outros CREAS no município, a gente atingiria um pouco mais no território. (F.F., CREAS Stella Maris)

Durante a entrevista, o profissional da CAP 3.1 confirmou a possibilidade de subnotificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes:

Agora, com certeza, tem uma subnotificação - com certeza absoluta - porque tem gente que vai comprar briga e tem gente que não vai comprar, pelo trabalho - não posso garantir isso - e pelo medo, porque articular isso não é fácil. Se, no meio dessa articulação, uma pessoa “a Clínica da Família mesmo falou”, então é uma situação muito complicada. (M., CAP 3.1)

Entre os respondentes que indicaram desenvolver ações no campo da violência contra crianças e adolescentes, a maioria afirmou tratarem-se de medidas preventivas a essas manifestações, conforme Gráfico 16, na página seguinte:

Gráfico 16 - Ações sobre manifestações da violência contra crianças e adolescentes

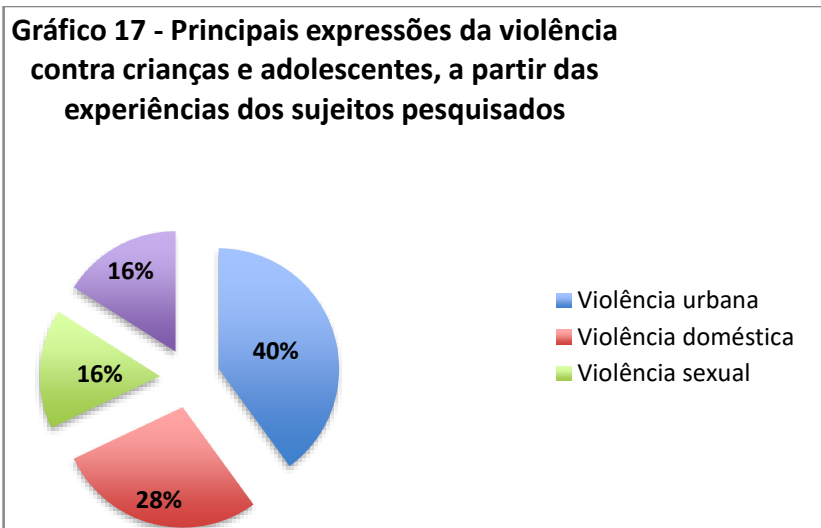


Fonte: Elaboração própria. 2020

Uma profissional do CREAS pesquisada afirmou que é comum que muitos profissionais e/ou instituições restrinjam, por diversas razões, o atendimento aos casos de violência contra crianças e adolescentes. Em seu depoimento, ela partiu do exemplo da violência física, o que pode levar à compreensão de que sejam ainda mais corriqueiros os silenciamentos sobre casos de violência armada, violência urbana e violência policial que atingem essa população.

Quando a criança traz, às vezes, um relato de abuso, não credita a ela aquela fala. Os profissionais, por sua vez, não recebem a qualificação necessária para fazer uma escuta atenta. De todas as áreas, não é só da gente da Assistência. Então, isso não é parte de um processo de banalização do trato da questão? Se você não consegue ter uma equipe, profissionais, que minimamente tenham condições básicas de fazer uma escuta e, a partir daquilo ali, pensar como que vai trabalhar, proteger aquela criança, intervir naquela situação... Ainda que não seja da sua competência, esfera de atuação, mas como você leva isso? Muito embora a gente tenha avançado, eu acho que tem tido discussões pertinentes, acho que a gente precisa continuar discutindo, continuar uma discussão ampla de vários setores da sociedade, incluindo os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Pensar fluxos, capacitar profissionais. As políticas setoriais precisam entender. A Assistência sofre muito porque tudo cai para a gente. O que eles não conseguem dar conta, e não é para dar, porque não é para dar sozinho, cai para a Assistência. Às vezes, a gente se sente impotente, porque fica como se estivesse com um pires na mão, pedindo para o outro, quando na verdade não precisa pedir, ele precisa entender que aquele público é dele também, que a família é de todo mundo. Eu acho que, de uma certa forma, não é na Maré. E na Maré, o que eu acho, é que a gente vive um momento desse silêncio, de uma forma geral, por conta do acirramento da violência, das condições de vida, de trabalho das pessoas que lá estão. (F.F., CREAS Stella Maris)

Perguntados sobre as principais manifestações da violência, a partir de sua experiência de trabalho, os respondentes mencionaram, em sua maioria, a violência urbana, como é possível verificar no Gráfico 17:



Fonte: Elaboração própria. 2020

Demais manifestações da violência, no entanto, foram frequentemente mencionadas, demonstrando que, não bastasse a vulnerabilidade a que crianças e adolescentes já estão submetidos, aqueles que residem nas favelas sofrem adicionalmente com a violência armada, o que contribui para o agravamento das demais formas, que se tornam invisibilizadas, não priorizadas ou afastadas do atendimento dos órgãos competentes, sob o “escudo” dos confrontos armados. O depoimento a seguir é exemplar do fato:

O CRAS fica localizado fora da área da comunidade, mas a gente tem um impacto grande quando a gente percebe que hoje não tem quase ninguém no CRAS. O CRAS vive cheio, está acontecendo alguma coisa dentro da Maré. Impacta quando a gente tem que parar um Serviço de Convivência de crianças, de adolescentes, que eles não conseguem ir ao serviço porque está tendo conflito armado dentro da área. E a maioria das nossas crianças são da Maré, mesmo o nosso serviço acontecendo na escola municipal, que é do outro lado da Avenida Brasil, isso repercute diretamente. Mesmo acontecendo no quartel, que é grudado à comunidade, também tem um impacto direto no atendimento. O impacto de você fazer uma visita, de cancelar reuniões com família, cancelar as suas atividades que você desenvolve dentro da área, porque o nosso foco são as famílias que estão dentro da área da Maré. (V.F., CRAS Nelson Mandela)

Aos respondentes foi solicitado, ainda, indicar o nível de concordância e/ou discordância com as afirmações contidas na Tabela 9, na página a seguir:

Frase	Discordo totalmente	Discordo em parte	Não discordo, mas também não concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
7. Me sinto seguro/a ao atender CeA vítimas de violência na Maré.	15,6%	24,7%	19,5%	28,5%	11,7%
	40,3%		19,5%	40,2%	
8. As CeA que atendo são vítimas frequentes da violência.	10,4%	18,2%	16,9%	36,3%	18,2%
	28,6%		16,9%	54,5%	
9. As CeA da Maré são vítimas mais frequentes da violência do que aquelas de outras regiões da cidade.	9,1%	9,1%	13%	33,7%	68,8%
	18,2%		13%	68,8%	
10. A violência contra CeA da Maré é naturalizada	13%	7,8%	14,3%	26%	38,9%
	20,8%		14,3%	64,9%	
11. A vida dos CeA da Maré é valorizada por quem não mora na favela.	40,2%	24,7%	10,4%	19,5%	5,2%
	64,9%		10,4%	24,7%	
12. A presença de grupos armados prejudica a vida das CeA da Maré.	2,6%	7,8%	11,7%	14,3%	63,6%
	10,4%		11,7%	77,9%	
13. A polícia respeita as CeA da Maré	48%	24,7%	14,3%	9,1%	3,9%
	72,7%		14,3%	13%	

Tabela 9. Percepções sobre a violência e o atendimento às suas manifestações contra crianças e adolescentes. CeA = Crianças e Adolescentes

Fonte: Elaboração própria. 2020

Sobre a sensação de segurança, houve diversidade de respostas, uma vez que 40,3% afirmaram sentirem-se, em alguma medida, inseguros ao realizar atendimentos, ao passo que 19,5% não concordaram nem discordaram da afirmação, enquanto 40,2% afirmaram sentirem-se seguros para tal. Já nas entrevistas, como foi possível verificar até aqui, predominaram os relatos que reforçam a ideia de que os profissionais têm medo de atuar nesses casos:

A escola, não vou dizer que é omissa, eu entendo quem está dentro e trabalha dentro daquele espaço, que não mora ali, fica com medo desse ir e vir, de repente trazer alguma denúncia e ser comprometido. (E.V., CT Bonsucesso)

As frases 8 e 9 da Tabela 9 tratam da frequência com que as crianças e os adolescentes da Maré são vítimas da violência. Em ambas, os profissionais pesquisados concordaram, em sua maioria, que trata-se de fenômeno recorrente e mais frequente do que observado em relação a crianças e adolescentes que residem em outras regiões da cidade.

Em alguns momentos, sim, porque é morador da Maré, porque é menino, preto, é um menino que estava na rua, na hora de alguma ação, então é natural que um jovem da Maré morra e não o jovem da Zona Sul morra, vamos dizer assim. É natural as pessoas dizerem que o jovem, a criança da Maré, fazem o uso de drogas. Não foi isso que o governador falou? “Quem estiver na praia usando droga, vier para a praia para fumar...” Mas não é só o cara que vem da Maré que vai lá para fumar a maconhazinha dele lá na praia. Então, é natural porque as pessoas acham que tudo de ruim está ali, dentro das áreas onde o tráfico predomina, mas não é verdade. A gente está aqui nesse dia a dia, a gente percebe, a gente sabe. Por exemplo, hoje mesmo, a moça falou assim: “eu quero ajudar a minha filha, ela não aceita a minha ajuda. Eu quero dar o melhor para a minha família e ela não aceita. A minha mãe me deu e eu não vou dar à minha filha”. Ali, eu deixei você aqui e fui lá. Tudo isso aconteceu ali fora. As pessoas naturalizam, sim. Naturalizam por serem áreas de conflito armado, naturalizam por acharem que nunca vão poder mudar. E a gente tem aqui exemplos de meninos que saíram dessas situações, deixou o radinho,⁸⁴ e está estudando, está no quartel, está trabalhando, está fazendo o Jovem Aprendiz, participa de alguns dos processos de seleção, apresentaram um trabalho em Brasília. (V.F., CRAS Nelson Mandela)

As frases 12 e 13 da Tabela 9 tratam especificamente da presença armada na Maré, ora desempenhada pelos grupos armados ora pelas polícias, o que também configura violência institucional, frequente nos espaços de favela. A maior parte dos sujeitos pesquisados concordou que ambos causam impactos negativos na vida das crianças e dos adolescentes da Maré.

⁸⁴ Referência aos rádios comunicadores portáteis, meios de comunicação comumente utilizados por integrantes dos grupos armados para comunicação.

A maioria dos entrevistados e também daqueles que responderam ao questionário concordaram e/ou acreditam que a violência contra crianças e adolescentes da Maré é naturalizada, mas foram identificados diversos enfoques diferentes nos olhares sobre o fenômeno. Assim, houve abordagens sobre a naturalização que ocorre no âmbito das famílias, das instituições e da sociedade, de maneira geral, conforme indica o depoimento a seguir:

Eu acho que é naturalizado entre eles, entre as famílias, porque eu já ouvi “eu vou dar na sua cara”, e aí a mesma fala que foi dita a mim, enquanto professora, eu ouvi numa outra comunidade a mãe falando para criança “eu vou dar na sua cara”, então o que é dar na cara do outro? Se dar na cara é algo “banal”, que uma criança escuta de uma mãe, que relação é essa? (R., 4ª CRE)

Afirmarões como essas, ao mesmo tempo que revelam o quanto a naturalização das manifestações da violência trata-se de fenômeno que se manifesta em diferentes espaços e de diferentes formas, também são demonstrações dos olhares estigmatizantes sobre a população de favela, frequentemente avaliada e monitorada em suas ações, como no cuidado com suas crianças e seus adolescentes.

As manifestações da violência se expressam na sociedade como um todo, nos diferentes níveis sociais, com nuances específicas e não somente no contexto de favela.

Concluir que as famílias de favela são violentas com as crianças e adolescentes também é parte de uma percepção sobre o território que influencia na execução prática das políticas públicas nesses espaços. Curioso que, como temos visto até aqui, esse tipo de compreensão não tem contribuído para o investimento em ações de prevenção a violências ou no atendimento a vítimas, mas para o sucateamento das políticas, muitas vezes fundamentadas nestes mesmos princípios que compreendem a violência como uma dimensão inevitavelmente presente nas favelas.

O mundo vê como sendo dali, nesse ambiente, é normal ter isso; em outro ambiente, não é normal. E aí, a gente tem que parar de achar que é normal. Então, acaba sendo banalizado por quem vive - e isso, eu acho normal as pessoas banalizarem, porque é a realidade que estou conhecendo, que tenho, porque cresci naquilo, não vejo de outra forma - mas quem está fora, passa e vê aquilo como normal para aquele ambiente. Se a gente não ver que a mortalidade, que a miséria, que a miíase,⁸⁵ que tudo isso não é normal em ambiente nenhum, e se naquele ambiente acontece muito aquilo ali, é uma anormalidade - não pela forma de se organizar, não pela cultura, não por isso; mas, sim, porque a gente não está cuidando. A gente vai continuar falando isso, vão continuar jogando para ali. (M., CAP 3.1)

⁸⁵ Doença desenvolvida pela infestação de larvas de moscas em pele ou outros tecidos de animais. Segundo os profissionais da CAP 3.1 entrevistados, há muitos casos decorrentes de feridas em crianças com pediculose avançada (infestação de piolhos).

Este tipo de compreensão, conforme relatada acima, bastante frequente entre os profissionais dos equipamentos públicos que atuam nas favelas, contribui, como vimos, para a subnotificação das violações, somado ao medo que orbita entre tais situações. É um desafio tratar a favela sob outra ótica, como um espaço não violento. Atuar na favela e dizer que este território não é assim tão perigoso e que é possível produzir diversas abordagens e intervenções, fazer ações à noite, entrar em determinados becos, é ser visto como “louco”, por aqueles que nutrem uma visão contrária.

No entanto, vimos que muitos dos profissionais pesquisados produziram outras percepções sobre o espaço de favela a partir da construção de uma relação. É necessário abrir-se para novas possibilidades. Por mais clichê que essa afirmação possa parecer, ela é fundamental para a produção do novo, porque o que já conhecemos é a privação dos direitos de crianças e adolescentes em todos os dados aqui demonstrados. Isso é o velho, o de sempre. Dizer que a favela não é violenta, no sentido de que não é isso que a caracteriza, pode visibilizar novos objetos para novas referências discursivas, expondo sentidos que, evidentemente, produzirão tensão, conflito e dissenso, mas que sairão da inércia do silêncio sobre todas essas violências.

A Maré, temos aquela visão que a mídia passa, não é? Um local violento, um local assim, a impressão que eles passam é que as pessoas passam armadas, parece um cangaço. E não é isso. Isso é uma visão errada. Eles passam a visão da Maré que não é a visão, entendeu? Tem seus buraquinhos lá, suas ruazinhas lá, onde ficam concentrados os meninos, tem, mas, mesmo assim. No dia em que não há operação, um dia após o outro é normal. Você vê que não é anormal você entrar, as pessoas entram, transitam, é tranquilo de se movimentar. É só quando tem operação, entendeu? (F.B., 4ª CRE)

Na narrativa de alguns entrevistados, a violência na Maré manifesta-se a partir da falta de Segurança Pública e da forma como essa política é operacionalizada no território, pelas chamadas “incursões” ou “operações” policiais.

A gente costuma evitar. A gente circula, normalmente, dentro da comunidade, mas quando começa a anoitecer e encerrar o final do dia, quatro horas da tarde, a gente prefere não estar circulando, entendeu? A gente não sabe o que pode acontecer a qualquer momento. Na verdade, a gente não sabe o que pode acontecer dentro da Maré. Já teve situações que a gente já passou por episódios assim, no confronto das duas facções, eu estava fazendo visita com outro conselheiro e eu orientei o motorista a não passar por uma determinada rua e ele não seguiu a minha orientação. Eu falei “acho melhor a gente não ir por ali”. Ele falou: “Mas o carro passou ali, vamos entrar nessa rua”. Quando a gente estacionou a Kombi e entrou na casa da visita, começou o confronto. A gente ficou dentro da casa e tiroteio. Situação muito delicada. (F. X., CT Bonsucesso)

Fica evidente a inexistência de estratégias articuladas e intersetoriais, entre as diferentes Secretarias municipais e estaduais e instituições integrantes do SGDCA, para reduzir o impacto da violência armada (incluindo as operações policiais) e garantir a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes que moram em favelas no Rio de Janeiro. Nesse cenário, essas estratégias surgem do próprio território, seja pelos responsáveis que, muitas vezes, optam por unidades escolares fora da Maré para garantir o acesso à Educação dos seus filhos, seja por iniciativas da sociedade civil, que promove ações de atenção e cuidado a esse público ou a própria comunidade local, que desenvolve laços de solidariedade.

Estas estratégias, contudo, não são suficientes para reduzir de maneira significativa as vulnerabilidades a que crianças e adolescentes da Maré estão expostos. Além da política de atendimento mencionada, prevista no ECA, a seguir, serão destacadas algumas garantias previstas na mesma legislação, em contraste com as condições que se observam na Maré para o exercício desses direitos:

O que prevê o ECA:

i) A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (Artigo 7º); ii) A criança e o adolescente têm direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; têm o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se; e de participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação (Artigo 16); iii) A criança e o adolescente têm direito à educação com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Artigo 53); iv) É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente (Artigo 70).

O que se observa na Maré:

i) De 2016 a 2019, segundo dados do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré (Redes da Maré), as unidades de saúde tiveram de suspender suas atividades por 101 dias. Apesar de ter, como previsto pela própria política de Saúde, agentes de saúde moradores do território, o que facilita o acesso e conhecimento da região, as unidades de saúde sofrem com a alta rotatividade dos médicos; ii) A maior parte das vias públicas de circulação na Maré têm trânsito intenso de automóveis e

motocicletas, o que restringe de maneira significativa a disponibilidade de espaços de lazer e convivência para crianças e adolescentes. Além disso, há muitas construções nas calçadas, o que torna mais perigosa a circulação. Mas o mais grave são os confrontos armados. O Boletim registrou 129 operações policiais de 2016 a 2019. Só em 2019, houve 20 registros de confrontos entre grupos armados, de acordo com os dados divulgados pela Redes da Maré; iii) O mesmo Boletim registrou, ainda, 89 dias com atividades suspensas nas unidades escolares públicas da Maré entre 2016 e 2019; iv) Como já observado, a violência armada interfere na dinâmica de vida de crianças e adolescentes que vivem na Maré e em outras favelas, geram medo e produzem discursos que inviabilizam o acesso a diversos direitos. O medo gera a subnotificação de casos de violência, que pouco são registrados pelas unidades escolares e de saúde, conforme relatos dos profissionais pesquisados. As operações policiais, ainda, atentam contra sua integridade física, suas vidas. Um levantamento da ONG Rio de Paz, publicado nas redes sociais, indica que 52% das crianças mortas por balas perdidas no estado do Rio, entre 2007 e setembro de 2019, foram vítimas de tiroteios entre policiais e integrantes de grupos armados. A pesquisa usou como base 57 casos noticiados pela imprensa no período. Ainda de acordo com a análise, 82% das ocorrências foram registradas em favelas, sendo três delas na Maré.

Apesar de serem claras as arbitrariedades e os fatos que atentam contra os direitos de crianças e adolescentes que residem em favelas, as visões sobre o território parecem contribuir para limitar as possíveis soluções para esse quadro. O relato a seguir revela tal dificuldade:

Porque eu acho que, assim, não falo nem por mim só, mas acho que a questão da violência afeta até mesmo a visão sobre o controle externo da polícia, porque se a situação é de violência muito conflagrada, eu acho que existe um sentimento geral do sistema de Justiça de que não é possível exigir outra coisa dos policiais. Não é possível exigir outro tipo de comportamento dos policiais. E aí quando os atores do sistema de Justiça recebem esses casos difíceis e complexos, ficam meio que em uma situação de “Olha, bom, mas eu também não vou lá, não sou eu quem subo, não sou eu quem tô na favela, não sou eu...” Então, tendem, acho, que legitimar outras formas de violência, então é uma coisa que é cíclica, talvez não cíclica, mas é retroalimentante, então eu acho que sim, eu acho que afeta, como eu acho que tem outras formas que afetam mas, são as mais imediatas assim. (C.T., GAESP/MP)

Não somente as visões negativas sobre as favelas, evidentemente, mas as dificuldades e entraves objetivos vivenciados pelos profissionais confluem em práticas, conforme indicado pela entrevistada do Ministério Público (MP),

retroalimentantes e que resultam na omissão sobre as condições, às vezes adversas, de vida de crianças e adolescentes de favelas. Segundo Minayo (2005), a privação de cuidados e as negligências são formas de violência que se caracterizam pela recusa, deserção ou ausência do atendimento necessário a alguém que deveria receber cuidados e atenção.

O que mais aparece para a gente aqui é negligência em relação à criança e o adolescente, que chega de denúncia. Negligência que se caracteriza em: a criança que a mãe não leva para a escola; a criança que está sem documentação há muito tempo; a criança que não faz o devido acompanhamento de saúde. Então, geralmente, a negligência se expressa nessas três questões. (...) Mas a maioria da demanda de negligência é em relação a isso, criança que não frequenta a escola com regularidade, criança que está sem documentação, criança que não faz o devido acompanhamento de saúde, às vezes isso isoladamente, às vezes tudo isso junto em uma família só. (F.F., CREAS Stella Maris)

No relato a seguir, explicita-se o quanto as diferentes manifestações da violência nesse território são invisibilizadas, vindo à tona somente nos casos mais extremos:

Porque tem situações que a gente não toma conhecimento oficialmente, então, como é que não toma conhecimento se está acontecendo lá dentro e a gente deveria ser acionado, entendeu? Normalmente o conselho age por provocação, quando ele é provocado, ele atua. Eu costumo até falar isso quando a gente vai em audiências, ou quando tem de levar qualquer relato para o Ministério Público. Se a gente andar aqui, pela Maré, em busca de violação, a cada 100 metros você vai encontrar violação. (E.V., CT Bonsucesso)

Surgiu também a questão da naturalização da violência contra crianças e adolescentes que moram em favelas sendo mencionada e considerada em diversas modalidades e por diversos agentes, revelando uma multiplicidade de visões sobre o fenômeno:

Eu acho que não só da Maré, eu acho que qualquer lugar que seja um gueto, qualquer lugar que seja marginalizado ela passa a ser naturalizada sim, eu acho. Eu acho que diversas violências são naturalizadas, mas eu acho que sim porque a distância, a falta de intimidade, de conhecimento, afastamento faz com que a gente naturalize a violência contra outros seres humanos, porque eu acho que falta empatia. A naturalização vem de uma falta de empatia, então se você consegue ter empatia pela pessoa, você consegue ter neurônios-espelho, consegue se colocar no lugar da pessoa e com isso ter uma projeção, o sofrimento e se propor a ajudar. Mas se existe tantos muros assim, como que você cria empatia para ajudar as crianças? É difícil, né? (...) Quando se tem notícias de fatos que ocorrem com crianças em determinadas áreas, elas vão ter uma repercussão social na opinião pública muito maior, então a gente vivenciou, por exemplo, há um mês, os episódios de chuva no Rio de Janeiro e a morte de uma senhora com uma criança na pista que dá no Rio Sul, que tomou uma repercussão de opinião pública muito grande. As pessoas se identificaram porque elas passam por ali, então eu acho que é isso... a empatia é imediata, dentro da formação da opinião pública. E, por exemplo, quando

Marcos Vinícius morre na operação do dia 20 de junho e essa empatia ela já não é tão natural, acho que tem setores que vão ter uma sensibilização, mas é uma outra visão. (C.T., GAESP/MP)

Quando a entrevistada aborda a dimensão da empatia, como elemento que decorre dos processos de aproximação e conhecimento com uma dada realidade, o distanciamento, não somente físico como político, de alguns segmentos da sociedade em relação aos territórios de favela produz vieses nas suas visões. De fato, as favelas da Maré, como muitas outras do Rio de Janeiro, estão expostas a níveis extremos de violência, como a constante presença armada dos grupos criminosos, a abordagem violentada das polícias e os confrontos armados frequentes, o que contribui para a banalização, diluição e naturalização de outras formas de violência (Araújo, 2019), como analisado anteriormente nesta pesquisa.

A invisibilidade das formas de violência contra as crianças e adolescentes da Maré nos remete às reflexões de Han (2017) sobre violência, conforme mencionadas no Capítulo 2. O autor analisa o nível de complexidade que atingiu o fenômeno, o que, podemos presumir, torna mais difícil sua identificação e, consequentemente, o trato da questão. A despeito de ser tão antiga quanto a própria humanidade, na ótica do autor, a violência continuará nos demandando atenção para estudá-la e sobre ela discutir, nos mais diferentes campos do conhecimento. Isso porque se trata de fenômeno em constante mudança, tendo sua aparência variada conforme a “constelação social”. Atualmente, como Han (2017) afirma, a violência adotou formas invisíveis, virais, virtuais, psíquicas, retirando-se para os espaços neurais e subcomunicativos, podendo levar à impressão, em algumas circunstâncias, de que desapareceu. Contudo, o autor alerta que, um olhar mais apurado, permite perceber que a violência mantém-se invisível, constante e presente.

Eu vou partir do princípio de que criança e adolescente pobre que mora dentro de toda e qualquer comunidade é invisibilizada. Tem a questão cultural, obviamente, que interfere na questão da banalização, a naturalização, aquela porradinha, “eu apanhei, pode apanhar também”, é óbvio que interfere, mas eu vou te dizer que só chega no radar do poder público as situações agudizadas, porque aí, de alguma forma, foi parar numa unidade de saúde, porque foi espancado; porque, por alguma razão, foi parar no Judiciário e o Judiciário remeteu ao Executivo municipal que fizessem a inclusão em serviços, e aí a gente consegue acessar os casos agudizados. Mas a gente sabe que, no dia a dia, um milhão de coisas acontecem, e aí você vai falar assim: “Mas as unidades não estão dentro das comunidades, não tem como ver?” A questão da cultura também invisibiliza para a gente, a gente não consegue ter esse nível de informação de uma família em relação ao cuidado dessa criança e adolescente no seu cotidiano, os vizinhos não contam, raramente eles contam e, quando fazem denúncia, fazem denúncia nos canais anônimos. (A.C., 4ª CASDH)

Diante das discussões travadas a partir dos resultados da pesquisa, retomamos a principal hipótese desta tese:

- Os estigmas e as visões negativas sobre as favelas produzem consequências diversas no campo das relações que se estabelecem com esses espaços, considerando o contexto de violência urbana do município do Rio de Janeiro.
- Consideradas, historicamente e por diversas razões, como locais perigosos e violentos, são territórios evitados por parcela significativa da população. Esse movimento se observa, também, em abordagens e práticas dos profissionais verificadas em diferentes equipamentos públicos que atendem crianças e adolescentes, com ênfase para as instituições de Assistência Social, Educação, Saúde e os Conselhos Tutelares.
- A compreensão de que as favelas são espaços caracterizados por múltiplas manifestações da violência contribui para a naturalização do fenômeno, acarretando prejuízos no funcionamento destas instituições, em contraste com o que ocorre em outras localidades.

Compreende-se, portanto, que as distintas estratégias utilizadas pelos referidos equipamentos para atuarem nas favelas são formas de naturalização da violência contra crianças e adolescentes moradores de favelas.

Os Capítulos seguintes visam apresentar algumas considerações, a partir da referida hipótese e dos resultados encontrados na pesquisa realizada.

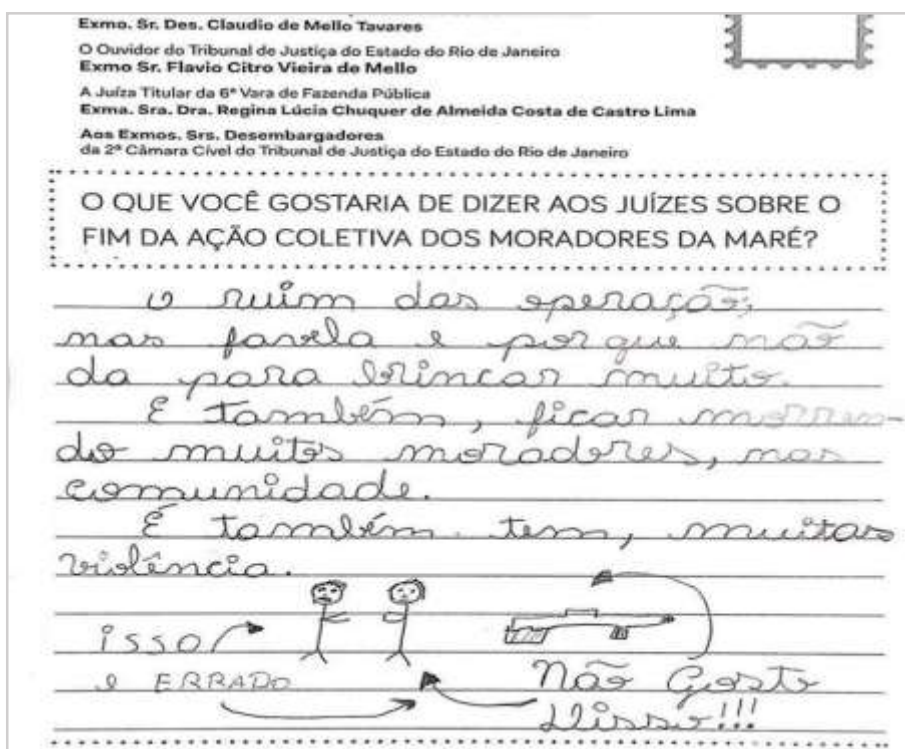


Figura 25 - Carta produzida por criança moradora da Maré. 2019

Fonte: Redes da Maré.

5. OLHAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA FAVELA É PRECISO

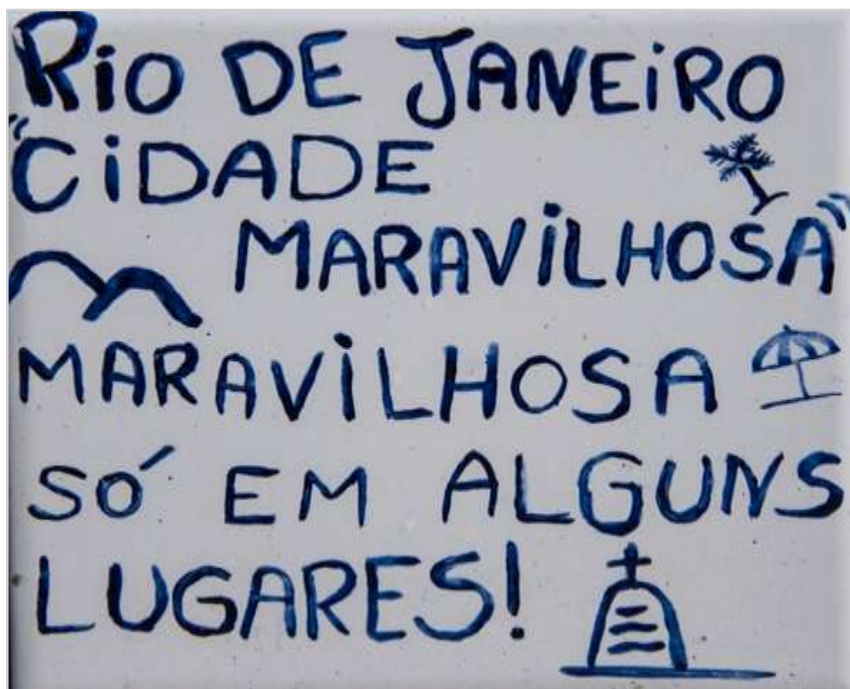


Figura 26 - Azulejo produzido por crianças da Maré. 2015/2016
Fonte: Redes da Maré.

Esta tese buscou analisar se as diferentes manifestações da violência contra crianças e adolescentes que residem em favelas é naturalizada, tendo como foco a abordagem dos agentes das políticas públicas e o funcionamento, de maneira geral, dos equipamentos de Assistência Social, Educação, Saúde e Conselho Tutelar nesses territórios. No caso das favelas, a violência armada sempre atravessou esse debate, bem como o medo, que pareciam justificar as diversas limitações de atendimento.

São múltiplos os elementos que compõem a teia da proteção integral das crianças e dos adolescentes que moram em favelas e a naturalização da violência é mais uma linha que se conecta a tantas outras, sobre as quais de discutiu ao longo da tese. A análise desenvolvida nessa pesquisa procurou verificar como persistir no processo de garantia de direitos de crianças e adolescentes num contexto de violência armada e alguns aspectos serão apresentados a seguir.

5.1.

Aprendizados sobre a violência

Primeiramente, é necessário reconhecer as especificidades de crianças e adolescentes de favelas. Nesse sentido, trabalhar para garantir seus direitos são oportunidades de conhecer particularidades que não passam somente (ou não de maneira prioritária) por caracterizá-los em função da violência armada que afeta seu território de moradia. A violência armada precisa ser reconhecida e, principalmente, analisada como elemento presente nesses espaços, a fim de alimentar formas mais criativas de acolher as crianças e os adolescentes e garantir-lhes serviços básicos apesar de suas tantas limitações.

As próprias explicações para a violência são, frequentemente, impiedosas, devido à falta de conhecimento sobre o “local” onde é produzida, efetivamente: a estrutura da sociedade brasileira. Assim, as desigualdades culturais, econômicas e sociais, as exclusões sociais, o racismo, entre tantos outros fenômenos não são tidos como modalidades de violência. A sociedade brasileira não se reconhece como estruturalmente violenta, fazendo com que a violência surja como “fato esporádico de superfície” (Chauí, 2017, p. 41).

Pinheiro *et al.* (1999) e Adorno (1995), a respeito dessa violência naturalizada e enraizada em nossa sociedade, abordam determinados elementos que podem ser considerados suas causas. Uma delas refere-se a uma lacuna entre direitos sociais e direitos políticos. Tamanhas são as desigualdades sociais, que a maior parte da população não tem seus Direitos Humanos respeitados e preservados. Outro motivo remete ao que Pinheiro *et al.* chamam de “autoritarismo socialmente implantado”, que marca a nossa sociedade (e não somente os governos), em diferentes dimensões.

No curso de construção desta pesquisa, foi possível verificar que há diversos sentidos de violência, de Segurança Pública, de infância, de direitos e de cidade em disputa e em jogo no tecido social. Esses sentidos se conectam, se influenciam e se misturam como ingredientes de uma receita que eclode as vias de acesso aos serviços que deveriam garantir segurança e ampliação de possibilidades de vida nas favelas.

Por outro lado, há diversas iniciativas que indicam vias alternativas, desde as estratégias de cuidado adotadas pelas próprias famílias, pela comunidade e suas

redes de apoio, passando por intervenções de grupos e organizações da sociedade civil, instituições religiosas, até experiências no campo das políticas públicas. Mas o fato é que, a despeito destes esforços, a violência armada segue como um entrave à garantia de direitos de crianças e adolescentes nesses territórios. Ela é objetiva e simbólica. E, de diferentes formas, impede o funcionamento dos serviços. Ao mesmo tempo, pode operar como um fermento para o discurso que afirma impossibilidades para crianças e adolescentes de favelas, alimentando a inércia e o imobilismo frente às suas necessidades mais elementares, como estudar, brincar, estar saudável. A violência armada, de forma objetiva, também limita a vida dessas crianças e adolescentes, impedindo-os de se deslocarem, de brincarem na rua, as fere fisicamente e, nos casos mais graves, as mata e/ou as suas famílias. Além disso, gera pânico, medo e muitos traumas.

A pesquisa permitiu verificar, ao mesmo tempo, que a cristalização de práticas que limitam o acesso a serviços nas favelas resulta da inobservância de suas especificidades, das reais necessidades de seus moradores. Assim, as diversas formas de adaptação acabam ficando a cargo dos operadores e gestores locais dos equipamentos públicos ou de medidas que não conseguem garantir o acesso de maneira efetiva.

Como visto, a maior parte dos profissionais ouvidos afirmou que não desejava atuar na Maré quando do surgimento daquela oportunidade profissional. No caso específico Educação, por exemplo, quando há vagas em escola pública no município do Rio de Janeiro, professores selecionam uma área da cidade onde eles gostariam de trabalhar e recebem uma lista de opções. Para os novos professores, as escolas normalmente são localizadas em favelas que sofrem com a falta de equipes de funcionários.⁸⁶

Apesar da enorme diversidade presente nas favelas do Rio de Janeiro e de todas as suas potencialidades, os estigmas relacionados a violências, drogas e crimes prevalecem quando das escolhas e estratégias adotadas pelos profissionais que, em sua maioria, não tinham atuado em favelas, como mostra o depoimento:

Eles passam no concurso, depois eles são encaminhados para a CRE, e aqui você abre a relação de escolas, para que eles façam a opção. Muitos chegam dizendo que não querem, principalmente se tiver uma escolha na semana que teve uma operação,

⁸⁶ De acordo com reportagem divulgada pelo portal Rio on Watch (Professores de escolas públicas nas favelas do Rio descrevem desafios e esperam por mudanças). Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p22660>> Acesso em: 26 fev. 2020

porque então a mídia mostra a operação e as pessoas ficam com receio, claro. Então eles já chegam dizendo que não querem. (F.B., 4ª CRE)

Assim, os profissionais atuam, muitas vezes, em áreas com diferentes grupos socioculturais, deparando-se, frequentemente, com realidades muito distintas das suas, mesmo para aqueles que têm sua origem em favelas. Na Maré mesmo, há moradores que nunca foram a determinadas favelas do território, devido às fronteiras internas, reforçadas pelo domínio de grupos armados distintos no território, demonstrando sua heterogeneidade. Nesse caso, ser alguém “de fora” de uma favela, ainda que a/o profissional seja da própria Maré, causa insegurança sobre a falta de proximidade com aquela comunidade e o medo dos integrantes de grupos armados.

Como vimos, conflitos violentos, seja entre os grupos armados presentes da Maré ou entre esses e as polícias, acarretam a interrupção dos serviços públicos no território. Assim, crianças e adolescentes que residem nessas favelas passam menos tempo nas salas de aula e têm acesso restrito a outras políticas, como Assistência Social, Saúde e o próprio Conselho Tutelar, voltadas especificamente para a defesa de seus direitos e interesses.

5.2.

Impactos da política de Segurança Pública

A Maré apresenta, historicamente, uma relação difícil com as forças de Segurança. O Exército, por exemplo, ocupou o território por mais de um ano, de abril de 2014 a junho de 2015, entre outros motivos, devido à realização da Copa do Mundo, em 2014, numa clara demonstração sobre como o Estado lida com as favelas: “protegendo” o restante da cidade desse território considerado tão perigoso e violento, ao invés de garantir-lhe Segurança Pública como direito.⁸⁷

De forma rotineira, as forças policiais conduzem operações violentas, interrompendo serviços, ameaçando a integridade das pessoas, violando suas casas

⁸⁷ Segundo Eliana Sousa Silva, fundadora da Redes da Maré e especialista em Segurança Pública, este direito ainda não foi reconhecido para os moradores de favela, tal como o direito à Educação ou à Saúde: “Não existe, na Maré e, em geral, em outras favelas, o direito à Segurança Pública. Esse conceito de Segurança Pública existe na cidade, mas dentro da Maré essa noção de direito não existe. Por isso, na Maré, existem grupos armados, que criam situações de violência que limitam o direito do morador. É impensável ver civis armados nas ruas do Leblon, mas na Maré isso é visto com naturalidade.” Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/20/secretario-de-educacao-do-rio-quer-blindar-escolas-na-favela-da-mare>>. Acesso em: 26 fev. 2020

e promovendo o terror em nome do combate às drogas. Essas operações afetam negativamente a vida de crianças e adolescentes, criando um ambiente difícil para seu desenvolvimento. O representante do NUDEDH/DPERJ, ao falar sobre o trabalho de proteção dos Direitos Humanos dos moradores de favelas no contexto da atuação da política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro nas favelas, relata a necessidade de questionar determinadas práticas nesse campo.

Na verdade, o que a gente quer é questionar essa forma de atuação do Estado, essa prática em termos jurídicos. Essa é uma decisão política, fazer esse tipo de operação, mas a gente está tentando trazer um questionamento jurídico das limitações, conformações, a exigência de ter protocolos de compromissos desses danos que são previsíveis e são tão repetitivos que eles têm uma previsibilidade. Então a gente trabalha com essa questão de território, de interrupção de serviços, do fechamento dos equipamentos, do prejuízo que isso causa no direito à educação, direito ao trabalho, direito de ir e vir, trazer essa compreensão dessa perspectiva que é invisibilizada. Sempre na narrativa dominante é o combate ao crime... isso é necessário, estamos em guerra, olha o armamento todo... Todas essas outras questões dos impactos que essa forma de atuação que o Estado traz, além de ser uma política ineficiente, os resultados são altamente questionáveis. (D.L., DPERJ)

A política de Segurança Pública tem atuado de forma apartada das demais políticas, sobretudo aquelas fundamentais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, comprometendo esse trabalho de maneira decisiva. Diante do desafio imposto pela violência armada na Maré, os profissionais acabam criando suas próprias estratégias para seguir atuando no território, o que acarreta, muitas vezes, na reprodução contínua de práticas que violam ainda mais os direitos.

“Avaliar”, cotidianamente, as condições de segurança do território, ainda que não haja nenhuma ameaça iminente é bastante comum na Maré. Ou, ainda, o estabelecimento de práticas que, simplesmente, restringem ou impedem a circulação no território, devido a um evento violento ocorrido no passado. O resultado só pode ser este: ao se eliminarem os riscos para o profissional, se ampliam os riscos para a criança e para o adolescente.

Os Esquemas 1 e 2 na página a seguir dão uma ideia melhor do processo a que nos referimos.

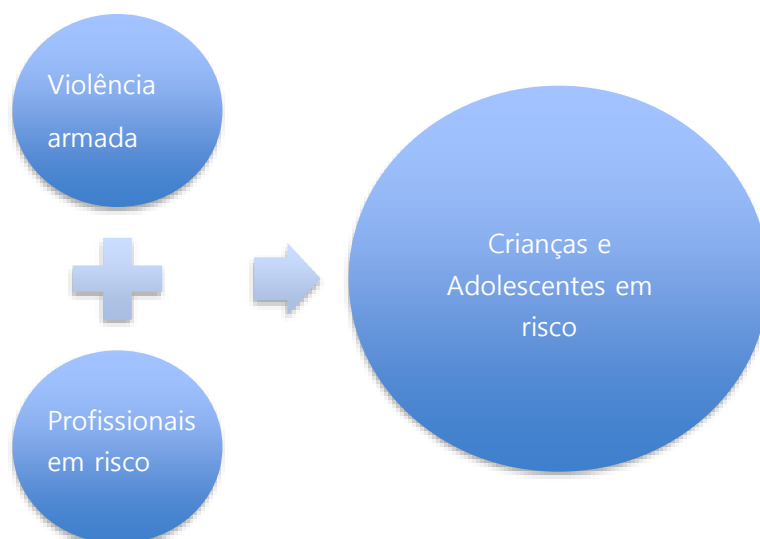


Figura 27 - Esquema 2
Fonte: Elaboração própria. 2020



Figura 28 - Esquema 3
Fonte: Elaboração própria. 2020

Verifica-se, portanto, que as medidas adotadas pelos profissionais, visando à sua própria segurança e a das próprias crianças e adolescentes, não garantem a proteção deste últimos, pois não alteram o quadro mais geral de insegurança ao qual estão submetidos, mas pelo contrário, ampliam suas vulnerabilidades, já que seus direitos ficam em segundo plano, num cenário marcado pelo medo e por experiências negativas dos profissionais. Assim, conforme ressalta Minayo (2017, p. 41), é possível considerar que a violência se constitui como elemento histórico e

estrutural em nosso País, fundamentado em altos níveis de desigualdade social, tornando-se terreno fértil para a banalização e a proliferação da violência.

Importante considerar, mais uma vez, que, ao mesmo tempo que os profissionais pesquisados concordam que a violência contra as crianças e os adolescentes é naturalizada, inclusive por suas próprias famílias, eles sofrem com o medo dos confrontos armados, demonstrando que estes eventos deixam traumas. Em entrevista concedida em 2013 para o portal Rio on Watch, outra professora do CIEP Elis Regina afirmou que, após uma operação policial que resultou em chacina na Maré, os estudantes mostraram-se tristes e “insistiram em passar o tempo inteiro falando sobre o que aconteceu naquela manhã – as agressões, os tiros, facas na garganta.”⁸⁸

Os trabalhadores, os professores, os diretores, as pessoas não residem ali, a maioria não reside no território, e as crianças estão no território, então se a gente está fora do território que está em confronto, aquelas crianças ficaram o tempo inteiro ali. As crianças, os pais, as famílias, então causa uma agitação. A gente percebe que causa, também, um medo. Já aconteceu de criança com medo de ir para escola, porque pensa que vai acontecer de novo, e aí isso altera um pouco a dinâmica da escola. Se a gente percebe que aquela turma está mais agitada, o que a gente pode fazer, então, para replanejar, para fingir que aquilo não aconteceu, mas também para dar conta de um conteúdo? Então, ter um pouco de sensibilidade, dar uma pausa, acolher o que as pessoas estão fazendo, entender o que é aquilo, e a gente sabe o que é, mas a gente dá oportunidade dessas crianças verbalizarem o que elas estão sentindo, uma atividade, enfim. A gente não é engessado, não tem uma receita, também, de bolo. É muito do que a gente percebe do que é possível, do que a gente consegue fazer para acolher, então, isso também altera. Quando você tem que dar uma matéria que “não está fluindo” é preciso ver o que está acontecendo?”. E aí, depois, sim, quando voltar uma calma, voltar quando o professor perceber que é possível, daquele ponto em diante, seguir com conteúdo. (R., 4ª CRE)

5.3. Não é normal, é estrutural

Segundo Marilena Chauí (2017), a sociedade brasileira é caracterizada pelo autoritarismo social. Nessa perspectiva, a violência simbólica se faz presente nos valores da nossa sociedade, nas normas e regras que definimos e seguimos e na forma pela qual nos estruturamos, organizando nossas relações sociais e políticas.

Dessa maneira, micropoderes despóticos capilarizam em toda a sociedade a violência, que, partindo da e na família, se espalha para a escola, o hospital, as relações de trabalho, os meios de comunicação, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal e vem cristalizar-se nas

⁸⁸ Professores de escolas públicas nas favelas do Rio descrevem desafios e esperam por mudanças. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=22660>>. Acesso em: 26 fev. 2020

instituições públicas e no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor. A violência policial é apenas mais um caso do despotismo que estrutura toda a sociedade, ou seja, não é uma exceção escandalosa e sim faz parte da regra da sociabilidade brasileira. (Chauí, 2017, p. 43)

Para a autora, isso se deve graças ao predomínio de relações de mando e obediência, com as quais estamos perfeitamente habituados, bem como com a presença de privilégios na relação com o outro. Pode-se dizer, assim, que ter direitos na cidade, certamente, não é privilégio das crianças e dos adolescentes que moram nas favelas.

O autoritarismo socialmente implantado (Pinheiro, 1997) mantém a violência estrutural e simbólica que define as relações sociais no Brasil, a qual se relaciona com a restrição ao acesso a direitos fundamentais por parcela significativa da população. Este processo resulta da reprodução histórica de lugares de privilégio, dos quais nunca fizeram parte os moradores de favela. Assim, a lógica do privilégio se faz presente nas relações pessoais e intersubjetivas.

A violência estrutural e simbólica presente nas relações sociais no Brasil, que encontra bases no autoritarismo socialmente implantado, se associa à privação de direitos básicos (Adorno, 2002; Pinheiro *et al.*, 1999; Chauí, 2017). A privação de direitos expõe crianças e adolescentes de favelas a um risco maior de sofrerem com diversas manifestações da violência.

Na Maré e em tantas outras favelas do Rio de Janeiro, se expressa não somente por meio da violência armada, com a presença dos grupos criminosos e operações policiais violentas, mas também, e em função desta, pelas diversas restrições existentes no funcionamento dos serviços. Tais práticas, reproduzidas e assimiladas de forma naturalizada, fundamentam-se não somente em experiências concretas, mas em discursos historicamente construídos acerca das favelas, contribuindo para acirrar as diversas desigualdades manifestas nesses espaços (econômicas, sociais, políticas, culturais, educacionais e outras), vivenciadas especialmente por crianças e adolescentes. Esta é uma demonstração das formas pelas quais as práticas são influenciadas por discursos, reflexão que nos remete à produção teórica de Foucault (2000, 1979, 1972), Baalbaki & D’Oliveira (2016), Fernandes (2005) e Spink & Gimenes (1994), teóricos abordados nesta pesquisa.

Numa sociedade, como a brasileira, que aceita a violência como algo natural, por nem sempre reconhecê-la, a violência simbólica mostra-se regra institucional (Chauí, 2017), ou seja, é uma “violência ainda maior porque não percebida

imediatamente por nós, porque a exercemos e a sofremos como algo necessário, natural e normal” (*op cit.*, p. 176).

A violência, apesar de suas múltiplas manifestações, níveis de gravidade e intensidade, se apresenta em todo o tecido social, atinge a todos, de alguma maneira, independentemente de gênero, classe, raça e/ou etnia. Está enraizada em nossa sociedade e é naturalizada como ferramenta possível na resolução de conflitos (Adorno, 2002), além de exercício de dominação e poder.

Desde o surgimento das favelas, somos cotidianamente confrontados com a ideia de cenários de violência, carência e marginalidade. Essa é a informação que se capilariza na mídia e nos diálogos (formais e informais), o que interfere no nosso dia a dia, alterando percursos e indicando os lugares permitidos e proibidos na cidade, os locais e pessoas supostamente perigosos ou seguros. Foi possível perceber, ainda, por meio da pesquisa realizada, que a maioria dos profissionais ouvidos viveram situações violentas, contribuindo ainda mais para a legitimação da ideia de que a violência é fenômeno normal no território de favela, a que as pessoas que ali residem estão, irremediavelmente, submetidas.

A violência, no entanto, não é um fenômeno natural, mas produzido socialmente, como afirma Chauí (2017), pois sustentamos o mito de sermos uma população cordial e acolhedora, diversa e que convive bem com tal diversidade e heterogeneidade, aceitas sem violência. A autora afirma, contudo, que a sociedade brasileira é profundamente hierarquizada e autoritária, marcada pelo predomínio de interesses individuais e particulares no trato com as questões públicas. Camuflamos, assim, nossa estrutura violenta e cristalizamos a desigualdade social.

5.4.

Aprendizados sobre crianças e adolescentes de favelas

As condições de vida das crianças e dos adolescentes nas favelas é expressão do hiato entre os marcos legais voltados para sua proteção e a execução das políticas públicas, submetidas a este arcabouço. A própria Constituição Federal, em seu artigo 227, preconiza que sejam assegurados todos os direitos à criança e ao adolescente com absoluta prioridade. Eles são sujeitos de direitos como quaisquer outras pessoas, como prevê a Constituição Federal, o ECA e a Declaração Universal

dos Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1959.⁸⁹

Segundo Avanci *et al.* (2017), a violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno histórico, a despeito das leis que determinam sua proteção integral. As análises a esse respeito devem considerar as dimensões da violência simbólica e estrutural, da desigualdade social, da estigmatização, do menosprezo, além da violação e da falta de acesso a direitos básicos (Assis & Constantino, 2003).

A violência, portanto, não produz somente danos imediatos, como prejuízos diretos e indiretos à saúde física e psicológica de crianças e adolescentes (Avanci *et al.*, 2017). Tais danos podem repercutir de formas diferentes, a depender da frequência da violação, sua duração, tipo, gravidade e natureza, entre outras características, assim como as medidas adotadas (ou não) para sua prevenção e atendimento.

Assis *et al.* (2017), por meio de uma análise crítica da literatura, identificaram dificuldades no processo de notificação de casos de violência contra crianças e adolescentes, mais especificamente no âmbito da Estratégia Saúde da Família. As autoras concluíram, a partir da pesquisa realizada, que técnicas/os de Enfermagem, agentes comunitárias/os de Saúde e enfermeiras/os estão mais suscetíveis às situações de violência identificadas, dada a sua proximidade com os casos atendidos. Por esta razão, pelo medo e deficiências de processo de formação continuada desses profissionais, há uma tendência de subnotificação dos casos de violência, também observada no âmbito da pesquisa realizada para a presente tese. O medo está presente não só entre os profissionais, mas também entre os moradores, como indica o depoimento que segue:

De um tempo para cá, isso começou a mudar, eu acho que quando teve a ocupação,⁹⁰ e por conta do acirramento da violência lá dentro, as pessoas passaram a ter medo de denunciar. A denúncia era mais fácil antes e, eu acredito que seja isso, passaram a denunciar menos. Porque eu não acredito que significa que diminuíram o número de casos de violação lá dentro. Acho que se criou um silêncio, a comunidade se silenciou de alguma maneira. E a gente vê isso, por exemplo, quando a gente vai fazer visita. A gente fala com a pessoa: “Você conhece o fulano que mora aqui? Sabe onde é o número da casa do fulano? Você sabe onde fica a casa 10? Antes a gente não tinha esse problema lá, as pessoas eram mais colaborativas. Acho que criou, essa questão da violência... Teve a questão da ocupação e depois, quando começou a ter aqueles problemas com as UPPs que vieram as pessoas de fora, isso

⁸⁹ Ferreira *et al.* (2007) afirmam que a Doutrina da Proteção Integral decorre desta Declaração, sendo, portanto, pioneira na compreensão de que crianças e adolescentes são, tal qual todos os seres humanos, sujeitos de direitos, tendo acesso privilegiado à Justiça.

⁹⁰ Ocupação da Maré pelo Exército.

mudou muito a comunidade. Porque, o bandido que nasce na comunidade, ele termina tendo um certo respeito, apesar de que ele impõe as regras, mas ele tem uma certa sociabilidade ali. Quando chegou aquela galera que estava vindo de fora, eles não querem saber, então, eles esculacham mesmo. Acho que tudo isso foi contribuindo para um silêncio, que trouxe como resultado uma diminuição do número de casos que chegam para a gente. A Ilha passou a ter mais casos do que a Maré. (F.F., CREAS Stella Maris)

A violência armada, assim, afeta todas e todos aqueles que circulam no território de favelas do Rio de Janeiro. É impossível não considerar seus riscos reais e a forma como afeta o funcionamento dos serviços. No entanto, é fundamental considerar os prejuízos para crianças e adolescentes presentes nesses territórios, pois tal como os profissionais atuantes nos equipamentos públicos, todos têm direito à segurança e proteção. A ausência de uma formação específica para atuar no território de favelas, somada ao monopólio do trato da violência urbana e armada pelas instituições de Segurança Pública, torna o tema ainda mais complexo para seu enfrentamento pelos profissionais tradicionalmente inscritos no SGDCA. O imobilismo que resulta desse processo restringe alternativas possíveis, naturalizando a interrupção frequente da oferta de serviços.

O fenômeno, no entanto, não se sustenta pela decisão individual destes profissionais, mas por uma dinâmica integrada pela violência simbólica, estrutural e cultural que se produz e reproduz em nossa sociedade e que mantém discursos predominantemente negativos sobre os espaços de favela, o que possibilita um tratamento desigual aos seus moradores, em comparação aos demais que habitam a cidade. O paradigma da ausência (Fernandes *et al.* 2018), aqui também mencionado, nos submete à aceitação dessas estratégias como as únicas possíveis, mas é preciso superá-lo, a fim de encontrar formas mais aceitáveis, do ponto de vista dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Em um território onde a violência se manifesta de diferentes formas, comprometendo o acesso às políticas públicas e direitos somado às manifestações mais explícitas da violência, tal como a violência criminal, urbana, armada, física, doméstica, institucional, entre outras, os sujeitos podem estar mais suscetíveis à sua naturalização, o que compromete o processo de identificação e notificação dos casos, minimiza determinadas situações e gera impotência, além de impedir a adoção de estratégias efetivas para acesso aos serviços. Tal quadro, corriqueiro no cotidiano de favela, é continuamente reproduzido sem questionamento. Pelo

contrário, tamanho é o medo em torno dos territórios de favela, que os profissionais que lá atuam são, muitas vezes, tido como “heróis”, graças à “coragem” de estar naquele espaço todos os dias. Reportagem divulgada pelo Jornal *O Globo*, em abril de 2017, trata do desafio de educar crianças “em dias de guerra”, para usar termo empregado na chamada da matéria. Nela, consta o seguinte depoimento de um diretor de unidade escolar na Maré, que expressa a percepção mencionada: “Jogamos dados com Deus todos os dias. Aprendi um ditado quando cheguei: a Maré é para os fortes.”⁹¹

Esta afirmativa é emblemática do processo de reprodução de práticas que se baseiam em discursos que reforçam o quanto a favela é um território violento. Assim que chegou à Maré, um profissional que, se seguirmos a tendência apresentada na pesquisa, possivelmente nunca atuou em território de favela e também não escolheu/desejou estar ali, é recebido com esse comentário e tantas outras recomendações, que têm reforçadas suas visões estigmatizantes sobre o território, tornando difícil o questionamento e o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as “alternativas” criadas. O diretor revelou, ainda, na reportagem, que no ano anterior, em 2016, uma colega desistiu de trabalhar no local apenas três dias depois de começar afirmando: “Prefiro dar aulas no inferno”.

Verifica-se, portanto, que há uma ordem do discurso (Foucault, 2000) que marca as estratégias adotadas. Essa “ordem do discurso” produz efeitos nas escolhas e definição das estratégias utilizadas pelos equipamentos públicos no atendimento às crianças e aos adolescentes na Maré. Nesse sentido, as medidas adotadas configuram-se como práticas sociais e discursivas, considerando as relações de poder que as atravessam. A obra de Foucault inspirou as análises aqui empreendidas, buscando identificar as relações entre formações discursivas construídas historicamente e as estratégias praticadas nos equipamentos públicos de Assistência Social, Educação, Saúde e Conselho Tutelar no conjunto de favelas da Maré.

É preciso reconhecer, ao mesmo tempo, a importância da adoção de estratégias específicas nas situações de risco. No entanto, isso não altera o fato de que é fundamental a discussão a respeito da cultura da violência que atravessa nosso cotidiano. As instituições integrantes do SGDCA podem atuar no campo da proposição e incentivo da produção de alternativas que busquem o enfrentamento da

⁹¹ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/o-desafio-de-educar-criancas-em-dias-de-guerra-2-21178198>> Acesso em: 26 fev. 2020

violência, como contribuição para alterar o quadro de vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes.

A tomada de consciência sobre a situação, no sentido de desnaturalizar tais práticas, que muitas vezes restringem-se à proteção dos profissionais, pode ser um primeiro passo para a transformação de discursos tão aderidos em nossa constituição coletiva e subjetiva. Do contrário, podemos ter à frente gerações de crianças e adolescentes submetidas à mesma lógica, mesmo que novos equipamentos sejam construídos no território.

Nessa perspectiva, é imprescindível analisar criticamente a política de Segurança Pública. Segundo reportagem da *Folha de São Paulo*,⁹² o mês de janeiro de 2020 quebrou uma sequência de diminuição do número de tiroteios no estado do Rio de Janeiro, que sustentava-se desde julho do ano anterior. Em apenas um mês, quatro crianças, entre 5 e 11 anos de idade foram baleadas. Uma delas, Anna Carolina Neves, de 8 anos, foi atingida por bala perdida na cabeça, no sofá da própria casa, em Belford Roxo, município do Rio de Janeiro. O ano de 2019 terminou com seis crianças mortas durante incursões da polícia nas favelas fluminenses. A esse respeito, mencionou profissional da DPERJ entrevistado:

As violências nesses territórios são muito naturalizadas. A gente costuma falar que a gente usa e incorpora no nosso vocabulário, não só incorpora, mas também entra a questão de mentalidades, que as operações policiais de favela são incursões da polícia para entrar e existe a curiosidade de procurar no dicionário o que é incursão; incursão é uma penetração súbita no território inimigo, um ataque, uma invasão, então toda essa mentalidade de guerra que fica no nosso senso comum vai contaminando nossas ideias e como a ideia de dano colateral também, de que uma vítima criança, uma mulher, um trabalhador, um inocente é atingido, a desculpa que isso é um “dano colateral”, que é uma terminologia de conflitos armados, quando, por exemplo, os Estados Unidos lançam uma bomba e matam civis, mulheres, para atacar algum núcleo terrorista, enfim, eles chamam de danos colaterais, mas não são seus cidadãos. A gente tem usado isso para pessoas que moram na favela, quando uma criança morre isso é um dano colateral.

E o dano colateral é uma coisa que tem uma previsibilidade, mas que tem uma aceitação, está no cálculo. Aquilo ali faz parte, vai acontecer, acontece, como fala também no caso do Exército, acontece. Acontece não, é uma coisa que pode acontecer, mas é colocada no cálculo, porque é admissível, mas por que é admissível? Porque é na favela. (D.L., DPERJ)

⁹² Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/sem-promessa-cumprida-de-witzel-rio-de-janeiro-tem-aumento-de-tiroteios.shtml>> Acesso em: 26 fev. 2020

Na publicação do Censo Maré, da Redes da Maré (2019), consta uma breve análise sobre a política de Educação no território, que vai confirmar os aspectos aqui abordados:

Na dinâmica intraescolar, os profissionais têm, em geral, dificuldade em se relacionar com a comunidade do entorno. Assim, não privilegiam a aproximação das famílias e tornam-se resistentes à construção de metodologias que as envolvam no processo pedagógico, o que ajudaria a derrubar muros simbólicos. O fato de haver, por exemplo, escolas em que os estudantes da tarde (no inverno, pois escurece mais cedo) ou da noite são dispensados mais cedo que o habitual, tendo a violência como justificativa, mesmo não tendo ocorrido qualquer confronto no dia, é uma demonstração evidente da incompreensão das necessidades das crianças e adolescentes deste território e da ausência de um compromisso radical com a ampliação do conhecimento, a socialização e o tratamento equânime dentro da rede escolar. (Redes da Maré, 2019, p. 67)

Os referidos “muros simbólicos” têm caráter discriminatório e alimentam a reprodução de práticas que limitam o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes de favelas. São práticas engessadas e que demonstram o predomínio do zelo pela segurança dos profissionais, mantendo hierarquias naturalizadas. O que se observa, portanto, no cotidiano da Maré e de outras favelas do Rio de Janeiro é a reprodução de graves violações dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

Fernandes *et al.* (2018) afirmam que tais processos são possíveis graças ao que chamam de “pedagogias da monstrualização”, que estão no cerne de movimentos de negação do diferente, do outro, e que (re)produzem tensões sociais. Os autores avaliam que tais pedagogias se utilizam de discursos dispersos e difusos que, aos poucos, estabelecem verdades ou “regimes de verdade” (Foucault, 1979).

As “pedagogias da monstrualização”, segundo os autores mencionados, “engendram mentalidades e formas de compreensão (nesse caso, relacionadas ao outro), mas também justapõem um sistema de valores hierárquicos no qual dois processos, em paralelo, ocorrem” (Fernandes *et al.*, 2018, p. 4). Um desses processos é por eles chamado de *aniquilação simbólica*, que pode ser tão intenso, que qualquer tentativa de produzir argumentos que questionem os discursos predominantes enfrenta resistências “baseadas em *filtros*, determinados por representações sociais inculcadas - o que pode tentar naturalizar como inferior qualquer argumento contrário às explicações dominantes” (*op.cit.*, 2018, p. 5).

Em suma, os autores afirmam que tais estratégias de distinção (racial e social) atuam na afirmação de hierarquias, por meio de violência simbólica, ancorada em

processos pedagógicos que naturalizam a indiferença, entre outros fenômenos, que constituem-se como características constitutivas das contradições sociais presentes no contexto urbano. Para Fernandes *et al.* (2018), a desumanização de determinados grupos é resultado das pedagogias mencionadas.

Wacquant (1999) chama de *estigmatização territorial* os processos que determinados territórios sejam tidos como “buracos urbanos de inferno”, repletos de violência, ausência e imoralidade, nos quais somente os sujeitos excluídos pela sociedade assumem viver. Assim, o reduzido conhecimento sobre os aspectos positivos das favelas tem inibido, no curso da História, a chance de realização de iniciativas que considerem esses espaços como “ponto de partida, em vez de ponto de chegada, para intervenções *arbitrárias* (ou supostamente democráticas), as quais ignoram a potência desses territórios” (Fernandes *et al.* 2018, pp. 8-9).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação que remete a um movimento de aniquilação simbólica das favelas (Fernandes *et al.*, 2018, p. 10), constitui-se numa modalidade violenta de “esquecimento organizado” (Giroux, 2010), por meio da qual a condição de cidadãos de suas crianças e seus adolescentes é subtraída em face à “‘ignorância’, ao ‘analfabetismo’ e outras generalizações usadas como forças simbólicas para manipular, explorar e silenciar”.

Observamos isso na prática, ao longo da pesquisa e em momentos de outros trabalhos, quando verificamos que unidades escolares impunham diversas resistências para a acolhida dos casos “difíceis”. As famílias dessas crianças e adolescentes (em situação de abandono) ou seus vizinhos, localizadas nas regiões mais desassistidas pelo Estado na cidade, e entregues ao esquecimento, recebiam nossa visita, não raro, com espanto e surpresa, por nunca terem recebido oferta de qualquer tipo de assistência ou abordagem semelhante.

Para conseguir atuar em todas as favelas do Rio de Janeiro, precisávamos não apenas nos articular às redes formais, constituídas pelas instituições públicas e organizações não governamentais, mas também às redes informais, da qual faziam parte lideranças comunitárias, antigos moradores ou pessoas com reconhecido conhecimento da região. Outra medida que se mostrou fundamental foi a de estabelecer vínculos de confiança com as famílias, evitando a perspectiva da denúncia e de sua responsabilização, de forma unilateral, pelas condições de privação das crianças e dos adolescentes. Mas o que isso tem a ver com as crianças e adolescentes que moram em favelas? Do meu ponto de vista, tudo.

A naturalização da violência contra crianças e adolescentes de favelas aniquila qualquer possibilidade de reação diante das violações que acontecem, ignora a dimensão histórica das desigualdades que se manifestam no território, desresponsabilizando, de alguma maneira, os profissionais das políticas tratadas ao longo da tese e o Estado, responsável primeiro pelas garantias de direitos aos cidadãos.

Com práticas que se baseiam em discursos que priorizam as características negativas das favelas, os profissionais do SGDCA que nelas atuam, muitas vezes, se veem impotentes diante dos desafios, incapazes de adotar medidas, como as de

ir ao encontro do público-alvo de suas ações e de suas reais demandas, de forma objetiva e também simbólica. Destaco, a seguir, fragmento de uma entrevista realizada com uma profissional de saúde que demonstra certa passividade diante das situações que afetam as vidas nas favelas.

Mas a gente que está de fora, a gente acha normal, por mais que agonie, a gente fala: “puxa vida”, mas para aqui, a gente espera isso. A gente passa a esperar que aquilo aconteça. E quando você passa a esperar, não se escandaliza mais. Se aquilo escandaliza, acabou; no momento que não escandaliza mais, está ok. (M., CAP 3.1)

Experiências como as do *Aluno Presente*, programa citado na Introdução desta tese, e da própria Redes da Maré, demonstram a potência da adoção de novos paradigmas para a atuação em territórios de favela. Nesse sentido, reconhecer a legitimidade dos direitos das crianças e adolescentes de favelas é fundamental. Tal reconhecimento eleva ao nível do inaceitável a violação dos seus direitos, trazendo à tona sentimentos de incômodo, indignação e revolta diante das adversidades às quais estão submetidas, impulsionando medidas que tragam soluções efetivas.

Já as práticas que consideram discursos que destacam a ausência e a carência das favelas inibem qualquer sentimento de empatia em relação aos casos, naturalizando a retirada de equipamentos das favelas, a adoção de horários específicos ou a paralisação dos serviços. Questionar os mecanismos que distanciam crianças e adolescentes de seus direitos sob a justificativa de que a favela é violenta é medida fundamental para desnaturalizar tragédias, como se fossem um enredo esperado e, portanto, aceitável, para a vida daqueles que habitam determinadas regiões da cidade.

O êxito do *Aluno Presente*, com mais de 22 mil crianças e adolescentes inseridos na escola, mostrou que esses casos existiam e que era possível produzir novos destinos para eles. Por outro lado, é preciso reconhecer que os paradigmas pelos quais atuamos são fruto de trajetórias e experiências muito específicas de lideranças das próprias favelas. Ativistas questionadores de uma dada “normalidade” fizeram surgir experiências como a Redes da Maré e nos ensinam todos os dias formas inventivas de ser e viver nas favelas do Rio de Janeiro. Já os profissionais das políticas públicas são recebidos em locais onde o Estado não se fez presente no curso da História, têm suas práticas mediadas por leis e programas que não foram pensados tendo o território de favela como referência. Além disso, são demandados para atuar onde nem sempre desejavam estar e dispendo de estrutura restrita para as necessidades e especificidades que neles se manifestam.

A presunção da violência nos territórios de favela mina qualquer possibilidade de protagonismo e inventividade das políticas públicas, na perspectiva da defesa intransigente dos direitos dos sujeitos que nela habitam ou trabalham. De alguma maneira, tais práticas podem ser consideradas manifestações de uma crença reduzida no potencial de crianças e adolescentes, reiteradamente prejudicados pela falta de acesso a medidas fundamentais para o desenvolvimento de suas potencialidades. Eventuais prejuízos que podem ser causados aos profissionais pelo funcionamento de determinado serviço público na favela são frequentemente mais considerados do que os danos que o não funcionamento pode representar.

Não obstante a existência de mecanismos legais que deveriam proteger crianças e adolescentes, que seguem sendo mortos em nome do combate ao crime nas favelas, eles são considerados “danos colaterais”, para usar expressão empregada por um dos entrevistados. O perfil das crianças e dos adolescentes vulneráveis a essa dinâmica, limitadora de direitos e letal nos casos extremos, é diverso, tendo em comum sua origem nos territórios de favela.

Assim, na tentativa dos profissionais em reduzir a violência armada, as crianças e adolescentes seguem sendo sua vítima direta. Os prejuízos se manifestam tanto no presente, por meio do acesso limitado às políticas mencionadas, como no futuro, pois certamente serão as crianças, os adolescentes e suas famílias que colherão os resultados das estratégias utilizadas pelo Estado para atuar nas favelas do Rio de Janeiro.

Os tiroteios, as escolas fechadas, as refeições não consumidas nos dias sem aulas, o medo da polícia e de balas perdidas, o corre corre quando o caveirão se aproxima (pela terra ou pelo céu), a falta do atendimento de saúde, o espancamento que ninguém vê e os abusos que os moradores não têm coragem de fazer cessar minam sonhos e geram traumas.

Qual é o tamanho real do prejuízo para essas crianças e esses adolescentes? Como suas vidas poderiam ser diferentes, caso tivessem seus direitos respeitados? Quão distintas seriam suas trajetórias, se tivessem tido a “sorte” de nascerem fora da favela? Perguntas semelhantes a essas pude ouvir, ao longo da pesquisa, dos próprios profissionais que atuam na Maré.

São diversos os sentimentos que vivenciam cotidianamente aqueles que vivem no território de favela. A maioria chega (e segue) dominada por sentimentos negativos sobre aquele espaço e são confrontados com sua potencialidade, mas o

que nem sempre é suficiente para produzir mudanças, do ponto de vista institucional.

Na ausência de respostas efetivas dos gestores das políticas públicas, resta aos profissionais, além de buscar alternativas que definitivamente não contemplam os direitos dos usuários dos serviços, o consolo mútuo, em busca de forças para prosseguir atuando em meio às adversidades e aos discursos que reforçam o caráter negativo das favelas. Nesse sentido, verifica-se a valorização do caráter “altruísta” desse trabalho, como sugere a afirmação a seguir, de um profissional para outro: *“Vocês são heróis, especiais. Escolhidos por Deus para estarem aqui.”*

Comentários como estes estão na rota contrária ao reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos, seguindo na direção da lógica do favor e da boa vontade daqueles que “se sujeitam” a trabalhar nas favelas. O sentimento de heroísmo e superação contudo, não é infundado, mas construído em meio a experiências como essas:

“Tia, eu não quero morrer!”; “Eu não vou deixar você morrer, eu tô aqui.”; “Olha o que eu prometi pra essa criança. Tento fazer com que eles se sintam protegidos. Conto e reconto as crianças. Eu fiquei a semana toda ouvindo o barulho do helicóptero. O retorno é muito complicado. Eu sei que eu tenho de estar aqui. Eu sou importante. Essas situações nos adoecem.”

Os profissionais da Educação, especialmente, sentem-se ainda mais solitários no processo de garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Isto porque trata-se do único serviço público, além do CAPSi, presente na Maré, que atende somente esse público infantojuvenil. As unidades escolares, sozinhas, atendem cerca de 17 mil alunos, num território onde Conselho Tutelar, CRAS e CREAS têm presença eventual, uma vez que se localizam fora das favelas da Maré.

Araújo (2019), por meio de pesquisa em equipamentos de atenção básica em saúde, sobre seu papel no processo de notificação de casos de violência, constatou que, além do medo de sofrerem represálias ao atuarem nesses casos, os profissionais mencionaram, ainda, outras preocupações. Uma delas é justamente o trabalho solitário nos territórios, somado à desarticulação da rede de proteção social, ao sentimento de impotência frente a situações de violência, a complexidade de trabalhar em territórios conflagrados, entre outras dificuldades.

Os equipamentos do SGDCA precisam buscar formas de inserirem-se, efetivamente, nos territórios de favela, a fim de desconstruir a lógica violenta pela qual o Estado vem atuando, historicamente. Nesse sentido, é necessário ousadia

para fazer valer os direitos de crianças e adolescentes nesses espaços submetidos à constante humilhação, como resume Silvestre (2011):

Na favela, a maneira mais frequente com que o povo se encontra com o Estado é por meio da figura física da polícia, que é como o Estado se apresenta mais cotidianamente nesses espaços. Esse é o reflexo de uma situação muito dura de miséria crescente, que não se deve apenas à fome. É uma miséria terrível. Às vezes, a miséria do meio urbano não é uma miséria só da fome ou da seca, como em algumas regiões do nosso país, mas é uma miséria de violência e de agressão o tempo inteiro. É uma violência quase psicológica, uma humilhação social constante. (Silvestre, 2011, p. 29)

Conhecer as condições de vida das crianças e dos adolescentes nas favelas significa não apenas estar disponível para atendê-las (nos dias possíveis) nos equipamentos. Conhecer o território de atuação, nesse caso a Maré, bem como saber andar por suas ruas e estar realmente próximo dos moradores é fundamental para compreender o real papel que as políticas públicas podem desempenhar nesse espaço.

Para trazer à discussão uma autora de referência para o Serviço Social, menciono Iamamoto (2005), que afirma que não podemos ser somente executores de políticas públicas, sob o risco de nos entregarmos ao fatalismo e ao messianismo (como pudemos observar por meio da pesquisa). Compreendo que, com tal análise, a autora não se refere somente aos profissionais dessa categoria, mas certamente a todos aqueles que encaram o desafio de executar políticas públicas em favelas e espaços populares, para os segmentos mais marcados pelas desigualdades que se manifestam na sociedade brasileira.

As políticas públicas de Assistência Social, Saúde e Educação, além do Conselho Tutelar, têm a população pobre como sua principal usuária. Os referenciais éticos e políticos que norteiam sua atuação deveriam caminhar no sentido de produzir mudanças estruturais e, não, deixar crianças e adolescentes entregues à própria sorte. Nesse sentido, é fundamental ir além da gestão do risco no campo da oferta dos serviços aos que moram nesses territórios.

A despeito de todos os entraves reais que a Maré apresenta, é preciso acionar o sentido da corresponsabilidade entre aqueles imbuídos da tarefa de garantir os direitos de crianças e adolescentes. Afinal de contas, os profissionais das políticas públicas representam o Estado nesses territórios e não podem, simplesmente, condenar estes sujeitos em desenvolvimento ao círculo vicioso da violência armada, como se a ela pudessem se submeter sem danos permanentes.



Figura 29 - Azulejo produzido por crianças da Maré. 2015/2016
 Fonte: Redes da Maré.

7. EPÍLOGO

Epidemia

Impossível não destacar o momento no qual se encerra a construção dessa tese.⁹³ Não apenas por sua relevância, mas como impacta, de forma decisiva, a vida de crianças e adolescentes de favelas, e de todos os moradores em geral. Evidentemente, uma epidemia com proporções mundiais nos provoca novas reflexões e, importante mencionar, interrupções ao processo analítico, devido a algumas urgências que se apresentaram.

Uma epidemia diz respeito à disseminação de determinada doença, que emerge de forma rápida em um dado local, afetando, simultaneamente um número significativo de pessoas. Há autores que consideram a violência também uma epidemia (Barbosa, 2007; Waiselfiz, 2012), como uma doença que se dissemina de forma rápida e demanda tratamento sistêmico. Do contrário, ano após ano, seguirá sendo banalizada, naturalizada, como parte do nosso cotidiano. Basta fechar a escola hoje. Cada um nas suas casa. Amanhã é vida que segue...

A violência, sobretudo suas diferentes manifestações não é pauta exclusiva das políticas de Segurança Pública. É, sobretudo, um tema sobre o qual as demais políticas devem se preocupar no sentido de encontrar caminhos para a redução de seus efeitos, principalmente para as populações mais pobres e, portanto, mais vulneráveis ao fenômeno.

É fundamental uma atuação intersetorial para o enfrentamento de desafio tão complexo: a garantia de direitos no contexto da violência armada nas favelas. Da mesma forma, uma ação política efetiva nesse caminho se faz necessária, desde a gestão das políticas públicas e a adequação de seu desenho para os contextos mais diversos, até uma execução que, de fato, se aproxime de seu público-alvo.

Cabe acrescentar que tal entendimento implica considerar que as estratégias não constituem responsabilidade única ou nascem isoladamente nas instituições. Tampouco são propriedade dos próprios profissionais que nelas atuam, mas produzidas em “diálogo”, consoantes a outras esferas, que faz com que tais estratégias sigam sendo aceitáveis, reproduzidas e razoáveis num contexto tão de-

⁹³ Epidemia do coronavírus (COVID-19), que afetou todo o mundo e impôs a necessidade de uma quarentena, entre outros cuidados, a fim de evitar maior disseminação do vírus entre a população.

safiador. Desta maneira, continuam sendo consumidas e introjetadas no cotidiano, ganhando inclusive caráter institucional em algumas situações.

As estratégias utilizadas na Maré no atendimento a crianças e adolescentes, especialmente no momento em que vivemos uma crise sanitária, estão mais relacionadas à redução da exposição ao coronavírus e a formas de ampliar o acesso aos serviços de Saúde, e se relacionam com os saberes produzidos pelos profissionais sobre o espaço de favela, por meio da apropriação de olhares e discursos sobre o território, marcado por paradigmas que favorecem visões negativas.

Estamos todos (ou quase todos) em isolamento social. Atravessada nos momentos finais dessa escrita pelas urgências impostas pela COVID-19, dada a vulnerabilidade de grande parte das famílias e que podem ser potencializadas nesse contexto de epidemia, me pego refletindo sobre as limitações impostas a essas crianças e esses adolescentes em meio à violência armada, enquanto grande parte da sociedade vive seus dias “normais” ou quase normais.

Ao finalizar, reafirmo a necessidade de desnaturalizar a escola vazia, o tiro que alcança a quadra de futebol e o silêncio perturbador que domina a favela entre os momentos de horror provocados pelos tiroteios. Alterar este quadro não é desafio simples, afinal os profissionais, assim como as crianças e os adolescentes não são à prova de balas, tampouco podem enfrentar qualquer situação de privação sem sofrer com os abalos traumáticos provocados.

Tal contexto político inviabiliza que os cuidados ocorram como absoluta prioridade, conforme previsto nos marcos legais, e permanessem sem as condições mínimas de saúde e combate à epidemia, sem a criação de alternativas reais nas favelas.

E quanto mais severos os discursos acerca de uma favela, mais restritos se tornam os serviços. Quanto mais restritos os serviços, maior a ausência do Estado, tornando determinados territórios da cidade verdadeiras “terras de ninguém”.

Entretanto, a visibilidade que a interrupção dos serviços tem ganhado na mídia, recentemente e, com ela, as desigualdades sociais se tornaram ainda mais evidentes, pode ser o início de um caminho que contribua para a superação dessa lógica.

As organizações da sociedade civil que atuam junto aos grupos que estão mobilizados neste momento, de forma solidária, também têm realizado um trabalho

fundamental que supera, em muito, a negligência do Estado, a ausência do poder público num momento tão desafiador.

Tal dinâmica facilita, ainda, o estabelecimento de vínculos de confiança na comunidade, pois as organizações locais mostram-se mais disponíveis nos momentos mais críticos, e não o contrário. Confiança e segurança são valores fundamentais.

Evidente que o medo é fator de relevância quando da adoção das práticas de fechamento, afastamento social e interrupção do funcionamento dos serviços, mas ele atinge não somente os profissionais, como os moradores das favelas e principalmente as crianças e os adolescentes.

Porém, é possível aproveitar a “onda” de visibilidade que algumas iniciativas têm conferido às diversas privações de direitos.

Para esta epidemia que assolou Brasil e o mundo, o isolamento das políticas públicas certamente não é antídoto aceitável e possível. É preciso, ao contrário, aglomerar-se pelos direitos das crianças e dos adolescentes e preencher os espaços de favela de tudo o que elas merecem para que se desenvolvam saudáveis e felizes e com toda a potência e inventividade que carregam em sua história.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **A violência na sociedade brasileira**: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. In: Revista Sociedade e Estado, vol. X, nº 2, jul/dez,1995, pp. 299-342.

ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. In: Sociológicas, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez, 2020a, pp. 84-135.

ADORNO, Sérgio. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: Miceli, Sérgio (Org.), **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**, São Paulo: Sumaré, v. IV, 2002b, pp. 267-307.

ANTUNES, Celso. **Resiliência**: a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Petrópolis: Vozes, 2003.

ALVES, Jaime Amparo. Topográficas da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. In: **Revista do Departamento de Geografia - USP**, Volume 22 (2011), pp. 108-134.

ALVES, Jaime. Necro-política espacial: a produção racial da morte em São Paulo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3, nov/fev, 2010, pp. 89-114.

ARAÚJO, Laís Martins Costa. **Violência e Saúde**: limites e desafios para atendimento a casos de violência doméstica na Maré por profissionais da atenção básica à saúde. 2019. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social.

ARENDT, Hannah. **The Jewish writings**. New York, Schocken Books, p.559, 2007.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume Dumará,1993.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patrícia. Violência contra crianças e adolescentes: o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (Orgs.). **Violência sob o olhar da saúde**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2003, pp. 163-198.

ASSIS, Simone Gonçalves; DESLANDES, Sueli Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Atendimento a pessoa em situação de violência pelo Sistema Único de Saúde. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza e ASSIS, Simone Gonçalves (Orgs.). **Novas e velhas faces da violência no século XXI**. Visão da literatura brasileira do campo da saúde. 1ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

AVANCI, Joviana Quintes *et al.* Violência contra a criança e o adolescente: descobertas e desafios. In: MINAYO, Maria Cecília; ASSIS, Simone (Org.). **Novas e velhas faces da violência no século XXI**. Visão da literatura brasileira do campo da saúde. 1ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017, v.1, pp. 17-596.

AVANCI, Joviana Quintes; PESCE, Renata Pires; ASSIS, Simone Gonçalves de. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAALBAKI, Angela Corrêa; D'OLIVO, Fernanda Moraes. A Segurança que não é para todos: Discursos sobre violência e Segurança Pública. *In: Entremeios: Revista de estudos do Discurso*. v. 13, jul/dez, 2016.

BANDERA, Vinicius. Favelas da cidade do Rio de Janeiro: uma síntese histórica e psicossocial. *In: Em Tese*, Florianópolis, v.10, n.2, jul/dez, 2013.

BAPTISTA, Miriam Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan/mar, 2012.

BARBOSA, Fernando de Holanda. Epidemia da violência. *In: Revista Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 12, p. 19, dez. 2007.

BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: A construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. *In: SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus. O Novo Carioca*. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

BATISTA, Luis Eduardo. **Pode o estudo da mortalidade denunciar as desigualdades raciais?** São Carlos: EdUFSCar, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Desafios pedagógicos e modernidade líquida: entrevista de Alba Porcheddu sobre a educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, pp. 661- 684, mai/ago, 2009.

BATISTA, Vera Malaguti. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BERNARDO, André. Como os professores do Rio estão aprendendo a proteger seus alunos. **Nova Escola**, 2018. Disponível em: <<https://nova-escola.org.br/conteudo/12101/como-os-professores-do-rio-estao-aprendendo-a-proteger-seus-alunos>> Acesso em 10 fev. 2020.

BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; ROCHA, Caroline Cristiane. As contradições nas políticas públicas na favela: pobreza, urbanização e ideologia. *In: Anais XVIII ENANPUR*, 2019.

BORGES, Doriam; CANO, Inácio; CABRAL, Cristiane; PINTO, Alessandra. O impacto da violência no acesso à saúde nas comunidades de baixa renda. *In: Humanitarian action in situations other than war*. Discussion paper 13. December 2014. Instituto Igarapé.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília/DF.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 20 fev. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde da Família**. Brasília/DF, 17 de ago. de 2017. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/artigos/772-acoes-e-programas/saude-da-familia/41285-saude-da-familia>> Acesso em 23 abr. 2020.

BRITO, Valéria da Glória Pereira. **Estratégia como prática social e discursiva: um estudo sob a perspectiva da análise crítica do discurso**. 2013. Tese (Doutorado em Administração). UFMG, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BURGOS, Marcelo Baumann. Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade. In: Mello, Marco Antonio da Silva *et al.* **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 273-292.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Escola e Favela. In: **CEDES - Centro de Estudos Direito e Sociedade - Boletim/fev.** 2007.

BURGOS, Marcelo Baumann *et al.* O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. In: Desigualdade e Diversidade - **Revista de Ciências Sociais da PUC**. Rio, nº 11, ago/dez, 2011, pp. 49-98.

CABRAL, Felipe Gomes; CHIOQUETTA, Rafaela Dotti. Criminalização das crianças e dos adolescentes pobres: reflexo da omissão estatal na garantia de direitos fundamentais. In: **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília. Ano 2017, ed. 19, mai/2017.

CAMURÇA, Murilo Bruno. **Favela e cidade: uma proposta de urbanidade para o Jardim San Rafael**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CANDIOTTO, César. Foucault: uma história crítica da verdade. In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 29(2), 2006, pp.65-78.

CANO, Ignacio. Violência estrutural e suas repercussões na juventude. In: **Violência contra a mulher adolescente/jovem**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 43-47.

CARDOSO, Marcus. A dimensão simbólica dos conflitos: moradores de favela e polícia. In: **Anuário Antropológico**, 2013.

CARNUT, Leonardo. Pesquisa social ou pesquisa qualitativa? Uma dis(des)cu(constru)ss(ç)ão em pauta na saúde coletiva. In: **Saúde debate** 43 (120), jan-mar/2019.

CARVALHO, Camilo; FRIDMAN, Fania; STRAUCH, Julia. Desigualdade, escala e políticas públicas: uma análise espacial dos equipamentos públicos nas favelas cariocas. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, 2019.

CARVALHO, Monique Batista. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *In: O Social em Questão*. Ano XVI, nº 29, 2013.

CAVALCANTE, Girlene Maria Máti; PRÉDES, Rosa. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. *In: Libertas*, Juiz de Fora, v. 10, n.1, pp. 1-24, jan-jun/2010.

CAVALLIERI, Fernando. Favelas e políticas públicas: comentários a uma análise comparada Brasil/Estados Unidos. *In: Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v 13, n 1, pp. 58-69, jun. 2011.

CEDERSTRÖM, Carl; e SPICER, André. Discourse of the real kind: A post-foundational approach to organizational discourse analysis. *In: Organization*, 2013, pp.1-28.

CHARAUDEAU, Patrick. Les conditions d'une typologie des genres télévisuels d'information. *In : Revue Réseaux*, nº81. Paris: Cnet, Janvier-Février, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco.

COCCO, Marta; SILVA, Ethel Bastos da; SILVA, Cristiane Moraes da; JAHN, Alice do Carmo. Violência contra crianças: dimensões apreendidas nas falas de professoras de educação infantil e a articulação com o setor saúde. *In: Reme - Revista Mineira de Enfermagem*. vol. 14.4, out-dez/2010, pp. 539-547.

CORREA, Felipe de Oliveira Botelho. **Imaginários do medo: imprensa e violência urbana**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Departamento de Comunicação Social. PUC-Rio.

COUTO, Renata Mena Brasil do. A invisibilidade de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. *In: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 2, mai- ago/2018, pp. 279-298.

CUNHA, Juliana Blasi. Regularização urbanística e fundiária em uma favela da cidade do Rio de Janeiro: Conflitos, percepções e práticas em jogo no processo. *In: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 3, - jul-ago-set/ 2012, pp. 483-511.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na Educação da Primeira Infância: Perspectivas Pós-Modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DAVIES, Bronwyn; HARRÉ, Rom. **Positioning: the discursive production of selves**. J. Theory Soc. Behavi, 1990, pp. 44-63.

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas**: evolução e impasses. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP.

DESLANDES, Suely Ferreira; JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da Silva. Resiliência e maus-tratos à criança. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, jan-fev/2003, pp. 227-235.

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S.G.; SANTOS, N.C. Violência envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante. In: **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde, Brasília/DF, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000, p. 224.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília/DF, 2007.

FARAGE, Eblin. Assistência Social, Mobilização e Educação Popular. In: CFESS. **Seminário Nacional: O trabalho do/a Assistente Social no SUAS**. Brasília/DF: CFESS, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santos. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: UNESP, 2011.

FERNANDES, Fernando Lannes. **Violência, medo e estigma**: efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ, 2009.

FERNANDES, Fernando Lannes. Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade. In: **Cidades**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2(3), jan-jun/2005, pp. 37-62.

FERNANDES, Fernando Lannes; SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge. O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência. In: **Revista Periferias**, v. 1, n. 1, 2018.

FERREIRA, Ana Lúcia *et al.* Crianças e adolescentes em situação de violência. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, pp. 127-148.

FLACH, Frederic. **Resiliência**: a arte de ser flexível. São Paulo: Saraiva, 1991.

FLAUZINA, Ana. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília.

FONTENELE, Luciana Queiroz; MIRANDA, Luciana Lobo. Adoles-cência(s): Produções e Atravessamentos Discursivos em Análise. In: **Temas em Psicologia**. vol. 25, nº 3, set/2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Lisboa, Porto: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FRANÇA, Marcio Abreu de. **Sociabilidade violenta e regulação da violência no Brasil**: estudo sobre a especificidade da violência urbana brasileira. Recife: O autor, 2015.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; Tia, não**: Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1997.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *In: Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, Rio de Janeiro, Ano 7, nº 1, 2007.

GIROUX, Henry. **Youth in a suspect society**. Democracy or disposability? New York, Palgrave Macmillan, 2010.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. **Violência e prisão**: uma viagem na busca de um olhar complexo. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUC-RS.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petropolis, RJ: Vozes, 2017.

HANCOCK, Lynn; MOONEY, Gerry. Beyond the penal state: advanced marginality, social policy and anti-welfarism. *In: SQUIRES, Peter; LEA, John eds. Criminalisation and Advanced Marginality: Critically Exploring the Work of Loïc Wacquant*. Bristol: Policy Press, 2012, pp. 107-128.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. Identidade e Mulher no Serviço Social. *In: Serviço Social e Sociedade. Revista Quadrimestral de Serviço Social*, Ano XII, nº 36, São Paulo: Cortez, ago/1991.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 11 ed., São Paulo: Córtes, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. Estética das favelas. *In: Arquitextos*, n. 13, ano 2, jun/2001.

JAMES, William; BERGSON, Henri. **Pragmatismo**. São Paulo: Nova Cultura, 1989.

LANDIM, Leilah; SIQUEIRA, Raiza. Trajetos da violência, da segurança pública e da sociedade civil na cidade do Rio de Janeiro. *In: Texto para Discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília/DF: Ipea, 2013.

LARKINS, Erika Robb. **The Spectacular Favela**: Violence in Modern Brazil. California Series in Public Anthropology, 2015.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. (Org.) **Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF)**. CECRIA. Brasília/DF, 2002.

LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora a guerra ao projeto de pacificação: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2012, pp. 374-388. 2012.

LIMA, Jeanne de Souza. **Notificação da violência como fator de proteção social a crianças e adolescentes**. Curitiba: Appris, 2018.

LIRA, Karina; HANNA, Natalie. **O que dizem as crianças?** Uma consulta sobre violência a partir da percepção de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2016.

LYSARDO-DIAS, Dylia. O saber-fazer comunicativo. *In*: MACHADO, Ida Lúcia; CRUZ, Amadeu Roselli; LYSARDO-DIAS, Dylia. **Teorias e Práticas Discursivas**. Estudos em Análise do Discurso. Belo Horizonte, Núcleo de Análise do Discurso da Fale/UFGM. Carol Borges ed. 1998

MACHADO, Cynthia Braz; DAHER, Donizete Vago; TEIXEIRA, Enéas Rangel; ACIOLI, Sonia. Violência urbana e repercussão nas práticas de cuidado no território da saúde da família. *In*: **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, Roberto. A arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas. **Discurso**, vol. 5, n. 5, 1974.

MAINGUENEAU, Dominique. **Nova tendência em análise do discurso**. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 69-91.

MARES, Rizia Mendes. A periferia pobre e a produção do espaço urbano: o caso de Vitória da Conquista/BA. II SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: **A dinâmica das cidades e a produção do espaço**, 2013.

MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. Notas sobre o surgimento do bairro Complexo do Alemão. *In*: RODRIGUES, Rute Imanishi (Org.). **Vida social e política nas favelas**: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MENDES, Izabel Cristina Reis. **O uso contemporâneo da favela na cidade do Rio de Janeiro**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP.

MEZAN, Renato. **Tempo de muda**: ensaios de Psicanálise. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 30, nº 88, 2015.

MILMAN, Lulli. Casa da Árvore: um delicado encontro entre adultos do asfalto e crianças da favela. *In*: MAIA, Marisa Schargel (Org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *In*: **Rev. Bras. Saúde matern. Infantil**, Recife, 1(2), pp. 91-102, mai-ago/2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência**: um problema para a saúde dos brasileiros. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos. Violência contra idosos: é possível prevenir. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência**: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, Katie (Org.) **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: EAD/E SP, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* Violências visíveis e invisíveis contra a pessoa idosa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Novas e velhas faces da violência no século XXI**: visão da literatura brasileira no campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. In: **Fórum Sociológico**, 2014.

MORESCHI, Marcia Teresinha. **Violência contra crianças e adolescentes**: análise de cenários e propostas de políticas públicas. Brasília/DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

MORETTI, Ricardo de Sousa; DENALDI, Rosana. Aplicação de descritores na análise de projetos de qualificação urbanística de favelas. In: **Oculum Ensaios**, vol. 15, n. 3, 2018.

MORIN, Edgar. **O Método IV**. As ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização. Lisboa: Europa-América, 1991.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1996.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOTTA, Jonathan Willian da. O regime de incerteza na favela do Jardim Batan no pós-UPP. In: 43º ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 2019.

MOURA, Murilo Coelho de; PESSOA, Fátima Cristina da Costa. Práticas discursivas e mídiuim: planos discursivos que afetam os modos de enunciação na interação entre empresas e consumidores. In: **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 6, n. 2, jul-dez/2017, pp. 81-99.

NÓBREGA JÚNIOR, Edson Diniz; BELFORT, Marcelo Castro e Silva; RIBEIRO, Paula. **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**. Departamento de História, PUC-SP, 1993, pp. 7-28.

ORLANDI, Eni. Desorganização cotidiana. **Escritos**. Percursos Sociais e Sentidos nas Cidades. Campinas: Labeurb/Unicamp, n.1, 1999, pp. 3-10.

ORLANDI, Eni. A casa e a rua: uma relação política e social. In: **Discursos em Análise**. Sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

OTENIO, Cristiane Corsini Medeiros; OTENIO, Marcelo Henrique; MARIANO, Érika Roberta. Políticas públicas para criança no Brasil: o contexto histórico-social e da saúde. *In: Estação científica on-line*. Juiz de Fora, n.6, ago-set/2008.

PAIVA, Rosa Lúcia Soares *et al.* Violência, delinquência e tendência antissocial. Sobre a experiência de um atendimento a crianças vítimas da violência em uma favela do Rio de Janeiro. *In: Estudos e pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 2015, pp. 891-915.

PAIVA, Vanilda. A instabilidade da instituição escolar. *In: Educativa, Goiânia*, v. 14, n. 1, jan-jun/2011, pp. 39-57.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. Reflexões sobre o componente ideopolítico do trabalho profissional do assistente social. *In: Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 20, n. 2, jan-jun/2018, pp. 5-24.

PEREIRA, Pedro Barreto. Mídia, UPPs e megaeventos: estratégias discursivas de legitimação de uma política de segurança pública. *In: Comun. & Inf.*, Goiânia v. 18, n. 2, jul-dez/2015, pp. 180-197.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *In: Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n.140, mai-ago/2010, pp. 649-673.

PESCE, Renata P.; ASSIS, Simone G.; AVANCI, Joviana Q. **Proteção e atenção às crianças e adolescentes em meio à violência comunitária**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp/Claves/CNPq, 2013.

PESSOA, Fátima Cristina da Costa. O trabalho com as palavras: espaços de escuta de renormalizações. *In: Ergologia*, nº 15, mai/2016.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. **Criança e Adolescente no Brasil**: porque o abismo entre a lei e a realidade. Editora UFC, Fortaleza, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *In: Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, mai/1997, pp. 43-52.

PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* (Orgs.). **Continuidade autoritária e construção da democracia**: relatório final. São Paulo: NEV, 1999.

POLETTI, Rosette; DOBBS, Bárbara. **A Resiliência**: a arte de dar a volta por cima. Petrópolis: Vozes, 2007.

REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré 04**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2020

RIBEIRO, Luiz Paulo. Abandonar, submeter-se, naturalizar, resistir ou “ajudar”: o movimento das representações sociais de futuros professores do campo sobre a violência. *In: RIBEIRO, Luiz Paulo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Org.). Representações sociais em movimento*: pesquisas em contextos educativos geradores de mudança. Curitiba: Appris, 2018.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed.Univers.Santa Úrsula, 1997.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. Políticas Sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. *In: Educ. Rev.* n° 15, Curitiba, jan-dez/1999.

RIZZINI, Irene; CORONA, Ricardo Fletes; LLOBET, Valéria; VALE, Juliana Batistuta. Infância e juventude: processos de vulnerabilização e estratégias de resistência na América Latina. *In: O Social em Questão*, ano XVIII, n. 34, 2015.

RIZZINI, Irene; LIMONGI, Natalia S. Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 19, n.1, jun/2016, pp. 33-42.

RODGER, John J. Loïc Wacquant and Norbert Elias: advanced marginality and the theory of the de-civilising process. *In: SQUIRES, Peter; and LEA, John. Criminalisation and Advanced Marginality. Critically Exploring the Work of Loïc Wacquant.* Bristol, Policy Press, 2012, pp. 87-106.

ROMIO, Jackeline. Homicídio de mulheres negras na cidade de São Paulo. *In: Retratos e Espelhos: Raça e Etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos.* FEA/USP, 2009, pp. 225-248.

SANTANA, Hediânez Aparecida de Souza Reginaldo. **UPPs: gentrificação e exclusão social na era do empresarialismo urbano.** Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

SANTOS, Francine H. Coutinho. O Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS. *In: CFESS. Seminário Nacional: O trabalho do/a Assistente Social no SUAS.* Rio de Janeiro: CFESS, 2011.

SANTOS, Marilene Silva dos; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. Duas décadas de Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: da lei à realidade. *In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2011.

SANTOS, Perla Cristina da Costa. **Novos atores sociais na mediação favela e cidade:** as organizações não-governamentais (ONGs). 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Ergologia - conversa entre Yves Schwarz, Louis Durrive e Marcel e Duc. *In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Orgs.). Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana.* 2 ed. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2010, pp. 25-46.

SIERRA, Vânia Moraes; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidade e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. *In: São Paulo em Peres*, v. 20, n.1, jan-mar/2006, p. 148-155.

SILVA, Eliana Sousa. **Testemunhos da Maré.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela, alegria e dor na cidade.** Rio de Janeiro: Senac-Rio, 2005.

SILVA, Jailson de Souza e (Org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Cad. CRH.* v. 23, n. 59, 2010, pp.283-300.

SILVA, Roberta Pereira da. **Urbanização de favelas e o direito à cidade:** referências de análise pela experiência da Vila DNOCS, no Distrito Federal. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). PPG/FAU, UnB.

SILVA, Sueli Bulhões da; OLIVEIRA, Antônio Carlos de. Violência doméstica como tema de estudo em programas de pós-graduação no estado do Rio de Janeiro. *In: Revista Katálisis*. Florianópolis, v.11, n. 2, jul-dez/2008, pp. 187-194.

SILVESTRE, Helena. Mesa de Abertura. *In: CFESS*. Seminário Nacional: O trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília/DF: CFESS, 2011.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Habitação popular: a materialização da casa própria no Brasil. **Dimensões** - Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) e do Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica (NPH) da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, n. 21 2008.

SOARES, Luiz Eduardo e colaboradores. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1996.

SOUZA, Herbert de Souza. Criança é coisa séria. *In: MURRAY, Roseana*. Ilustrações de Paula Saldanha. **Criança é coisa séria**. Rio de Janeiro: Memórias Futuras e AMAIS Ed., 1991.

SPINK, Mary Jane; GIMENES, Maria da Glória G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e doença. *In: Saúde e Sociedade* n. 3(2), 1994, pp.149-171.

SPINK, Mary Jane (org). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

TAVARES, Daniela Sanches. **O sofrimento no trabalho entre servidores públicos**: uma análise psicossocial no contexto de trabalho em um Tribunal Judiciário Federal. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo.

TAVARES, José. (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TAVARES, Maria Helena. Família, Gênero e Assistência Social. *In: CFESS*. SEMINÁRIO NACIONAL: O trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília/DF: CFESS, 2011.

TAYLOR, Charles. Why we need a radical redefinition of secularism. *In: MENDIETA, Eduardo; VANANTWEPEN, Jonathan (Orgs)*. **The power of religion in the public sphere**. New York: Columbia University. 2011, pp. 34-59.

TRINQUET, Pierre. Qu'est-ce que le travail? **Revista Moara**, Belém, v. 38, n.1, jul-dez/2012, pp. 5-20.

VALLA, Victor Vincent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *In: Cadernos de Saúde Pública*, RJ, jul-set/1985, pp. 283-296.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista brasileira de ciências sociais**. [on-line]. v.15, n. 44, 2000, pp. 05-34.

VANDRESEN, Daniel Salésio. **O discurso na arqueologia e genealogia de Michel Foucault**. [s.l.], 2010.

VARELA, Francisco. J. The reenchantment of the concrete. *In*: Feher, M. ed. **Zone Incorporations**. New York, 1991.

VILHENA, Junia de. Da claustrofobia à agorafobia. Cidade, confinamento e subjetividade. **Revista Rio de Janeiro**, n.9, 2003, pp.77-90.

VILHENA, Junia de. *et al.* Medos infantis, cidade e violência: expressões em diferentes classes sociais. *In*: **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2011, pp. 171-186.

WACQUANT, Loïc. Urban Marginality in the coming millennium. **Urban Studies** 36 (10), 1999, pp.1639-47.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A

Roteiro do questionário

1. Identificação

1.1. Nome completo (opcional):

1.2. E-mail (opcional):

1.3. Telefone (opcional):

1.4. Local onde mora:

- Na Maré
- Fora da Maré. Onde?

2. Sobre a experiência de trabalho na Maré e em outras favelas

2.1. Comunidade na qual trabalha (pode marcar mais de uma opção):

Conjunto Esperança

Vila do João

Conjunto Pinheiros

Vila dos Pinheiros

Salsa e Merengue

Conjunto Bento Ribeiro Dantas

Morro do Timbau

Baixa do Sapateiro

Nova Maré

Parque Maré

Nova Holanda

Parque Rubens Vaz

Parque União

Parque Roquete Pinto

Praia de Ramos

Marcílio Dias

Trabalho fora da Maré, mas atendendo a população de todo o conjunto de favelas

2.2. Há quanto tempo trabalha na Maré:

- De 0 a um ano.
- De um a três anos.
- Há mais de três anos.
- Há mais de cinco anos.
- Há mais de 10 anos.

2.3. Ter a Maré como local de trabalho foi seu desejo quando buscou essa oportunidade?

- Sim, eu queria trabalhar na Maré.
- Não, trabalhar na Maré não foi minha primeira opção. Gostaria de ter ido trabalhar em outro local.

2.4. Você gosta de trabalhar na Maré? () sim () não

2.5. Já tinha experiência de trabalho em outras favelas?

- () sim. Já tinha trabalhado em outra/s favela/s antes
- () não. Foi a primeira vez em que trabalhei em uma favela

2.6. Você adota alguma estratégia de comunicação antes de acessar seu local de trabalho?

- Não
- Sim, sempre ligo ou troco mensagens com contatos que tenham informações sobre como estão as condições de segurança;

2.7. Você já deixou de ir trabalhar devido à violência na Maré?

- Sim
- Não

2.8. Você se sente seguro na Maré?

- Sim
- Não

2.9. Você já vivenciou alguma situação de violência no exercício de seu trabalho?

- Sim
- Não

2.10. Atualmente, você gostaria de trabalhar em outro local?

- Sim, gostaria de trabalhar em outro local que não fosse a Maré
- Não. Estou satisfeito em atuar na Maré.

3. Sobre o atendimento a crianças e adolescentes

3.1. Você trabalha no atendimento direto às crianças e adolescentes da Maré?

- Sim
- Não

3.2. No equipamento onde trabalha, há interrupções no atendimento a crianças e adolescentes devido a manifestações de violência?

- Sim, frequentemente.
- Sim, raramente.
- O trabalho nunca é interrompido por essa razão.

Se sim, responder a seguinte questão:

Quando o trabalho é interrompido, são desenvolvidas estratégias para garantia do atendimento a crianças e adolescentes? Ex.: reposição de aulas, reagendamento de atendimentos, etc.

- Isso nunca acontece
- Depende da situação
- Medidas como essas são adotadas em todas as situações.

3.3. No equipamento onde trabalha, há ajustes na rotina do atendimento devido a manifestações de violência? (Ex: horário diferenciado)

- Não, seguimos o horário de funcionamento conforme toda a cidade.

- Sim, na Maré adotamos um horário de funcionamento diferenciado.

4. No equipamento onde atua, são desenvolvidas ações relacionadas à violência contra crianças e adolescentes?

- Não
- Sim. Quais?

o Ações no campo da prevenção da violência

o Ações de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência

5. Informe o quanto concorda com as afirmações a seguir:

Me sinto inseguro/a de atender crianças e adolescentes vítimas de violência na Maré.

Tenho medo de ser agredido/a por alguma criança ou adolescente da Maré.

Integrante/s de grupos civis armados já interferiram no meu trabalho e/ou tentaram me constranger.

Evito realizar ações na rua, tal como visitas domiciliares nas casas de crianças e adolescentes.

Tenho medo de circular na Maré.

As crianças e adolescentes que atendo são vítimas frequentes de violência

A vida das crianças e adolescentes da Maré não é valorizada por quem não mora na favela.

A violência contra crianças e adolescentes da Maré é naturalizada.

6. Sobre as crianças e adolescentes

6.1. Na sua opinião e considerando sua experiência, quais são as principais expressões da violência que se manifesta contra as crianças e adolescentes da Maré?

(É possível escolher mais de uma opção)

- a. Violência urbana ()
- b. Violência doméstica ()
- c. Violência sexual ()
- d. Violência institucional ()

6.2 Informe se concorda ou discorda com as afirmações a seguir:

As crianças e adolescentes da Maré são vítimas mais frequentes da violência do que aquelas de outras regiões da cidade.

A presença de grupos civis armados prejudica a vida das crianças e adolescentes da Maré.

A polícia não respeita os direitos das crianças e adolescentes da Maré.

As crianças e adolescentes da Maré tem dificuldades para acessar serviços básicos.

Os serviços públicos disponíveis para crianças e adolescentes da Maré não são de boa qualidade.

A vida das crianças e adolescentes da Maré não é valorizada por quem não mora na favela.

A violência contra crianças e adolescentes da Maré é naturalizada.

7. Outras questões

7.1. Gostaria de acrescentar alguma questão que não tenha sido abordada?

Apêndice B

Roteiro da entrevista

1. Nome completo:
2. Instituição:
3. Cargo:
4. Há quanto tempo trabalha na instituição?
5. Há quanto tempo trabalha no atendimento aos moradores da Maré?
6. Explique brevemente como funciona o atendimento a crianças e adolescentes da Maré, em termos de equipamentos disponíveis e tipos de serviços oferecidos. (quantos equipamentos e quais são os programas e projetos voltados para esse público)
7. Quais são as principais demandas trabalhadas?
8. Quais são os principais desafios presentes na dinâmica de atendimento a crianças e adolescentes da Maré?
9. Você acredita que a violência interfere na dinâmica de trabalho? Como?
10. Costumam ocorrer interrupções do trabalho voltado para crianças e adolescentes devido a violência? Com que frequência? Há algum levantamento a esse respeito? Nesses casos, quais são as medidas adotadas para garantir o atendimento?
11. Há adaptações feitas no horário regular de atendimento em função da violência?
12. Há muitos casos de profissionais que solicitam mudança de local de trabalho? Quais são os principais motivos apresentados?
13. Considerando experiências de trabalho fora da Maré, quais são as principais diferenças que você identifica no processo de atendimento a crianças e aos adolescentes?
14. Você acha que a violência contra crianças e adolescentes na Maré é naturalizada? Por quê?